

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

Todo o leme a bombordo

**Marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil:
Da Rebelião de 1964 à Anistia**

Niterói
2010

ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

TODO O LEME A BOMBORDO

MARINHEIROS E DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL:
DA REBELIÃO DE 1964 À ANISTIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. SAMANTHA VIZ QUADRAT

Niterói
2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat (UFF)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Denise Rollemberg Cruz (UFF)

Prof^a. Dr^a. Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (UFF)

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho (UERJ)

A447 Almeida, Anderson da Silva.

Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à Anistia/ Anderson da Silva Almeida. – Niterói, 2010.
250 f.; il.

Orientador: Samantha Viz Quadrat

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
Bibliografia: f. 220-226.

1. Golpe de 1964. 2. Rebelião dos Marinheiros, 1964. 3. Anistia. I. Quadrat, Samantha Viz. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDD 981.062

Agradecimentos

Em primeiro lugar, a *Deus*, por ter criado Heródoto - o pai da História -, área do conhecimento onde a fé não explica.

Ao meu pai Miguel, *in memoriam*, pelo exemplo de caráter e amigo que foi durante o curto tempo que convivemos. Queria ter aproveitado mais o seu calor...

Às minhas mulheres: minha mãe Bernadete, por ter despertado em mim o gosto pela leitura e por ter sido pai e mãe diuturnamente. Às minhas irmãs Andréia e Ane, pelo respeito, carinho e amizade. À minha querida sobrinha-afilhada Maria Eduarda, espero que cresças em um mundo melhor e que tragas felicidades a seus pais. À minha esposa Rita e minha amada filha Joana, peço desculpas pelos momentos de ausência, mesmo estando ali tão perto, no computador. A você, Rita, agradeço o apoio irrestrito e incondicional nos seus vários papéis: de esposa, mãe, estudante e companheira. Sem a sua compreensão e seu apoio, este trabalho não seria possível. Amo vocês!

Agradeço também aos amigos Jean e José, companheiros de longa data, de sonhos e realizações.

Às minhas professoras, Ivone, Clemildes e Cida, do Grupo Escolar Eduardo Silveira, em Itabaiana-SE, educadoras das primeiras letras e dos primeiros passos.

Aos meus colegas da Universidade Salgado de Oliveira – RJ: Marcos marujo, Roseneide, Nilvânia, Roque, Núbia, Ilcimar, Altair, Francisco, Ronaldo [grande incentivador e amigo], Rosane e Wallace, sou grato pelos primeiros anos de convívio na vida acadêmica.

Aos colegas da Universidade Católica do Salvador – BA: Raul “marinheiro”, Ramon “referência” (olha a referência!), Chacal, Carlos Paixão (tem carona hoje?), Rafa Sancho (o homem do banditismo social), Caio, Rose, Ricardo, Edmundo, André, Daniela “elétrica”, Emília, Eduardo [fuzileiro] “Terror”, Carlos Carioca, Isabel, Lila pedagoga, Emanuele (vai pegar o São Caetano? O buzú tá lotado!) e, especialmente a Kleber e Aline pela amizade e boas risadas. Um abraço especial e carinhoso à *minha equipe*, Bárbara, Gleide, Danusa e Neilson.

Cabe aqui um registro a dois verdadeiros mestres, que não hierarquizam a relação professor-aluno e fazem da amizade a hélice propulsora do processo ensino-aprendizagem. Falo dos professores Charles D’Almeida Santana e Carlos Augusto Ferreira - Carlinhos. A vocês, meu respeito e admiração.

Meus agradecimentos a Maurício e Gabriel pelos bons momentos de descontração durante o curso de Especialização na Universidade Federal Fluminense. A Ronaldo, amigo de longa data e grande incentivador, e Francisco, pelas boas risadas. “Chicão tá dormindo”?!

A todos os colegas e amigos da turma Papa I (1996-1997) da Escola de Aprendizizes-Marinheiros de Pernambuco, especialmente a Costa Freire, Germano, Lourenço, Guedes, Wagner, Gideone, George Bayeux, De Melo e Guga Bahia.

Aos companheiros da Turma de Músicos do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC/99).

Não poderia deixar de agradecer também aos colegas de trabalho, que de várias formas apoiaram-me e contribuíram para que eu vencesse mais esse degrau em minha escalada: Alves Joquinha, Gilberto, Paulo Tralha, Cleybson Catita [grande incentivador], Marinaldo, Bispo, Sidnei, Beto, Luís (Téo) Muritiba, Caetano, Genivaldo, Rodrigo, Fio, Ranieri Barata, Gilson Barbalho, Isaías, Valério, Leonardo (/99), Sinézio, S. Lima e Vitorino.

Agradeço também a todos os colegas da Banda do Capacete. Rimos e sofremos juntos.

Às novas colegas da UFF: Janaína, Keila, Luisa [fotógrafa!] e Claudiane, valeu pelo incentivo, pelas dicas e pela descontração.

À professora Angela de Castro Gomes por ter me recebido e compreendido minhas dificuldades quando cursei disciplina no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

Ao professor da Unesp-Marília, Paulo Ribeiro da Cunha, pelo frutífero diálogo sobre os pouco lembrados, militares de bombordo e ao seu orientando Ricardo, pelo interesse na pesquisa sobre os marujos de 1964.

À Banca, pelas sugestões, elogios e críticas durante minha qualificação. À professora Maria Paula Nascimento Araújo por ter aceitado participar e pelo respeito demonstrado na leitura e observações sobre a pesquisa. À professora Denise Rollemberg, além de agradecer sua presença na Banca, registro aqui a importância de suas palavras motivadoras quando fui seu orientando no curso de Especialização em História Contemporânea e o decisivo incentivo para que eu seguisse em frente.

Aos entrevistados: Paulo Novaes Coutinho, Dílson da Silva, José Xavier Cortez, Otacílio dos Anjos Santos, Raimundo Porfírio Costa, Rivaldo Figueiredo da Silva, José Alípio e Dilma Aragão por terem me recebido e aberto alguns capítulos de suas vidas.

Registro aqui, meu reconhecimento ao trabalho dos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Johenir e Bruno; do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Ricardo e Geisa; e do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade de

Campinas - Ema Maria, Izabel Cristina, Marineide e Cleonice. Aqui tem um pouco da *arte* de vocês.

Da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), embora ainda existam obstáculos consideráveis para investigar o período, ressalto a atenção do tenente Daniel Martins Gusmão e do servidor civil José Antônio.

Por fim, à minha orientadora Samantha Viz Quadrat, que me acolheu quando eu era um “forasteiro”, um “retirante”, com sede de conhecimento, e acreditou em meu projeto. Ela foi durante mais de dois anos o meu *farol* em momentos de dúvidas e o meu *porto seguro* durante as tempestades. Sou grato especialmente pelas sugestões dos dois últimos capítulos, pelos livros emprestados, pelas inúmeras mensagens respondidas, pelos telefonemas atendidos, pela amizade e compreensão. Agradeço pelos “evite isso”, “não ficou bom”, “melhor assim”, “adorei”, “brilhante” e pelo “vamuquevamu”. À senhora, minha sincera homenagem e gratidão.

Resumo

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia**. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2010. Dissertação (Mestrado em História)

A dissertação discute as trajetórias dos praças da Marinha pertencentes à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Com este objetivo analisam-se as principais causas e reivindicações da rebelião ocorrida em 1964, as participações de atores políticos, a ideia de que o acontecimento foi o estopim para o golpe e os caminhos posteriores percorridos pelos rebeldes. Nesse sentido, terão destaque tanto os marinheiros que participaram dos movimentos armados, quanto os que tentaram seguir suas vidas sem se envolver com a guerrilha. Por fim, a abordagem do longo e tortuoso processo de anistia destes atores sociais.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar de 1964; Marinheiros; Luta Armada; Anistia.

Abstract

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à Anistia.** Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/ICHF/PPGH, 2010. Dissertação (Mestrado em História)

The essay discusses the trajectories of the infantry soldiers of the Navy who belonged to the Association of Sailors and Marines of Brazil (AMFNB) during the period of civil-military dictatorship in Brazil. To this end we analyze the main causes and claims of the mutiny in 1964, the participation of political actors, the idea that the event was the trigger for the coup and the subsequent paths traveled by the rebels. In this sense, it will highlight both the sailors who participated in armed movements, as those who tried to follow their lives without getting involved with the guerrillas. Finally, the approach of the long and tortuous process of amnesty these social members.

Keywords: Civil-Military Coup; Sailors; Armed Struggle; Amnesty

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

AI – Anistia Internacional

AI - 1 – Ato Institucional nº1

AI - 5 – Ato Institucional nº5

ALN – Ação Libertadora Nacional

AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AP – Ação Popular

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ATA – Associação de Taifeiros da Armada

BN – Biblioteca Nacional

BNM – Brasil Nunca Mais

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CFN – Corpo de Fuzileiros Navais

CGS – Comando Geral dos Sargentos

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CPM – Código Penal Militar

CPSA – Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

CPSCFN – Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais

DGPM – Diretoria Geral do Pessoal da Marinha

DEOPS – Delegacia Estadual de Ordem Política e Social

DI-GB – Dissidência Guanabara

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

EAM – Escola de Aprendizes-Marinheiros

EFRN – Escola de Formação de Reservistas Navais

FAB – Força Aérea Brasileira

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IPM – Inquérito Policial Militar

LSN – Lei de Segurança Nacional

MAR – Movimento de Ação Revolucionária

MB – Marinha do Brasil

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MODAC – Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania

MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade

ORM – POLOP – Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

ORVIL – O livro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PE – Polícia do Exército

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

RDM – Regulamento Disciplinar para a Marinha

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SGC – Serviço Geral de Convés

SGM – Serviço Geral de Máquinas

SGT – Serviço Geral de Taifa

SIM – Serviço de Informações da Marinha

SNI – Serviço Nacional de Informações

SSM – Serviço Secreto da Marinha

STF- Supremo Tribunal Federal

STM - Superior Tribunal Militar

SUPRA- Superintendência da Reforma Agrária

UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNICAMP – Universidade de Campinas

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

**À minha mãe
A meu pai (*in memoriam*) e
Às minhas cinco mulheres**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

NO OLHO DO FURACÃO: A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.....	26
--	-----------

1. Quem eram eles...27
2. Largando as espias...32
3. Vida Cinzenta...36
4. Velocidade de Cruzeiro...39
5. A guinada política e a rota de confronto...42
6. O ensaio...51
7. Todos “querem” os marujos...56
8. Preparando o desembarque...59
9. O DIA D...63
10. Uma questão de honra...68
11. Confrontos no Arsenal e a Rebelião nos navios ...71
12. O “perdão” que ofendeu...73
13. O barco vai a pique...76

CAPÍTULO II

TODOS “FUZILEIROS”: MARUJOS NOS MOVIMENTOS DA LUTA ARMADA.....	82
---	-----------

1. O Julgamento...83
2. Por que armados outra vez?...85
3. A “Guerrilha” Polopista ou a Conspiração de Copacabana...88
4. DOPS e CENIMAR...91
5. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)...95
6. O Movimento de Ação Revolucionária (MAR) e a Guerrilha de Angra dos Reis...106
7. Marujos nas Vanguardas...119
8. Sobre *bodes* e *cachorros*...125
9. Lanterna dos Afogados: porque a Revolução faltou ao encontro?...140

CAPÍTULO III**NAVEGAR É PRECISO. VIVER, MAIS AINDA: MARUJOS DESARMADOS.....143**

1. “Guerrilha” pela sobrevivência...144
2. A arma dos livros...154
3. Exílio: um mar imenso...159
4. Os sobreviventes...162
5. O reencontro...165

CAPÍTULO IV**AINDA QUE TARDIA. OS SAPATOS-PRETOS E A CONQUISTA DA ANISTIA.....166**

1. Em busca de um conceito...166
2. A longa travessia...171
3. As reivindicações chegam às ruas...174
4. A Lei de 1979...180
5. E os marinheiros?...183
6. A Constituição Federal de 1988...193
7. Terra à vista?...198
8. A Lei dos “marinheiros”...201

CONCLUSÃO.....206**EPÍLOGO.....211****FONTES.....213****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....220****GLOSSÁRIO.....227****ANEXOS.....228**

INTRODUÇÃO

Contar a história envolve aspectos complexos que têm a ver com os mecanismos através dos quais grupos sociais, homens e mulheres lidam com a realidade, as ilusões, as frustrações, os desejos, os conflitos, o poder, a dominação.¹

Denise Rollemberg

Em junho de 1996, aos 18 anos, deixei a cidade de Itabaiana – no agreste sergipano - e ingressei, por concurso, na Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco. Para trás ficou o diploma de técnico em contabilidade, os sete anos de música na banda do colégio e os jogos do *tricolor da serra* - apelido do time que leva o nome da cidade - os quais eram a minha maior diversão nas tardes de domingo, no Estádio Presidente Médici.

Lá na Escola, situada entre as cidades de Recife e Olinda, uma nova fase em minha vida. Novos amigos, novos conhecimentos, novos valores, novos heróis. Além dos já conhecidos (Tiradentes, Marechal Deodoro da Fonseca, Duque de Caxias e Dom Pedro I), descobri que tínhamos o almirante Barroso, o marinheiro Marcílio Dias e o almirante Tamandaré, este, tendo a data do seu nascimento – 13 de dezembro – escolhida para se comemorar o *Dia do Marinheiro*.

O tempo foi passando e algo não estava saindo como havia imaginado. Não sei como, ouvi falar sobre um outro herói, outro almirante, desta vez um almirante negro, que na verdade era um marinheiro. Foi, juntamente com outros importantes marujos, o *dono* da Esquadra brasileira em novembro de 1910. Seu nome? João Cândido. Fiquei me perguntando: por que não me falaram sobre ele na Escola de Aprendizes?

Em 1999, um outro marinheiro, do qual nunca tinha ouvido falar, muito mais jovem que o *almirante negro*, apareceu na televisão.² Na realidade, o chamavam de *cabo*, mais precisamente *cabo Anselmo*. A reportagem falava de CIA, traição, luta armada, assassinatos, rebelião, agente infiltrado... um vocabulário estranho, palavras desconhecidas. “Talvez fosse melhor estudar”. Pensei!

¹ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p.15.

² Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

Ingressei no curso de História, queria saber mais sobre aquilo tudo. Foi aí que passei a descobrir verdadeiramente os “sete mares”. Um novo mundo a cada aula!

No curso, fiquei sabendo, mesmo que ligeiramente, quem foi o Presidente Médici – aquele que empresta o nome ao Estádio de Itabaiana - SE. Nas minhas leituras, descobri também que o dia 13 de dezembro não era só o *Dia do marinheiro*, era o dia de um tal Ato Institucional nº5, o famoso AI-5 de 1968. Este *Ato* me levou a 1964, e 1964 me levou de volta aos marinheiros. Estava eu de novo com aquele *cabo* cruzando meu caminho. Dessa vez ele não me escapou! Reportagens em revistas semanais, polêmicas e mais polêmicas. Publicações com grandes vendagens. Um livro, dois livros, três livros.³ Aos soluços ele ia “reaparecendo”. A cada nova aparição, mais o mar se agitava.

Depois desse interesse inicial pelo tema, vi que a coisa ia mais além. O assunto tinha ligação direta com o Golpe civil-militar de 1964. E não era só o *cabo Anselmo*, era uma Associação. A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB. Quinze mil marinheiros e fuzileiros como sócios! Mais de mil participaram de uma *Revolta*, outros diziam *Rebelião*, para alguns foi *Baderna*, para tantos outros foi um *Motim*, *Levante*, *Sublevação*, *Insurreição*. “Achei” marinheiros, ex-integrantes da AMFNB, nos movimentos da luta armada – agora eu já sabia o que era luta armada. Descobri marinheiros lutando por Anistia. O que seria *Anistia*?

Aqui estamos!

Nossa viagem começa tentando compreender o que realmente foi, do ponto de vista conceitual, o movimento dos marinheiros de 1964. Diante de tantos conceitos empregados, optamos pela delimitação a partir três deles, que de acordo com nossa pesquisa, mais se aproximam de uma explicação não condenatória e que contribua para um maior entendimento daquele evento histórico.

Na memória militar sobre o Golpe civil-militar de 1964, o movimento dos marinheiros aparece como um dos quatro acontecimentos que contribuíram para que os militares indecisos resolvessem apoiar o golpe. De acordo com os organizadores da famosa trilogia⁴ sobre essa memória, a

³ Os livros que abordaram o tema *Cabo Anselmo* são os seguintes: BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Global, 1981; RIBEIRO, Octávio. *Por que eu traí: confissões do Cabo Anselmo*. São Paulo: Global, 1984; e SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo (Depoimento)*. São Paulo: Globo, 1999.

⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). Os livros são os seguintes: *Visões do Golpe: A memória militar de 1964*; *Os anos de chumbo* e *A volta aos quartéis: A memória*

revolta dos sargentos em 1963, dos marinheiros e fuzileiros navais em março de 1964, são dois eventos sempre citados pelos depoentes, ao lado da presença de Jango no comício da Central do Brasil (ou ‘das reformas’) e no jantar oferecido pelos sargentos no Automóvel Club. Com essa sequência de acontecimentos, a maioria indecisa ou neutra da oficialidade definiu-se a favor do golpe e passou a procurar legitimar sua ação através do apoio de algum general que tivesse expressão em seu meio.⁵ [Grifo meu]

Nota-se que os organizadores da obra, utilizam o mesmo conceito tanto para o episódio dos sargentos em 1963, quanto para o evento dos marinheiros em 1964: *revolta*. Se analisarmos apenas o primeiro livro da série, irão aparecer várias definições nas memórias dos militares entrevistados. O general Carlos de Meira Matos primeiro falou da “*revolução* do cabo Anselmo na Marinha”, e em seguida fala da “*revolta* dos marinheiros”.⁶ O coronel Cyro Guedes Etchegoyen, se referiu ao acontecimento como “greve dos marinheiros”,⁷ e o general Antônio Bandeira utilizou a expressão “*revolta* dos marinheiros”.⁸ Entre os militares da Marinha, o almirante João Carlos Alves Caminha utilizou os termos “motim” e “rebelião”.⁹ Já o almirante Eddy Sampaio Espellet limitou-se a usar o termo “assembleia”.¹⁰

Percebe-se certa confusão, mesmo entre militares, quando da definição do que foi o episódio dos marinheiros em março de 1964. Esse problema não se limita aos fardados. Vários pesquisadores do golpe, inclusive em publicações recentes, utilizaram conceitos distintos para desenvolver suas interpretações. A expressão que mais aparece é *Revolta* dos marinheiros. Dentre os que a utilizam estão Alzira Alves Abreu, Jorge Ferreira, Maria Aparecida de Aquino,¹¹ Marieta de Moraes Ferreira¹² e Flávio Luís Rodrigues, que foi o único historiador a ter publicado um trabalho cujo objeto principal foi o movimento dos marinheiros de 1964. Seu livro, *Vozes do Mar*,¹³ é uma obra de referência para os interessados no tema. Antes do livro de Rodrigues, publicado em 2004, as principais referências utilizadas pelos historiadores do *golpe* quando se referiam aos marinheiros, eram a dissertação de mestrado de

militar sobre a abertura. Todos publicados pela editora carioca Relume-Dumará. Os dois primeiros em 1994 e o último em 1995.

⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do Golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.12-13.

⁶ Ibid, p.103-104; 107. Grifos meus.

⁷ Ibid, p.177.

⁸ Ibid, p.224.

⁹ CAMINHA, João Carlos Gonçalves . *Recordações e reflexões políticas de um militar apolítico*. Serviço de Documentação da Marinha; Revista Marítima Brasileira, v.121, jan/mar. 2001, p.85-86.

¹⁰ ESPELLET, Eddy Sampaio. *O Almirante Sylvio Motta e os acontecimentos de 31 de março de 1964*. Serviço de Documentação da Marinha. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.114, nº 10/12. out./dez. 1994, p.18.

¹¹ Estes três autores estão na coletânea organizada por ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. CASTRO, Celso. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *1964-2004: 40 anos do Golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2004, p. 23; 50 e 59 respectivamente.

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006, p.26.

¹³ RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 97.

Paulo Parucker,¹⁴ recentemente publicada - que não tem os marujos como objeto principal - e o livro de memórias de Avelino Capitani.¹⁵ Este último, define o episódio do qual participou como *Rebelião*. Termo também escolhido pelo jornalista José Caldas da Costa, em seu recente livro sobre a guerrilha de Caparaó.¹⁶

Exemplo emblemático dessa confusão está na obra de Elio Gaspari. Em um dos livros da prestigiada série sobre o regime de 1964, a palavra *rebelião* também aparece. No entanto, ela vem antecedida de *motim* [marujos amotinaram-se] e *revolta* [aderiram à revolta], tudo em uma única página.¹⁷ Pouco mais adiante, ele utiliza a expressão *baderna*, ao se referir ao ato dos marinheiros.¹⁸

Afinal, como conceituar o que ocorreu na Semana Santa de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara? Qual a importância de se estabelecer um conceito para o evento? Ou melhor, é possível encontrar um termo, uma palavra, uma expressão que satisfaça nosso ímpeto de “definir” nosso objeto de pesquisa?

Nossa primeira ideia foi pesquisar em dicionários mais conhecidos da Língua Portuguesa (Aurélio, Houaiss...). Talvez ali seria fácil encontrar os significados e rapidamente resolveríamos o problema. No Aurélio Buarque de Holanda, após consultar palavra por palavra, dentre as citadas, apresento apenas uma, para que tenhamos uma noção do que foi encontrado:

“*revolta*. Ato ou efeito de revoltar (-se). 2. Manifestação (armada ou não), contra a autoridade estabelecida; levantamento, levante, motim, insurreição, rebelião, sedição, sublevação. 3. V. revolução (2). 4. Grande perturbação moral causada por indignação, aversão, repulsa, etc. 5. motim (3). 6. V. rebeldia (1).”¹⁹

Essa foi a tônica das consultas feitas nos chamados *dicionários comuns*. Um conceito utilizado para explicar o outro. As dúvidas só aumentaram. Resolvemos então partir para instrumentos mais específicos, talvez em um dicionário especializado alcançaríamos êxito. Dessa forma, o mais próximo que encontramos foi o Dicionário de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas. Ressaltamos, que devido à confusão inicial das primeiras consultas, direcionamos nossas angústias para três termos específicos: *revolta*, *rebelião* e *motim*, que eram os que mais apareciam nos textos sobre os marinheiros de 1964. Os outros (insurreição,

¹⁴ PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

¹⁵ CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

¹⁶ COSTA, José Caldas. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.84.

¹⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 50.

¹⁸ *Ibid*, p.56.

¹⁹ HOLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 1757.

levante, revolução, sedição, sublevação) não passaram pelo primeiro filtro. No referido trabalho, as coisas começaram a ficar menos confusas. Dos três termos procurados, apenas *rebelião* estava presente.

[...] se refere a confronto e oposição, mais ou menos violentos, ao estabelecido. É frequente relacionar-se com a juventude [...]. Concebida num plano mais geral, a rebelião é um ‘modo de adaptação... que leva a pensar e a tentar implantar uma estrutura social nova, i.e., muito modificada. Supõe o abandono das metas e normas existentes, que são consideradas puramente arbitrárias’. [...] Ela é uma resposta à sociedade, a qual tenta transformar para a satisfação das reivindicações que que lhe são negadas. É um movimento sócio-político que nasce como consequência da negação de reivindicações de parte da sociedade e da consciência de que elas jamais serão atendidas enquanto essa sociedade prevalecer. [...] As rebeliões quase sempre se identificam com mobilizações de massa contra um governo, tendo um caráter violento, mas esse termo também pode ser aplicado com referência a sublevações que não chegam a conseguir a participação das massas e permanecem em um nível de minorias. Assim acontece com as sublevações encabeçadas pelas Forças Armadas.²⁰

Acreditamos que esse conceito seja o mais adequado para a percepção da agitação dos marujos, principalmente sua parte final, quando se refere aos movimentos de minorias sem a participação das massas. No entanto, ele não está presente na legislação militar. Isso se deve, possivelmente, pelo fato de o conceito de *Rebelião* ter sido legitimado por Locke, como sendo um direito àqueles que se sintam explorados ou traídos por seus governantes.²¹ E aqui, no caso dos marinheiros, seus governantes seriam os oficiais – mais precisamente seus comandantes e almirantes responsáveis pela administração naval.

De acordo com o Código Penal Militar (CPM) de 1944, em vigor na época dos acontecimentos, era possível distinguir pelo menos *Motim* de *Revolta*. Os juristas castrenses definiam como *Motim*: “a reunião de militares ou assemelhados em número de 4 ou mais, agindo contra as ordens recebidas de seus superiores, ou negando-se a cumpri-las; e recusar obediência ao superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência”.²² A *Revolta* seria caracterizada desde que os agentes estivessem armados.²³ A princípio, já podemos descartar o segundo, pois em nenhum momento há registros na documentação ou no noticiário da imprensa de que eles utilizaram armas em suas reivindicações. Quanto ao *Motim*, é possível sua interpretação para os acontecimentos ocorridos nos navios, questão ainda inexplorada pela historiografia, mas ele é ineficiente para conceituar o ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos, pois além de não ser uma instalação militar [condição indispensável, a

²⁰ DICIONÁRIO de Ciências Sociais. vol. 2. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987, p. 1030-1031.

²¹ Ver LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1999.

²² BRASIL, DECRETO-LEI Nº 6.227, DE 24 DE JANEIRO DE 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1944, p.27.

²³ Ibid.

nosso ver, para que haja um *Motim Militar*, embora não conste na definição do CPM], não houve ordens a ser cumpridas, pelo menos no primeiro dia, 25 de março. Os marinheiros foram comemorar o segundo aniversário de fundação da AMFNB, e isso o ministro não poderia proibir. A partir do dia 26 de março, com a decretação de *Prontidão Rigorosa*, aí sim, os que não regressaram para bordo estavam descumprindo, coletivamente, uma ordem. Mas, como veremos nas páginas seguintes, naquele momento eles já estavam na ofensiva, fazendo exigências e reivindicações. Dessa forma, como *Motim* e *Revolta* – além de serem condenatórios – não conseguem se aproximar do fato histórico, optamos pelo conceito de *Rebelião*, melhor ainda, uma *Grande Rebelião*, tendo em vista a duração de três dias e os confrontos ocorridos no Arsenal de Marinha - inclusive com marinheiros feridos a tiros - como também as sabotagens, insubordinações e indisciplinas ocorridas nos navios. Isto não significa que o termo escolhido explique tudo, mas é o que mais se aproxima.

Definido isso, esclarecemos que o principal objetivo deste trabalho é recuperar trajetórias *esquecidas* ou *silenciadas*. São personagens que durante muito tempo ficaram sem vez e sem voz na história recente do Brasil. Conforme já ressaltamos, apenas em 2004, quarenta anos depois dos acontecimentos, surgiu um trabalho acadêmico que expressou as visões dos marujos de 1964, as *Vozes do Mar*.²⁴ É nessa linha, inaugurada por Flávio Rodrigues, que construímos nossa pesquisa. No entanto, o período escolhido foi mais dilatado. Enquanto Rodrigues percorreu a trajetória da AMFNB até o Golpe de 1964, nossa pesquisa, além de trabalhar aquele contexto, abarca também o período da luta armada e da anistia. Como fontes, utilizamos entrevistas com ex-marinheiros, livros de memórias, e raros textos escritos por oficiais da Marinha sobre os acontecimentos. Para nossa surpresa, estes textos, em diversos aspectos corroboraram o que disseram os marujos em suas entrevistas e em seus trabalhos memoriais.

Aliás, cabe-nos destacar, que as memórias aparecerão ao longo de todo o trabalho, e foram problematizadas por nós a partir de suas várias implicações que dizem respeito aos silêncios, esquecimentos, subjetividade, *verdades*, e principalmente ao aspecto temporal, bem exemplificado em duas importantes constatações. A de Fernando Catroga, para quem “a memória não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registro; mas é retenção afetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”.²⁵ Nesse mesmo sentido, outro autor que nos serviu como referência foi Pierre Laborie, segundo o qual ‘a memória não é - no sentido exato –

²⁴ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.*

²⁵ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: 2001, p. 20.

verdade do passado. Menos presença do passado, que presente do passado, ela é o uso flutuante deste passado, segundo as indagações do presente. A acomodação de um ao outro. E, inevitavelmente, como tal, permeada e povoada de silêncios'.²⁶ Dessa forma, as memórias, embora aparecerão mais destacadamente como *fontes*, foram tratadas também como *objetos*.

Outras fontes consultadas foram os documentos dos órgãos da repressão. No Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas (AEL-Unicamp) consultamos os vários processos abertos contra a AMFNB, desde sua fundação, passando pelo processo que apurou a Rebelião de 1964, até os autos sobre os acontecimentos nos navios. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), foram consultados prontuários e vários documentos da Polícia Política que tinham como epígrafados os marinheiros de 1964, principalmente suas trajetórias após o Golpe. Com esse mesmo objetivo, foram feitas consultas no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). No Arquivo Nacional (AN), durante a maior parte da pesquisa, os documentos não estavam disponíveis em virtude do processo de organização dos Projeto *Memórias Reveladas*, cujo principal objetivo é reunir o maior número de documentos possíveis sobre o período em questão. Após a disponibilização de parte deste documentação na *internet*, consultamos constantemente o acervo revelado. Documentos, leis e textos disponibilizados em meios eletrônicos também aparecerão ao longo do trabalho.

A respeito dos documentos encontrados nos arquivos, tivemos o cuidado de analisá-los sabendo que foram elaborados sempre com o objetivo de incriminar o investigado ou o depoente. Além disso, mesmo quando constatamos que convergiam com outras fontes, estivemos sensíveis ao fato de que - principalmente os que se referiam a depoimentos - foram prestados em momentos de extrema pressão.

Um exemplo emblemático desse cuidado e sensibilidade que tivemos de ter está no primeiro capítulo da obra. Intitulado *No olho do Furação: a rebelião dos marinheiros e o Golpe civil-militar de 1964*, tem como principal objetivo recuperar a trajetória dos marujos antes entrar para Marinha, o cotidiano deles na instituição, a criação da AMFNB e o relacionamento com a sociedade civil, até o momento do Golpe.

Mais precisamente sobre a Rebelião em si, nos autos consultados, não faltou quem dissesse que não era sócio e era contra a existência da AMFNB. Outros, diante dos oficiais inquiridores, responderam que foram “enganados”, que se soubessem que haveria política não teriam ido. Não faltaram ainda aqueles que disseram ter ido para “a festa” e que ficaram

²⁶ LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d' Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003, p. 96. Citado em ROLLEMBERG, Denise. “História, Memória e Verdade: em busca do universo dos homens”. In SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson L. de Almeida, e TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

bebendo do lado de fora, sem saber quem discursou ou o que aconteceu lá dentro.²⁷ No entanto, existiram os que afirmaram estar conscientes do que estavam fazendo. Os que disseram achar justa a causa dos marinheiros. Os que disseram ter ficado lá em solidariedade aos colegas presos.²⁸ E estes, mesmo sabendo que aquelas confissões poderiam lhe custar a carreira na Marinha e até mesmo suas liberdades, foram firmes em suas respostas e convicções. Por uma questão de escolha, eles aparecerão com maior destaque no capítulo. Isso não significa que os demais depoentes não estivessem sendo sinceros ou verdadeiros quando expuseram suas motivações ou decepções.

Nestes mesmos depoimentos, começa a ser desmontado, a nosso ver, “um mito”. Qual? O do discurso de José Anselmo dos Santos, o qual teria incendiado a marujada em 25 de março de 1964, e conseqüentemente a reação golpista. Nas centenas de depoimentos consultados, prevalece a diversidade de opiniões e percepções quanto aos discursos pronunciados durante a Assembleia rebelde. Dessa forma, os cabos Luciano Alves Chagas e Raymundo Matos, e o marinheiro Eliezer Alves de Souza destacaram a fala do marujo Paulo Conserva.²⁹ O marinheiro João dos Santos Cruz foi marcado pelo discurso de “um cabo moreno, que agitou o ambiente”, e pelos pronunciamentos do deputado Sargento Garcia e do representante da União Nacional dos Estudantes (UNE).³⁰ O representante da UNE também foi lembrado pelo marinheiro Valdemir Marques da Silva, segundo o qual foi um dos mais aplaudidos juntamente com o presidente da AMFNB, Anselmo.³¹ Já Ademar Ferreira da Silva disse não ter prestado muita atenção nos discursos e que não conhecia ninguém – civil ou militar – que fora ao Sindicato.³²

É nesse conflito de versões que criamos a narrativa do primeiro capítulo. Nos vazios, silêncios e “verdades”, utilizando ainda documentos da Marinha que constam no acervo da Unidade Nacional de Mobilização pela Anistia (UMNA), os livros e as reportagens da época, tentaremos apresentar uma interpretação da *Rebelião* dos marinheiros no contexto do Golpe de 1964.

Embora utilizamos outro conceito, para um processo e momento histórico específico, cabe aqui, para o entendimento deste capítulo, a citação de E.P. Thompson: “geralmente, um

²⁷ Para o primeiro caso, quem era “contra”, ver AEL – BNM, 149, folha 139, depoimento de Caetano Alfredo Estevão. Para os “enganados”, ver mesma referência, folha 162, depoimento de Heitor Moser de Oliveira. Já para os “festeiros”, ver folha 184, depoimento de Juraci Coelho de Lima.

²⁸ Ibid, folhas 155, 213 e 1191. Depoimentos de Francisco Oneudo Marques, Valdomiro José do Nascimento e José Xavier Cortez, respectivamente.

²⁹ AEL- BNM, 149; caixa 1, vol. 1, folhas 106; 95 e 146.

³⁰ Ibid, folha 90.

³¹ Ibid, folha 113.

³² Ibid, folha 126.

modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados”.³³

No segundo capítulo, navegaremos nos oceanos da luta armada. Nessa viagem, os marinheiros e fuzileiros aparecerão como protagonistas de um filme que é misto de heroísmo e drama. Se em outras obras eles apareceram como coadjuvantes, sob a categoria “marinheiros”, aqui eles ganharão nomes e identidades e não serão apenas figurantes de um monólogo, protagonizado por um tragicamente famoso ator, conhecido como “cabo” Anselmo. Assim, nomes como Capitani, Amarantho Jorge, José Jerônimo, Cláudio Ribeiro, Marcos Antônio, Eros Nascimento, Otacílio Pereira, José Duarte, José Raimundo, José Maria, Edgard Aquino, Evaldo, Adeildo Ramos, Pedro Viegas, Celestino, José Manoel e demais marinheiros e fuzileiros, terão suas trajetórias recuperadas. Os principais objetivos deste capítulo são: apresentar os marinheiros para além de 64, mostrando um outro perfil de guerrilheiro; e questionar um outro “mito”: o de que um agente infiltrado teria sido responsável pela derrota total das esquerdas armadas no Brasil.

O porto seguinte traz uma abordagem não muito comum na historiografia da ditadura no Brasil. A dos brasileiros que não podem ser enquadrados nem como *colaboracionistas*, nem como *resistentes*, ou seja, os que para além as trevas e das luzes, navegaram em outros mares. Nessa parte do texto, se perdemos em ação e dramaticidade, ganhamos em riqueza de cores e tons ao abordarmos as trajetórias de vários marujos e fuzileiros que tinham suas opiniões entendidas por nós como “discordâncias ambivalentes”: não apoiavam a ditadura, mas também não simpatizavam ou não quiseram participar dos grupos armados. Para a construção deste capítulo, as entrevistas e os livros de memórias foram as principais fontes consultadas.

Ainda que tardia é a expressão que marca o quarto e último capítulo da dissertação. A abordagem sobre o longo e tortuoso processo de anistia dos marujos e fuzileiros navais envolvidos no movimento de 1964, também marcará o reencontro de vários personagens do período. Após seguirem diversas rotas depois do golpe, em 1979 tiveram a possibilidade do “reencontro”. No entanto, para eles o caminho da anistia não seria fácil. Decididos a não pedir *perdão* [de quê?] e a não *esquecer* o que tinham passado, entrariam em choque, mais uma vez com a Marinha, que não estava disposta a *perdoar*, nem *esquecer* e principalmente *conciliar*.

³³ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio (orgs). Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.235. Nota do autor: de acordo com nossa interpretação, baseada na referida tradução, Thompson utilizou o termo *motim*, genericamente, para qualquer movimento de agitação social.

Três palavras comumente lembradas para definir *anistia*. A instituição irá, com o apoio de juristas e com a omissão da sociedade, inclusive das *esquerdas*, dificultar o máximo o processo de reparação e de reintegração social destes atores sociais.

Ao longo da nossa travessia, algumas perguntas nos servirão como estímulo: guinar *todo o leme a bombordo*³⁴ em 1964, teria sido mesmo a melhor rota? Existiriam outras opções nas *cartas náuticas*? E nos anos seguintes, armados ou não, como foram as viagens dos rebeldes nos mares da vida? E nos oceanos da história, haveria lugar para os rebeldes de 1964?

Esperamos que este trabalho, construído como uma possibilidade histórica, ajude na compreensão do período e que as trajetórias desses marujos, militares-operários, cidadãos brasileiros, sejam visualizadas em toda sua riqueza e pluralidade.

Desfraldar as velas!

Iremos partir!

³⁴ Ordem dada pelo comandante ou oficial de serviço no navio, quando precisa que a embarcação vá rapidamente para a *esquerda*. O *Bom-bordo*, para os navegadores portugueses que viajavam em direção ao sul seria sempre o lado esquerdo para quem está na popa (parte de trás do navio) de frente para a proa (parte da frente), ou seja, o lado do continente. O oposto é o bordo de oeste – *estibordo* em Portugal, *boreste* no Brasil. A explicação também é válida para Marinha Inglesa: *portside* (lado do porto) é o bordo esquerdo. Para o conceito político de *esquerda*, trabalhamos com a matriz de Norberto Bobbio, em *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. ‘De esquerda seriam as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva de igualdade’, mas com a ampliação proposta por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis: [também] “pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade (...)”. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.11.

CAPÍTULO I

NO OLHO DO FURACÃO: A ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E O GOLPE DE 1964

General, teu tanque é um carro forte.
Ele derruba uma floresta
e esmaga cem homens.
Tem, porém, um defeito:
Precisa de um motorista.

General, teu bombardeiro é poderoso.
Voa mais depressa que a tempestade,
Carrega mais que um elefante.
Tem, porém, um defeito:
Precisa de um piloto

General, o homem é muito útil.
Sabe voar, sabe matar.
Tem, porém um defeito:
Ele sabe pensar.³⁵

Bertolt Brecht

No dia 05 de julho de 2007, o Programa *Linha Direta Justiça* da Rede Globo de Televisão, trouxe ao grande público uma polêmica que envolvia a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O caso se referia a José Anselmo dos Santos, mais conhecido como *cabo Anselmo*, ex-militante da esquerda armada e que posteriormente passou a colaborar com a repressão, se tornando um dos principais inimigos [senão o principal] daqueles militantes armados do pós-1964. Especula-se que centenas tenham morrido devido à sua atividade espia.³⁶ O programa televisivo esforçara-se para apresentar os fatos de uma forma pretensamente imparcial, trazendo versões conflitantes, onde os pontos de vista eram contextualizados pela fala de um historiador – ex-militante da esquerda armada.³⁷ Nada mais emblemático para uma história do tempo presente. Testemunhas, batalhas pela memória,

³⁵ BRECHT, Bertolt. In MONIZ, Edmundo. *Antologia poética de Bertolt Brecht* (Tradução e Prefácio). 3ª ed. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1982, p. 46.

³⁶ O próprio José Anselmo já confirmou seu trabalho de agente duplo e sua participação nas emboscadas que resultaram na morte de dezenas ou centenas de militantes da esquerda armada. O caso mais emblemático ficou conhecido como o Massacre da Chácara São Bento, ocorrido em 1973 no Estado de Pernambuco. Nesse episódio, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram executados. Entre eles, a paraguaia Soledad Barret Viedma que estava grávida do “Cabo” Anselmo. Retomaremos essa discussão no 2º capítulo.

³⁷ O historiador era o professor Daniel Aarão Reis Filho, da Universidade Federal Fluminense.

opinião pública,³⁸ mídia, polêmicas. É o historiador presente nos embates de seu tempo impulsionado por uma demanda social.³⁹

Não era a primeira vez que esse personagem aparecia no centro do debate político pós-1964. Pelo menos em cinco momentos distintos ele “surgira” em médios e grandes veículos de comunicação escrita e televisiva,⁴⁰ reacendendo paixões, reabrindo feridas e despertando interesse de setores da sociedade. Esta nova aparição, quarenta e três anos após ter ficado conhecido nacionalmente, viera confirmar o protagonismo a que foi elevado o marinheiro Anselmo, por ser o presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e ter liderado uma rebelião de mais de mil marinheiros a apenas cinco dias antes do golpe e ter se transformado numa jovem promessa de liderança das esquerdas no contexto do golpe civil-militar de 1964. O problema é que o marinheiro Anselmo não estava só. Vários cabos, marinheiros, grumetes e fuzileiros navais lutavam para o crescimento e a consolidação de sua *Associação* e tiveram atuação destacada naquele contexto, sendo, por essa atividade, expulsos, licenciados, processados e perseguidos pela Marinha.

1. Quem eram eles?

A Marinha de Guerra, no final da década de 1950, contava com um complexo sistema de admissão para o chamado pessoal subalterno.⁴¹ Organizado em dois *Corpos* distintos e com várias subdivisões, os componentes dessas fileiras formavam o grande contingente que guarnecia as organizações militares da mais antiga de nossas Forças Armadas. A coluna cervical da instituição armada estava no *Corpo do Pessoal Subalterno da Armada* (CPSA), responsável principalmente por guarnecer os navios de guerra. Esse corpo era composto por três subdivisões: O Serviço Geral de Convés (SGC); O Serviço Geral de Máquinas (SGM); e

³⁸ Durante o Programa, perguntas eram lançadas e o telespectador era convidado a participar de um *Chat* pela internet com representantes dos dois lados da história.

³⁹ Para o aprofundamento sobre a História do Tempo Presente, Ver CHAUVEU, Agnès e TÉTARD, Phillippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

⁴⁰ Anselmo já havia sido objeto de reportagens de capa nos seguintes veículos de comunicação: *Revista Playboy*, jan. 1980; *O Pasquim* 19 e 26 abr. 1984; *Revista Isto É* 28 mar. 1984; *Revista Época* 15 mar. 1999) e Reportagem principal do programa *Fantástico* da Rede Globo, exibido no dia 07 nov. 1999. Ainda sobre esse personagem, temos três livros específicos: BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* RIBEIRO, Octávio. *Op. Cit.* e SOUZA, Percival. *Op. Cit.*

⁴¹ Ver Anexo A - Pirâmide Hierárquica. O pessoal subalterno, também chamados de *praças*, era composto pelas graduações que iam de Grumete, Marinheiro ou Soldado - dependendo da porta de entrada -, podendo chegar à graduação de Suboficial. Mediante concurso interno, realizado como sargento, os praças poderiam chegar ao oficialato, porém em um Quadro Auxiliar, não atingindo o Almirantado. Os oficiais oriundos do *Colégio Naval* (curso correspondente ao atual Ensino Médio) e da Escola Naval (curso correspondente ao Ensino Superior) começavam a carreira como segundo-tenente podendo chegar a almirante-de-esquadra. Ver Decreto 44061/1958 - *Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada*; Decreto 28880/1950, *Regulamento do Corpo de Subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais*.

o Serviço Geral de Taifa (SGT).⁴² Os marinheiros incorporados nos dois primeiros *Serviços - SGC e SGM* – tinham como principal porta de entrada as *Escolas de Aprendizizes-Marinheiros (EAM)*. Situadas nos Estados de Pernambuco, Ceará, Bahia e Santa Catarina,⁴³ admitiam voluntários que ingressavam através de um teste, que exigia conhecimentos mínimos propedêuticos. A idade exigida era ter entre 17 e 21 anos no ato da incorporação.⁴⁴ Sendo aprovados, realizavam um curso, em regime de internato, de aproximadamente onze meses. O marinheiro Nilton Matos Pereira, natural da cidade de Sombrio-SC, que ingressou na EAM de Florianópolis no final de 1959, assim descreveu a vida dentro da escola:

“Toda rotina diária era pré-estabelecida, de maneira que tínhamos horário prescrito desde a alvorada, às cinco horas da manhã, até o toque de silêncio, às vinte e uma horas. Fomos divididos em grupos de quarenta homens [...]. Depois do toque de alvorada tínhamos trinta minutos para irmos ao banheiro, fazermos a higiene pessoal e tomar um rápido café preto. Depois formávamos novamente para que o mais antigo do grupo [o superior] distribuísse as fainas de limpeza rigorosamente inspecionadas. Às sete horas soava outro toque de recolher para o café da manhã, com leite, pão, margarina, mingau de aveia, fubá de milho ou sagu. Às oito horas entrávamos para as salas de aulas (sic) onde estudávamos até o meio dia quando era servido o almoço. Recebíamos aulas de matemática, português, história, geografia, moral e cívica, organização social e política, marinaria, ferramentas manuais, sinais, maquinaria, educação física, ordem unida e natação [...]. No período da tarde continuavam as aulas [...] além de fainas e práticas de esporte. Nos primeiros meses sentimos muito cansaço com os exercícios físicos, ocasionando até desmaios por parte de alguns que eram imediatamente conduzidos à enfermaria. Quem se adaptou ao regime foi até o fim do curso e seguiu carreira. *Quase metade*, porém, desistiu e foi pra casa”.⁴⁵ [Grifo meu]

A descrição do marinheiro Pereira nos fornece uma ideia de como a Marinha preparava seu pessoal do baixo escalão, visando duas formações conjuntas: a de militar e a de técnico. Além disso, demonstra as pressões pelas quais passavam os alunos, ilustrada no grande número de desistentes. Os que conseguiram concluir o curso eram designados para servir nos navios de guerra da Armada brasileira, grande parte da frota situada no Rio de Janeiro. Em 1959, cerca de 1.500 jovens ingressaram através dessas escolas, “recrutando os seus alunos entre as famílias mais pobres daqueles estados”, escreveu o Ministro da Marinha,

⁴² Ver Anexo B. Quadro de Especializações.

⁴³ A partir de 1960 entrou em atividade a Escola de Aprendizizes-Marinheiros do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/eames/historico.htm>. Consultado em 13 mar. 2009. A Escola da Bahia funcionou até o ano de 1973. Cf. BARRETO NETO, Raul C. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009, p.14. Atualmente, encontram-se em plena atividade as EAM de Pernambuco, Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo.

⁴⁴ BRASIL. DECRETO 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Capítulo III; Artigos 17 e 18 Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987>. Consultado em 02 de nov.2008. .

⁴⁵ PEREIRA, Nilton M. *Marujos Rebeldes*. Araranguá: Nova Geração, 2005, 15-17.

Jorge do Paço Mattoso Maia, em seu relatório anual enviado ao presidente Juscelino Kubitschek.⁴⁶

Outras formas de recrutamento eram os *conscritos e os voluntários em geral*. Os *conscritos* não passavam por teste de seleção e poderiam ter entre 18 e 25 anos até a data da incorporação. Apresentavam-se para o alistamento militar obrigatório e após um curso que poderia variar entre três e seis meses, seguiam na carreira militar como marinheiros de 2ª Classe. Dos *voluntários*, era exigido que fossem alfabetizados além de passar por teste de seleção. Outra exigência era que tivessem entre 17 e 25 anos até a incorporação. Geralmente, *conscritos e voluntários*, realizavam os cursos nas Escolas de Formação de Reservistas Navais (EFRN), espalhadas pelos diversos estados brasileiros. Era comum que estes fossem direcionados para o Serviço Geral de Taifa (SGT), não sendo esse caminho uma regra.⁴⁷ No ano de 1959, pelo menos 1.200 jovens ingressaram por essas escolas, sendo 900 *conscritos* (alistados) e 300 *voluntários*.⁴⁸

A outra estrutura que compunha o chamado escalão inferior da Marinha era o *Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais* (CPSCFN). Esta corporação militar, responsável pelas denominadas *Operações Anfíbias*,⁴⁹ era dividida em três segmentos principais, denominados *Ramos Gerais*. O maior deles era o *Ramo Geral de Fileira*, composto pelos quadros de infantaria, artilharia e engenharia. Outro segmento era o *Ramo Geral de Serviços Especiais*, formado pelas especialidades de escreventes, sinaleiros, telegrafistas, enfermeiros, músicos, corneteiros e motoristas. Por fim, o *Ramo Geral de Artífices*, onde eram lotados os carpinteiros, eletricitas, torneiros, sapateiros, caldeireiros, soldadores, ferreiros e bombeiros hidráulicos.⁵⁰ Somente como Soldado de 2ª Classe é que o fuzileiro poderia fazer sua especialização. Antes disso, na categoria de voluntários, passavam por um exame de seleção e por um teste intelectual, os aprovados, ingressavam como *Soldado Recruta*.

Os fuzileiros tinham um curso diferente dos marinheiros. Como tropa de guarda e essencialmente de terra, os *combatentes anfíbios* – como ainda são conhecidos atualmente na

⁴⁶Relatório do Ministro da Marinha, 1959, p. 13. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>. Consultado em 05 out. 2008.

⁴⁷ BRASIL. DECRETO Nº 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Capítulo III; Artigos 17 e 18 Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987>. Consultado em 02 de nov.2008.

⁴⁸BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1959, p.35. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html> Consultado em 05 out. 2008.

⁴⁹ Operação Anfíbia é aquela em que uma corporação militar projeta-se à terra a partir do mar.

⁵⁰BRASIL. DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Cap.I, Art.4º. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488>. Consultado em 31 de jan. 2009.

Marinha - não eram muito familiarizados com a rotina de navios e embarcavam esporadicamente para missões e exercícios. Destacavam-se pelo preparo físico e pela habilidade com seus fuzis, fruto de “adestramentos” diários com os armamentos e dos exercícios de marcialidade denominados *ordem unida*.⁵¹ Ao final dos cursos, eram nomeados Soldado de 2ª Classe e passavam a fazer parte efetivamente do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Todos os admitidos, assim como os marujos, participavam do ritual de juramento à Bandeira, onde afirmavam o compromisso de dedicar-se inteiramente aos serviços da pátria, cuja honra, integridade e instituições, defenderiam com o sacrifício da própria vida.⁵² Essa variação na forma de ingresso resultava em níveis diferentes de percepção e conhecimento da instituição, a ponto de existirem pequenos conflitos e discórdias entre *marinheiros, taifeiros e fuzileiros*.⁵³

O que se pode perceber em comum entre os dois *Corpos* distintos (CPSA e CPSCFN) é o objetivo da instituição naval em contar com um corpo subalterno diversificado, tendo em vista a complexidade que envolvia o deslocamento de uma força naval, mas sempre com o cuidado de “docilizar”⁵⁴ esses homens, já que o espírito da *Revolta de 1910*⁵⁵ ainda se fazia presente e era um fantasma que rondava os navios de guerra do Brasil. Já nesses cursos iniciais, marujos e fuzileiros iam se familiarizando com a hierarquia militar, representada em diversas graduações e em rituais, valores e costumes, característicos das instituições armadas. A pirâmide hierárquica dos discípulos do Almirante *Tamandaré*⁵⁶ na década de 1960, era composta por pelo menos 18 níveis hierárquicos distintos, distribuídos entre oficiais e praças. Para ter êxito no controle dos escalões inferiores, a Marinha contava com um conjunto

⁵¹ Depoimento do Fuzileiro Naval Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. de 2008.

⁵² O Juramento é o ritual que caracteriza a incorporação de todos os militares na Instituição, inclusive os oficiais. Só após esta cerimônia é que eles são considerados militares, deixando a condição de alunos. Para uma referência desse juramento, ver DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005, p. 114.

⁵³ Os Taifeiros possuíam uma associação denominada Associação dos Taifeiros da Armada (ATA). Os que ingressavam como aprendiz-marinheiro sentiam-se superiores aos *conscritos*. Depoimento de Dílson da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 06 nov. 2008.

⁵⁴ O conceito de *corpos dóceis* é utilizado por Michael Foucault ao analisar a questão da disciplina nas instituições autoritárias. Cf FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23ª ed. RAMALHETE, Raquel (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 117-121.

⁵⁵ Revolta ocorrida em 22 de novembro de 1910, onde os principais navios da Esquadra Brasileira foram tomados e manobrados por marinheiros que exigiam humanização na Marinha. Entre as principais reivindicações estava o fim do castigo corporal conhecido como chibata. Ver NASCIMENTO, Álvaro P. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008; e MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 2ª ed. Guanabara: Letras e Artes, 1963.

⁵⁶ Almirante Joaquim Marques Lisboa, o *Tamandaré*, é o patrono da Marinha. Na data de seu nascimento, 13 de dezembro, é comemorado o Dia do Marinheiro.

diversificado de leis, normas e regulamentos, que aos poucos foi se tornando o principal entrave nas relações entre superiores e subalternos.⁵⁷

Além da questão legislativa, o fator social é de fundamental importância para a análise do movimento dos *sapatos-pretos*.⁵⁸ A grande maioria dos subalternos era oriunda do norte e nordeste do Brasil.⁵⁹ Das quatro *Escolas de Aprendizes* funcionado em 1959, três estavam situadas no Nordeste [Pernambuco, Ceará e Bahia] e a maior EFRN estava situada na cidade de Natal, que no ano de 1959 formou 500 marujos entre *voluntários* e *conscritos*,⁶⁰ significando quase a metade do correspondente ao número de marinheiros que ingressam nessas categorias, em todo território nacional naquele ano. Ao chegar no Rio de Janeiro, se deparavam com uma realidade muito diferente do que esperavam. Sem o apoio de suas famílias, sem poder contrair matrimônio e ainda submetidos a uma rotina dura de atividades nos navios, muitos daqueles jovens se envolviam com drogas,⁶¹ prostituição e até em pequenos furtos, como por exemplo, o caso do Soldado Fuzileiro Naval Paulo Vicente Tálomo, que aparece envolvido no roubo de um relógio, seguido de espancamento da vítima, em dezembro de 1962.⁶² Diante desse quadro, os marinheiros não eram bem vistos pela sociedade. Moravam nos bairros mais pobres da cidade e não tinham muitas opções de lazer. De acordo com Flávio Rodrigues,

“O desejo de abandonar a farda por alguns momentos era bastante compreensível: os marinheiros sofriam com o preconceito também no ambiente externo ao do navio. Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: não era de surpreender que, por vezes, as mulheres mudassem de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado – era preciso procurar distância para não serem ‘confundidas’”.⁶³

⁵⁷ A legislação referida está resumida no seguinte conjunto normativo: Decreto-Lei 9.698/1946 - *Estatuto dos Militares*; Decreto 38.010/1955 – *Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM)*; Decreto-Lei 6227/1944 - *Código Penal Militar*; Decretos 44061/1958 e 205/1961 *Regulamentos do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada*; Decreto 28880/1950 *Regulamento do Corpo de Subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais*.

⁵⁸ Como o movimento contou com a participação de cabos, marinheiros, fuzileiros e grumetes, chamá-lo apenas de *Rebelião dos marinheiros* não dá conta de toda a diversidade. Os uniformes possuem diferenças; a faixa etária também varia, principalmente em relação aos cabos, que são mais velhos. Dessa forma, uma interessante característica comum entre esses escalões hierárquicos é o uso do sapato preto, já que ao passar para a graduação de sargento, simbolicamente, o sapato e o cinto - nos principais uniformes – eram (são) trocados pelos de cor branca.

⁵⁹ Exposição de motivos do Ministro da Marinha, Ernesto de Mello Batista em 16 nov. 1964. Apud RODRIGUES, Flávio L. *Op. Cit.* p.179.

⁶⁰ BRASIL. Relatório do Ministro da Marinha, 1959, p.35. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html> Consultado em 05 out. 2008.

⁶¹ Depoimento de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 08 dez. de 2008.

⁶² BN - *O Globo*, 10 dez.1962, p. 04.

⁶³ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p.60.

Ainda segundo Rodrigues, na suas horas de folga, os marujos “ou se divertiam em bailes na periferia ou com prostitutas na Praça XI, no [chamado] baixo meretrício.” Outra estratégia utilizada na busca por diversão, era procurar “locais onde pudessem beber e dançar gastando o mínimo possível e se deslocando pouco,”⁶⁴ tendo em vista os insignificantes soldos que recebiam.⁶⁵ Muitos marinheiros, quando em férias, não tinham condições financeiras de viajar para seus estados de origem e aproveitavam para ganhar um dinheiro extra. Nas lembranças de Antônio Duarte:

“Sair de férias era como sofrer uma punição, o dinheiro não dava pra nada. Alguns marinheiros trabalhavam no porto do carvão, um terminal de carga e descarga próximo ao Gasômetro do Rio. Ali se recebia por horas trabalhadas. [...] Alguns dos meus companheiros trabalhavam lá durante todo o período em que tiravam as férias na Marinha. Muitas vezes, observei o movimento naquele cais do carvão, uma atividade febril de carregamentos dos vagões de transporte, tarefa feita à mão, com pás ou carrinhos, transportando montanhas de carvão descarregadas pelos navios para a fabricação do gás”.⁶⁶

Esse era o retrato da vida de muitos marujos no início da década de 1960 no Rio de Janeiro. Eles, que sonhavam com uma carreira promissora na Marinha, foram percebendo que a vida real era muito mais desafiadora do que imaginaram quando saíram de suas cidades. Muitos se adaptaram àquela realidade, outros tentaram transformá-la. É nesse cenário que surge a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

2. Largando as espias

Em 25 de março de 1962 foi fundada a entidade, que exatamente dois anos depois estaria no *olho do furacão* que tomou conta da política nacional. De acordo com o depoimento do marinheiro Romualdo Pontes Ventura, um dos fundadores da AMFNB, prestado em 1964 durante inquérito aberto pela Marinha para apurar os acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos: “foi na Praia de Botafogo - Edifício do Cinema Ópera, apartamento 202 - na residência do *cabo* de Artilharia João Barbosa de Almeida, que se

⁶⁴ Ibid. p.63.

⁶⁵ A remuneração do marinheiro era irrisória, girava em torno de quatro a cinco mil cruzeiros. Cf. JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964, p. 155. O salário mínimo previsto em 1962 – ano de criação da AMFNB - para o Estado do Rio de Janeiro, era de vinte e dois mil cruzeiros. Ver BRASIL. DECRETO 51.613, 03 DE DEZEMBRO DE 1962. Altera a tabela do salário mínimo aprovada pelo decreto 51.336, de 13 de outubro de 1961 e dá outras providências. Cf. BOBBIO, Pedro Vicente. PEREIRA, Geraldo Emygdio. *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXVI. Atos dos Poderes Legislativos e Conselho de Ministros. São Paulo: Editora Lex, 1962, p.346-355.

⁶⁶ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* p. 171.

formou o núcleo principal que deu origem à AMFNB”.⁶⁷ Nascido no Rio Grande do Norte, tendo ingressado na Marinha em 1953, João Barbosa de Almeida era visto por seus colegas como um marujo acima da média, isso o levou a ser o primeiro presidente da entidade. Segundo Avelino Capitani, o cabo potiguar era formado em filosofia,⁶⁸ realmente uma raridade encontrar entre os marujos alguém com um nível escolar tão elevado para a profissão e o contexto em tela. João Barbosa ainda se destacava pela oratória fluente e pelo relacionamento amistoso tanto com praças, quanto com oficiais.⁶⁹ Na opinião de Raimundo Porfírio Costa, foi essa ‘a razão de ele ser o presidente: porque ele tinha passagem no almirantado, era bem relacionado no almirantado, com a própria sociedade ele era um sujeito bem relacionado’.⁷⁰ No mesmo depoimento de 1964, o marinheiro Ventura afirmou que as reuniões para a criação da entidade,

“[...] nasceram da vontade dos marinheiros em conseguirem melhorias para sua classe tais como equiparações aos taifeiros da Armada, casamento para as praças e também uma forma de alojamento para os marinheiros que servissem em navios fundeados, ilhas e outras unidades que tornassem necessários a utilização de condução em horário pré-determinado, fazendo com que, caso a praça perdesse a condução não tivesse que pernoitar ao léu”.⁷¹

Segundo José Maria dos Santos, segundo-tesoureiro na primeira diretoria, o *Centro Pró-Melhoramento Oswaldo Cruz*, localizado no bairro de mesmo nome, foi o lugar de onde se irradiaram as ideias para a criação de um órgão social de apoio aos marujos. Aquele *Centro* era muito frequentado por marinheiros, inclusive muitos dos fundadores da AMFNB. Além do próprio José Maria, tesoureiro do *Centro* e morador daquele bairro, os amigos de farda: João Barbosa de Almeida, José Olímpio, Pedro Correia de Araújo Júnior e Vanilson Manoel da Silva, todos fundadores da entidade, participavam dos eventos naquele clube.⁷²

Nas memórias do marinheiro Antônio Duarte, a versão apresentada nos fornece uma ideia de organização mais bem elaborada do que parece:

“Os primeiros, que desenvolveram a ideia de organização, queriam mais formação de Comitês nos moldes de experiências passadas. Estes sistemas [...] eram mais

⁶⁷ AEL - BNM, 149, folhas 1123-1125. Depoimento de Romualdo Ventura Pontes.

⁶⁸ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p. 23.

⁶⁹ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p.65.

⁷⁰ Entrevista de Raimundo Porfírio Costa a Flávio Rodrigues. Apud RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 65.

⁷¹ AEL-BNM, 149; folhas 1123-1125. Depoimento de Romualdo Ventura Pontes.

Nota do autor: os taifeiros possuíam uma associação independente chama *Associação dos Taifeiros da Armada* (ATA) e tinham soldos mais elevados que os marujos. Entrevista de Dílson da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 06 de nov. 2008.

⁷² Entrevista de José Maria dos Santos a Flávio Rodrigues. Apud RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 63-64. Os nomes completos foram retirados do Estatuto da AMFNB, relação dos sócios fundadores. Acervo da UMNA, doação de Dílson da Silva.

apropriados para dirigir uma revolta do que dar sentido às reivindicações específicas dos praças, tanto marinheiros quanto fuzileiros navais. O cabo João Barbosa e seus partidários captaram as tendências no interior do movimento e se anteciparam com uma proposta de programa em que contemplava as aspirações de mudança dos marinheiros. A preocupação do grupo do cabo João Barbosa [...], era o (sic) de afastar a nova associação do campo ‘perigoso’ da política e da revolta, evitando conflitos com a administração naval”.⁷³

Com João Barbosa na presidência e José Olímpio Silva - um marinheiro alagoano - como vice, o Estatuto da Associação foi datilografado em papel timbrado da *Fábrica de Artilharia da Marinha* - local onde trabalhava Barbosa - com data de 1º de abril de 1962 e registrado em cartório. Com uma lista inicial de 68 sócios-fundadores⁷⁴ - entre eles muitos personagens que se destacariam posteriormente nos embates de 1964, a exemplo de João Alves do Carmo, Raul Alves do Nascimento Filho e Antônio Geraldo Costa - entrou em atividade a associação dos subalternos da Marinha do Brasil. O Estatuto trazia as diretrizes que iriam orientar o funcionamento da entidade. O título do documento e o Artigo 1º incomodariam em muito os membros da alta administração naval no futuro próximo. Dizia o texto:

“Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (A.M.F.M.B)
Órgão de *representação social das classes*, fundada em 25 de março de 1962, nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara.
Art. 1º - A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, inspira[da] e fundamentada em *princípios democráticos e cristãos*, é entidade de representação social dos Marinheiros e Fuzileiros Navais e de coordenação social, desportiva e cultural de seus associados”.⁷⁵ [Grifos meus]

Outro ponto do Estatuto que chama a atenção é o seu Art. 3º, alínea “d”. Entre as finalidades da Associação, estaria: “Pugnar pela democracia e liberdade fundamentais dentro da AMFNB, sem distinção de graduação, raça e nível cultural”.⁷⁶

Nos primeiros documentos oficiais da AMFNB, a Marinha foi comunicada do início do funcionamento da entidade.⁷⁷ Nada levava a crer que haveria alguma resistência por parte daquela instituição, tendo em vista que oficiais, sargentos e taifeiros já possuíam suas respectivas associações.⁷⁸ No decorrer do ano de 1962, quando o quadro social ia se ampliando, Barbosa ainda teve o cuidado de comunicar aos comandantes dos navios que naquelas organizações militares, a Associação se fazia representar por um delegado. O oficial Júlio de Sá Bierrenbach, que em 1962 era o comandante do Navio Hidrográfico Sirius,

⁷³ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2005, p. 40-41.

⁷⁴ Estatutos da AMFNB - Acervo da UMNA. Doação de Dílson da Silva.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ *Ibid.*

⁷⁷ Ofício do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada em 03 ago. 1963. Apud RODRIGUES, Flávio L. *Op. Cit.* p. 175-178.

⁷⁸ Clube Naval; Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha; e Associação dos Taifeiros da Armada, respectivamente.

afirmou que na segunda quinzena de outubro, recebeu um ofício da AMFNB.⁷⁹ Neste ofício, o presidente participava a nomeação do marinheiro José Armando Pinheiro para exercer a atividade de delegado naquela embarcação. O documento tinha a seguinte redação:

“Participo a V. Exa. que pela Portaria n.0101, de 13 de outubro de 1962, foi nomeado delegado desta Associação nesse navio o Sr. *José Armando Pinheiro* para quem esperamos de V.Exa., apoio, confiança e ajuda, no desempenho de suas funções para que possamos consolidar as iniciativas de nossa Entidade, valorizando assim, não só ao Marinheiro (sic) e Fuzileiro Naval, mas também nossa Gloriosa Marinha”.⁸⁰ [Grifo do original]

E qual foi a reação do comandante diante de tal fato? “A tal associação, qual um sindicato, tinha um delegado em exercício no navio sob o meu comando! Era demais!”, escreveu o comandante.⁸¹ Bierrenbach, ressaltou ainda que:

“[...] quando tomei conhecimento da existência dessa *malfadada* Associação, por um ofício que teve a *ousadia* de me transmitir bem como aos demais comandantes de navios, interpelei o Estado-Maior da Armada, via Diretoria de Hidrografia e Navegação, sem obter qualquer resposta..”⁸² [Grifos meus]

As palavras do oficial demonstram, até certo ponto, como os superiores receberam a criação da entidade. É possível afirmarmos que desde o início a Marinha passou a acompanhar a rota daqueles marujos. O Almirante José Carlos Gonçalves Caminha, que foi vice-diretor do Centro de Inteligência da Marinha - CENIMAR⁸³ - por alguns meses em 1962, afirmou que, embora sua função fosse meramente administrativa, observava a “preocupação que o Diretor, o então Capitão de Mar e Guerra Roberto Teixeira de Freitas, tinha em relação à recém-fundada Associação (...)”, acrescentando que “não tenho a menor dúvida de que o

⁷⁹BIERRENBACH, Júlio S. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996, p. 124. Nota do autor: Essa obra é uma rara referência sobre o ponto de vista de uma oficial da Marinha sobre o período em questão. O autor é o mesmo que se destacou posteriormente com sua obra sobre a bomba do *Riocentro*. Ver: _____. *Rio Centro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996. Sobre o período ditatorial, o *silêncio* do alto escalão da Marinha foi destacado na trilogia sobre a memória militar, tanto pelos organizadores da obra, quanto pelos depoentes. Cf D’ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Op. Cit.* 1994 e 1995.

⁸⁰BIERRENBACH, Júlio. *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.* p.125.

⁸² *Ibid.* p.151.

⁸³De acordo com Samantha Viz Quadrat, a Marinha possui o mais antigo serviço de inteligência das Forças Armadas. Em 1947, foi criado o Serviço Secreto da Marinha (SSM), subordinado diretamente ao ministro da Força. No ano de 1955, o SSM foi transformado em Serviço de Informações da Marinha (SIM) e passou a integrar a estrutura do Estado-Maior da Armada (EMA). O Centro de Informações da Marinha, o CENIMAR, só foi criado em 21 de novembro de 1957. Cf QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2000, p. 82-84.

Diretor do Cenimar manteve o Ministro da Marinha perfeitamente a par dos intuits subversivos dos dirigentes da nova associação”.⁸⁴

Não obstante à reação negativa da Armada pelo surgimento da entidade representativa dos *Boys*, como eram chamados os escalões inferiores da Marinha,⁸⁵ a Associação estruturase, angariando verbas através das mensalidades dos sócios. Com um depósito inicial de Cr\$ 60.000 e aluguel mensal de Cr\$ 20.000, a AMFNB deixou o apartamento em Botafogo e organizou sua sede na Rua São José, no Centro do Rio de Janeiro.⁸⁶ Tinham eles agora seu *próprio navio*, “sem distinção de graduação, raça e nível cultural”, como estabelecido no Estatuto.

3. Vida cinzenta

Além da vida difícil na cidade grande, um dos aspectos que contribuiu para a consolidação da Associação, foi a desmotivação dos subalternos em relação ao chamado *Plano de carreira*.⁸⁷ O marinheiro, após chegar à graduação de cabo - percurso que durava entre cinco e seis anos, dependendo do comportamento e da aprovação em *curso de especialização* - teria apenas duas tentativas para passar na prova de habilitação a sargento. Se ele não conseguisse, ficaria até o final da carreira naquela graduação, ou seja, ficaria impedido definitivamente de acesso a escalões superiores. Nos navios e organizações militares de terra, isso ainda resultava em acomodar-se em alojamentos desconfortáveis; numa alimentação de menor qualidade e continuar, pelo resto da carreira, executando os trabalhos mais pesados a bordo. Sem contar ainda o fato da remuneração do cabo ser significativamente inferior a do sargento. Todos esses aspectos de carreira influenciavam para o descontentamento da marujada.

Outro ponto importante se remete à questão disciplinadora. Um livro, chamado pelos marujos de *livro de castigo*, era um dos pontos sensíveis da relação entre oficiais e praças. Nele, eram registradas todas as possíveis punições sofridas pelo militar, as quais ainda

⁸⁴ CAMINHA, João Carlos G. *Op. Cit.* p.87. Atualizamos a ortografia.

⁸⁵ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* p.126.

⁸⁶ AEL - BNM, 149; folhas 1123-1125. Depoimento de Romualdo Ventura Pontes.

⁸⁷ Anexos C e D. *Plano de Carreira do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (CPSA) e Plano de Carreira do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais (CPSCFN)*. Cf. BRASIL. DECRETO Nº 205, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1961. Artigos. 88-93. Cf. PEREIRA, Geraldo Emygdio (Redação). *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXV, Tomo II. São Paulo: Editora Lex, 1961, p.166-187 e DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Art. 13. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488>. Consultado em 31 de jan. 2009.

deveriam ser lançadas em suas cadernetas. Uma vez punido, aquela “mancha” seguiria o suposto faltoso para onde ele fosse servir. Para o marinheiro Paulo Conserva:

“As ocorrências ali anotadas eram muitas vezes faltas banais: ‘Encontrado fumando durante o serviço de guarda’; ‘jogando dominó após o toque de silêncio’; ‘Retornou a bordo com um atraso de cinco minutos’. N’outras ocasiões, problemas graves: ‘Preso pela escolta naval quando brigava com uma prostituta na Lapa’; Chegou ao navio provocando escândalo e em pleno estado etílico’. Ou ainda: ‘Durante inspeção em seu armário foi encontrado um cigarro de maconha’, etc”.⁸⁸

Uma vez no *livro de castigo*, o marinheiro iria para audiência com o seu comandante e seria julgado. Dependendo da punição imposta pelo oficial, a carreira do militar encerrava-se ali mesmo, visto que existia uma pontuação como referência para cada tipo de penalidade. Se atingisse um determinado número de *pontos perdidos na carreira* [30 pontos em um ano], ele seria excluído da Marinha. A inclusão no *livro*, não se dava de maneira aleatória, as faltas tinham que estar previstas em legislação específica. No período em questão, estava em vigor, desde o ano de 1955, o Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM). Nele, eram explicitadas várias situações nas quais seriam consideradas *contravenções disciplinares*. Estas eram definidas como: “[...] toda ação ou omissão contrária ao dever militar, estatuído nas leis e regulamentos em vigor, que não incidir no previsto pelo Código Penal Militar disciplinar”.⁸⁹ O artigos 32 e 34 regulavam que: as contravenções cometidas e penas impostas aos sargentos e demais praças [cabos, marinheiros, soldados e taifeiros], seriam registradas em “dois livros numerados e rubricados pelo Comandante, ou por quem dele haja recebido delegação”, e que: “Todas as penas impostas, exceto a repreensão em particular, serão transcritas nos assentamentos do contraventor”.⁹⁰ Todos os navios e órgãos da Marinha deveriam ter seus *livros*.

Entre as contravenções previstas no RDM, em número de setenta e duas, algumas eram bastante subjetivas: “dirigir-se ao superior de modo desrespeitoso”; “censurar atos de superior”; “responder de maneira desatenciosa ao superior”. Outras, no mínimo curiosas: “deixar, quando estiver sentado, de oferecer seu lugar ao superior, ressalvadas as exceções previstas no Regulamento de Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas”; “portar-se sem compostura em lugar público”; “simular doença para se esquivar a qualquer dever militar”; “casar sem licença da autoridade competente”; “introduzir ou estar de posse a bordo,

⁸⁸ CONSERVA, Paulo. *Navegando no exílio*. Itaporanga: Empresas Gráficas do Nordeste, 1991, p.46.

⁸⁹ BRASIL. DECRETO Nº. 38.010, DE 05 DE OUTUBRO DE 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Artigo 6º. Cf. *Atos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955, p.11-20. Atualizamos a ortografia.

⁹⁰ Ibid. Artigos 32 e 34.

de publicações prejudiciais à moral ou à disciplina”.⁹¹ Percebe-se, nessas *contravenções*, que a inclusão no *livro*, era fruto de questões muito subjetivas e que os marinheiros ficavam a mercê das interpretações de seus superiores. O que seria “responder de maneira desatenciosa ao superior”? Por que pedir licença da autoridade competente para se casar? Ou ainda - como o superior poderia comprovar que o marujo estaria simulando uma doença?

Conforme bem ressaltou Denise Rollemberg, é nesse espaço que se dava a arbitrariedade e o exercício do poder,⁹² resultando em “julgamentos” extremamente subjetivos, e sem direito à mínima defesa ou contestação. A palavra do superior prevalecia.

Outro aspecto relevante para o descontentamento da marujada está relacionado à alimentação. Pelo menos, duas vezes no ano de 1963, os subalternos fizeram greves de fome - uma no Centro de Instrução Almirante Wandekolk (CIAW) - localizado na Ilha das Enxadas, na baía de Guanabara -, e outra a bordo do *Cruzador Barroso*,⁹³ também no Rio de Janeiro, um dos mais importantes navios da Marinha de Guerra naquele período. Essa questão da alimentação ruim não se limitava apenas às Organizações Militares situadas no Rio de Janeiro. Em depoimento prestado no inquérito sobre a *Revolta* dos Sargentos, em 1963, o marinheiro cozinheiro Joaildo Caribé Pinho, falou de um movimento ocorrido no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, contra a alimentação [fígado] servida em más condições. Na avaliação de Joaildo, a refeição servida aos oficiais e sargentos estava em melhores condições e mais bem preparada que a dos cabos e soldados.⁹⁴

No interior dos navios e nas organizações militares de terra, a labuta diária dos marujos e fuzileiros continuava. Dormiam em macas; só poderiam sair fardados e oficiais perseguiam os delegados da associação.

Em contraste com essa realidade, a vida de “lobo do mar” não deixava de ter seu lado aventureiro e sedutor. O fuzileiro naval Coutinho, baiano de nascimento e que tinha chegado ao Rio de Janeiro com 14 anos junto com seus 12 irmãos - numa viagem que durou cerca de 15 dias no caminhão de seu pai - ingressou na Marinha no ano de 1962. Segundo Coutinho, a vida de fuzileiro era algo de que ele gostava muito, apesar das adversidades. Gostava de fazer atividades físicas e sonhava em ser pára-quedista. “Eu era muito vibrador”, assinalou o entusiasmado Coutinho.⁹⁵

⁹¹ Ibid. Todos os itens estavam previstos no Artigo 7º.

⁹² Observação realizada por ocasião do *Exame de Qualificação* do autor, realizado em 21 de agosto de 2009 na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro.

⁹³ SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 111-112.

⁹⁴ AEL – BNM, nº 692, caixa 1. Depoimento de Joaildo Caribé Pinho.

⁹⁵ Entrevista de Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. 2008.

Outro relato interessante que diz respeito ao lado azul da vida na Marinha, está no trabalho memorial de Avelino Capitani. Nas palavras do marinheiro gaúcho, representante de uma minoria que vinha do Sul do país, fantasia e realidade se misturam:

“Nas férias de 62, comprei um uniforme novo e voltei às minhas queridas montanhas no Alto Tamanduá. Foi lindo! Não conheciam marinheiros, nunca tinham visto um. Minha família, parentes, levou-me para todos os lugares, apresentava-me para todos os conhecidos e desconhecidos, sempre com orgulho. Achavam que eu era uma grande autoridade, tinha subido, vencido na vida, era o máximo. As moças rodeavam-me, tocavam-me e enchiam-me de perguntas e indiretas. Quanta alegria senti! Fiquei pensando por que, nas grandes cidades, não era assim?”⁹⁶

Dessa forma ficavam os marinheiros e fuzileiros. Entre a realidade da vida nos navios e organizações de terra, e o fascínio romântico pela vida aventureira, onde a linha do horizonte era o limite. Entre o escuro dos porões e a claridade do convés principal, o cinza. Cinza como os encouraçados de todas as Marinhas de Guerra. Entre ficar ou desistir, o caminho foi outro. Não queriam ou não podiam deixar a Marinha. Além da necessidade do emprego, algo mais os prendia. A tripulação da AMFNB continuava a crescer.

4. Velocidade de Cruzeiro

Ao longo do tempo, o recrutamento de novos sócios para a entidade foi aprimorado. Ao invés de esperar os marinheiros recém incorporados chegarem ao Rio de Janeiro para serem convidados a participar da Associação, membros da entidade aproveitavam as viagens de navios às cidades onde existiam EAM e já iniciavam o contato, visando a adesão de novos “combatentes”. De acordo com o marinheiro baiano, Otacílio dos Anjos Santos, o *Tatá*, essa estratégia resultou em aumento expressivo dos sócios, tendo em vista que os grumetes, ao chegarem no Rio de Janeiro, eram recepcionados por membros da AMFNB, os quais programavam uma série de atividades para os marujos iniciantes. Para exemplificarmos mais detalhadamente como se dava esse “recrutamento”, as palavras do marujo afro-descendente, que se define orgulhosamente como um seguidor de João Cândido, são esclarecedoras:

“Quando o navio chegava no Nordeste, eu ia para as Escolas de Aprendizes [...] e começava no ouvido dos meninos: olha, vocês se preparem. Quando saírem daqui, vá [sic] à Secretaria de Educação, leve a transferência de estudo para o Rio de Janeiro, que nós estamos preparados lá para recebê-los [...]. Quando eles chegavam aqui, eu arrumava uns três ônibus, botava todo mundo dentro e começava a mostrar a cidade. Começava lá da zona sul e terminava dentro da zona [prostíbulos]. Por

⁹⁶ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.22.

que dentro da *zona*? Ali eu dizia: Olhem, as nossas irmãs estão aí, vindas do Nordeste, algumas do Estado do Rio, nossa obrigação [...] é dar a redenção delas porque aí não é lugar delas. Levava eles para a Rua São José, onde era nosso quartel general [...]. Então eu fazia uma lavagem de alma na turma. Não perdi um para o baixo meretrício, não perdi um. Todos eles foram encaminhados para o colégio”.⁹⁷

Nas lembranças de Avelino Capitani, essa recordação do marinheiro Otacílio é reforçada. Segundo ele:

“As primeiras filiações massivas foram feitas, principalmente, entre os recém-chegados das Escolas de Aprendizes. Eram jovens abertos a novas ideias, que encontravam nos navios uma realidade muito mais adversa da esperada. Os recém-chegados ao Rio eram praticamente jogados nos navios e repartições sem as mínimas orientações, nem sobre locais de encontro e lazer [...]. A Associação soube atrair essa juventude, indicando outro caminho. Apelava-se para o sentimento da dignidade e de fraternidade. O êxito foi imediato, e multiplicavam-se marujos nas fileiras da entidade a cada dia [...]. Em pouco tempo, onde houvesse uma repartição da Marinha havia um núcleo da Associação”.⁹⁸

Para José Xavier Cortez, um dos primeiros a garantir sua carteira de sócio, a questão do lazer e da integração do marinheiro à sociedade ganha destaque como um dos fatores de sucesso da Associação:

“Não fazia parte do nosso cotidiano, as festas. Nós não éramos convidados para nada. O nosso mundo se resumia àquele mundo da Marinha e nós achávamos que a Associação tinha a função de integrar o marinheiro à sociedade [...]. O objetivo da Associação era, também, quando nós chegássemos a um porto qualquer [...], no Recife, na Bahia ou em Porto Alegre, ter alguém da Associação que fosse capaz de fazer um jantar, convidar-nos para um almoço, ir a um baile à noite, nos divertir. Porque o lazer faz parte da vida das pessoas. Nós tínhamos direito ao lazer. Por que só os oficiais?”⁹⁹

Em outubro de 1962, um passo decisivo na consolidação da Associação. A assistente social Érica Bayer In Roth, foi convidada a trabalhar com os marinheiros e a partir daí a associação cresceu significativamente.¹⁰⁰ Ela implantou o serviço de obstetrícia para as mulheres dos marinheiros - onde se destacou a médica Maria Araújo Gomes -¹⁰¹ organizou um departamento jurídico, e conseguiu junto à secretária de serviços sociais do Estado da Guanabara, Sandra Cavalcanti, a escola Benjamim Constant, no Bairro do Santo Cristo. Segundo Érica, os subalternos estavam sedentos por conhecimentos de matemática, geografia e história.¹⁰² A escola precisava ser reformada e, em mutirão, os associados recuperaram o

⁹⁷ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008.

⁹⁸ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.23. Atualizamos a ortografia.

⁹⁹ Entrevista de José Xavier Cortez ao autor. São Paulo, 22 de dez. 2009.

¹⁰⁰ BN - *O Globo*, 27 mar. 2004, *Caderno Prosa e Verso*, pg. 03.

¹⁰¹ AEL - BNM, Anexos. *Tribuna do Mar*, nº5, mar.1963, p.05.

¹⁰² BN - *O Globo*, 27 mar. 2004, *Prosa e Verso*, p. 03. Entrevista de Érica Bayer In Roth publicada como parte da reportagem de lançamento dos livros de Flávio Rodrigues e Pedro Viegas.

prédio onde passaram a ter aulas noturnas com estudantes universitários. A própria assistente social, a pedido dos marujos, passou a ministrar cursos de filosofia.¹⁰³

As reportagens do jornal da entidade, *A Tribuna do Mar*, importante veículo de comunicação que começou a ser editado em novembro de 1962, exemplificam bem o clima que tomou conta da instituição. Um relatório foi divulgado com números expressivos:

“[...] até janeiro de 1963, o serviço médico da Associação realizou 2.400 visitas médicas, 52 pequenas cirurgias, 12 tratamentos de ambulatórios, 9 internações em hospitais e clínicas especializadas. Um total de 550 exames foi realizado (sic) em laboratórios especializados em microscopia e análises químicas. No setor educacional, a criação de cursos de português, matemática, inglês e taquigrafia beneficiou 500 marinheiros e fuzileiros navais. No setor social, além da organização da [...] excursão com os marinheiros argentinos, houve também excursões com turmas de grumetes recém-chegados ao Rio de Janeiro”.¹⁰⁴

Essa euforia não era à toa, a assistência social da Marinha era considerada quase que inexistente, sem contar ainda o fato de que as companheiras dos subalternos não tinham direito ao precário atendimento que existia, pois não poderiam casar-se oficialmente. O regulamento só autorizava os cabos e marinheiros de 1ª classe contrair matrimônio se contassem com mais de dez anos de serviço e no mínimo três anos de graduação ou classe, ainda assim, dependia da autorização do comandante da organização militar em que estivesse servindo.¹⁰⁵ Ainda sobre a questão social, o almirante Bierrenbach, que em março de 1963 assumiu um cargo no Departamento de Assistência Social da Marinha, afirmou que:

“Naquela época a assistência social a marinheiros, fuzileiros navais, operários e demais civis da Marinha era extremamente deficiente. Lá, acredito, *paguei alguns dos meus pecados, ouvindo choros quase todos os dias*. Como tinha servido, em 1961, no Gabinete do Governador da Guanabara, ainda tinha algumas ‘ações’ no Estado; quando a coisa apertava eu apelava para os amigos que lá deixei”.¹⁰⁶ [Grifo meu]

Fica clara, nessa afirmação do almirante, a precariedade do atendimento social prestado pela Marinha, dependendo de favores e conchavos políticos. Dessa maneira, o imenso vazio deixado pela administração naval foi ocupado pela entidade representativa. Isso explica, de certa forma, o grande salto no número de associados que, segundo Érica, passou de duzentos membros iniciais para três a quatro mil sócios com carteira e dez mil inscritos,

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ *A Tribuna do Mar*, nº3, janeiro de 1963. Apud RODRIGUES, Flávio L. *Op. Cit.* p. 76.

¹⁰⁵ BRASIL. DECRETO-LEI 9.698, 02 DE SETEMBRO DE 1946. Estatuto dos Militares. Título III; Capítulo I; Artigos 102 e 105. Disponível em: <http://www.jfrj.gov.br/selegis/militar/pdf/Decretos-Lei/DecLei9698.pdf>. Consultado em 30 de ago. 2008.

¹⁰⁶ BIERRENBACH, Júlio. *Op. Cit.* p. 38.

isso até outubro de 1963 quando ela se afastou da entidade, a pedido da diretoria, cujos integrantes queriam protegê-la de possíveis represálias por parte da Marinha.¹⁰⁷ Com a saída de Érica, o serviço social ficou sob responsabilidade de Avani Santos, que desde março daquele ano atuava como estagiária da AMFNB.¹⁰⁸ No mês seguinte à chegada de Avani à AMFNB, a entidade seria inundada por uma violenta corrente que marcaria de vez o futuro de seus integrantes, ou que a ela tivesse alguma ligação.

5. A Guinada política e a rota de confronto

Desde a fundação da Associação, o cabo João Barbosa de Almeida nunca foi unanimidade. Na análise de Paulo Conserva, marinheiro paraibano que se destacava como delegado da Associação no *Cruzador Barroso*, o presidente Barbosa era “um indivíduo petulante, ostensivamente vaidoso, com tendências pseudo-intelectuais no meio em que se desenvolvia”.¹⁰⁹ João Barbosa, ainda vinha sendo acusado de “entregar” a entidade à Marinha e de ter uma posição muito conciliatória e conservadora.¹¹⁰ Um grupo descontente começou a trabalhar visando afastá-lo da presidência. Em abril de 1963 foi realizada uma eleição, na qual o marinheiro José Anselmo dos Santos, sergipano de nascimento e procedente da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia - onde cursou no ano de 1958 - assumiu a presidência da entidade. O jornal da AMFNB divulgou, em maio de 1963, o resultado do processo eleitoral:

“A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil tem nova Diretoria. Novo presidente José Anselmo dos Santos, sufragado com 236 votos. Outros diretores: Vice-presidente Marco (sic) Antônio da Silva Lima, com 189 votos. Presidente do Conselho Deliberativo Antônio Duarte dos Santos com 116 votos. Adilson Aquilino, Secretário-Geral com 275 votos e José Pinheiro Guimarães para Tesoureiro-Geral com 242 votos”.¹¹¹

Nota-se, que pelo menos dois dos diretores eleitos obtiveram mais votos que o presidente. Segundo Pedro Viegas, um dos marinheiros responsáveis pelo jornal *A Tribuna do Mar*, Anselmo só se tornou presidente devido ao espaço deixado por três possíveis candidatos que não quiseram, ou não puderam concorrer.

¹⁰⁷BN - *O Globo*, 27 mar. 2004, Prosa e Verso, p. 03. Sobre o número de associados, em depoimento prestado no dia 10 jun. 64, José Anselmo dos Santos relatou que a Associação contava com cerca de quinze mil sócios, sendo que somente um terço contribuía. O valor era de duzentos cruzeiros mensais. APERJ, Fundo Polícia Política, Prontuário 1183.

¹⁰⁸ AEL- BNM, nº 508. Depoimentos do cabo Francisco Rodrigues de Souza e de Avani Santos.

¹⁰⁹ CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p.28.

¹¹⁰ Depoimento de Raimundo Porfírio Costa a RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 79.

¹¹¹AEL - BNM, Anexos. *A Tribuna do Mar*, nº 6, mai. de 1963, capa.

“[...] a primeira preferência incidia sobre o *Neguinho* – Geraldo Costa – que, possivelmente, seria um desastre no cargo. Fiel, honesto, leal e batalhador, sem dúvida. Só que por temperamento, era essencialmente um agitador. Como tal, ascender a dirigente máximo de um movimento, principalmente num momento delicado como aquele, era temerário [...]. Talvez por tez clareza desse seu lado vulnerável, ele próprio vinha trabalhando, com todo o vigor e crédito que havia conquistado nas bases, o nome de Antônio Duarte, que também não quis ser candidato. Aí [...] entrou Omena [Moacyr Omena de Oliveira] na linha sucessória, uma vez mais impulsionado pelo agitador *Neguinho*. Mas também Omena ‘pulou fora’, desvencilhando-se dessa hipótese [...], um dos argumentos que apresentou como saída, apoiando-se nos estatutos, foi o que estava prestes a ser promovido a sargento, o que era verdade (por esses estatutos, a graduação máxima para uma candidatura à presidência da AMFNB era a de cabo)”.¹¹² [Grifos do original]

Ainda segundo Viegas, a candidatura do marinheiro Anselmo, na ocasião com 22 anos de idade,¹¹³ contou com o total apoio dos críticos da gestão do cabo João Barbosa, os quais trabalharam para a vitória do novo presidente, e declara:

“Este dado é por demais relevante para os que ainda hoje insistem na tese de que Anselmo era um agente implantado pela Marinha entre os marinheiros para criar condições para o golpe de 1964 [...]. Anselmo não se tornou presidente da AMFNB unicamente por suas qualidades, mas, acima de tudo, pelo espaço aberto pela não-aceitação de potenciais candidaturas ao pleito”.¹¹⁴

A nova diretoria¹¹⁵ trabalhou para consolidação da organização e pelo reconhecimento da entidade por parte da Marinha. O vice-presidente, Marcos Antônio da Silva Lima, marinheiro paraibano afro-descendente, aparecia como um dos quadros de destaque na segunda diretoria. Anselmo relatou em entrevista a Percival de Souza, que: “Internamente, a Associação também conhecia a disputa de excelência entre grupos políticos: o primeiro, ligado a mim, era mais moderado; o outro, mais radical, ligado a Marco (sic) Antônio, o vice-presidente da Associação”,¹¹⁶ descrevendo Marcos como um jovem “enérgico e decidido”. Essa disputa interna na segunda diretoria foi confirmada por inúmeras fontes. Em depoimento prestado em 09 de julho de 1964, ainda no calor dos acontecimentos, Avelino Capitani relatou:

“que notou haver uma grande divergência entre o presidente José Anselmo e o vice-presidente Marco (sic) Antônio, em virtude deste último querer manter uma linha política mais agressiva; que por várias vezes [...] Marco (sic) Antônio tentou

¹¹² VIEGAS, Pedro. *Trajatória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 46-47.

¹¹³ José Anselmo nasceu em 13 de fevereiro de 1941, na cidade de Itaporanga D’Ajuda, em Sergipe. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/Biografias/Jose Anselmo dos Santos.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/Biografias/Jose%20Anselmo%20dos%20Santos.asp). Consultado em 11 jun. 2008.

¹¹⁴ Ibid. Sobre a questão de Anselmo ser ou não um agente infiltrado, falaremos no segundo capítulo.

¹¹⁵ A segunda diretoria tinha a seguinte composição: José Anselmo dos Santos, presidente; Marcos Antônio da Silva Lima, 1º vice-presidente; Avelino Capitani, 2º vice-presidente; José Pinheiro Guimarães, tesoureiro; Antônio Duarte, presidente do Conselho Deliberativo. Celso Carlos da Silva, 1º Secretário; Ronaldo Gomes de Araújo, 2º Secretário; Jorge Santana, Diretor de Esportes; Severino Nascimento, Relações públicas. BN - *Correio da Manhã*, 25 mar. 64, Segundo Caderno, p.01.

¹¹⁶ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.69-74.

derrubar o presidente José Anselmo; que dentre os componentes da última diretoria seguiam o mesmo pensamento do vice-presidente [...], os marinheiros: José Duarte dos Santos, Antônio Duarte dos Santos, Adilson Aquilino, Raul Alves do Nascimento, Antônio Geraldo da Costa e o fuzileiro naval Edgard Aquino Duarte”.¹¹⁷

Pela data em que foi prestado o depoimento, a informação contida no relato ganha significado. Mesmo estando em juízo, Capitani forneceu detalhes das questões mais internas da Associação. Fica aí explicitada, que a corrente mais combativa, tinha em Marcos Antônio seu expoente principal, e não Anselmo, como ficou consolidado nas visões tanto de militares, quanto das esquerdas. Em outro depoimento prestado em 1964, a assistente social Avani Santos, apresentou Marcos como generoso e centralizador:

“embora fosse feito um estudo pelo Serviço Social para efetuar os empréstimos aos associados que recorriam a esse serviço, o mesmo não era levado em consideração pelo vice-presidente, [...] Marco (sic) Antônio da Silva Lima, o qual emprestava dinheiro a quem bem entendesse. [...] que ultimamente a diretoria praticamente já não levava em consideração o Serviço Social [...] pois tudo passou a ser feito diretamente pelo vice-presidente [...]”.¹¹⁸

Nas memórias dos marinheiros, Anselmo sempre é destacado por sua oratória fluente e pelo seu carisma. Antes mesmo de chegar à presidência, ele aparece como orador oficial no primeiro aniversário da AMFNB. Na edição de *A Tribuna do Mar*, dedicada às comemorações do 1º aniversário, em março de 1963, o texto assinado por Antônio Duarte trouxe a seguinte exaltação:

“Sobre olhares de esperanças de todo quadro social e a vontade de Deus, foram arriados os pavilhões Nacional e da AMFNB. Em seguida a Banda do Corpo de Fuzileiros Navais, executou o ‘Cisne Branco’, sendo aplaudida pela grande multidão que se apinhava em torno dos Marinheiros e Fuzileiros formados em frente à Sede da Associação. Às 19:00 horas houve outras cerimônias cívicas, quando diversos oradores exaltaram a data magna daquela entidade, ressaltando-se o *1ª Classe José Anselmo*, como orador oficial, o Professor Guerra e o Vice-Presidente da AMFNB, Sr. Antônio Geraldo da Costa [...]”.¹¹⁹ [Grifo meu]

Paulo Conserva, descreve Anselmo como: “simpático, inteligente, jovem, bonito, orador inflamado, narcisista de origem [...], conquistou a marujada pelo seu dinamismo e uma série de ideias [...] que refletiam e originavam preocupação com os interesses de todos os marinheiros e fuzileiros navais [...]”.¹²⁰ Na opinião de Pedro Viegas, no papel de presidente, “Anselmo se destacou como um eficiente relações públicas. O mando mesmo estava

¹¹⁷AEL - BNM, nº 508. Depoimento de Avelino Capitani. Atualizamos a ortografia.

¹¹⁸AEL- BNM, nº 508. Depoimento de Avani Santos.

¹¹⁹AEL- BNM, Anexos. *A Tribuna do Mar*. Ano 1, nº 5, mar. de 1963.

¹²⁰ CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p.30. Atualizamos a ortografia.

concentrado na vice-presidência, liderada por Marcos Antônio da Silva Lima”.¹²¹ O fato é que o novo presidente ganhava notoriedade. Conserva escreveu que:

“o ‘cabo’ Anselmo brilhava! Convidado a um ato solene patrocinado pela Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de São Paulo, vibrou contente porque ‘cada vez mais adquirimos prestígio’! Recentemente viajara a Natal para inaugurar a sede da AMFNB junto à Base Naval ali radicada. Era, aos olhos da marujada, um verdadeiro líder”.¹²²

A tripulação da AMFNB cresceu tanto, que as reuniões, antes realizadas na própria sede da Rua São José, passaram a acontecer em sedes de sindicatos e nos auditórios do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).¹²³ A Associação também conseguiu um programa de cinco minutos, na importante Rádio Mayrinc Veiga.¹²⁴ Enquanto isso, no topo da pirâmide hierárquica, o incômodo aumentava. O CENIMAR continuava atento aos passos da AMFNB. De acordo com almirante Eddy Sampaio Espellet - que em outubro de 1963 foi convidado pelo Ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta, para trabalhar no CENIMAR – “naquela época, a grande preocupação do Cenimar era a Associação dos Marinheiros. Fundada em 1962, com fins recreativos e beneficentes, foi muito bem até março de 1963, quando foi eleita a nova diretoria, com o cabo Anselmo na presidência”.¹²⁵ Ainda segundo o almirante,

“para atrair os marinheiros, a Associação conseguiu vantagens incríveis: dinheiro a fundo perdido do Ministério da Educação (...); médicos que davam consultas de graça e, o que é mais, conseguiu, em tempo recorde, o seu reconhecimento como sociedade de interesse público, por parte do Ministério da Justiça, o que é difícil de ser conseguido”.¹²⁶

Essas considerações de um observador privilegiado daquele contexto são bastante significativas no sentido de percebermos toda a dinâmica que envolveu aquele período anterior a março de 1964. A Associação, pelo exposto nas palavras do almirante, não era mais só dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil. Era uma *sociedade de interesse público*. Principalmente o público das *esquerdas*. De todos os lados, os marujos passaram a ser percebidos.

¹²¹ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.48.

¹²² *Ibid.* p.53.

¹²³ AEL- BNM, nº 508. Depoimento de Moacir Omena de Oliveira.

¹²⁴ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.77.

¹²⁵ ESPELLET, Eddy Sampaio. *Op. Cit.*, p. 16. Interessante perceber, que o próprio almirante acaba “promovendo” Anselmo a Cabo. É a força de uma memória que se estabeleceu.

¹²⁶ *Ibid.*

Oficiais simpáticos ao Presidente João Goulart tentavam controlar e se relacionar com os subalternos. O caso mais expressivo é o do vice-almirante Cândido da Costa Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. O oficial paraibano, que tinha iniciado sua carreira como soldado e chegara a almirante,¹²⁷ colaborava de diversas maneiras para o crescimento da organização subalterna. Cedia viaturas para passeios de grumetes recém-chegados das escolas de aprendizes-marinheiros e permitia que os representantes da Associação trabalhassem livremente no recrutamento de novos sócios, além de servir de intermediário entre o ministro da Marinha e a AMFNB.¹²⁸ Em entrevista concedida à *Tribuna do Mar*, por ocasião das comemorações do 1º aniversário da entidade, o almirante fuzileiro, ao responder sobre a existência da Associação, declarou que “o que signifique melhoria social do homem devemos ajudar para grandeza da sociedade”.¹²⁹ Além de Aragão, outros oficiais também reconheciam a importância da Associação. Em depoimento prestado em julho de 1964, em inquérito aberto pela Marinha para apurar as atividades da AMFNB desde sua criação, o sargento Moacir Omena de Oliveira - que como cabo foi sócio da AMFNB e era o responsável pelo jornal da entidade - expôs que no início de 1964, foi chamado pelo *capitão de mar e guerra*, Attila Rodrigues Novaes para falar-lhe sobre as reivindicações dos marujos. O oficial, após ouvir o marinheiro, demonstrou interesse em intermediar junto ao Ministro da Marinha, “para que fossem atendidas algumas pretensões que julgou justas, sendo acrescidas de mais algumas apresentadas pelos comandantes de submarinos”.¹³⁰

Outros oficiais, que também se sensibilizaram com as questões levantadas pelos praças foram os tenentes Ferro Costa, intendente - muito presente nas memórias dos marinheiros - e Arinos, fuzileiro naval, que era muito ligado ao almirante Aragão.¹³¹ No entanto, esses superiores hierárquicos, eram exceções entre a oficialidade da Marinha no que diz respeito ao reconhecimento da entidade por parte daquela instituição. Os argumentos para o não reconhecimento da AMFNB foram encontrados no Estatuto da Associação.

Em ofício com data de 30 de agosto de 1963, o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) – Almirante José Luis da Silva Júnior, enviou ao Ministro da Marinha suas observações sobre os problemas de ordem “jurídica”, presentes no Estatuto da AMFNB:

¹²⁷ ABREU, Alzira A. et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. vol.1. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p.269-271.

¹²⁸ APERJ - Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

¹²⁹ AEL - Anexos. *A Tribuna do Mar*, nº 05, mar.1963.

¹³⁰ AEL - BNM, nº 508. Depoimento de Moacir Omena de Oliveira.

¹³¹ AEL - BNM, nº 508. Depoimento de Antônio Geraldo da Costa.

“Conforme é do conhecimento de V.EXCIA., existe presentemente em franca atividade uma Associação congregando marinheiros e fuzileiros navais, denominada [...]. No que tange às suas atividades, pelo simples exame dos documentos que constitui o anexo “D” do presente expediente, considero-as atentatórias à disciplina militar e no que concerne aos seus Estatutos, julgo-os, igualmente, atentatórios à disciplina e, além disto, inconstitucional. Atentatório à disciplina porque, analisando-se logo de início o título com o qual se apresenta a Associação em seus estatutos: ‘ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS CLASSES’, no entender dessa chefia, um órgão desta natureza não pode existir no seio de uma Força Armada, seja ela qual for [...]. Dizem ainda os seus estatutos no seu Artigo 3º letra ‘D’: ‘*pugnar pela democracia e liberdades fundamentais, dentro da AMFNB, sem distinção de graduação, raça e nível cultural*’. A classe dos militares aludida no Artigo 3º dos Estatutos dos Militares é estruturada com base na hierarquia e na disciplina e só se manifesta através de seus chefes, sendo-lhe vedada qualquer expressão coletiva. Assim, a disposição estatutária acima referida atenta também contra a disciplina porque autoriza militares das mais baixas graduações a tratarem coletivamente de assuntos de natureza ideológica e política; o que são impedidos de fazer a bordo dos navios, ou nos quartéis pelas leis e regulamentos militares, irão por em prática, em terra, no seu ‘órgão de classe’”.¹³²
[Grifo meu]

Curiosamente, um dos pontos conflitantes diz respeito à expressão “pugnar pela democracia e liberdades fundamentais”. No entanto, ao pesquisarmos sobre o ensino desenvolvido nas EAM nos primeiros anos da década de 1960, o *Livro Texto*, de autoria do professor Paulo da Silveira Rosas, utilizado nas aulas de Instrução Moral e Cívica, trazia a seguinte citação sobre a superioridade da *Democracia* como regime de governo:

“O regime democrático ou republicano é melhor [...] porque apresenta muitas vantagens; as principais são as seguintes: Concede aos cidadãos todas as liberdades compatíveis com a ordem pública; na democracia prevalece sempre a opinião do povo, isto é, da maioria [...]; concede a todos o direito de ocupar os mais elevados cargos, favorecendo assim o desenvolvimento da atividade, esforço, cultura e mérito de cada um, únicos meios para alcançar postos elevados [...]; permite evitar ou pelo menos reprimir mais facilmente os abusos de poder, porque nas democracias, o povo tem o direito de conhecer e discutir os atos das autoridades; garante mais eficazmente os direitos do cidadão, porque as leis democráticas lhe fornecem meios para fazê-los valer”.¹³³

Pelo que parece, a citação retirada da obra de Gaspar de Freitas foi muito bem apreendida pelos marinheiros da AMFNB. Paradoxalmente, os chefes navais negavam aquilo que a própria instituição havia ensinado aos marinheiros, o valor da democracia. O fato é que, depois da troca de vários expedientes com o Ministro Sylvio Motta, o CEMA sugeriu que o Diretor Geral do Pessoal da Marinha (DGPM) deveria determinar o comparecimento ao seu gabinete de trabalho do presidente da AMFNB e lhe fosse dado ciência de que a alta

¹³² Ofício 2609/ 1963, do Chefe do Estado-Maior da Armada. Apud RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 175-178.

¹³³ ROSAS, Paulo S. *Instrução Moral e Cívica para os alunos das Escolas de Aprendizes-Marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1964, p.73. Nota do Autor: Embora o ano da publicação faça referência a 1964, constatamos que se trata de uma reedição, visto que na relação dos presidentes da República encontrada na obra, a última data se refere à ascensão de Jânio Quadros em 1961.

administração naval classificava algumas atividades daquele órgão como atentatória à disciplina militar. O presidente também deveria ser informado de que o Estatuto não seria aceito na forma como estava redigido, acrescentando ainda que o mesmo teria de ser modificado no prazo de 30 dias a partir da notificação, “sob pena de ter a Alta administração Naval que tomar providências de caráter mais urgente e enérgico, com amparo na própria Constituição Federal, no sentido de preservar, a qualquer custo, a disciplina na Marinha”, e que, mesmo após a notificação de seu Estatuto ora determinada, as atividades da AMFNB seriam fiscalizadas e policiadas pela administração naval, em virtude da pouca idade e falta de experiência de seus membros para dirigir uma organização de tamanho vulto [...].¹³⁴

Anselmo, ao relatar sua trajetória como presidente da entidade, disse que em certa ocasião foi recebido por um almirante, do qual não lembra o nome. O oficial propôs o fechamento da Associação e sugeriu que: “a *Casa do Marinheiro*¹³⁵ fosse uma alternativa para grupos de estudo e lazer [...], mas os rapazes da Associação queriam era construir um espaço que fosse todo seu, sem a interferência e o controle dos oficiais. Não houve acordo”.¹³⁶

O marinheiro Nilton Matos Pereira, relatou que membros da diretoria foram recebidos por um almirante de nome Galvão, os quais expuseram-lhe os problemas e as necessidades. O almirante prometeu estudar e avaliar o assunto. Nada de efetivo aconteceu.¹³⁷ Essa informação foi esclarecida quando tivemos acesso ao depoimento prestado por Avelino Capitani em 1964. Em um dos momentos ele afirmou que em fevereiro daquele ano compareceu com Anselmo ao gabinete do Ministro da Marinha para solicitar orientações das autoridades no sentido de contornar o problema. Foi levado então à presença do almirante Aloysio Galvão Antunes, tendo o oficial lhes dito que daria uma resposta posteriormente, “coisa que não foi feita”, assinalou o marinheiro.¹³⁸

Com relação às modificações no Estatuto, em diversas fontes, encontramos referências de que as alterações foram providenciadas. No depoimento do cabo Adilson Aquilino - secretário-geral da entidade na gestão de Anselmo - prestado em 04 de junho de 1964, o mesmo informou ter participado de uma reunião, onde esteve presente o Coronel Otávio de

¹³⁴ Continuação do Ofício 2609/1963 do Estado-Maior da Armada. Apud RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 182-185.

¹³⁵Essa *Casa do Marinheiro* funciona atualmente na Avenida Brasil, Penha-RJ, onde desenvolve uma série de atividades de lazer e educação, com o objetivo de afastar os praças da Marinha do envolvimento político. Segundo Raimundo Porfírio Costa, na época ela funcionava dentro do Arsenal de Marinha na Ilha das Cobras. Depoimento de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 08 dez. 2008.

¹³⁶ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p. 67-68.

¹³⁷ PEREIRA, Nilton Matos. *Op. Cit.* p.75.

¹³⁸ AEL-BNM, nº 508, caixa 1, vol.1. Depoimento de Avelino Capitani.

Lima, o qual teria colaborado para a elaboração do novo Estatuto da Associação.¹³⁹ O cabo José Pinheiro Guimarães, tesoureiro-geral, informou em seu depoimento que só conhecia superficialmente o “velho estatuto”.¹⁴⁰

O certo é que o sucesso da entidade junto aos marujos era inquestionável. O prestígio fica evidenciado através da implantação de sucursais nas cidades de *Ladário* - no atual Mato Grosso do Sul, sede do Sexto Distrito Naval - *Natal, Recife e Salvador*.¹⁴¹ A sucursal de Recife chegou a ganhar um terreno para a construção de sede própria, no Bairro da Imberibeira, motivo pelo qual agradeceram ao governador Miguel Arraes.¹⁴²

Outro ponto que demonstra a ascensão da AMFNB está expresso no seguinte exemplo: Anselmo, em depoimento prestado em 10 de junho de 1964, relatou que Marcos Antônio teria conseguido, junto a Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil do Governo João Goulart, uma verba de oito milhões de cruzeiros, dos quais cinco milhões deveriam ser entregues a um grupo de sargentos paulistas por intermédio do Banco da Providência do Rio Grande do Sul. Anselmo relatou ainda que Marcos conseguiu junto ao Ministro da Educação e Cultura, Júlio Sambaqui: material escolar, bolsas de estudos, no valor total de vinte milhões de cruzeiros, que não chegaram a ser usados.¹⁴³ Este último convênio foi pauta de reportagem publicada no *Jornal do Brasil* em fevereiro de 1964.¹⁴⁴ Antônio Duarte reforça esse relato de Anselmo a respeito da ligação com Darcy Ribeiro, porém com outros propósitos:

“Algumas [...] reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro entre vários diretores, o vice-presidente Marco (sic) Antônio, o delegado geral Antônio Geraldo da Costa, e o presidente do Conselho Deliberativo [...], eu próprio, [...], com o chefe da Casa Civil da Presidência, no apartamento do próprio Darci (sic) Ribeiro, com o objetivo de informar ao governo sobre o andamento do movimento golpista de setores da oficialidade da Marinha, que desviavam armas dos arsenais da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro”.¹⁴⁵

Aqueles encontros, possivelmente provocavam um efeito moral decisivo, visto que muitos soldados e marinheiros dificilmente eram ouvidos em suas organizações militares, nem mesmo por um *praça* mais graduado.

A ofensiva da oficialidade ganhou corpo quando fuzileiros navais, integrantes da AMFNB, apareceram envolvidos na chamada *Revolta dos Sargentos*, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que se pronunciou

¹³⁹ AEL - BNM, nº 508. Depoimento de Adilson Aquilino.

¹⁴⁰ AEL - BNM, nº 508. Depoimento de José Pinheiro Guimarães.

¹⁴¹ AEL - BNM, Anexos. Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 01 fev. 1963.

¹⁴² AEL - BNM, Anexos, folha 2544. Panfleto assinado pela *Diretoria*, sem data.

¹⁴³ APERJ - Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

¹⁴⁴ BN - *Jornal do Brasil*, 14 fev.1964, *capa*.

¹⁴⁵ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* pp 43-44.

pela inelegibilidade do Sargento Aymoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul.¹⁴⁶ A participação de marinheiros e fuzileiros nessa *Revolta* foi investigada através de um Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado no Comando Naval de Brasília.¹⁴⁷ Esse fato iria desencadear uma forte reação das autoridades navais contra a atuação da entidade dos subalternos da Marinha. A quebra da hierarquia pelos subalternos não seria permitida.

Ironicamente, em dezembro de 1962, oficiais haviam devolvido condecorações ao ministro da Marinha à época, almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, por não concordarem com nomes que constavam na lista de homenageados. Entre os agraciados estavam: Leonel Brizola, almirante Cândido Aragão e o brigadeiro Francisco Teixeira, estes dois oficiais, eram muito identificados com as propostas do governo Jango. O movimento de devolução iniciou-se no dia sete de dezembro pelo comandante Júlio de Sá Bierrenbach,¹⁴⁸ chegando ao expressivo número de 58 oficiais no dia 20. Entre eles, 39 almirantes, da ativa e da reserva, sendo amplamente destacado na imprensa.¹⁴⁹ No dia 21, a imprensa divulgou que o ministro Suzano decretara a punição de 10 dias de prisão para os oficiais da ativa que participaram da insubordinação.¹⁵⁰ Poucos dias depois, após sofrer várias pressões, o ministro recuou e anulou as punições anteriormente anunciadas.¹⁵¹

Mais um exemplo de quebra de hierarquia por parte dos oficiais foi o fato de no ano de 1963, almirantes da reserva e da ativa “aparecerem” conspirando visando a derrubada do presidente João Goulart, chefe supremo das Forças Armadas. No dia 16 de novembro, em uma reunião ocorrida no Rio de Janeiro no apartamento do General Olympio Mourão Filho, teria comparecido uma dúzia deles.¹⁵² Ainda em 1963, mais um episódio de indisciplina dos

¹⁴⁶ Em 12 de setembro, cerca de 600 militares da Marinha e da Força Aérea Brasileira (FAB), sob o comando do Sargento da FAB Antônio Prestes de Paula, ocuparam vários pontos-chave da capital federal e levaram presos para a Base Aérea alguns oficiais. O Exército conseguiu debelar a Revolta, tendo sido mortos o soldado fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos, e o motorista civil Francisco Moraes. Ver: PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

¹⁴⁷ Na Marinha, foram denunciados 02 suboficiais, 27 Sargentos, 09 cabos, 11 soldados, 1 marinheiro e 1 civil. Os sargentos José Gomes Bezerril, José Medeiros Dantas e José Conceição Dantas foram apontados como os líderes do movimento na Marinha. AEL - BNM, nº 692, Caixa 01.

¹⁴⁸BN - *O Globo*, 08 dez. 1962, p.04.

¹⁴⁹BN - *O Globo*, 20 dez. 1962, p.06.

¹⁵⁰BN - *O Globo*, 24 dez. 1962, p.04.

¹⁵¹BIERRENBACH. Júlio. *Op. Cit.*, p.126-138.

¹⁵² FILHO, Olympio M. *Memórias: a verdade de um revolucinarário*. Porto Alegre: L&PM, 1978, p.269. *Nota do Autor*: Nas memórias do General Olympio Mourão Filho aparecem conspirando os almirantes: Sílvio Heck, [Ernesto de] Melo Batista, [Augusto] Rademaker (p.270); Andrade, Saldanha da Gama (p.290). Em depoimento a Hélio Silva, o comandante Paulo Werneck cita entre os conspiradores Paulo Bosísio, [Arnoldo] Hasselmann, Penna Botto, José Maria de Carvalho, Levi Aarão Reis, Zenha de Figueiredo, [Waldeck Lisboa] Vampré, [Augusto] Rademaker e Muniz Freire. Ver SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 35.

superiores irá ganhar destaque na imprensa. Em dezembro, os jornais noticiaram a prisão de 30 oficiais fuzileiros que teriam assinado manifesto contra a posse do almirante Aragão no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Em manifesto ofensivo, os oficiais ainda responsabilizavam o Ministro Sylvio Motta pelo que chamavam de “início da desagregação da força naval e pelos dias desesperançados do futuro”.¹⁵³ A prisão dos oficiais decretada pelo Ministro era um claro sinal que eles haviam transgredido os regulamentos disciplinares. Essas *quebras* de hierarquia por parte dos superiores eram acompanhadas pelos subalternos através dos jornais, que davam grande destaque àqueles episódios. Os oficiais acabaram servindo de “exemplo”, no sentido de externar para a sociedade suas insatisfações de caráter político. Os marinheiros e fuzileiros seguiram seus chefes, tudo isso dentro de um contexto específico de agitação política.

6. O Ensaio

O ano de 1963 foi singular em relação às lutas sociais no Brasil. No início do ano, sob a liderança de Leonel Brizola, surgiu a Frente de Mobilização Popular (FMP). Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, escreveu Jorge Ferreira.¹⁵⁴ Formavam essa frente a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), dentre outros. Ferreira engloba também as associações de subalternos das Forças Armadas como componentes dessa frente. O presidente Jango, que havia chegado ao cargo depois de enfrentar a resistência dos três ministros militares¹⁵⁵ após renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, teve que aceitar o sistema parlamentarista, tendo seus poderes limitados. A posse na presidência só foi possível em virtude da “resistência” organizada por Brizola no Rio Grande do Sul, denominada *cadeia da legalidade*. Ainda segundo Ferreira, “logo ao assumir o governo, Goulart se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base”.¹⁵⁶ Somente em janeiro de 1963, depois de plebiscito, João Goulart reavia seus poderes como chefe do Executivo no sistema presidencialista. A ascensão dos movimentos sociais foi tão intensa, que “as greves duplicaram de 154 em 1962, para 302 em

¹⁵³BN - *O Globo*, 04 dez. 1963, Capa e p.16.

¹⁵⁴ FERREIRA, Jorge. “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”. In ARAÚJO, Maria Paula, et al. *Op. Cit.* 2004, p.42.

¹⁵⁵ Sylvio Heck (Marinha), Odylio Denys (Guerra) e Grum Moss (Aeronáutica).

¹⁵⁶ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p.41.

63”.¹⁵⁷ As reformas não chegaram e as esquerdas passaram da euforia inicial “para a estratégia de pressionar o governo e de mobilizar os trabalhadores na rua”.¹⁵⁸

O embarque de marinheiros na cena política é parte desse contexto de aspirações e disputas políticas. Longe de serem ingênuos ou inocentes, eles vislumbravam naquele processo possibilidades de reformas na Marinha e com isso terem uma carreira de que pudessem se orgulhar verdadeiramente. Essa possibilidade de ganhos não pode ser descartada. E é nesse ponto, relacionado a exigências específicas, que os conflitos aconteceram.

Em outubro de 1963, Sylvio Motta mandou abrir Inquérito Policial Militar (IPM)¹⁵⁹ contra a AMFNB para investigar a presença de 15 dirigentes da Associação que haviam protestado, em assembleia geral extraordinária, contra as prisões do presidente [Anselmo] e do 2º vice-presidente [Capitani].¹⁶⁰ A prisão da dupla foi motivada porque, no final de setembro, Anselmo e Avelino Capitani compareceram a uma solenidade festiva da nova diretoria da Associação dos Motoristas do Serviço Público. Os discursos foram considerados subversivos pelo Ministro Sylvio Motta, que determinou a prisão dos dois diretores.¹⁶¹ Na realidade, Motta esperava apenas um deslize da cúpula da AMFNB e com isso partir para a ofensiva. O argumento encontrado estava no artigo 144 do Código Penal Militar (CPM) que proibia militares de se pronunciarem sobre assuntos políticos sem a devida autorização.

Os demais integrantes da diretoria, programaram, sob o comando de Marcos Antônio, um ato de protesto a ser realizado no dia 1º de outubro na sede da entidade.¹⁶² Nessa altura, parte da imprensa carioca passou a acompanhar mais de perto aquele novo conflito envolvendo militares de baixa patente [o outro foi a Revolta dos Sargentos]. Na fachada da sede oficial foi afixada uma grande faixa preta, em sinal de luto pelas prisões, e por deliberação da assembleia foi constituída uma comissão, composta pelos cabos Adilson Aquilino, João Barbosa de Almeida, Antônio Geraldo Costa, Samuel Cristóvão Soares e o marinheiro Itamar Vieira Barreto, que foi à residência do ministro pleitear o relaxamento das prisões.¹⁶³ Também como resultado daquela assembleia, foi divulgado um manifesto “Às autoridades e ao Povo” em que esperavam:

¹⁵⁷ COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil – 1964-90*, p.12. Apud GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.48.

¹⁵⁸ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p.44-45.

¹⁵⁹ Esse IPM faz parte da Coleção BNM, e está catalogado com o nº 210. AEL-UNICAMP.

¹⁶⁰ AEL – BNM, nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

¹⁶¹ BN - *O Globo*, 01 out. 1963, p.06.

¹⁶² BN - *Jornal do Brasil*, 01 out. 1963, p.04.

¹⁶³ BN - *Jornal do Brasil*, 06 fev. 1964, p.05.

“que o Exm^o. Sr. Ministro da Marinha, compreendendo a situação criada pelos deturpadores da verdade, determine o relaxamento disciplinar [ilegível] aos dirigentes desta Entidade, antes que sejam atingidos os objetivos daqueles que apenas visam a perturbação da [ilegível] e a intranquilidade da família brasileira”.¹⁶⁴

Além de mandar abrir IPM, o Ministro Motta determinou que “nenhum homem implicado no referido inquérito fosse reengajado ou matriculado em qualquer curso e transferido de sede [Rio de Janeiro] mantendo sobre os mesmos a maior vigilância”.¹⁶⁵

Em janeiro de 1964, as previsões não eram nada animadoras e o tempo fechou de vez. Procelas à vista na Baía de Guanabara! O IPM de outubro chegou ao fim, e o ministro determinou, dia 20, a prisão de seis dirigentes, que por ocasião dos protestos de outubro seriam os responsáveis pela mobilização e pela assinatura do manifesto. O general Assis Brasil e o almirante Aragão foram os principais representantes designados pelo presidente João Goulart para intermediar as conversas do ministro da Marinha com os subalternos.¹⁶⁶ As tentativas não surtiram efeito.

No dia 26, os jornais divulgaram que 16 integrantes da AMFNB foram enquadrados no CPM.¹⁶⁷ A tensão aumentou, e mais uma vez Aragão tentou ser o intermediário. No dia 27 ele compareceu a uma assembleia com cerca de dois mil marinheiros, fuzileiros e ferroviários, onde afirmou que a entidade não seria fechada. Os marujos pediram o reconhecimento da AMFNB, melhor tratamento a bordo, oficialização do traje civil e permissão para estudar. Aragão se retirou, prometendo ‘fazer o possível para que a associação continuasse a prestar os seus serviços sociais a todos marinheiros e fuzileiros’.¹⁶⁸ Esse conflito de janeiro entre a Associação dos marinheiros e o Ministro Motta foi tão desconfortável, que o mesmo decidiu deixar o cargo, caso a AMFNB continuasse a receber apoio dos órgãos do governo federal. De acordo com o almirante Eddy Sampaio Espellet, o ministro não chegou a oficializar seu pedido de demissão ao Presidente por interferência do deputado Adauto Cardoso, que “procurou-o e fez-lhe um apelo dramático para que ele não se demitisse e fizesse um grande

¹⁶⁴ AEL - BNM, Anexos. Manifesto divulgado pela Diretoria em 1º de outubro de 1963.

¹⁶⁵ AEL- BNM, nº 149. Caixa 2, vol.4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

¹⁶⁶BN - *Jornal do Brasil*, 24 jan. 1964, p. 05. O jornal destaca Aragão como interlocutor e divulga o nome de cinco marinheiros que estariam presos: os cabos João Barbosa, Antônio Geraldo da Costa, José Alípio, Cosme Ribeiro e o primeira-classe José Duarte. Estariam processados: Marcos Antônio da Silva Lima, Antônio Duarte dos Santos, Adilson Aquilino, Edgar Duarte, José Joaquim Filho, Ordino Zulow, Raul Alves Nascimento, Celso Ramos, João do Carmo, José Inglês, Samuel Cristóvão, Severino Manuel do Nascimento, Ronaldo Gomes de Araújo. O *Diário Carioca* destacou como intermediário o General Assis Brasil. BN - *Diário Carioca*, 24 jan.1964, p. 03.

¹⁶⁷BN - *Jornal do Brasil*, 26 jan.1964, p. 20.

¹⁶⁸BN - *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1964, p.05.

esforço para continuar no governo, pois ele era uma garantia que o governo não daria nenhum golpe”.¹⁶⁹

Para o vice-presidente da AMFNB, Marcos Antônio, devido à publicidade dada à prisão de Anselmo em outubro e essas reuniões em janeiro, começou a Associação a ser procurada para contatos políticos, e ter o apoio de federações e sindicatos.¹⁷⁰

No dia 1º de fevereiro, a agitação dos subalternos chegou às primeiras páginas dos jornais. Até então, o conflito vinha sendo divulgado em pequenas notas e sem muita importância. O *Diário Carioca* dava destaque a mais uma assembleia marcada para aquele dia. Dessa vez já contavam com a solidariedade do Comando Geral dos Sargentos (CGS) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).¹⁷¹ O evento foi realizado no Sindicato dos rodoviários e os presentes exigiram a anulação do inquérito aberto em outubro. Os dirigentes afirmaram ainda que o Estatuto já havia sido mudado em 21 de dezembro de 1963, retirando a questão da “classe”, que era exigência do Ministro.¹⁷² De acordo com depoimento de Anselmo, por ter orientado a não realização daquele ato, o almirante Aragão rompeu relações com a diretoria da AMFNB.¹⁷³

Essa assembleia também foi caracterizada pelo grande número de sindicatos e associações que enviaram representantes. Presidida por José Anselmo e tendo Adilson Aquilino como secretário-geral, aquele ato contou com pelo menos 17 representantes de várias organizações, entre elas: a Associação dos Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros do Brasil; Associação dos Cabos e Soldados das Polícias Militares do Brasil; União Nacional dos Estudantes e Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara, representado pelo Deputado João Massena.¹⁷⁴ No pronunciamento do presidente, a informação de que a sucursal da AMFNB em Ladário havia sido fechada “por portar um cartaz do monopólio integral da Petrobrás”. José Raimundo da Costa, responsável pelo departamento educacional da entidade, usou o microfone para dizer que: “apesar da proibição de alguns navios, em não deixar que os marinheiros estudem, tem havido frequência em massa em nosso colégio”. José Inglês aproveitou a oportunidade para manifestar que, mesmo sem conseguir o desconto em folha por parte da Marinha, as arrecadações eram satisfatórias. Anselmo retomou a palavra dizendo

¹⁶⁹ ESPELLET, Eddy S. *Op. Cit.* p.17-18.

¹⁷⁰ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário GB 2247. Depoimento de Marcos Antônio da Silva Lima.

¹⁷¹ BN - *Diário Carioca*, 01 fev. 1964, Capa e p.03.

¹⁷² BN - *Jornal do Brasil*, 06 fev. 1964, p.05.

¹⁷³ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 1183. Depoimento de José Anselmo dos Santos.

¹⁷⁴ AEL – BNM, Anexos. Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 fev.1964. Trata-se de João Massena Melo, conhecido militante do PCB que foi preso em 1970 e é considerado desaparecido político. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=308&m=3>. Consultado em 07 de mar. 2010.

que “a campanha de prevenção contra o câncer ginecológico, foi taxada de comunista pelo Ministério da Marinha”.¹⁷⁵

Os associados ainda aproveitaram a oportunidade para pedir a nomeação do almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, para Chefe do Estado-Maior da Armada. Na reunião, o almirante Aragão foi assim lembrado: “tudo o que se podia fazer pela Associação ele o fez”. Em um dos pronunciamentos mais exaltados, o cabo fuzileiro naval Walter Aragão disse: “[...] estamos em luta de vida ou morte. A luta não difere de [sic] trabalhadores e operários, porque todos temos o mesmo ideal”. Ao final da agitada reunião, foram encaminhadas para votação, e aprovadas por unanimidade, as seguintes reivindicações direcionadas ao Ministro da Marinha:

1. Anulação do processo em andamento
2. Desconto em folha
3. Revisão dos regulamentos
4. Liberdades de expressões [sic] de pensamentos sem censura
5. Cumprir os regulamentos quando [sic] à promoção.

Às autoridades Governamentais:

1. Inclusão de Cabos e Soldados nos estudos quando for reformulado o C.V.V.M. [Código de Valores e Vencimentos dos Militares]
2. Direito de votar e ser votado¹⁷⁶

De acordo com documento sob a guarda do Arquivo Nacional, podemos afirmar que aquela assembleia foi acompanhada por, no mínimo, um agente infiltrado entre os presentes, e não era José Anselmo. No texto manuscrito, escrito pelo *Araponga*, várias referências ao pronunciamento do Presidente da AMFNB e às falas dos demais oradores.¹⁷⁷ Como resultado daquela reunião, a alta administração naval mandou abrir novo inquérito para apurar detalhadamente o que ocorrera naquele encontro.¹⁷⁸ Para piorar ainda mais a crise, no dia 06 de fevereiro, jornais divulgaram notícia da prisão do marinheiro José Alípio Ribeiro a bordo no *Cruzador Barroso*, quando recolhia mensalidades junto aos tripulantes daquele navio.¹⁷⁹ Os dirigentes sentem a pressão e demonstram o desejo de chegar a um acordo com a Marinha. Não queriam perder aquela estrutura que tinham organizado. Em 08 de fevereiro, um sábado de carnaval, o *Jornal do Brasil* trouxe a seguinte reportagem:

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ AN – Documento BR AN, RIO – X9.0.ESI, ACL.1/29. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL129.pdf>. Consultado em 26 dez. 2009.

¹⁷⁸ BN - *Jornal do Brasil*, 07 fev. 1964, p. 05.

¹⁷⁹ BN - *Jornal do Brasil*, 06 fev. 1964, Capa.

“Os dirigentes da AMFNB informaram na noite de ontem, que após o carnaval devem solicitar uma audiência com o Ministro da Marinha, a fim de ‘expor as dificuldades que vêm passando os marinheiros e fuzileiros nos navios e quartéis’[...]. No encontro com o Ministro, os diretores da Associação prometem fazer uma proposta que estabeleça um *modus vivendi* entre a Armada e a entidade, consubstanciando, na proposição, cláusulas que garantem o livre funcionamento do órgão de classe. O porta-voz do Ministro negou-se a dizer se o Ministro marcaria a audiência pedida pelos dirigentes ou se evitaria tal encontro [...]”.¹⁸⁰ [Grifo do original]

No dia 13, o mesmo jornal continuou noticiando a tentativa dos marinheiros de conseguir audiência com o ministro da Marinha. Sem sucesso. Sylvio Motta, pressionado pelo conselho do almirantado, não demonstrou interesse em dialogar com seus subordinados.¹⁸¹ Aliás, não seria fácil para o almirante ter que se reunir com aqueles “agitadores”. Como se reunir com quem vivia sujo de óleo das cozinhas, máquinas e motores das *belonaves*. A hierarquia militar, baseada em canais estreitos de comunicação e de mando, impossibilitava-o ter uma relação mais amistosa com seus subordinados. Claro que essas barreiras não eram intransponíveis - já citamos exemplos de oficiais que tinham um bom relacionamento com seus subordinados - mas a decisão de superá-las era algo muito particular. O Ministro optou por não atendê-los. Essa rejeição possibilitou que seus comandados despertassem o interesse e fossem percebidos por diversos setores das esquerdas, inclusive a mais radical, que a partir daquele momento marchariam lado a lado com os homens do mar. Para o bem e/ou para o mal.

7. Todos “querem” os marujos

Após esses acontecimentos, amplamente divulgados na imprensa, a AMFNB não mais passava despercebida. Vários agrupamentos políticos, das mais diversas orientações ideológicas das esquerdas, visualizaram no movimento dos marinheiros algo em que poderiam obter algum ganho político. Naquele contexto de confronto, tudo seria bem vindo. Tanto Jango, quanto Brizola, passando pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), até o Partido Comunista Brasileiro (PCB), podem ser enquadrados nesse exemplo.

No caso do presidente Goulart, procurou dialogar e compreender as demandas dos marinheiros e fuzileiros navais. No auge da crise disciplinar na Marinha ocorrida em janeiro, Jango determinou que o almirante Aragão intermediasse junto ao Ministro Sylvio Motta, “a suspensão da prisão de seis ex-diretores e o Inquérito Policial Militar contra os diretores

¹⁸⁰BN - *Jornal do Brasil*, 08 de fev. 1964, p.03.

¹⁸¹BN - *Jornal do Brasil*, 13 fev.1964, p.09.

atuais da Associação”. Com essa medida, o presidente procurava “evitar a criação de um ambiente de desagregação nas Forças Armadas”.¹⁸² Posteriormente, durante conversa com o seu ministro da Justiça, Abelardo Jurema, Jango confidenciara que “por várias vezes, recomendara ao Ministro [da Marinha] evitar choques com a Associação dos Cabos e Marinheiros, e procurasse contornar, pois se já o Governo não dispunha do almirantado, não poderia perder a simpatia dos inferiores”.¹⁸³

O exemplo de Brizola é mais emblemático. Existia uma relação recíproca de apoio entre o deputado e os marinheiros. Sua proximidade com o almirante Aragão possibilitou, inclusive, que fuzileiros navais formassem sua guarda particular. “Leonel Brizola, ao falar na televisão, muitas vezes aparecia com dois fuzileiros navais, empunhando seus fuzis”.¹⁸⁴ Como líder mais radical das esquerdas naquele contexto, os discursos do ex-governador na Rádio Mayrinc Veiga eram ouvidos assiduamente pelos marujos. Inclusive, a AMFNB conseguira na mesma rádio, um programa dominical de quinze minutos onde divulgava as realizações da entidade e se pronunciava sobre assuntos políticos.¹⁸⁵ No final de 1963 Brizola lançou o “Grupos dos 11”, visando transformar esses grupos em um partido revolucionário. Esse futuro partido teria um núcleo armado, formado por oficiais nacionalistas, sargentos e marinheiros, segundo Paulo Schilling.¹⁸⁶ Outro dado interessante, é que o jornal de Brizola, “*O Panfleto*”, era muito lido pelos subalternos da Marinha. “Uma banca de jornal, próxima ao Arsenal da Marinha, chegou a vender seis mil exemplares de uma edição”.¹⁸⁷ Exemplo emblemático, que reforça a existência dessa relação, foi o fato de que poucos dias antes do golpe, um grupo de cerca de cem marinheiros terem se dirigido à residência de Brizola e ter manifestado apoio à sua ida para o Ministério da Fazenda.¹⁸⁸

Chegamos ao CGT. No dia 19 de fevereiro de 1964, as centrais sindicais, sob a coordenação daquele *Comando*, lançaram convocação para um comício a ser realizado no dia 13 de março, o famoso *Comício das Reformas*.¹⁸⁹ Entre os temas em pauta estava a exigência

¹⁸² BN - *Jornal do Brasil*, 24 jan. 1964, p.05.

¹⁸³ JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964, p.152.

¹⁸⁴ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p. 43.

¹⁸⁵ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p.100.

¹⁸⁶ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. vol. 1. São Paulo: Global, 1979, p. 243.

¹⁸⁷ *Ibid*, p. 88.

¹⁸⁸ *Diário de Notícias*, 29 mar. 1964. Citado em MORAES, Dênis. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.118.

¹⁸⁹ REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.24. Segundo o autor, a realização desse comício foi o sinal do Presidente Goulart de que iria partir para a ofensiva. Nele, Jango anunciou a assinatura de decretos expropriando pequenas refinarias particulares e a desapropriação de terras improdutivas ao longo dos eixos rododiferroviários, mediante indenização. *Ibid*, p.30.

da “extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos (...)”.¹⁹⁰ Era mais um sinal inquestionável de que as reivindicações dos marinheiros tinham saído da esfera interna da instituição e já faziam parte da calorosa agenda política nacional dos idos de março daquele ano, recebendo o apoio do principal órgão sindical da época, o CGT. Pelo menos, quatro integrantes de destaque daquele *Comando*, estariam presentes na futura assembleia dos marinheiros do dia 25 de março. São eles: Hércules Corrêa, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco e Paulo de Mello Bastos.

No dia do comício, fuzileiros navais e a Polícia do Exército (PE) formavam a guarda especial que dera proteção ao Presidente da República. Ouviram os calorosos discursos e se identificaram ainda mais com aquelas propostas, especialmente a *reforma agrária*; pensavam eles que suas famílias, ainda morando nos rincões mais longínquos do interior do país, poderiam se beneficiar daquelas medidas. Aquelas palavras do Presidente seriam lembradas poucos dias depois em outra missão que os fuzileiros teriam que cumprir, mais exatamente no dia 26 de março.¹⁹¹

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) possuía alguns quadros na AMFNB. Pelo menos quatro integrantes do partido militavam também na associação. De acordo com o marinheiro Antônio Duarte, presidente do conselho deliberativo na segunda diretoria, os marinheiros José Athaide, José Raimundo, João Ataliba e o cabo Humberto, eram quadros experientes do partido e se constituíam numa grande referência para a marujada. Duarte ainda não esqueceu de frisar, a “coincidência” na data de fundação do PCB e da AMFNB, 25 de março.¹⁹² Outra fonte que indica a aproximação do PCB com os marinheiros, é o depoimento do cabo Antônio Geraldo Costa. Ele, que por duas vezes exerceu a função de vice-presidente da Associação, relatou que no começo de 1964 foi procurado por Marcos Antônio, o qual lhe informou que tinha sido convidado para entrar no PCB e estendeu o convite a Antônio Geraldo. No referido depoimento, Geraldo afirmou que não aceitou o convite e por esse motivo sentiu uma campanha dentro da Associação com o objetivo de tachá-lo de espião do serviço secreto da Marinha.¹⁹³

Essa relação do PCB com membros da AMFNB, se fará presente no discurso do marinheiro Anselmo do dia 25 de março de 1964. No entanto, essa presença de quadros do *partidão* não significa que a entidade fosse um braço dos comunistas, como quis associar posteriormente a Marinha. Vale lembrar que passava de quinze mil o número de sócios. Um

¹⁹⁰ BASTOS, Paulo M. *A caixa-preta do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2006, p.32-33.

¹⁹¹ Entrevista de Coutinho. Rio de Janeiro, 09 nov. 2008.

¹⁹² DUARTE, Antônio. *Op. Cit.*, p. 62-63.

¹⁹³ AEL- BNM, nº 508. Depoimento de Antônio Geraldo da Costa.

agrupamento com esse tamanho agrega uma diversidade enorme de crenças, valores e ideologias.

Cabe-nos ressaltar que as aproximações dos militantes da esquerda com a entidade dos marinheiros foi, provavelmente, algo bem-vindo. Para quem vivia isolado da sociedade, dialogar e receber apoio de um deputado, de um líder sindical ou um de representante da classe estudantil não era algo que pudessem abrir mão. A aproximação foi recíproca.

8. Preparando o desembarque

Em março de 1964, a entidade dos marujos e fuzileiros comemoraria o seu segundo aniversário. Uma série de atividades foi programada e tudo seria coroado com um grande baile no dia 25, inclusive com o anúncio que o presidente João Goulart se faria presente. Durante uma semana, aconteceram inúmeros eventos, entre os principais: a encenação de peças teatrais - no Teatro Brasileiro de Comédia - onde os marinheiros e fuzileiros compareceram com suas esposas e namoradas, e uma visita à refinaria da Petrobrás em Duque de Caxias. No dia 23, o ministro da Marinha determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB, por terem participado de uma reunião no Sindicato dos Bancários, ocorrida no dia 20, na qual Anselmo protestou contra o almirante Motta.¹⁹⁴ Essa reunião foi realizada devido ao cancelamento da visita à Petrobrás, feito pelo General Osvino Ferreira Alves, presidente da Estatal, alegando problemas de saúde. O que ocorreu foi que o Ministro Sylvio Motta soubera antecipadamente da visita e intercedeu junto ao general para que o evento não ocorresse.¹⁹⁵ No dia seguinte, seis marinheiros foram localizados e presos. Era 24 de março.

Naquele dia, o *Jornal do Brasil* trouxe uma pequena chamada na capa: “Política expulsa 36”. A notícia trazia a informação de que foi decidida a expulsão de 30 marinheiros e que o almirante Sylvio Motta decretou a prisão de José Anselmo dos Santos e que mandaria recolher à prisão os demais dirigentes da Associação. “O presidente da Associação foi o único que se manifestou na Assembleia dos Securitários e espera-se sua expulsão, uma vez que já foi enquadrado várias vezes no capítulo disciplinar”.¹⁹⁶ O jornal *O Globo* trouxe uma pequena nota: “Serão presos hoje os marinheiros que fizeram manifestação subversiva”.¹⁹⁷ Ainda naquele dia, foram encontrados e presos: Avelino Capitani, 2º vice-presidente; cabo Adilson Aquilino, secretário-geral; marinheiro Celso Carlos da Silva, 1º secretário; cabo João Ataíde

¹⁹⁴ BN - *Jornal Última Hora*, 24 mar. 1964, p.02.

¹⁹⁵ AEL - BNM, nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do Ministro Sylvio Motta.

¹⁹⁶ BN - *Jornal do Brasil*, 24 mar. 1964, capa e p.05.

¹⁹⁷ BN - *O Globo*, 24 mar. 1964, p.06.

Gomes, ex-tesoureiro, e os marinheiros Raul Alves Nascimento Filho e José Duarte dos Santos, do conselho deliberativo. Estavam sendo procurados: Anselmo, Marcos Antônio, Antônio Geraldo Costa, Antônio Duarte, Ronaldo Gomes de Araújo e Jorge Santana.¹⁹⁸

No mesmo dia, a sede da Associação foi invadida por uma guarda de fuzileiros navais que procuravam cumprir os mandados de prisão contra os diretores que ainda estavam livres, inclusive Anselmo.¹⁹⁹ Ainda naquela véspera de aniversário, houve uma reunião na casa de Leonel Brizola onde foi discutido o apoio aos marinheiros. De acordo Moacyr Félix, ‘o clima era tumultuado, com debates acalorados’.²⁰⁰ Entre os presentes, Miguel Arraes, Almino Afonso, Max da Costa Santos, Paulo Schilling e Ênio Silveira. Ao final da reunião, decidiu-se não apoiar o evento comemorativo dos marinheiros, contrariando posição de Brizola e Max da Costa Santos, que eram a favor do ato. No dia seguinte, data da “festa”, o clima amanheceu quente. Mar agitado. *Mar de marinheiro*.²⁰¹ A Associação distribuiu, clandestinamente, panfletos nas organizações militares com o chamamento para a *memorável concentração*:

“Marinheiros e Fuzileiros

Nossa entidade vive num [sic] momento histórico, mais uma vez a cúpula da MARINHA investe contra nós, tentando frear a nossa marcha pelas [reformas?] de estruturas e pela libertação do nosso povo. Vamos dar um apoio total à nossa diretoria comparecendo à grande assembleia de hoje, 25 de março, com a *presença do Exm^o. Sr. Presidente da República*. Mostraremos a nossa inquebrável [unidade?] nesta memorável concentração em massa, quarta-feira, hoje, às 19:00 horas no Palácio dos Metalúrgicos. Rua Ana Nery, 152 – Pedregulho”.²⁰²[Grifo meu]

Essa referência à possível presença do presidente João Goulart na assembleia não era blefe dos redatores do panfleto. De fato, o chefe supremo das Forças Armadas foi convidado e estava decidido a comparecer. Jango chegou a consultar o ministro Sylvio Motta a respeito do assunto e foi convencido, segundo o ministro, dos inconvenientes da sua presença na referida assembleia ou de qualquer representante seu, sob a alegação de que “a Associação não era reconhecida pela Marinha e sua diretoria vinha cometendo uma série de faltas disciplinares tendo como consequência a prisão rigorosa de vários de seus membros [...]”.²⁰³

Outra fonte que comprova esse convite ao presidente João Goulart é o relato do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Em um capítulo de sua obra memorial, intitulado *Começo do fim*, ele descreveu o clima no gabinete presidencial na manhã do dia 25 de março

¹⁹⁸BN - *Correio da Manhã*, 25 mar.1964, 2º Caderno, p.01.

¹⁹⁹BN - *Jornal Última Hora*, 27 de mar. 1964, p.03.

²⁰⁰Entrevista de Moacyr Félix a Dênis de Moraes. Cf MORAES, Denis. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 101-102.

²⁰¹*Mar de marinheiro* é o oposto de *mar de almirante*, que é um mar calmo, tranqüilo, bom de navegar. .

²⁰²AEL- BNM, Anexos, folha 2542. Atualizamos a ortografia.

²⁰³AEL - BNM, nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do Ministro Sylvio Motta.

de 1964. Segundo Jurema, apesar dos preparativos da viagem de Jango para São Borja, onde iria passar a *Semana Santa* e o *Domingo de Páscoa*, “algo estava contrariando o Presidente e algo teria que ser determinado lá não muito do seu agrado”. O Presidente relatou que o almirante Motta estava em crise com os subalternos. Falou-lhe da reunião dos marujos e que ele “não poderia comparecer, em face dos atritos ocorridos entre o Ministro da Marinha e os marinheiros, dos quais já haviam resultado algumas prisões que, por sinal, estavam contrariando muito o Presidente”.²⁰⁴ Jango solicitou que Jurema o representasse no encontro. O Ministro da Justiça, após conversas particulares com Darci Ribeiro [favorável ao comparecimento], com o almirante Aragão e com o Ministro Sylvio Motta, resolveu não participar do evento.

Paralelo a esses (des)entendimentos políticos, as notícias divulgadas nos jornais daquele dia contribuíram decisivamente para a elevação dos ânimos. O *Correio da Manhã* divulgou nota da AMFNB, lançada no dia anterior:

“[...] atendendo aos reclamos de milhares de subalternos da Marinha, manteve-se não obstante as perseguições aos sócios e dirigentes, em atitude de defesa dos interesses de marinheiros e fuzileiros navais diante da Marinha (que não a reconhece) e diante do Congresso Nacional”.²⁰⁵

A nota ainda trazia as seguintes reivindicações:

“Reconhecimento da AMFNB; anulação das punições dos sócios e dirigentes; Reforma dos regulamentos, por uma comissão composta de oficiais, sargentos, cabos e marinheiros; estabilidade, no mínimo, nos dez anos de serviço, e alimentação igual do almirante ao grumete [...]”.²⁰⁶

No *Jornal do Brasil*, o título da reportagem destacava: “Marinha decreta prisão de mais doze e adverte até navios fora do Brasil”. A matéria fazia alusão ao pronunciamento do Ministro Motta, no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, no dia anterior. Ao falar das mudanças reivindicadas pelos marinheiros, o Ministro deixou a entender que já estavam sendo providenciadas, mas ressaltou que:

“[...] tais modificações, porém, não podem ceder à iniciativa de indivíduos ou de agrupamentos espúrios dentro da classe, e sim à ação coordenadora e serena dos chefes navais, o que aliás, já vem sendo feito, de algum tempo pra cá, por grupos de trabalho. Entretanto, desejo deixar bem claro que estas reformas processar-se-ão na Marinha por iniciativa exclusiva das autoridades navais e serão ditadas pela compreensão dos problemas do homem e pelas reais necessidades do serviço naval. Ao dirigir-me especialmente ao pessoal subalterno da Armada, devo declarar que a atual diretoria da Associação de marinheiros e fuzileiros navais deixou-se envolver

²⁰⁴ JUREMA, Abelardo. *Op. Cit.* p.152.

²⁰⁵ BN - *Correio da Manhã*, 24 mar. 1964, 1º Caderno, p.03.

²⁰⁶ Ibid.

pelas ideias subversivas de elementos estranhos aos seus quadros e que, a autoridade naval não permitirá em caso algum, que estas ideias sejam propagadas a bordo de nossas unidades de guerra e quartéis. Não se deixem enganar, marinheiros e soldados, por esses falsos líderes que visam a detereorização da disciplina para atingirem os seus propósitos - *a nossa atitude será inflexível* na manutenção da ordem e da disciplina. Mais uma vez, na qualidade de chefe eventual da Marinha, eu conclamo os meus subordinados ao restabelecimento de um clima de tranquilidade, apolítico, dentro da ordem e da disciplina”.²⁰⁷ [Grifo meu]

O Jornal *Última Hora* divulgou uma pequena nota sobre as prisões decretadas no dia anterior.²⁰⁸ No Jornal *O Globo*: “Presos os marinheiros e fuzileiros que pediram demissão do Ministro”. A matéria trazia a importante informação: “O cabo José Anselmo, presidente da Associação, vai ser excluído dos quadros da Marinha, por ter cumprido, este ano mais de 30 dias de prisão rigorosa.”²⁰⁹ Na realidade, Anselmo estava enquadrado no artigo 28 do RDM, no qual constava que a pena de exclusão seria imposta “sempre que a praça, de graduação inferior a suboficial, houver sido punida, no espaço de um ano, com trinta dias de prisão rigorosa ou quando for julgado merecê-la, por má conduta habitual ou inaptidão profissional, por um Conselho de Disciplina.”²¹⁰ Na tarde do dia 24, o general Assis Brasil telefonou para o ministro e solicitou, em nome do Presidente da República, que ele sustasse a ordem de prisão dos marinheiros. Motta, informou-o que sua decisão era irreversível.²¹¹

O cenário na manhã do dia 25 era de suspense e angústia. Estavam presos os seguintes diretores: Avelino Capitani, Adilson Aquilino, Celso Carlos da Silva, João Ataíde Gomes, Raul Alves Nascimento Filho e José Duarte dos Santos. Foragidos: José Anselmo dos Santos, Marcos Antônio da Silva Lima, Cabo Antônio Geraldo da Costa (transferido do Rio de Janeiro), Ronaldo Gomes de Araújo, Jorge Santana, e marinheiro Antônio Duarte dos Santos.²¹²

É comum encontrarmos em interpretações de historiadores e estudiosos do golpe, a informação de que a Assembleia foi proibida pelo Ministro Sylvio Motta.²¹³ Essa proibição na realidade não ocorreu e não tinha embasamento legal. A AMFNB era *pessoa jurídica* e tinha vida própria, independentemente da aprovação ou não da Marinha. Os mandatos de prisão

²⁰⁷ BN - *Jornal do Brasil*, 25 mar. 1964, p.04. Atualizamos a ortografia.

²⁰⁸ BN - *Última Hora*, 25 mar. 1964, p.05.

²⁰⁹ BN - *O Globo*, 25 mar, 1964, p.04.

²¹⁰ BRASIL. Decreto 38.010, out.1955. *Regulamento Disciplinar para a Marinha – RDM. Op. Cit.*

²¹¹ AEL - BNM, nº 149. caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

²¹² BN - *Correio da Manhã*, 25 mar.1964, 2º Caderno, p.01.

²¹³ Essa interpretação pode ser encontrada nas seguintes obras: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p.28; VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, p.196. FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.387; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2005, p.31.

expedidos no dia 23 de março foram uma reação aos pronunciamentos ocorridos no dia 20, quando do insucesso da visita à Petrobras.

Em seu depoimento prestado em 1964, Motta em nenhum momento afirmou ter proibido a realização do encontro,²¹⁴ inclusive, em conversa com o ministro Abelardo Jurema horas antes do evento, o mesmo apenas ressaltou não ser prudente a presença de nenhum representante de Jango ao encontro, pois seria um desprestígio para ele.²¹⁵ Com o objetivo de enquadrar juridicamente a Assembleia, o Ministro da Marinha utilizaria outros recursos, o maior deles, a alegação que os subalternos não poderiam se pronunciar publicamente sobre questões internas e sobre política. O fechamento e a dissolução da entidade era algo muito mais complexo e dependia de devido processo jurídico. Prova disso é a informação de que Sylvio Motta cogitou mandar fechar a AMFNB, “mas após consultas a juristas temia que a mesma fosse reaberta por mandado de segurança fato este que denegriria (sic) uma determinação sua”.²¹⁶ Ou seja, a “festa” tinha amparo legal, mesmo contrariando a vontade do Ministro.

9. O Dia “D”

Foi nesse mar tenso, agitado, que os marinheiros se reuniram no dia 25 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Embora Jango não tenha comparecido, várias figuras de destaque político nas esquerdas marcaram presença. Eram os engravatados, os paisanos. Auditório cheio, vários representantes dos *praças* de outras corporações militares - inclusive de Associações que os próprios marinheiros ajudaram a fundar - se fizeram presente.²¹⁷ “Um colorido bonito”, nas palavras do marinheiro Otacílio.²¹⁸ Alguns convidados notáveis não compareceram: além do Presidente da República, o almirante Aragão e o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, foram alguns deles.²¹⁹

²¹⁴ AEL - BNM, nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do Ministro Sylvio Motta.

²¹⁵ JUREMA, Abelardo. *Op. Cit.* p.155.

²¹⁶ GUSMÃO, Daniel Martins. *A trajetória da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e as memórias das lideranças.* (Monografia) Universidade Federal Fluminense-UFF. Niterói, 2006, p.20.

²¹⁷ De acordo com Avelino Capitani, os marinheiros contribuíram para a organização das Associações de subalternos da Polícia Militar da Guanabara e da Aeronáutica. Cf. CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.32.

²¹⁸ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008.

²¹⁹ A referência a esses convites está no depoimento do Ministro Sylvio Motta, no qual se refere a um diálogo entre ele e Abelardo Jurema. AEL - BNM, nº 149. Caixa 2, vol. 4, folhas 1370-1374. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

O marinheiro Paulo Conserva, delegado da AMFNB no *Cruzador Tamandaré*, depois de se pronunciar, entregou a placa oficial do aniversário ao presidente Anselmo.²²⁰ Vários oradores fizeram uso do microfone. Nas centenas de depoimentos constantes no IPM aberto para investigar aquela assembleia,²²¹ alguns mereceram mais destaque. Entre eles, o Deputado Hércules Corrêa, membro do PCB e exercendo mandato pelo PTB, visto que o *partidão* encontrava-se na ilegalidade. Hércules era figura de destaque no sindicalismo radical; Oswaldo Pacheco, do CGT, afirmou na ocasião que detinha o poder de parar o Brasil;²²² Dante Pelacani, também do CGT fez uso da palavra; comandante Paulo de Mello Bastos, outro membro de destaque daquele *Comando*. Outras figuras de destaque eram: o padre Alípio Freitas, ligado à Ação Popular²²³ (AP); Zilda Maria, representante da Liga Feminina e o representante do Presidente da República, o Deputado Max da Costa Santos²²⁴, que no início do ano, escrevera no jornal *Panfleto*, que: ‘insistir na conciliação é fugir à luta, é debilitar o ânimo do povo [...], a hora da conciliação já passou’.²²⁵ Eram personagens das várias faces das esquerdas naquele contexto. Segundo Paulo Schilling, ao se referir às organizações presentes no sindicato, “naquele momento a unidade das esquerdas tinha sido restabelecida”.²²⁶

Apesar de figuras de destaque que compareceram, uma presença não passou despercebida. Era a do grande líder dos marinheiros de 1910, o “Almirante Negro” João Cândido, que havia sido descoberto pelos marujos, morando em condições precárias na periferia de São João de Meriti, fato esse que fez com que a Associação lhe fornecesse uma aposentadoria de um salário mínimo por mês.²²⁷ A presença de João Cândido no evento era o elo simbólico entre as duas gerações de marujos, sem contar ainda o mal-estar que seu nome

²²⁰ CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p. 66.

²²¹ Esse IPM encontra-se na Coleção BNM, catalogado com o nº 149. AEL-UNICAMP.

²²² AEL - BNM, nº 149; Caixa 01, vol.1. Depoimento do Marinheiro Agamenon dos Santos Filho.

²²³ Criada em 1962, composta de cristãos progressistas ligados à Juventude Universitária Católica (JUC). Definiu-se como um movimento político, diferenciando-se de partido político. Condenava tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes na época. Cf. ARNS, Dom Paulo Evaristo (Prefácio).

Brasil Nunca Mais. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p.100.

²²⁴ Ainda estavam presentes à assembléia: Deputado Sargento Garcia, Pereira Nunes, Avelino Gomes, Generais Henrique Oest e Luiz Oliveira Leite, José Carlos Brando, representante do “Grupo dos Onze”, Ivani de Souza, e representante da Polícia Militar. BN - *Correio da Manhã*, 26 mar. 1964, p.02.

²²⁵ Citado em FERREIRA, Jorge. *Op.Cit* p.47-48. Apud SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. vol.1. Os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979, p.09.

²²⁶ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder. vol. 2. Os acontecimentos*. São Paulo: Global, 1979, p.60.

²²⁷ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 108.

causava na oficialidade. O “fantasma” de 1910 ainda rondava a Guanabara, mais uma vez, o “*Dragão do Mar*” reapareceu.²²⁸

O presidente José Anselmo fez seu discurso, que segundo ele, contou a colaboração de Carlos Marighella, deputado do PCB - que se tornaria posteriormente um dos grandes quadros da esquerda armada - na elaboração do texto. Segundo Anselmo:

“No dia 25 de março, eu estava preparando o discurso e fui levado pelo Marco (sic), o vice-presidente da Associação, a um escritório na Rua México onde estavam Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira [...]. O Marighella leu, fez anotações. Depois, ele, o Marco (sic), o Câmara Ferreira e eu demos a redação final ao negócio. Marighella fez toda a costura política sobre apoio às reformas de base. Todas as bandeiras políticas defendidas pela esquerda comunista foram inseridas no discurso: ‘Nós apoiamos isto, apoiamos aquilo’[...]”²²⁹

Em sua obra memorial, Antônio Duarte, um dos componentes da mesa durante a Assembleia e descrito por Anselmo como o marinheiro que o levou para a Associação, confirmou essa versão. Vejamos as palavras de Duarte:

“Nos dias que antecederam à crise, o único elemento do Comitê Central do Partido [PCB] que entendeu o momento e, contrariando talvez a direção do Partido, aproximou-se dos marinheiros foi o dirigente Carlos Marighella. [...]. Marighella reuniu-se com alguns diretores da Associação e os orientou no momento mais crucial da crise, quando os diretores já caçados pela Marinha, com mandados de prisão pendendo sobre suas cabeças, se articulavam para tentar dar uma resposta através do Manifesto de apoio às reformas e de denúncia sobre a situação na Marinha, lido por Anselmo no dia 25, na assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos”.²³⁰

Dirigido ao Presidente da República, representado naquela ocasião pelo Deputado Max da Costa Santos, eis os principais trechos do hoje famoso discurso do marinheiro Anselmo, reproduzido por Flávio Rodrigues. O pronunciamento iniciou-se com um caráter notadamente político, destacando-se as expressões: *latifúndio, imperialismo, Reformas de Base e explorados*.

“Aceite, Senhor Presidente, a saudação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas-de-casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas; aceite, Senhor Presidente, a saudação daqueles que juraram defender a Pátria, e a defenderão se preciso for com o próprio sangue dos inimigos do povo:

²²⁸ Em 1974 Elis Regina gravou música composta por João Bosco e Aldir Blanc intitulada “O Mestre-sala dos mares”. A canção era uma homenagem a João Cândido e a expressão “o dragão do mar reapareceu” foi uma alusão ao jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, que em 1884 rebelara-se contra o embarque de escravos no Ceará e por isso ganhou o apelido de “Dragão do Mar”. Para Francisco José do Nascimento, ver: www.acordacultura.org.br. Acesso em 12 fev. 2009.

²²⁹ Entrevista de José Anselmo dos Santos a Percival de Souza. Cf. SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.78-79.

²³⁰ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* p.55. Nota do autor: Somando-se a esses relatos, o depoimento, já citado, de Antônio Geraldo da Costa sobre o convite de Marcos Antônio para ingressarem no PCB, fica evidente essa participação de Marighella. Atualizamos a ortografia.

latifúndio e imperialismo; aceite, Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base, que libertarão da miséria os explorados do campo de da cidade, dos navios e dos quartéis”.²³¹

A partir das linhas seguintes, o texto se volta para as questões dos marinheiros:

“Brasileiros civis e militares! Meus companheiros! A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram as condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de liberdade, as perseguições e as injustiças sofridas, que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura, e da recreação, os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil. Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo, escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado? Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes. A verdade deve ser dita”!²³²

Dando prosseguimento ao discurso, o retorno do caráter político:

“Quem, neste país, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das Reformas de Base [...]”.²³³

Anselmo, reconhecido pelos companheiros como um exímio orador, ressaltou ainda o apoio dos marinheiros a todos os pontos das *Reformas* anunciadas pelo Presidente no Comício da Central do Brasil, dia 13 de março. Dentre os pontos: o apoio ao decreto da SUPRA²³⁴; à encampação das refinarias particulares e ao tabelamento dos aluguéis. Destacou ainda a necessidade de reforma na Constituição para estender o direito de voto aos soldados, cabos, marinheiros, e aos analfabetos. Na sequência, o orador associou aquela assembleia a uma continuação da Revolta de 1910, exclamando:

“Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido [...] e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos [...]”.²³⁵

Enfim, a AMFNB saiu da defensiva, posição que vinha sendo característica desde os acontecimentos de outubro de 1963 e tomou uma posição radical de reivindicações. Eram elas: Reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha; não interferência do Conselho do

²³¹ Apud RODRIGUES, Flávio L. *Op. Cit.* p. 172-174.

²³² Ibid.

²³³ Ibid.

²³⁴ Superintendência da Reforma Agrária.

²³⁵ RODRIGUES, Flávio L. *Op. Cit.* p. 172-174.

Almirantado nos negócios internos da AMFNB; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares [...]; estabilidade para cabos, marinheiros e fuzileiros; e ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília.²³⁶

Naquela altura, já se tinha anunciada a prisão de seis dirigentes da Associação e os presentes decidiram que, em solidariedade aos companheiros detidos, se apresentariam presos na segunda-feira. O marinheiro Otacílio dos Anjos Santos, fez uso da palavra e lembrou da seguinte forma o teor de sua fala:

“ [...] A tônica é sairmos daqui e nos apresentarmos segunda-feira, na Praça XV, presos. Totalmente impossível. Na minha ótica é totalmente impossível. E eu não tenho como ficar e ir pra Praça XV, porque eu moro a bordo. E 85% (oitenta e cinco por cento) do pessoal que tá presente é gente mais nova do qual (sic) eu rebusquei em Escolas de Aprendizes. Moramos a bordo. Não ganhamos nem ¼ (um quarto) do salário mínimo. Como vou ficar, no meio da rua, hoje quarta-feira, amanhã quinta, sexta, sábado e domingo, cinco dias no meio da rua? Eu não vejo como. Não há como a gente ficar. Eu temo pela minha integridade física e aqueles dos quais eu busquei para uma realidade [...]. O que eu proponho? Isto aqui é do povo, um sindicato popular. Eu proponho que nós fiquemos aqui. De maneira ordeira, de maneira consciente, nós vamos ficar aqui. Pelo menos, nós estamos protegidos pela sociedade”.²³⁷

A proposta foi aceita. O cabo Cláudio Ribeiro, ajudando a esquentar ainda mais o clima, propôs que a assembleia permanente se prolongasse até que a AMFNB fosse reconhecida pela Marinha. O *Palácio de Aço*²³⁸ “pegou fogo” e o aniversário, podendo ser chamado também de *encontro das esquerdas*, se transformou em *rebelião* dos marinheiros. Segundo o coronel Kardec Lemme, Carlos Marighella, ainda no PCB, telefonou para ele e disse: ‘Kardec, vem para o Sindicato dos Metalúrgicos. Aqui está se decidindo o destino do Brasil’.²³⁹

Ainda naquela madrugada, o Ministro Sylvio Motta foi informado sobre a decisão dos marujos. Antes do amanhecer, determinou *Regime de Prontidão Rigorosa* em toda a Marinha e chamou o almirante Aragão ao seu gabinete, ordenando-o que fosse ao Sindicato e transmitisse a informação aos marinheiros. O Regime de Prontidão foi uma maneira encontrada pelo Ministro de “forçar” o regresso dos marujos para as organizações militares. O não cumprimento daquela ordem enquadraria os marinheiros em “crime de insubordinação”.²⁴⁰ Ao receberem a ordem pessoalmente do almirante Aragão no amanhecer

²³⁶Ibid, p.174.

²³⁷ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008. Nota do autor: a sequência das falas e discursos pode não ter sido necessariamente como aparecem nas fontes.

²³⁸ Nome como era conhecida a sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

²³⁹ MORAES, Denis de. *Op. Cit.* p. 103. Nota do autor: não encontramos qualquer informação de que Carlos Marighella esteve presente no sindicato.

²⁴⁰ AEL –BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol..

do dia 26, os marinheiros, reunidos em plenário, reafirmaram que o regresso ficaria condicionado ao reconhecimento da AMFNB e à anulação das punições impostas aos membros da associação.²⁴¹ Após consulta ao Ministro e da negativa deste em aceitar qualquer exigência, o Comandante dos Fuzileiros Navais recebeu ordens de preparar uma tropa para desalojar os “amotinados”. Aragão não conseguiu cumprir a missão e pediu exoneração do cargo. O seu subcomandante, almirante Washington Frazão Braga, o acompanhou. A operação ficou a cargo de outro fuzileiro naval, o almirante Luiz Phelippe Sinay, tendo a *Companhia de Polícia* do Corpo de Fuzileiros Navais para a execução da ação, contando ainda com o apoio do Exército. A ofensiva foi marcada para às 09:15h daquela quinta-feira santa.²⁴²

Enquanto os acordos militares aconteciam, as negociações políticas eram realizadas. Membros do CGT, principalmente os Deputados Hércules Corrêa e Demístocles Batista, atuavam como intermediários em três frentes: os marinheiros, a presidência da República - representada nesse momento pelo chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro - e o Ministro da Marinha.²⁴³ Até aquele momento, com Jango ainda em São Borja, a decisão estava com o almirante Motta. Estando o mesmo pressionado pelo Almirantado, não abria mão da ação militar dos fuzileiros navais. Assim, os homens do *gorro de fita escocesa*²⁴⁴ deixaram o Quartel Central da Ilha das Cobras para cumprir aquela missão.

10. Uma questão de honra

Na hora marcada chegaram os fuzileiros navais. Lá dentro do Sindicato uma agitação tomou conta dos rebelados. Alguns se dirigiram ao portão de entrada e começaram a gritar para os componentes da tropa: ‘Nossa causa é justa e pacífica, entrem e fiquem solidários conosco, sejam patriotas, temos certeza que vocês fuzileiros não nos trairão’.²⁴⁵ De repente, nos auto-falantes do *Palácio de Aço*, ouvem-se acordes de um hino muito conhecido dos militares daquela tropa. A letra falava de *um povo heroico, de sol da liberdade, igualdade, amor, esperança...* Os rebelados formaram um coro improvisado e o som do *Hino Nacional Brasileiro* ultrapassou os capacetes da tropa dos fuzileiros navais. Estes estavam ali, no limite

²⁴¹ AEL –BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol. Depoimento do capitão-de-fragata Antônio Leopoldo Amaral Sabóia. Este oficial acompanhou o almirante Aragão quando desse comparecimento ao Sindicato dos Metalúrgicos na madrugada do dia 26 mar. 1964.

²⁴² AEL–BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

²⁴³ BASTOS, Paulo M. *Op. Cit.* p.219.

²⁴⁴ Em alguns uniformes, os cabos e soldados fuzileiros navais utilizam o *Gorro de fita escocesa* em substituição aos Quepes e “Bonés”.

²⁴⁵ AEL - BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol. Depoimento do Tenente Jair Baptista Lopes.

da honra. Entre cumprir a missão de soldados disciplinados, adestrados, docilizados, e quebrar as regras, romper com os dogmas, explodir a hierarquia.

O inesperado aconteceu. O soldado Raimundo Nonato Barbosa, sem receber ordens, resolveu invadir o Sindicato. Mas foi uma invasão diferente. É que segundos antes de romper o terreno “inimigo”, ele despojara-se de sua arma, de seu capacete e de sua munição. Aos prantos, emocionado pela canção que ecoava do interior do prédio, ele resolveu aderir ao movimento.²⁴⁶ Não sabia ele que aquela atitude motivaria seus colegas de tropa. Como se estivessem cumprindo uma ordem, um a um repetiu o gesto rebelde. O limite da honra foi ultrapassado, ressignificado. O que seria honra naquele momento para os soldados?...

Ao todo, 26 fuzileiros deixaram para trás os regulamentos, os manuais militares e o poder de fogo de suas metralhadoras *Ina*,²⁴⁷ deixadas na calçada. Desfalecidas. Desvalidas.²⁴⁸ Os oficiais e sargentos que comandavam as tropas não acreditaram no que estavam vendo. Ficaram parados, perplexos, atônitos. Como agir diante daquela situação? Com certeza aquilo não estava nos manuais de combate.

Dentro do Sindicato, explosão de euforia, lágrimas, gritos, abraços. A “Revolução estava no ar”, pensaram os militantes da esquerda mais radical.²⁴⁹ Os demais membros da tropa regressaram ao Quartel Central dos fuzileiros navais. O Ministro Sylvio Motta não desistiu da operação e preparou uma nova ofensiva. Dessa vez a cargo do *Batalhão Riachuelo*, tropa operativa sediada na Ilha do Governador. Mais uma vez o apoio do Exército foi solicitado e a invasão do sindicato planejada nos mínimos detalhes.

À tarde, todo o quarteirão foi cercado. Nove choques e 12 tanques foram utilizados para tal fim.²⁵⁰ Tropas da Polícia do Exército (PE), sob o comando do Coronel Ventura, fizeram o isolamento da área. Entretanto, após entendimentos entre a Casa Civil da Presidência (Darcy Ribeiro), o general Moraes Âncora, o ministro da justiça Abelardo Jurema e o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Anísio Botelho, a invasão foi suspensa.²⁵¹ Nenhuma decisão deveria ser tomada sem a ordem do presidente Jango, que retornaria de São Borja para resolver o conflito.²⁵² Todo o dia 26 foi tomado por intensas negociações. Um

²⁴⁶ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 112. Nota do autor: No BNM, 149, encontramos vários depoimentos dos soldados fuzileiros que aderiram ao movimento. Tivemos acesso também aos depoimentos dos oficiais e sargentos que comandavam a tropa. A importância do canto do Hino Nacional é destacada em vários testemunhos, como também a não reação dos superiores. Cf. AEL-BNM, nº 149; caixa 1, vol. 1, e caixa 2, volume 4.

²⁴⁷ Sigla de Indústria Nacional de Armas. Era uma metralhadora de fabricação nacional.

²⁴⁸ Imagens dessa adesão dos fuzileiros podem ser vistas no Documentário *Jango*. Sílvio Tendler, 1984.

²⁴⁹ SCHILLING, Paulo. *Op. Cit.* vol. 2, p. 62.

²⁵⁰ BN – Última Hora, 27 mar. 1964, p.03.

²⁵¹ AEL-BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

²⁵² Ibid.

helicóptero da Marinha e um avião de cor amarela sobrevoaram o Sindicato.²⁵³ A Rua Ana Nery ficou repleta de curiosos e familiares [destacadamente companheiras e namoradas] que levavam mantimentos e cigarros para a marujada. Ainda naquele dia, A AMFNB divulgou uma nota com o seguinte conteúdo:

“Povo civil e povo fardado!

Acabamos de obter a maior vitória: os nossos companheiros, os bravos fuzileiros navais, depuseram as armas [...]. Estamos sitiados, quando somos pacíficos! Trazem armas para combater palavras [...], já recebemos solidariedade de militares de Natal, São Paulo, Salvador e Rio Grande do Sul e temos certeza que venceremos! Esta é uma epopeia que culminará com reformas de nossos regulamentos arcaicos. As forças nacionalistas unir-se-ão para a concretização das reformas [de] que o Brasil necessita com urgência. O nosso ato, unindo-nos aos trabalhadores na data do aniversário da nossa AMFNB, teve profunda importância para a política nacional, para os destinos de nossa pátria. Devemos continuar em trincheira de luta, com o pensamento único de que aqui estamos para – Deixar a pátria livre ou morrer pelo Brasil!”²⁵⁴

A nota, assinada por Anselmo, Marcos Antônio e Antônio Duarte, foi publicada no jornal *Novos Rumos*, do PCB. À tarde, a Marinha contra-atacou e lançou sua mensagem:

“Uma minoria de militares, cerca de 600 homens, entre marinheiros e fuzileiros, encontra-se desde ontem à noite em atitude de franca indisciplina, em sessão permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro. Alegam falsas teses já superadas de perseguições, que não são os propósitos de nossa progressista Marinha de Guerra. O Ministério da Marinha nega formalmente tais alegações, tese de ficção revolucionária, produto do passionalismo político que não deve predominar no militar. O Ministro Sylvio Mota [sic] tem prestigiado, conforme fez público, a tese reformista de S. Exa. o Presidente João Goulart. Tem sido chefe humano, paciente, enérgico; porém inflexível na manutenção da disciplina militar. Medidas e planos vêm sendo feitos visando ao aperfeiçoamento da instrução e condições de conforto das guarnições, o que a imensa maioria ou quase totalidade dos marinheiros reconhece. Trata-se de tentativa de subversão de indisciplina que será coibida de acordo com a Lei e com as diretrizes do Governo. Tropa legal de Fuzileiros Navais foi enviada ao local dos acontecimentos para o restabelecimento da ordem. A situação da Marinha em Brasília é completamente normal, cada militar empenhado no cumprimento de sua tarefa militar”²⁵⁵

As negociações continuaram. Até a chegada de Jango, os principais interlocutores do governo foram: Darcy Ribeiro, general Moraes Âncora, o ministro da justiça Abelardo Jurema, o ministro da Aeronáutica, Aloísio Botelho e o ministro do Trabalho Amauri Silva. No *Palácio de Aço*, durante à noite, membros da UNE encenaram uma peça teatral com o intuito de distrair e apoiar psicologicamente os “amotinados”.²⁵⁶ Na madrugada, Jango chegou e assumiu as negociações.

²⁵³ BN – Correio da Manhã, 27 mar. 1964, 2º Caderno, p. 01.

²⁵⁴ BN – Novos Rumos, 27 mar. 1964. Atualizamos a ortografia.

²⁵⁵ BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Op. Cit.* p.153-154.

²⁵⁶ AEL - BNM, nº 149. Caixa 1, vol. 1. Depoimento do marinheiro Paulo da Silva Bastos.

11. Confrontos no Arsenal

Na manhã seguinte, um novo episódio iria trazer mais comoção aos rebeldes do *Encouraçado de Pedra*.²⁵⁷ Cerca de duzentos marinheiros se deslocavam do interior do arsenal de Marinha - na Praça Mauá - em direção ao sindicato, onde pretendiam apoiar seus colegas de farda. Vinham em caminhada, entoando o Hino e conduzindo a Bandeira Nacional. Antes de chegarem ao portão principal, tiros foram disparados por oficiais e fuzileiros que estavam posicionados em lugares estratégicos nos prédios que compõem aquele complexo naval. Mesmo assim continuaram a marchar. O capitão-de-fragata Rafael de Azevedo Branco avançou sobre eles e tentou arrancar a bandeira das mãos dos marujos, alguns caíram na água e conseguiram escapar.²⁵⁸ Outros tentaram reagir, mas a maioria recuou e voltou para os navios. Durante os confrontos, o fuzileiro naval Osvaldo Inácio Cunha ficou sem o seu fuzil, o qual foi arrancado de suas mãos. Osvaldo ainda conseguiu retirar o carregador, mas uma munição ficou na arma. Horas depois o armamento foi encontrado, abandonado no Arsenal, intacto.²⁵⁹ Uma prova de que os marinheiros não tinham objetivos de usarem armas em suas reivindicações.

Ainda como saldo daquele sangrento episódio: três marinheiros feridos pelos disparos²⁶⁰ e oito militares presos. Entre os detidos, o soldado Manoel Nazareno Fernandes, por ter recusado a disparar contra seus companheiros.²⁶¹ Dentre os que caíram na água, um conseguiu chegar ao Sindicato dos Metalúrgicos. Ainda molhado e após ser medicado devido ao estado emocional no qual se encontrava, Alcides dos Santos Souza, conhecido por seus colegas como *Charuto*, relatou à diretoria da AMFNB o que ocorreu no arsenal. A notícia de que seus colegas tinham sido atingidos por tiros causou grande comoção nos marinheiros e fuzileiros rebelados. O próprio líder, Anselmo, ao informar o acontecimento em plenário, o

²⁵⁷ A expressão foi citada por Paulo Ribeiro da Cunha em alusão a um livro de memórias ainda não publicado do marinheiro Moacir Omena de Oliveira. Cf. CUNHA, Paulo R. “A esquerda militar do Brasil: uma problematização necessária”. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58cunha.htm>. Consultado em 27 out. 2009.

²⁵⁸ AEL- BNM, nº 045. Caixa 1. Depoimento do capitão-de-fragata Rafael de Azevedo Branco.

²⁵⁹ AEL - BNM, 045. Caixa 1, vol.1. Depoimentos do tenente Antônio Paulo de Moura Castro e do soldado Osvaldo Inácio Cunha.

²⁶⁰ Foram feridos o cabo Luiz Gonzaga da Silva, o grumete José Adeildo Ramos e o soldado fuzileiro naval Osiel Costa Araújo. AEL - BNM, nº 045. Caixa 1.

²⁶¹ AEL – BNM, 045. Caixa 1, vol. 1. Depoimentos do capitão-tenente João de Oliveira e do soldado Manoel Nazareno Fernandes.

fez aos prantos. Mais uma vez, “revolta, choro e desespero geral,” nas palavras do soldado Raul José Levanhagem.²⁶²

Os conflitos no Arsenal de Marinha não se resumiram a esse enfrentamento. Nos navios, agressões mútuas entre oficiais e praças e vários episódios de rebeldia, inclusive com sabotagens, disparos e mais gente caindo na água. No *Cruzador Tamandaré*, marinheiros foram impedidos de deixar a embarcação por disparos de metralhadora efetuados pelo tenente Roberto Olívio Nunes. Durante mais esse confronto, o capitão-tenente Ricardo Ramos Barbosa Amorim caiu na água.²⁶³ Durante o inquérito aberto para apurar os fatos, surgiu a informação que a caldeira tinha sido sabotada.²⁶⁴ No navio *José Bonifácio*, foram encontradas estopas dentro das válvulas das caldeiras, o que impediam o acendimento do navio.²⁶⁵

No *Aviso Oceânico Bauru*, o leme foi sabotado e desapareceram teclas dos gatilhos de 3 canhões. Em inquérito aberto na 1ª Auditoria de Marinha, foram denunciados 18 militares daquele navio por práticas de delitos e “atos de amotinação e revolta contra as autoridades navais”.²⁶⁶ O cabo João Alves do Carmo, um dos fundadores da AMFNB, foi denunciado como o responsável por ter tirado peças de um dos canhões do navio, deixando-o inoperante, e o cabo Gildo de Albuquerque Silva, como responsável pela avaria no maquinismo do leme.²⁶⁷

No *Contratorpedeiro Pernambuco*, que também tentara suspender, 26 marujos foram denunciados por não terem cumprido ordens no dia 27 de março para desatracar o navio. O Capitão-de-Corveta Luís Carlos Cordeiro Guerra, que empunhava um rifle Winchester, deu voz de prisão ao grumete Ronaldo Saldanha por ter desobedecido a ordem de soltar as espias. Em seu depoimento, o marinheiro afirmou que estava fora de si quando descumpriu a ordem do comandante.²⁶⁸ Ainda no *Pernambuco*, o marujo Francisco Assis Oliveira recusou-se a executar procedimentos de desatracação do navio, desafiando: - ‘Comandante! Eu não vou, ninguém vai. O senhor pode perguntar aos meus colegas, eles também não vão’.²⁶⁹

É importante ressaltarmos, que todos esses episódios ocorridos nos navios e no Arsenal de Marinha não vieram a lume naqueles dias, não foram divulgados pelos jornais e não constam em nenhuma obra historiográfica, exceto o caso do marinheiro *Charuto* que

²⁶²AEL - BNM, nº 149. Caixa 1. vol.1, folha 108. Depoimento de Raul José Levanhagem. O choro de Anselmo, como também a comoção dos marinheiros, também foi relatado no depoimento do marinheiro Manoel Batista Simões. AEL - BNM, 149. Caixa 1. vol. 1, p. 187.

²⁶³AEL - BNM, nº 639. Anexo B, folha 278.

²⁶⁴AEL-BNM, nº639, folha 262. Depoimento do capitão-de-corveta Heraldo Messeder de Souza.

²⁶⁵ AEL - BNM, nº 639, folhas 398-399.

²⁶⁶ AEL - BNM, nº 138, folhas 827-828. Denúncia oferecida pela 1ª Auditoria de Marinha.

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸AEL- BNM, nº 506, folhas 19-21. Depoimento de Ronaldo Saldanha.

²⁶⁹AEL- BNM, nº506, 2º volume. Depoimento do Capitão-de-Corveta Luis Carlos Cordeiro Guerra.

chegou molhado ao Sindicato. Esses acontecimentos ampliam significativamente o sentido daquele movimento. O conflito foi muito mais intenso, na terra e no cais.

12. O “perdão” que ofendeu

Distante do Arsenal, mais precisamente no Palácio das Laranjeiras, Jango tomou sua decisão: a nomeação do almirante da reserva Paulo Mário da Cunha Rodrigues para o Ministério da Marinha; “remoção de marinheiros para o quartel do Exército; abertura de inquérito e regresso ao trabalho de todos oficiais e marinheiros, no início da próxima semana, segunda ou terça-feira”.²⁷⁰ O nome de Paulo Mário, que estava atuando no Tribunal Marítimo, foi escolhido de uma lista onde constavam o ex-ministro Pedro Paulo de Araújo Suzano e o almirante José Luiz de Araújo Goyano.²⁷¹ Ao lembrar o momento em que foi convocado pelo Presidente, o almirante Paulo Mário destacou que a intenção de Jango era punir os marinheiros. Entretanto, o oficial argumentou: ‘Eu fico embaraçado com as ordens, senhor Presidente, porque teria de começar pelos Almirantes’. O presidente cedeu: ‘O senhor tem carta branca para agir’.²⁷² A partir daquele instante, a decisão de anistiar os marinheiros tinha sido tomada. Jango, julgando-se ter resolvido o problema, divulgou a seguinte nota:

“O Presidente da República, atendendo a pedido formulado em caráter irrevogável pelo Almirante Sylvio Mota [sic], exonerou-o da Pasta da Marinha. Para substituí-lo, o Presidente nomeou o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que imediatamente tomou posse. A situação é de absoluta calma em todo o território nacional. As forças militares cumprem suas missões com firmeza e serenidade. O Governo permanecerá intransigente na manutenção da ordem pública, fiel à orientação democrática e cristã que traçou e não vacilará na defesa do povo e dos altos interesses da Nação”.²⁷³

Enfim, o novo ministro tomou posse e também divulgou uma nota:

“O Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, assumiu, na tarde de hoje, a Pasta da Marinha e resolveu determinar providências no sentido de um apaziguamento geral. Assim, ordenou a suspensão do regime de prontidão rigorosa e o licenciamento das guarnições; e, considerando a data religiosa e os sentimentos cristãos do povo brasileiro, mandou suspender as punições disciplinares impostas ao pessoal em virtude dos últimos acontecimentos. E confia em que, com a compreensão de todos, possa a Marinha voltar à calma, ao seu regime normal de trabalho e, com a pacificação geral dos espíritos, sejam restabelecidos a harmonia, a

²⁷⁰ JUREMA, Abelardo. *Op. Cit.* p.160.

²⁷¹ AEL–BNM, nº 149; caixa 2, 4º vol. Depoimento do ministro Sylvio Motta.

²⁷² Entrevista de Paulo Mário da Cunha Rodrigues a Denis de Moraes. Cf. MORAES, Dênis. *Op. Cit.* p.106.

²⁷³ Apud BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Op. Cit.* p.158.

tranquilidade e a união da classe em torno dos seus ideais comuns, dentro dos princípios da sadia disciplina, que sempre a nortearam”.²⁷⁴

Essa anistia, a nosso ver, foi mais decisiva no sentido de causar revolta na oficialidade das Forças Armadas, do que a rebeldia em si expressa no discurso do marinheiro Anselmo. De acordo com os entendimentos, os rebelados foram conduzidos ao Batalhão de Guardas do Exército. Na saída do Sindicato – comemoração, festa, euforia. A sensação de vitória contagiava todos. Os líderes foram chamados na presença do ministro o qual passou as determinações e as decisões que foram tomadas. No final da tarde daquela sexta-feira santa – 27 de março de 1964 – os marujos foram liberados. A grande maioria retornou para suas residências. No entanto, um grupo resolveu se dirigir à igreja da Candelária com o objetivo de realizar uma oração em nome dos colegas atingidos naquela manhã no Arsenal de Marinha. Fotógrafos e jornalistas acompanhavam o desfecho daquele acontecimento e registraram o “V” de vitória que os marujos faziam para as lentes fotográficas.

No gabinete do ministro, chegou a informação que a maruja estava se dirigindo para aquele ministério com o objetivo de agradecer-lhe pela soltura. O almirante Paulo Mário destacou os almirantes Cândido Aragão – já reconduzido ao cargo - e Pedro Paulo de Araújo Suzano²⁷⁵ para irem ao encontro dos marujos e orientar-lhes a não se dirigirem àquele complexo militar.²⁷⁶ Antes mesmo de qualquer reação, ambos foram levantados pelos marujos e fuzileiros e colocados nos ombros, erguidos como líderes em agradecimento à posição de apoio à Associação durante àqueles dois anos. Ressalta-se que neste evento, o presidente Anselmo não fazia parte do grupo, pois se encontrava em audiência com o ministro empossado. O gesto, também foi um agradecimento ao almirante Aragão pelo fato de ele ter se recusado a cumprir ordens no sentido de invadir o sindicato com suas tropas.

A ilusão da vitória era indiscutível. O ministro substituído e o Presidente da República havia os perdoado. Talvez pensassem: agora a Associação seria definitivamente reconhecida, as mensalidades seriam descontadas direto nos contracheques, poderiam casar-se sem pedir autorização, sair à paisana, votar... Puro engano.

Estampadas na primeira página do jornal *O Globo*, de 28 de março, fotos desse episódio, associadas ao “perdão”, foram fortes elementos motivadores para o desenrolar dos acontecimentos. As imagens faziam parte de uma grande reportagem com o título provocador:

²⁷⁴ Ibid.

²⁷⁵ Ao tomar posse, o Ministro Paulo Mário reconduziu Aragão ao cargo de Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e nomeou o almirante Suzano como Chefe do Estado-Maior da Armada.

²⁷⁶ Entrevista de Paulo Mário da Cunha Rodrigues a Denis de Moraes. Cf. MORAES, Dênis. *Op. Cit.* p.105

“Postos em liberdade os marinheiros sublevados”.²⁷⁷ No *Última Hora*, um tom mais ameno e ênfase ao papel do presidente como responsável por resolver o problema: “Decisão de Jango resolveu a crise”,²⁷⁸ e “Acabou a vigília em emoção e lágrimas”.²⁷⁹ O *Jornal do Brasil*, preparou uma edição extra. A chamada de capa declarava: “Crise termina na Marinha com uma morte, novo Ministro, e amotinados em liberdade”.²⁸⁰ Fotos de Anselmo sendo carregado nos braços na saída do sindicato e sendo recebido pelo novo Ministro, ilustram a matéria. Complementando a edição, manchetes como : “Marujos de mão ao alto ganham a luta” e, “Almirantes denunciam a comunização do país”. A *edição extra* trazia ainda um resumo da repercussão internacional da Rebelião.

Em um balanço do jornalista Georges Clemente, da Agência France Presse, o seguinte destaque: “Jornais franceses viram na Rebelião brasileira indício grave no rumo da revolução”. De acordo com Clemente,

“[...] a notícia é dada como ‘espetacular rebelião de três mil marinheiros brasileiros’, com grande destaque por todos os jornais de Paris. O aspecto mais inquietante dos acontecimentos brasileiros, a julgar pelo tom dos jornais franceses – como o católico *La Croix*, o conservador *Le Figaro*, o degaullista *France Soir* – reside no decidido e constante apoio que os comandos subalternos do Exército [sic] prestam às teses do Presidente João Goulart. Esta inquietação resulta, sem dúvida, da eventualidade de um desdobramento do poder, como consequência da agitada indisciplina nas Forças Armadas. Este fato, como assinala o influente vespertino *Le Monde*, surge como um fenômeno particularmente grave”.²⁸¹

Não é difícil perceber como a alta oficialidade da Marinha recebeu aquele verdadeiro bombardeio de informações “indesejáveis”. As reportagens davam a clara impressão que o Presidente da República era a favor da quebra da hierarquia e da indisciplina nas Forças Armadas. Durante os três dias de rebelião, acompanharam discretamente o desenrolar dos acontecimentos. Nenhuma nota coletiva e nenhuma manifestação mais exacerbada. Porém, naquele sábado de aleluia, o silêncio foi interrompido. Reunidos durante todo o dia no *Clube Naval*, uma espécie de Associação da oficialidade, o alto escalão da Marinha divulgou no final da tarde, uma nota que foi de encontro às decisões tomadas pelo Ministro Paulo Mário e pelo Presidente da República. Ao pé da letra, também se rebelaram. Vejamos o texto:

“À Nação – Ao Congresso Nacional – Às Assembleias – Aos Governadores – Aos Chefes Militares - e a todos os cidadãos. Alertamos o povo - nós almirantes,

²⁷⁷ BN – *O Globo*, 28 mar. 1964, capa.

²⁷⁸ BN - *Última Hora*, 28 mar. 1964, capa.

²⁷⁹ BN - *Última Hora*, 28 mar. 1964. Suplemento UH Revista, capa.

²⁸⁰ BN – *Jornal do Brasil*, 28 mar. 1964. Edição Extra, capa. Essa morte que trata a matéria teria ocorrido no Arsenal durante dos conflitos do dia 27, mas a informação nunca foi comprovada.

²⁸¹ *Ibid*, p.07.

comandantes e oficiais da Marinha – para o golpe aplicado contra a disciplina na Marinha ao admitir-se que minoria insignificante de subalternos imponha demissão do Ministro e autoridades navais e se atreva a indicar substitutos. *Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar, licenciam-se marinheiros amotinados* que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros, fuzileiros que em compacta maioria, continuaram e continuam fiéis ao seu juramento de disciplina e de dedicação à Marinha. O que este golpe representa de ameaça a todas as instituições do País está patente, na forma e na essência, e só nos resta alertar à Nação para que se defenda, enquanto estão de pé, as instituições e os cidadãos dignos da Liberdade e da Pátria. Continuamos unidos e dispostos a resistir por todos os meios ao nosso alcance às tentativas de comunização do País”.²⁸²
[Grifo meu]

No dia seguinte, domingo de páscoa, foi a vez do Clube Militar – agremiação dos oficiais do Exército - divulgar nota em solidariedade aos “irmãos” da Marinha:

“O Clube Militar, diante dos acontecimentos lamentáveis registrado anteontem no Sindicato dos Metalúrgicos, onde marinheiros e fuzileiros, insidiosamente doutrinados pelos chefes sindicalistas a serviço de Moscou, se homizaram e deram mostras de indisciplina e revoltas, declara-se solidário com a Marinha de Guerra de Tamandaré, Barroso, Batista das Neves, Greenhalgh e Marcílio Dias, na sua justa e intrépida reação e repressão aos amotinados. É preciso que a Nação brasileira se recorde dos feitos heroicos da nossa Marinha e do que ela é capaz de praticar em prol da Pátria, para ter confiança e tranquilidade, certa de que os homens de valor dessa nobre Força Armada saberão reconduzi-la ao rumo da retidão e de glórias, tão bem registrado em nossa história. Formando ao lado e unido ao Clube Naval, no pensamento de ordem e respeito ao regime e à Constituição, o Clube Militar não medirá esforços nem sacrifícios, no sentido de concorrer para o restabelecimento da disciplina e do acatamento às autoridades e às instituições”.²⁸³

Essas notas expressavam a indignação dos militares com as decisões tomadas pelo Presidente João Goulart e serviram para isolá-lo ainda mais entre os setores da caserna. Expressivos segmentos da classe média, que - pelo menos desde 1962 quando o Padre missionário Patrick Peyton levou um milhão de pessoas à Candelária em sua cruzada do Rosário em família, acenando lenços brancos²⁸⁴ – temiam a invasão do “perigo vermelho”, fez coro aos superiores hierárquicos das Forças Armadas e passaram a defender de vez a saída do presidente João Goulart. Para esses segmentos, a quebra de hierarquia nos quartéis poderia resultar em quebra na hierarquia social. Tudo que eles não queriam. Era preciso “resistir”.

13. O barco vai a pique

O editorial do *Jornal do Brasil* daquele dia já dava uma prova desse comprometimento de setores da sociedade com os militares, e considerava “todas as Forças Armadas feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da

²⁸² Apud BIERRENBACH, Júlio de Sá. *Op. Cit.* p.159. Atualizamos a ortografia.

²⁸³ Ibid, p. 159-160. Atualizamos a ortografia.

²⁸⁴ BN – O Globo, 17 dez. 1962, capa e p.6.

hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares” e reclamava o “restabelecimento da legalidade e o estado de direito”.²⁸⁵ Na opinião do jornalista Araújo Netto, “poucas vezes na história de um país, o editorial de um jornal teve tanta importância e tão decisiva influência para o desfecho de uma crise político-militar”.²⁸⁶

O Presidente Goulart não recuou. Tinha sido convidado para participar de um evento organizado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar - que agregava os militares que optaram em permanecer no serviço público federal após a mudança da capital para Brasília – e decidiu comparecer. Era uma oportunidade de o Presidente demonstrar para a sociedade (a parte que não estava envolvida em conspirações) que tinha prestígio junto aos militares, tanto oficiais, quanto praças.

No Automóvel Clube do Rio de Janeiro, dois dos principais personagens dos dias anteriores reapareceram entre os convidados. O almirante Cândido da Costa Aragão e o marinheiro José Anselmo dos Santos, que, nas palavras de Elio Gaspari, foi “o personagem mais aplaudido da noite”.²⁸⁷ Já o ministro Abelardo Jurema, lembrando sua chegada naquela reunião, confessou que só o almirante Aragão lhe vencera nos aplausos.²⁸⁸ No discurso do Presidente, transmitido ao vivo pela televisão, várias referências ao episódio da indisciplina dos marinheiros:

“[...] Estava no Sul, quando soube da crise que irrompia na Marinha de Guerra. Desloquei-me imediatamente para o Rio de Janeiro. E aqui a minha primeira recomendação [...] foi a de que eu não permitiria jamais que se praticasse qualquer violência contra aqueles brasileiros que se encontravam desarmados na sede de um sindicato. Eu estaria faltando a mim mesmo, estaria faltando a vocês, sargentos, às suas esposas e às suas mães, se naquela hora eu desse uma ordem de massacre contra homens que também são brasileiros. Mas, a partir daquele instante, rigorosamente dentro da lei e das minhas atribuições, confiei o problema, na sua plenitude ao Ministro da Marinha que se encontra aqui conosco. Não tive mais nenhuma interferência, a não ser dar autoridade ao novo Ministro que assumia naquela hora o comando de nossa Marinha de Guerra. Ninguém mais do que eu, neste País, deseja o fortalecimento e a coesão das nossas Forças Armadas. Ninguém mais do que eu deseja a glória da nossa Marinha de Guerra. Ninguém mais do que eu deseja que ela viva permanentemente num clima de compreensão, de entendimento, de respeito e de disciplina. Mas a disciplina não se constrói sobre o ódio e a exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados [...]”.²⁸⁹

A tentativa do Presidente de retomar o controle político do país não surtiu efeito. No dia seguinte, mais um editorial daria o tom dos acontecimentos que estavam por vir. No jornal

²⁸⁵ Apud NETTO, Araújo. “A paisagem”. In DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964, p.59.

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.62.

²⁸⁸ JUREMA, Abelardo. *Op. Cit.* p.172.

²⁸⁹ Discurso de João Goulart na Assembléia de Sargentos e Subtenentes no dia 30 de março de 1964. Apud DINES, Alberto et al. *Op. Cit.* p.396-400.

Correio da Manhã, o editorial “Basta” serviu como uma senha para o desencadeamento das ações de derrubada do Presidente. Dizia o editorial:

“Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-lei, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? [...]. Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas, *destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional* [...]. A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura. Os Poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta”!²⁹⁰
[Grifos meus]

A respeito desse comportamento de parte imprensa contra a quebra da disciplina e da hierarquia na Forças Armadas, chamou-nos nossa atenção a diferença com que foi tratado um *Motim* ocorrido em 1948 na Escola Naval - instituição responsável por formar os oficiais de carreira da Marinha – quando os aspirantes se insubordinaram contra medidas impostas pelo comandante da instituição. Entre os dias 28 de abril e três de maio daquele ano, os alunos, basicamente filhos da elite social da época, se recusaram a comparecer à sessão de cinema, vaiaram oficiais, se colocaram contra o estudo obrigatório, além de não obedecerem a toques de reunir. O almirante Armando Pinto de Lima determinou a prisão e a suspensão de vários envolvidos. Este ato do almirante provocou grande reação da classe política e da imprensa como um todo. Vejamos algumas notas sobre a “romântica” *Revolta dos Anjos*, nome como ficou conhecido o episódio na imprensa: ‘Eu, se fosse almirante chamava os rapazes e com eles fazia um acordo de bom pai. E lhes diria mesmo sem fechar a cara: vocês deram uma cabeçada. Um almirante, porém, tem coração, não só para bater, tem coração para perdoar’, escreveu José Lins do Rego em sua coluna no jornal *O Globo* de 12 de maio de 1948.²⁹¹ O futuro governador da Guanabara Carlos Lacerda, ainda como jornalista, agiu como um verdadeiro advogado:

²⁹⁰Disponível em: www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=basta-e-fora-dois-editoriais-correio-da-manha. Consultado em 19 jan. 2009.

²⁹¹ Apud FRANCO, Celso. *O Motim*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1999, p.106. Agradeço ao professor Paulo Ribeiro da Cunha a indicação desse referência.

‘os moços da Escola Naval não são acusados de um só motim e, muito menos, de revolta. Houve sim um gesto de resistência passiva. Não advogo irresponsabilidade para os alunos que, de qualquer modo [...] quebraram os rigores da disciplina. Pleteio compreensão e clemência. O que a opinião pública espera das autoridades da Marinha não é um ‘exemplo’ e sim um ato de justiça e compreensão’.²⁹²

Dezesseis anos depois, a compreensão do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues para com os marujos rebeldes foi tomada como uma grande catástrofe pela elite política e econômica do país, mais precisamente pelas direitas civil e militar. Obviamente que o contexto político nacional e internacional contribuía para a tomada das decisões, porém, a hierarquia militar não foi criada apenas para a base da pirâmide, mas para todos os componentes das Forças Armadas. Nesse caso, fica evidente, certo *espírito de corpo* das elites, e que a origem social determina quem ou não pode destruir ou fazer tremer os alicerces da hierarquia militar. Em 1964, como destacou o *Correio da Manhã*, a “quebra” de hierarquia – apenas a dos marujos – catastroficamente “colocava em perigo o regime e a segurança nacional”.

O fato é que em 31 de março de 1964, decidido a não perder seus galões de general, Olympio Mourão Filho largou com as tropas de Minas Gerais rompendo marcha rumo ao golpe final de derrubada do governo Goulart. Em seu livro de memórias escreveu:

“(...) Magalhães [Magalhães Pinto-Governador de Minas Gerais] me mostrou os jornais com as notícias e me fez uma súmula da situação naquela manhã, isto é: *os marinheiros foram soltos, o cabo Anselmo é o líder da Marinha, o Aragão é bicho papão e a Marinha está completamente desmoralizada, e completou: ‘aconteceu aquilo que o senhor julgava o menos provável. Hoje é Semana Santa e eles começaram a baderna ontem, em plena quinta-feira Santa’*. Respondi, perguntando: Não acha que agora é o momento impossível de ser adiado? Ele me respondeu: ‘Impossível de ser adiado. Vamos para a luta’”.²⁹³

Uma das operações desencadeadas por ele recebeu o nome de *Popeye*. Homenagem a um marinheiro - fumador de cachimbo como ele - personagem de prestigiado desenho animado que se vê em apuros com seu maior inimigo, o *Brutus*. Talvez, pensasse o general, com esse nome na operação, venceria a principal Força de apoio ao presidente no Rio de Janeiro, os fuzileiros navais do almirante Aragão. E ele tinha motivos.

Ainda pouco conhecidas ou exploradas pela historiografia, as tentativas de resistência mais contundentes na Guanabara vieram justamente deste oficial da Marinha e dos marujos e fuzileiros da AMFNB. No mesmo dia da largada de Olympio Mourão, o governador da Guanabara Carlos Lacerda desafiou por uma cadeia de rádios o almirante Aragão, como resposta a uma notícia de que os fuzileiros navais iriam invadir o Palácio da Guanabara.

²⁹² Ibid, p.89.

²⁹³ MOURÃO FILHO, *Op. Cit.* p.358.

Outras fontes dão conta de que fuzileiros foram destacados para empastelar edições de jornais favoráveis ao golpe, inclusive com o próprio almirante no comando.²⁹⁴

Desconcertante é a notícia de que o marinheiro José Anselmo tentou organizar grupos de resistência ao golpe. Fazendo uso de armas extraídas do Corpo de Fuzileiros Navais, Anselmo planejou com Avelino Capitani, Antônio Duarte e Marcos Antônio, ações para neutralizar os golpistas, com ajuda dos estudantes da UNE e de operários marítimos.²⁹⁵

O Deputado comunista Hércules Corrêa confirmou que ajudou Anselmo a levar armas para o Sindicato dos Metalúrgicos. Ainda sobre esse episódio, o presidente da AMFNB respondeu Inquérito Penal Militar.²⁹⁶

A realidade é que as tropas do general não precisaram lutar.

Em diversas obras sobre o golpe, incluindo depoimentos de militares, não é raro encontrarmos a interpretação de que o movimento dos marinheiros foi decisivo no resultado do desfecho político de março de 1964.²⁹⁷ Para Alzira Alves Abreu, analisando o papel da imprensa na queda de Jango,

“[...] a Revolta dos Marinheiros, liderados pelo Cabo Anselmo [...], precipitou os acontecimentos. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional começaram, agora claramente, a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar”.²⁹⁸

Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho,

“A crise na Marinha mudou o foco do processo político. Em vez de um enfrentamento entre projetos políticos, entre reforma e contra-reforma, uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que

²⁹⁴ DINES, Alberto. “Debaixo dos deuses”. In _____ et al. *Op. Cit.* 1964, p.342; 345-347. De acordo com o autor, os fuzileiros estiveram na Rádio do Jornal do Brasil e no próprio Jornal, como também nos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*.

²⁹⁵ CAPITANI, *Op. Cit.* p.64.

²⁹⁶ Cf. BASTOS, *Op. Cit.* 2006, p.219. De acordo com Hércules Corrêa a entrada de bombas, armas e minas se deu durante os dias da Rebelião. No entanto, Anselmo já estava foragido antes de 25 de março e durante os três dias não se retirou do Sindicato. O mais provável é que o material tenha sido levado para lá entre os dias 31 de março e 1º de abril. Ver AEL-BNM, 263. No APESP consta documento referente à notícia publicada no jornal Diário Popular, de 07 de julho de 1967 que diz respeito a esse processo. De acordo com a reportagem, foram indiciados o almirante Cândido da Costa Aragão; o tenente Antônio Arinos Marques da Silva; o capitão-tenente Hércio de Aguiar; os sargentos Washington Elias de Almeida e Amaro Gomes da Silva; além de José Anselmo dos Santos e o soldado José Leite da Costa Filho. Ainda segundo a matéria foram levadas 142 armas do Corpo de Fuzileiros Navais, entre elas pistolas, fuzis, submetralhadores e revólveres. Destas, 126 haviam sido recuperadas no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. APESP, Ordem Social, 50-Z-9-4022.

²⁹⁷ Algumas dessas interpretações e constatações podem ser encontradas em: D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Op. Cit.* 2004, p.12-13; ABREU, Alzira Alves. “A participação da imprensa na queda do Governo Goulart”. In ARAÚJO, Maria Paula. CASTRO, Celso, FICO, Carlos, QUADRAT, Samantha Viz et al (Orgs.). *Op. Cit.* p.15-25; FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* 2004, p. 41-51; e REIS FILHO, *Op. Cit.* 2005, p.32.

²⁹⁸ ABREU, Alzira Alves. *Op. Cit.* p.23.

desejavam subverter esses valores. Um desastre político para Jango e para as forças reformistas, cujo dispositivo militar começou a ruir”.²⁹⁹

Nos dias seguintes ao golpe, iniciou-se o processo de “limpeza” política do país. Com o general Castelo Branco sentado na cadeira da Presidência, os rebeldes marinheiros, ao lado de várias pessoas que apoiaram Jango, apareceram entre os primeiros alvos. Afinal, eles estavam no olho do furacão e naufragaram junto com o Presidente João Goulart. A AMFNB seria dissolvida e deixaria de existir em pouco tempo. Iniciava-se assim um novo período de mudanças e rupturas radicais na vida daqueles marinheiros.

²⁹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2005, p.32.

CAPÍTULO II

TODOS “FUZILEIROS”: MARUJOS NOS MOVIMENTOS DE LUTA ARMADA

... nos anos 60, a revolução estava em pauta: discussões, embates, textos, teoria, vidas giravam em torno desta temática. [...] ela acontecia em países distantes, em regiões isoladas de montanha; estava nas ruas dos grandes centros capitalistas; surgia nas fábricas e universidades; emergia de repente numa ação guerrilheira na esquina; transbordava nas páginas dos jornais; estava logo ali em Copacabana e lá no Araguaia.³⁰⁰

Mas e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia?³⁰¹

Instaurado efetivamente em 15 de abril, data em que o general Castelo Branco tomou posse, o novo regime não esperou até lá para dizer a que tinha vindo. No dia nove daquele mês já havia sido decretado, pelo Comando Supremo da Revolução, o Ato Institucional que procurava dar legitimidade ao governo golpista. Formulado com a colaboração do jurista Francisco Campos, o AI-1, como ficou conhecido posteriormente, deu a tônica dos anos que viriam. O caráter autoritário já se fazia presente, mas percebia-se a tentativa de “legalizar” os atos e decisões do novo governo.

De acordo com Samantha Viz Quadrato, “a ditadura brasileira foi obsessivamente preocupada com a formação de um arcabouço legal e jurídico que lhe desse respaldo e legitimidade”.³⁰² Consideramos o caso dos marinheiros como um exemplo emblemático dessa afirmação. Processar e investigar os acontecimentos era uma maneira de legitimar as punições contra os rebeldes marujos. Após os acontecimentos no Sindicato dos metalúrgicos, e com o naufrágio do movimento pró-reformas do governo Jango, inúmeros processos contra os

³⁰⁰ ROLLEMBERG, Denise. “A ideia de Revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)”. _____ (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.111.

³⁰¹ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999, p.47.

³⁰² QUADRAT, Samantha Viz. “A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968)”. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p.130.

marinheiros foram abertos pelo regime. Sem dúvidas, a Marinha era a maior interessada em punir os envolvidos e recuperar a autoridade perdida, com o objetivo de demonstrar o poder que a instituição sempre fez questão ostentar.³⁰³ Cortar na própria carne era o sinal que o militares davam aos descontentes, e o caso dos marujos serviria como exemplo a quem ousasse desafiar o novo regime. Uma espécie de “vejam o que fizemos com os marinheiros”!

1. O Julgamento

Já em 1964, constavam no Superior Tribunal Militar (STM) pelo menos 13 processos que envolviam militares da Marinha. Destes, oito tratavam especificamente de questões relacionadas a marinheiros ligados à AMFNB. Dois processos eram sobre José Anselmo dos Santos.³⁰⁴

Final do mês de junho de 1966. A “revolução” já completara dois anos e o processo punitivo dos marinheiros envolvidos nos acontecimentos decisivos de 1964 chegara a um momento crucial: era o julgamento dos processados pela criação da AMFNB, dos envolvidos na assembleia, dos denunciados nos acontecimentos ocorridos no Arsenal de Marinha, como também dos processados pela rebeldia desencadeada nos navios. Havia ainda o processo individual contra José Anselmo dos Santos, que naquela altura já tinha ficado conhecido nacionalmente pela alcunha de *cabo* Anselmo, devido a um equívoco por parte da imprensa que confundiu sua graduação quando era presidente da entidade dos marujos. O processo em questão era referente ao desaparecimento de armas do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros

³⁰³ Em pesquisa de campo realizada por Celso Castro na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), órgão responsável por formar os oficiais do Exército, alguns cadetes relataram que o ‘espírito militar’ da Marinha era mais elitista, aristocrático e até racista, em comparação ao Exército. Cf. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.98. Nota do autor: apresentar-se como a elite da sociedade não é algo que a Marinha de Guerra do Brasil procura esconder ou maquiagem. Em 2007, em concurso interno no qual sargentos fizeram provas para os postos de oficiais auxiliares, o texto selecionado para a prova de interpretação apresentava explicitamente o oficial da Marinha como elite. Cf. RISSI, Therezinha Lurdes. “A utilidade da expressão escrita para o oficial de Marinha”. In Informativo CIANB, dez. 1988, reproduzido com adaptações na prova do Concurso para o Quadro Auxiliar da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, 2007.

³⁰⁴ Em 1963 a Marinha abriu dois inquéritos para apurar envolvimento de subalternos em questões políticas. O primeiro foi sobre a Revolta dos Sargentos de Brasília, que está catalogado no AEL-UNICAMP como BNM-692 e o segundo diz respeito a uma assembleia da AMFNB ocorrida em outubro de 1963, catalogado como BNM-210. Os demais processos foram abertos já sob a ditadura civil-militar. São eles: BNM-149, aberto para apurar exclusivamente a Rebelião de março de 1964; BNM-045 (Sobre os conflitos ocorridos no Arsenal de Marinha no dia 26 de março de 1964); BNM-323 (Investigou a atitude de marinheiros em Recife no dia do golpe); BNM-508 (Teve como objetivo apurar a criação e atuação da AMFNB); BNM-639 (Investigou a insubordinação de marinheiros nos navios cruzadores *Tamandaré e Barroso* em março de 1964); BNM-506 (Apurou a rebeldia de marinheiros no navio *Contratorpedeiro Pernambuco*, atracado na Baía de Guanabara); BNM-138 (Sobre indisciplina de marinheiros no navio *Aviso Bauru*, também atracado no Rio de Janeiro). Sobre José Anselmo dos Santos, além de estar envolvido nos BNM-210, 149 e 508, foi o principal investigado do BNM-263, no qual foi acusado de roubar armas do Corpo de Fuzileiros Navais para organizar a resistência no dia do golpe, e o BNM-048 que apurou a fuga de Anselmo da embaixada do México em maio de 1964.

Navais nos dias que antecederam o golpe.³⁰⁵ Ao todo, foram denunciados pela Auditoria de Marinha, cerca de 280 subalternos, entre cabos, marinheiros, fuzileiros e grumetes. Todos eles já haviam sido punidos com a expulsão ou licenciamento nos primeiros meses após o golpe.³⁰⁶ Aproximadamente 800 marujos, contra os quais não foi oferecida denúncia, mas foram arrolados nos diversos processos, também foram excluídos da instituição através do licenciamento, uma condenação sumária, sem direito a defesa nem julgamento.³⁰⁷

De acordo com cobertura da imprensa, aquele processo contra os marinheiros de 1964 era o maior - em número de acusados - julgado na Justiça Militar da Guanabara, superando inclusive os realizados depois do levante comunista de 1935 e o processo da Revolta da Chibata, em 1910.³⁰⁸ Exagero ou não, de fato o processo era gigante, envolveu cerca de 1.400 depoimentos.³⁰⁹ Ao todo, 15 advogados participaram da defesa dos marinheiros, destacando-se José Alcione Barreto que teria atuado na defesa de 145 denunciados.³¹⁰

Uma informação importante publicada nos jornais sobre aquele julgamento, diz respeito à maneira como o *cabo* Anselmo aparecia no noticiário. Apesar de ser apontado como o líder da rebelião, as pautas das reportagens davam destaque também a outros personagens que estavam sendo acusados de terem liderado a insubordinação no Sindicato dos metalúrgicos. Dessa forma, ao lado de Anselmo, foram alçados à condição de líderes: Marcos Antônio, Antônio Duarte, Paulo Conserva e Cláudio Ribeiro.³¹¹ Para estes, o promotor do caso, Benedito Felipe Rouen, pediu a pena máxima e argumentou 'em nome da civilização cristã e ocidental, pois se não for aplicada a pena máxima, o Brasil será arrastado para o regime comunista'.³¹² Ou seja, o mesmo argumento anticomunista do pré-golpe ainda era utilizado. O promotor também pediu o julgamento dos ex-deputados Max da Costa Santos e sargento Garcia Filho, do membro do CGT Hércules Corrêa e do padre Alípio de Freitas, os quais considerava responsáveis pela agitação na Marinha.³¹³

Percebemos, nesse contexto de 1966, que a figura de José Anselmo não apareceu com tanto destaque, como viria a ser posteriormente. Ele foi colocado ao lado dos demais companheiros condenados como líderes e a responsabilidade destes foi dividida, no discurso da promotoria, com membros das esquerdas em 1964.

³⁰⁵ AEL - BNM-263.

³⁰⁶ Trataremos dessa diferenciação no quarto capítulo, que aborda especificamente a Anistia destes militares.

³⁰⁷ Exposição de Motivos 139 de 21 de agosto de 1964 do Ministro da Marinha, Acervo da UMNA. Documento cedido ao autor por Dílson da Silva.

³⁰⁸ BN - Jornal do Brasil, 24 de jun. 1966, p.11.

³⁰⁹ BN - Jornal do Brasil, 25 de jun. 1966, capa.

³¹⁰ BN - Jornal O Globo, 22 de jun. 1966, p.04.

³¹¹ BN - Jornal do Brasil, 25 de jun. 1966, p.11.

³¹² BN - Jornal do Brasil, 24 de jun. 1966, p.11.

³¹³ Ibid

Ainda sobre o julgamento, durante os três dias nos quais acusação e defesa se enfrentaram, apenas um marinheiro compareceu.³¹⁴ Onde estariam os demais réus, os quase 300? Teriam voltado para suas cidades no interior do país após a exclusão da Marinha? Estariam no exílio? Estariam trabalhando normalmente e seguindo uma vida comum? Ou estariam em algum lugar do país, ou do continente, treinando para derrubar a ditadura, para revolucionar, para “libertar” o Brasil?

Possivelmente, encontraríamos marinheiros em quaisquer dessas condições levantadas. No entanto, para os objetivos deste capítulo, abordaremos especialmente os que tiveram os movimentos da luta armada como destino, isso já a partir de 1964, ou seja, antes da geração AI-5,³¹⁵ ou a geração guerrilheira - aquela que ficou conhecida por pegar em armas a partir de 1968 para derrubar a ditadura. Alguns marinheiros estarão também nessa geração, posição que não abandonarão até o declínio das organizações armadas na primeira metade da década de 1970. As ausências naquele importante julgamento tinham uma explicação. Certamente eles não acreditavam na absolvição. Muitos já tinham sido absorvidos pelos ideais revolucionários. Não a “revolução dos caranguejos”,³¹⁶ dos generais e civis no poder, mas a revolução socialista, rumo à derrubada da ditadura civil-militar e a implantação de um novo regime. Com as armas na mão, eram todos “fuzileiros”.

2. Por que armados outra vez?

Não é nosso objetivo percorrer as ideologias das esquerdas no Brasil que motivaram militantes a recorrer ao uso das armas para retirar do poder um grupo antagônico, em

³¹⁴ O marinheiro chamava-se Francisco Monteiro da Silva, o qual foi absolvido. Cf. BN – Jornal do Brasil, 23 de jun. 1966, p.11. Ao final do julgamento, ocorrido nos dias 22, 23 e 24 de junho de 1966, as penas conjuntas chegaram a mais de 1.280 anos de prisão. 283 marinheiros foram condenados e 33 absolvidos por falta de provas. A pena maior coube a José Anselmo dos Santos, que foi condenado a 10 anos e 08 meses de prisão. Cf. BN – *Jornal do Brasil*, 25 de jun. 1966, capa. Já o *Jornal O Globo*, apresentou o número de 248 marinheiros condenados e 35 absolvidos. Cf. BN – *O Globo*, 27 de jun. 1966, p.02. Ainda segundo *O Globo*, as penas somadas chegavam a mais de 1.333 anos de prisão. Cf. BN – *O Globo*, 25 de jun. 1966, capa e p. 06.

³¹⁵ Ato Institucional nº5, editado em 13 de dezembro de 1968. Conhecido como o “golpe dentro do golpe” apresentou a face mais autoritária do regime. Dentre outras medidas, determinou o fechamento do Congresso Nacional e o fim do *habeas corpus*. “Na memória das esquerdas armadas aparece como marco: a partir daquele momento seria impossível qualquer trabalho de ‘massa’. A única forma de combater a ditadura seria pelo confronto armado”. Cf. ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)”. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p.141-152.

³¹⁶ A expressão é de Carlos Heitor Cony. Segundo ele, aquela revolução andava para trás, tal qual o caranguejo. Ver CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p.28-30.

determinados momentos da nossa história, como por exemplo, em 1935.³¹⁷ Diversas obras, que passam pelas análises das várias matizes ideológicas de esquerda [a exemplo do Marxismo, do Leninismo e do Maoísmo] trouxeram importantes reflexões a respeito do caráter teórico que impulsionou esse tipo de ação.³¹⁸ Nos interessa aqui, situarmos o contexto dos anos 1960, principalmente na América Latina, com o exemplo da Revolução Cubana em 1959 e a influência desta para os diversos agrupamentos políticos das esquerdas no Brasil. Grupos estes, que contarão com ex-marinheiros e ex-fuzileiros navais em seus quadros.

Já no início da década de 1960 encontramos organizações políticas que viam na luta armada a única maneira de se chegar a uma sociedade socialista. Em 1961 surgiu a Organização *Revolucionária* Marxista – Política Operária (ORM-POLOP). A POLOP, como ficou conhecida, nasceu do agrupamento de militantes “de várias pequenas tendências alternativas ao PCB, com influência, sobretudo nos meios universitários.³¹⁹ Contestava as ideias reformistas e pacifistas do PCB, propondo a luta armada revolucionária pelo socialismo”, escreveu Marcelo Ridenti.³²⁰ Esta organização, que chegou a ter núcleos regionais em Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, viria a ser o embrião de diversos grupos que tentariam derrubar a ditadura através da armas e fazer a revolução no país, como por exemplo o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).³²¹

No ano seguinte foi criado pelo advogado Francisco Julião - líder das Ligas Camponesas que agitavam o nordeste pressionando pela reforma agrária - o Movimento *Revolucionário* Tiradentes (MRT). Ainda segundo Ridenti, o MRT surgiu por influência da

³¹⁷ Para uma reflexão sobre o movimento comunista de 1935, ver VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionário de 35: sonho e utopia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

³¹⁸ Um grande projeto sobre as esquerdas no Brasil foi organizado pelos professores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Organizada em três volumes, a coleção abrange o período que vai de 1889 até o início de século XXI. Cf. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil* (Coleção) - 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³¹⁹ Segundo Jacob Gorender, Política Operária – POLOP era o nome do periódico publicado pela ORM. Destacaram-se em torno desta publicação: Theotônio dos Santos, Vânia Bambilra, Moniz Bandeira, Juarez Guimarães de Brito, Ruy Mauro Marini, Eder Sader, Emir Sader e Eric Sachs, comunista de origem germânica radicado no Brasil com o nome de Ernesto Martins. Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, p.36. Há também a informação que o jornal começou a circular em fins de 1960, em forma de boletim mensal, tornando-se jornal, depois revista trimestral e, a partir de dezembro de 1963, jornal semanal. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da Revolução*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.115.

³²⁰ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p.26.

³²¹ Ver REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, 1990, p.13 (organograma); _____, e SÁ, Jair Ferreira. *Op. Cit.* p.116.

Revolução Cubana e pretendia ser o embrião de uma guerrilha rural, sendo que este projeto foi abortado pela intervenção policial ainda no governo Goulart.³²²

Esses dois exemplos demonstram a sede de setores das esquerdas de partir para opções radicais mesmo antes de 1964. Revolução, revolucionários, revolucionar, fazia parte do vocabulário da época. Entender esse contexto é necessário no sentido de irmos além de certas memórias das esquerdas que tentam justificar o recurso às armas “apenas” como consequência do fechamento dos meios institucionais de atuação política. A compreensão destes movimentos deve ser tocada, também, pelo prisma da luta de classes existente em sociedades democráticas.

Na análise de Marcelo Ridenti, com a qual concordamos, de fato os estreitamento dos canais legais de atuação oposicionista depois de 1964 e principalmente após o AI-5, de dezembro de 1968, teve grande importância na dinâmica política das lutas de classes, criando condições para que muitos aderissem às organizações armadas. Entretanto, adverte o autor, “antes de 1964, os partidos comunistas eram proibidos e, mesmo na clandestinidade, tinham atuação tolerada em certos momentos, como no início dos anos 60”.³²³ Se quisermos compreender a atuação desses grupos temos que levar em conta essa dinâmica, o que, a nosso ver, não diminui de forma alguma o caráter humanista daqueles que, mesmo em condições precárias, tiveram a coragem e o destemor de partir para as alternativas armadas.

No caso dos marinheiros, a presença deles nas organizações revolucionárias no pós-golpe, ocorrerá pela confluência de diversos fatores. Grande parte estava à deriva naquele momento. Voltar pra casa como expulso, derrotado e subversivo não seria um caminho fácil para quem tinha saído com a esperança de melhorar de vida, crescer financeiramente, ajudar a família e quem sabe, voltar como um herói de guerra. Dessa forma, a imersão nos grupos da esquerda armada foi, para muitos, talvez o único caminho que poderia lhes proporcionar uma redenção. Durante nossa investigação, percebemos que a característica principal dos marujos que pagaram em armas foi o *voluntarismo*. Os próprios atores não esconderam a ausência de uma formação política e de ideologias que, inicialmente, os movessem em direção aos grupos clandestinos. Percebemos também, a presença constante de uma cultura política

³²² RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* p.26-27. O autor chama atenção para não se confundir com o MRT surgido no final da década de 1960. Denise Rollemberg, ao escrever sobre as Ligas Camponesas, chamou atenção para o contexto da *exportação da revolução* por parte de Cuba. De acordo com a autora, em fevereiro de 1962, o governo cubano lançou, na presença de diversos dirigentes dos movimentos sociais da América Latina – inclusive Francisco Julião – a *Segunda Declaração de Havana*, conclamando as massas à revolução através da guerrilha com o apoio de Cuba. O *slogan* ‘o dever de todo revolucionário é fazer a revolução’ centrava-se na ideia de que a hora havia chegado e era preciso se posicionar claramente para o embate. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2001, p.23.

³²³ RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* p.62.

nacionalista³²⁴ entre os marujos guerrilheiros. Talvez acreditassem na possibilidade de serem os heróis das massas, em libertar o país, e por isso foram à luta.

A sede agora era outra. Sede de justiça e por que não, sede de vingança contra um governo que tinha lhes tirado o emprego e ainda por cima, com penas a serem cumpridas por um longo tempo?

Para esse novo desafio, os contatos anteriores da AMFNB com grupos das esquerdas seriam de fundamental importância. Esperar era dar tempo ao inimigo. Já em 1964, parte da marujada se mostrou a que estava disposta.

3. A “Guerrilha” Polopista ou a Conspiração de Copacabana

De acordo com Jacob Gorender, com o triunfo do golpe, “os intelectuais da POLOP se consideraram cheios de razões diante do fracasso do PCB. Porém não poderiam se contentar com a função de consciência crítica, justamente no momento em que se reclamava ação (...).”³²⁵ Mas para Marcelo Ridenti, após o golpe, as ideias da POLOP sobre o caráter socialista da revolução ganharam prestígio e passaram a ser adotadas por várias organizações revolucionárias, ressaltando que o grupo tentou organizar um movimento armado logo depois do golpe, plano rapidamente frustrado pelo governo.³²⁶ Gorender, ao falar sobre este plano polopista, observou que, como carecia de uma vinculação orgânica com o movimento de massa, a teoria do foco guerrilheiro, ou o foquismo,³²⁷ indicou o atalho para que os líderes da POLOP organizassem suas ações.³²⁸ Com isso,

³²⁴ Para uma introdução sobre o *nacionalismo de esquerda*, ver CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002. De acordo com o autor, uma interpretação possível desse *nacionalismo* pode ser visualizada a partir do original trabalho de Manoel Bonfim, *Brasil Nação*, publicado em 1931. Em um momento mais próximo dos anos 1960, o general Nelson Werneck Sodré se torna uma importante referência desse pensamento.

³²⁵ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.127.

³²⁶ RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974”. In____; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.118.

³²⁷ De acordo com a teoria do *foco guerrilheiro*, este deveria ser desencadeado a partir de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um pequeno grupo de guerrilheiros realizaria as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente e do apoio das massas camponesas entre as quais se realizaria a propaganda armada, seriam criadas as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas zonas de guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário (...). Dois livros teriam influenciados a esquerda brasileira a aderir ao foquismo: *A guerra de guerrilhas* de Che Guevara (1961) e *Revolução na revolução* (1967), do francês Régis Debray. Cf. SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p.69; 91-92.

³²⁸ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.127.

“polopistas afoitos articularam com subalternos das Forças Armadas a preparação de um foco guerrilheiro, cuja radicação se previa numa região de Minas Gerais. Mas a conspiração ficou batizada de ‘Guerrilha de Copacabana’, porque polopistas e *marinheiros* confabulavam em apartamentos daquele bairro do Rio. Infiltrados entre os conspiradores, agentes do CENIMAR estouraram os aparelhos e prenderam seus frequentadores em julho de 1964”.³²⁹

O contato com a POLOP não era algo novo, pelo menos para alguns poucos marinheiros. Antônio Duarte, um dos participantes daquela articulação,³³⁰ destacou que Antônio Geraldo Costa era leitor costumeiro do jornal nos tempos da AMFNB e que tinha contatos aprofundados com aquela organização.³³¹ Essa ligação de Geraldo com os polopistas também foi ressaltada por Pedro Viegas.³³² O envolvimento de Viegas nesse episódio se deu de forma involuntária. Ele, que respondia a processo na Marinha devido sua militância na AMFNB, estava trabalhando legalmente como estagiário de um jornal quando foi procurado por Duarte e Geraldo, os quais solicitaram ficar em sua residência por alguns dias. Ambos já tinham sido expulsos e com prisão decretada. Como uma forma de preservá-lo, os dois procurados não relataram a Viegas sobre o envolvimento de ambos em uma tentativa de se organizar um foco guerrilheiro.³³³ Antônio Duarte, em suas memórias, relembrou sua participação naquela articulação:

“Capitani [Avelino] conseguiu contato com Antônio Geraldo Costa, cabo-sinaleiro, e por meio dele nos incorporamos à ORM (...). Os locais que esta organização dispunha constituíam-se em um ou dois sítios, de propriedade dos simpatizantes, apartamentos, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, outros núcleos organizados em São Paulo e Minas Gerais (...). Eram lastimáveis os recursos de que dispúnhamos. Umas poucas armas curtas, entre duas pistolas, uma metralhadora, substâncias para fabricar explosivos e uma infraestrutura precária.”³³⁴

Sobre o debate teórico que envolvia as reuniões da organização, Duarte destacou que o mesmo girava em torno da crítica ao PCB pelo reformismo e pela vinculação da luta pelo socialismo à questão nacional, mas, segundo ele, os marinheiros não estavam muito

³²⁹ Ibid. O grifo é meu.

³³⁰ Cf. ORVIL, p.129. ORVIL significa LIVRO escrito ao contrário. É uma extensa pesquisa que foi realizada pelo então Centro de Informações do Exército (CIE), iniciado no segundo semestre de 1985, como resposta do Exército à publicação do BRASIL NUNCA MAIS, obra que visava expor para a sociedade as torturas, perseguições e desaparecimentos das vítimas do regime militar. O LIVRO ficou pronto em 1987, mas sua publicação não foi autorizada pelo então ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. No entanto, ele começou a circular clandestinamente e hoje está disponível em versão eletrônica. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra admitiu que teve no LIVRO sua grande fonte de consulta e pesquisa para suas obras, nas quais tenta justificar a violência e as torturas do regime. Cf. USTRA, Carlos A.B. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 4ª ed. Brasília: Editora Ser, 2007, p.11-12. Na internet: http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf. Consultado em 11 dez. 2009.

³³¹ DUARTE, Antônio. *1964: a luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009, p.78-79.

³³² VIEGAS, *Op. Cit.* p.50.

³³³ Ibid, p.54.

³³⁴ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.78.

preparados teoricamente para participar daquelas discussões.³³⁵ Essa reflexão de Duarte contraria a interpretação do Exército sobre a presença de marinheiros e fuzileiros na POLOP. Segundo os autores do ORVIL, os ex-subalternos da Marinha envolvidos com os polopistas estavam impregnados pelo marxismo.³³⁶

Avelino Capitani lembrou que antes de se incorporar à POLOP, viajou, junto com Antônio Duarte, para a cidade de Lajeado no Rio Grande do Sul, sua cidade natal. Após ficar clandestinamente na casa de parentes de Capitani, os dois ex-dirigentes da AMFNB tiveram que regressar ao Rio de Janeiro, pois o pai do marinheiro sulista havia sido preso e estava sendo pressionado a delatar o paradeiro do filho.³³⁷ Imaginamos, quantos casos iguais a este não ocorreram? Quanto familiares de marinheiros estariam sendo presos e pressionados a informar onde aqueles “subversivos comunistas” se encontravam, mesmo sem terem informações precisas? E quantos marinheiros que procuraram retornar às suas cidades de origem tiveram que fazer o caminho de volta? Com certeza, não foram poucos. No caso dos dois rebeldes, a POLOP foi mais que uma sigla, foi uma porta que se abriu. E eles entraram. Capitani, a exemplo de Duarte, lembrou que não estava preparado para o debate teórico porque não tinha formação política, mas disse que a tarefa, naquele momento, era preparar a *resistência* armada.³³⁸ No que se refere à função dos novos guerrilheiros, Capitani afirmou:

“Mesmo que, nos acordos iniciais, nós fossemos os encarregados do treinamento militar, foi a POLOP que acabou responsável por essa tarefa. Estavam com a guerrilha na cabeça. Chegaram ao interior do estado do Rio e começaram a ‘treinar’ segurando facas entre os dentes e andando agachados no meio do capim”.³³⁹

Antônio Duarte confirmou esta informação quando lembrou a figura de um colombiano, chamado Jaime Cebalos, que tinha treinamento em Cuba e seria o instrutor inicial da guerrilha.³⁴⁰ Entretanto, conforme já nos referimos, o CENIMAR desarticulou

³³⁵ Ibid, p.79-80.

³³⁶ ORVIL, *Op. Cit.* p. 129.

³³⁷ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.77-79.

³³⁸ Ibid, p. 80. Nota do autor: Existe um debate em relação ao uso do termo *resistência* pelos grupos da esquerda armada no período da ditadura civil-militar. Esta discussão gira em torno do caráter defensivo ou ofensivo da expressão, como também no que diz respeito ao tipo de sociedade que a esquerda revolucionária pretendia implantar, caso vencesse a ditadura: democrática ou ditadura do proletariado? Para um maior aprofundamento, ver RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores”. In _____, REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois: 1964-2004*. Bauru: Edusc, 2004, p.53-64; ver também, ARAÚJO, Maria Paula. “Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985)”. In FILHO, João Roberto Martins (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p.93-103.

³³⁹ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.81.

³⁴⁰ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.78. Duarte refere-se a um local que seria utilizado em Minas Gerais.

aquela primeira tentativa de organização guerrilheira no pós-golpe, bem antes que se constituísse efetivamente uma *Organização*.

De acordo com Otavino Alves da Silva, que fez parte da direção da POLOP, Eric [Sachs] tinha contato com os marinheiros no Rio de Janeiro e, depois do golpe, o próprio Otavino e Arnaldo [Mourthé] começaram a fazer levantamento na região de Caparoba. Ainda segundo Otavino, o fracasso dessa tentativa guerrilheira estava ligado à estranha presença dos marinheiros frequentando apartamentos da zona sul carioca, fato este que teria provocado a desconfiança dos porteiros, resultando nas denúncias e posterior desarticulação da POLOP por agentes do CENIMAR.³⁴¹ Não nos surpreende esta informação, tendo em vista que nos dias iniciais do regime, até o almirante Aragão foi denunciado por vizinhos enquanto abrigava-se na casa de uma conhecida, no bairro do Leblon.³⁴² A elite carioca não queria problemas em sua vizinhança, quanto mais de marinheiros subversivos. Porém, o título de “Guerrilha de Copacabana”, ironicamente dado pela imprensa, não dá a verdadeira dimensão daquela articulação.

Segundo Avelino Capitani, aparelhos também foram estourados na zona norte e na Baixada Fluminense.³⁴³ Antônio Duarte citou também locais estourados em Niterói.³⁴⁴ Ou seja, a POLOP da Guanabara não se resumia a Copacabana. O fato é que para os marinheiros presos, o “pecado” agora estava dobrado. Já não eram os simples marujos rebeldes, eram também aprendizes-guerrilheiros.

4. DOPS e CENIMAR

Essa desarticulação da POLOP carioca ocorreu em julho de 1964, período em que começaram as denúncias de torturas sistemáticas como maneira de se arrancar declarações dentro dos órgãos da repressão. Antes disso, as cenas de Gregório Bezerra sendo arrastado pelas ruas do Recife e a carta de Dilma Aragão, filha do almirante fuzileiro naval denunciando os mal tratos sofridos por seu pai na prisão, eram as poucas referências do tratamento dado aos presos políticos da ditadura recém-instalada.³⁴⁵ Os marinheiros e demais polopistas foram “testados” no laboratório que tinha agentes da Delegacia de Ordem Política e

³⁴¹Entrevista de Otavino Alves da Silva a Valter Pomar. Disponível em: <http://www.2fpa.org.br/portal/modules/news>. Consultado em 02 de nov. 2009.

³⁴²Entrevista de Dilma Aragão ao autor. Rio de Janeiro, 13 de out. 2009.

³⁴³CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.81.

³⁴⁴DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.80.

³⁴⁵GASPARI, Elio. *Op. Cit.* p.132-133.

Social (DOPS) e do CENIMAR como principais “pesquisadores”. Nas prisões destes dois órgãos, encontraram alguns colegas de farda que estavam presos por consequência de suas participações na fracassada saída do *cabo* Anselmo, da Embaixada do México em 23 de maio de 1964.³⁴⁶ De acordo com reportagem do Jornal do Brasil, Anselmo estava sozinho e armado com uma pistola. Antes dele, já tinham sido presos os marinheiros Edson Neves Quaresma e Valter [Walter Herman].³⁴⁷ O marinheiro Severino e o fuzileiro Edgar Aquino Duarte também foram citados nas reportagens como envolvidos na articulação que retirou Anselmo da Embaixada. Além destes, o marujo Reinaldo Di Benedetti foi preso no dia 28 de maio sob a mesma acusação.³⁴⁸

Na ocasião de sua prisão, Anselmo declarou à imprensa: “Se eu morrer, outros virão (...), saí do asilo porque o importante é arriscar. Estava à procura do primeiro foco de resistência que houvesse no país”.³⁴⁹ Nos dias seguintes, a fuga de Anselmo continuou sendo pauta de reportagens, inclusive com a notícia que o mesmo estaria envolvido em um plano subversivo que teria entre outros objetivos explodir o porta-aviões Minas Gerais, maior navio de guerra do Brasil no período.³⁵⁰ Como era uma figura pública, inclusive com seus direitos políticos cassados pelo AI-1, Anselmo ficou preso na delegacia do Alto da Boa Vista, após passar por outras prisões. Os demais envolvidos amargaram idas e vindas entre CENIMAR e DOPS, onde receberam no mês seguinte os colegas envolvidos na conspiração da POLOP.

Nomes como Avelino Capitani, Antônio Geraldo Costa, Severino Vieira de Souza, Edson Neves Quaresma, Walter Hermann, Reynaldo Di Benedetti, Raul Alves do Nascimento, Adônias Antunes Vieira, e até mesmo José Anselmo dos Santos, aparecem como denunciantes, testemunhas ou citados como vítimas de torturas ocorridas em 1964 e publicadas pelo jornalista e deputado Márcio Moreira Alves em 1967.³⁵¹ Esta obra se constitui

³⁴⁶ Alguns dias após o golpe, José Anselmo conseguiu asilo na Embaixada do México. Lá entrou em contato com militantes de Ação Popular (AP), como o padre Alípio Freitas, e em conjunto decidiram pela saída de Anselmo para tentar organizar uma “Resistência” ao golpe. Os telefonemas de Anselmo para marinheiros que ainda estavam soltos e clandestinos, foram rastreados pelo CENIMAR. Segundo Anselmo, o mesmo contou com a ajuda do Deputado Paulo Wright, o qual teria lhe dado as chaves de um apartamento em Laranjeiras, bairro do Rio de Janeiro. Para os asilados na embaixada: APESP – Ordem Social, 50-D-7-383. Para a versão de Anselmo: Jornal do Brasil, 27 de mai. 1964, p.05. Em agosto de 1967 o Superior Tribunal Militar confirmou a sentença que condenou a dois anos de prisão os envolvidos naquela fuga de Anselmo da embaixada. Foram condenados, além do próprio Anselmo: Severino Vieira de Souza, Reinaldo Di Benedetti, Edson Neves Quaresma, Litercílio Machado da Silva, José Agatangelo de Oliveira e a militante da AP, Isa Guerra. APESP – Ordem Social, 50-Z-94158.

³⁴⁷ BN - Jornal do Brasil, 24 de mai. 1964, capa e p.26. No APERJ, documento faz referência a Walter Hermann Robert Lauber como indiciado na fuga de Anselmo na embaixada do México. APERJ- Fundo Polícia Política, Setor Secreto, pasta 09, maço 01, folhas 40-41.

³⁴⁸ ALVES, Márcio M. *Torturas e Torturados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: P.N.S.A, 1967, p.170-172.

³⁴⁹ BN - Jornal do Brasil, 24 de mai. 1964, capa e p.26.

³⁵⁰ BN - Jornal do Brasil, 26 de mai. 1964, p.05.

³⁵¹ ALVES, Márcio M. *Op. Cit.*

como o primeiro levantamento sobre as torturas naquele período. Do outro lado da história, nomes dos torturadores foram sendo revelados. Pela Marinha: Comandante Paranhos, capitão-de-corveta Darcy, capitão-tenente Perestello Feijó e tenente Xavier. Do lado do DOPS, os agentes Sérgio Alex Toledo, Solimar Carneiro e Boneschi completavam a parceria.

Alguns depoimentos dão uma dimensão daqueles acontecimentos. O caso de marinheiro Quaresma, que foi preso por estar com o endereço do apartamento onde a polícia encontrou o *cabo* Anselmo, é bastante emblemático. Em sua denúncia ele apresentou o seguinte relato:

“No sábado, 23 de maio de 1964, aproximadamente às 10 horas, fui preso pelo informante da Polícia Política, Sérgio Alex que, depois de me algemar, passou a espancar-me. Em seguida fui conduzido ao DOPS e dali algemado, levou-me um indivíduo que se identificava Macedo, à Cinelândia. Tirou-me a algema e eu deveria identificar um colega. Na primeira oportunidade, fugi em carreira. Macedo gritava: Pega o comunista! e *alguns populares se adiantaram ajudando minha prisão*. Espancado em via pública, com escoriações sangrentas, fui novamente algemado e trancado no carro fechado, onde me deixaram durante quatro horas aproximadamente. Conduzido ao Ministério da Marinha por ser então marinheiro da ativa, as autoridades do CENIMAR limitaram-se a entregá-me ao DOPS, alegando que ‘a operação não estava terminada’. Deixaram-me sem alimentação. Quando começaram os interrogatórios, pelo detetive Solimar, fui espancado: estando algemado, recebi nas costas e no pescoço pancadas de cassetete de borracha [...]”.³⁵²

Outro relato que diz respeito a torturas sofridas por marinheiros é o de Isa Guerra, a qual esteve presa no CENIMAR e no DOPS no mesmo período dos marujos da POLOP e os envolvidos na saída de Anselmo da embaixada. Segue-se parte do relato de Isa que foi testemunha ocular das torturas sofridas pelo marinheiro Severino, em sua passagem pelo CENIMAR:

“Na madrugada do dia 20 para 21 [junho, 1964] acordei com gritos irritados – ‘Deixa esses cachorros algemados, que nós agora vamos mostrar o lugar deles’. Reconheci a voz do comandante Darcy, seguida de gritos de Sérgio Alex. Compreendi que novos presos estavam chegando. Acordada, ouvi estarecida gritos de pavor e dor que partiam da pequena sala ao lado. Corri ao hall, deparando com uma cena estarecedora: um preso completamente ensanguentado, sendo espancado pelos agentes da [sic] DOPS, Solimar, Macedo e Sérgio [...]. Mais tarde vim a saber eu o espancado era o marinheiro de 1ª classe Severino”.³⁵³

Expulsos, processados, prisioneiros e torturados, grupos e mais grupos de marinheiros e fuzileiros eram presença constante nos diversos presídios da recém-nascida ditadura. Se faltava espaço nas prisões, isso não era problema. Existia prisão mais adequada que um navio de guerra? E eles foram muito “úteis”. No pior sentido da utilidade. Oficiais e praças da

³⁵² Ibid. p.167-168. Grifo meu.

³⁵³ Ibid. p.154. Nota do autor. De acordo com documento que tivemos acesso no DOPS/RJ, Isa Guerra teria colaborado com a fuga de Anselmo da embaixada do México. Cf. APERJ – Fundo Polícia Política, Setor Secreto, pasta 21, folha 16.

Marinha leais ao governo Jango foram hóspedes frequentes desses navios-prisões.³⁵⁴ Um dos locais que concentrou um razoável número de marinheiros, como também outros presos políticos, foi a Delegacia do Alto da Boa Vista, onde ficou preso o *cabo* Anselmo.

Para os que conseguiam escapar, um dos caminhos possíveis foram as embaixadas. Pelo menos as do Uruguai, México e Bolívia receberam marinheiros. Nelas, aguardavam o salvo-conduto e partiam para o exílio. A imprensa muitas vezes tratava de forma irônica e jocosa a partida de alguns. Exemplo disso foi a notícia dada pelo Jornal do Brasil, em maio de 1964, da partida de marinheiros para o exílio. Dizia a reportagem que o marinheiro Lenine iria com mais sete outros para o exílio na Bolívia, *país onde não tinha mar*. Presente no voo, também indo para o exílio, estava o professor Joel Rufino dos Santos.³⁵⁵

Entre os que estavam presos, a fuga passou a ser o objetivo principal. Avelino Capitani, Raul Alves do Nascimento e Antônio Geraldo Costa que cumpriam pena no Alto da Boa Vista, escaparam juntos quando foram a uma audiência no Tribunal da Marinha, em meio a um grande movimento de advogados, jornalistas e militares. Desarmados, utilizando-se apenas da astúcia e da inteligência, os três deixaram para trás as torturas sofridas e os processos que respondiam.³⁵⁶ Antes deles, já tinha escapado, audaciosamente, o marinheiro Severino, o mesmo que sofreu as torturas presenciadas por Isa Guerra. Sozinho, conseguiu escapar do Tribunal da Marinha e partiu em busca da liberdade.³⁵⁷

Em março de 1966, outra fuga deixou atônita a alta cúpula militar e policial do Rio de Janeiro, tratava-se do *cabo* Anselmo. Aquele prisioneiro havia sido um assíduo leitor no período no qual esteve preso³⁵⁸ e chegou a ser denunciado por familiares de marinheiros por estar “endoutrinando” subversivamente seus companheiros de confinamento. A denúncia teria sido feita ao CENIMAR por familiares do soldado fuzileiro-naval Paulo Novaes Coutinho.³⁵⁹ O próprio Coutinho, corajosamente, nos confirmou que o referido marinheiro discutia ideias

³⁵⁴ O fuzileiro-naval Coutinho e Dilma Aragão nos relataram em seus depoimentos, a existência desses navios-presídios. No segundo caso, o presidiário foi o pai da entrevistada, vice-almirante Cândido da Costa Aragão.

³⁵⁵ BN – Jornal do Brasil, 23 de mai. 1964. O grifo é meu. Na realidade, se tratava do soldado fuzileiro-naval Lenine Pereira.

³⁵⁶ Ver CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.91-92.

³⁵⁷ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.52.

³⁵⁸ A jornalista Ana Arruda Callado relatou que ao visitar o amigo Cosme Alves Neto, também preso no Alto da Boa Vista, teve contato com o *cabo* Anselmo que, segundo ela, era considerado naquela época um herói revolucionário. A mesma lembrou que conversou encantada com aquele jovem com olhar sonhador que a solicitou que levasse livros de Kafka para ele ler. Ver Revista Cadernos de Comunicação, nº9, p.54-56. Apud PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *O golpe militar e civil de 64 – 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Oficina do livro, 2004, p.75.

³⁵⁹ Um informe do CENIMAR endereçado ao DOPS dizia que familiares do ex-fuzileiro naval Paulo Novaes Coutinho declararam que muitos presos que estavam junto com Anselmo não tinham antes, qualquer ideia política. APERJ – Fundo Polícia Política, Setor Secreto, Maço 01, folha 08.

marxistas com os companheiros presos no Alto da Boa Vista,³⁶⁰ tema que não deixava de ser uma grande novidade para aqueles jovens prisioneiros, inclusive o próprio Anselmo.

Depois de dois anos preso e já bem relacionado com policiais daquela delegacia, Anselmo conseguiu fugir, sem dificuldades, em uma bem organizada operação que, além de contar com ex-companheiros da Marinha, teve a ajuda financeira do jornalista Flávio Tavares, que na época já articulava com Brizola, exilado no Uruguai, a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário, o MNR.³⁶¹ O Uruguai foi o primeiro destino de Anselmo fora do país. Na realidade, ele seguiria os passos de alguns marujos e fuzileiros que logo após as “fugas” das embaixadas e dos presídios, tiveram aquele país vizinho como destino.

5. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)

No período da fuga de Anselmo, muitos dos seus companheiros de convés já estavam retornando depois de realizarem treinamento guerrilheiro em Cuba. Após o fracasso da “Guerrilha de Copacabana”, surgia uma nova oportunidade de lutar. Dessa vez, eram guerrilheiros formados na *Ilha*, alguns com grau de *comandante*, o que envolvia certa mística. Tinham o apoio de um dos políticos mais carismáticos e influentes da esquerda brasileira, Leonel de Moura Brizola, antigo conhecido dos marujos no período de radicalização política.

A chegada dos marinheiros no Uruguai era um reencontro com antigos companheiros, como também com figuras de destaque do projeto político que fracassou no contexto 1961-1964. Segundo José Caldas Costa, as características semelhantes e a proximidade com o Rio Grande do Sul podem ter influenciado a ida de vários ex-militares expulsos das Forças Armadas para Montevidéu, como também a de políticos gaúchos, a exemplo do presidente destituído João Goulart e de Leonel Brizola.³⁶² Contudo, as observações de Flávio Tavares parecem ser mais determinantes: liberdade absoluta e partidos de todas as matizes legalizados (trotskistas, anarquistas, etc) propiciavam o clima de conspiração em Montevidéu.³⁶³

Denise Rollemberg, que estudou a trajetória dos exilados brasileiros do período do regime civil-militar, apontou a possibilidade de se visualizar duas gerações de exilados enquanto experiência vivida: a de 1964 e a de 1968:

³⁶⁰ Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov.2008.

³⁶¹ Em entrevista a Fernando Molica, Flávio Tavares admitiu que subornou por US\$100,00 policiais responsáveis pela vigilância de Anselmo no Alto da Boa Vista. Cf. MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o chagal brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.158.

³⁶² COSTA, José Caldas. *Op. Cit.* 2007, p.114.

³⁶³ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999, p.175.

“[...] em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB. Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente”. Já a geração de 1968 está identificada a militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária [...]”.³⁶⁴

Porém, este recorte não deve ser visto de forma dicotômica e monolítica, advertiu a autora.³⁶⁵ Dessa forma, a presença de marinheiros no exílio uruguaio, diversifica as características que marcaram a primeira geração de exilados, principalmente nos pontos relacionados à faixa etária e à sobrevivência financeira. Pela juventude, são eles que, formarão grande parte do primeiro contingente de guerrilheiros enviados à Cuba no contexto de formação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Este movimento, após a articulação polopista e a tentativa fracassada do ex-coronel Jefferson Cardim de insurgir-se no Rio Grande do Sul em 1965,³⁶⁶ ambos independentes, foi o primeiro a ter o apoio cubano após o golpe de 1964, objetivando uma revolução latino-americana.

O MNR tinha como grande articulador o deputado cassado Leonel Brizola, que desde a fundação do “Grupo dos 11”, no pré-golpe, tinha a ideia de revolução em mente, mas uma revolução de massa, diferente do que viria a ocorrer no MNR. Baseado na ideologia *nacionalista*, que tinha o imperialismo americano - personificado na ditadura brasileira - como o grande inimigo, atraiu muitos oficiais e praças expurgados das Forças Armadas. Em Montevideú, Brizola contava com o seu Estado-Maior: Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Paulo Schilling, o ex-coronel Dagoberto Rodrigues, dentre outros. No Brasil, o professor Bayard Demaria Boiteux, na Guanabara, e o jornalista Flávio Tavares, em Brasília, faziam os contatos com os que estavam dispostos a participar do movimento. Em São Paulo, o ex-sargento do Exército Onofre Pinto e o ex-cabo da Marinha Antônio Geraldo Costa, o *neguinho*, vice-presidente da AMFNB na primeira diretoria, faziam a ponte com o Uruguai.³⁶⁷

³⁶⁴ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 1999, p.48-50. A autora esclarece que trabalha com o conceito de geração que tem como referência Jean-François Sirinelli, cujo ponto de partida está em Jean Luchaire, segundo o qual ‘uma geração é uma reunião de homens marcados por um grande evento ou uma série de ‘grandes eventos’. Desta vivência comum, gestados os ‘efeitos de idade’, capazes de produzir os ‘fenômenos de geração’.

³⁶⁵ Idem, p.51. Nota do autor: O caso dos marinheiros pode ser um exemplo da sensibilidade que devemos ter ao tentar compreender esses *exilios*. Eles são os jovens na *geração* dos homens maduros e já estarão maduros ou experientes com a chegada ao exílio dos jovens de 1968.

³⁶⁶ Em março de 1965, com aproximadamente 30 homens, Jefferson Cardim tomou a cidade de Três Rios no Rio Grande do Sul. Depois de três dias o movimento foi derrotado. Ver BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998, p.41.

³⁶⁷ Ver TAVARES, Flávio. *Op. Cit.*; BOITEUX, Bayard. *Op. Cit.*; Para Onofre Pinto, ver RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007, p.120; Para Antônio Geraldo Costa, ver LOUZEIRO, José. *O pilão da madrugada: Neiva Moreira – um depoimento a José Louzeiro*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989, p.242.

Tavares relatou que em Brasília foram recrutados vários marinheiros e fuzileiros vítimas do golpe, que haviam sido empregados em uma loja de eletrodomésticos gerenciada pelo filho do almirante Aragão, Dílson Aragão, o qual também tinha sido torturado enquanto esteve preso no Rio de Janeiro. Para eles, foi providenciada a devida documentação, visto que estavam “todos clandestinos e procurados pela justiça militar”.³⁶⁸ O MNR iria absorver esses novos “legalizados”. Alguns, em pouco tempo, virariam “bichos”.

Segundo Neiva Moreira, inicialmente eram previstos quatro focos guerrilheiros: Aparados da Serra - Rio Grande do Sul; Caparaó – Minas; a zona florestal entre São Paulo e o litoral; e uma área em Mato Grosso. No entanto, ele, maranhense de Nova Iorque, cidade localizada a 600 Km de São Luís, afirmou ter influenciado para que fosse implantado um foco guerrilheiro na região de Imperatriz. Onde fica? No Maranhão. Segundo Moreira, uma das hipóteses era montar o foco guerrilheiro na região conhecida como Bico do Papagaio.³⁶⁹

Cabe-nos ressaltar que essas informações, compartimentadas, eram de conhecimento restrito. Flávio Tavares lembrou que não tinha a informação que o foco do sul, o qual a princípio seria implantado numa região entre o norte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tinha sido transferido para Caparaó.³⁷⁰ Segundo ele, esse núcleo do MNR, era “uma espécie de menina encantada de Brizola, que lhe deu dadivosos fundos e armamento”.³⁷¹ A respeito do núcleo do Mato Grosso, José Caldas Costa, que não associa esse foco ao MNR, ressaltou que se esse núcleo guerrilheiro viesse a ter êxito, “seria a ligação do movimento brasileiro com a ação que Che Guevara deveria empreender na América do Sul”.³⁷² Isso explicaria o por que de um deslocamento para aquela região pantaneira.

Muito frequentemente associado apenas com o episódio de Caparaó, as pretensões do MORENA - sigla preferida de Brizola para Movimento Revolucionário Nacionalista - eram muito mais ambiciosas do que conhecemos sobre essa organização. Efetivamente, três desses focos entraram na fase de preparação, envolvendo levantamento geográfico, questões logísticas e formação de guerrilheiros: Caparaó, Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. Todos esses núcleos tiveram marinheiros e fuzileiros em posições de destaque. Nos dois últimos, eram os *comandantes*, assessorados por mais de uma dezena de companheiros navegantes.

³⁶⁸ Sobre Dílson Aragão, ver ALVES, Márcio M. *Op. Cit.* p.151; para a movimentação em Brasília, ver TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.174-175.

³⁶⁹ LOUZEIRO, José. *Op. Cit.* p.229.

³⁷⁰ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p. 194-198. Percebe-se, com referência na nota anterior, que não houve um deslocamento, e sim, a não implantação do foco sulista. O projeto inicial envolvia quatro regiões.

³⁷¹ *Ibid.* p.195.

³⁷² COSTA, *Op. Cit.* p.129

Nos anos 1965-1966, podemos visualizar um fluxo contínuo de candidatos a guerrilheiros no triângulo Brasil-Uruguai-Cuba, isso em rotas diversas, onde passagens pela Tchecoslováquia e Paris eram os caminhos mais comuns. Avelino Capitani – então fugitivo com duplo processo, um pela AMFNB e outro pela Conspiração polopista – relembrou sua passagem pela capital Uruguia e sua incorporação ao MNR.

“Em Montevidéu, a nossa turma [ex-marinheiros] já era conhecida. Com a chegada de mais alguns marinheiros – Amaranto, Severino e Hélio – formamos um grupo. Inclusive a casa onde passamos a morar – em Pocitos, um bairro de Montevidéu – passou a ser chamada de ‘Viet-Cong’ [...]. Éramos ‘o pessoal da pesada, o pessoal que está defendendo a guerrilha’ [...]. Neguinho [Antônio Geraldo Costa] foi até o Uruguai, e preparamos a chegada de outros marinheiros. Dias antes do natal de 1965, saí do Uruguai em direção a Cuba”.³⁷³

Muitos marinheiros optaram em aceitar bolsas de estudos em países socialistas ofertadas pelo PCB, mas pelo menos uma dezena escolheu realizar o curso de guerrilheiro na *Ilha*.³⁷⁴ É o que podemos constatar a partir de um documento divulgado pelos órgãos de informações em fevereiro de 1973, onde consta uma lista de 219 pessoas, acompanhada de álbum fotográfico. Os relacionados, de acordo com o documento, teriam realizado cursos de guerrilha em Cuba até aquela data.³⁷⁵ Alguns guerrilheiros aparecem nas fotografias com o uniforme de marinheiro, dessa forma não foi difícil identificarmos, após o cruzamento com outras fontes, os marujos que foram alunos em Cuba. Na *Ilha*, foi possível encontrar com ex-marinheiros que haviam se instalado em outras embaixadas e dali, em outros dispositivos, foram se integrar ao grupo revolucionário.

Exemplo disso é o encontro de Marcos Antônio com Capitani em Cuba, sendo que Marcos vinha do México, onde se exilou após o golpe, depois de ter se refugiado na embaixada daquele país.³⁷⁶ A grande maioria foi no contexto de formação do MNR. Pelo menos, 15 ex-praças da Marinha constam no documento. Entre eles, apenas dois sargentos, os demais são ex-cabos, marinheiros e fuzileiros com atuação destacada nos tempos da AMFNB.³⁷⁷ Dessa forma, aos poucos, certo número de “formados” foram ficando prontos para entrar em combate.

³⁷³ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.97-98.

³⁷⁴ Para as bolsas de estudo, *Ibid.*

³⁷⁵ APERJ – Fundo Polícia Política, Setor Comunismo, pasta 115. O documento foi elaborado e transmitido pelo II Exército, sediado em São Paulo. Na capital paulista, este mesmo álbum está arquivado como: APESP – Ordem Social, documento 0261.

³⁷⁶ APESP – Ordem Social, 50-D-7-383. Depoimento de Marcos Antônio da Silva Lima, em 21 de fev. de 1967.

³⁷⁷ APERJ – Fundo Polícia Política, Setor Comunismo, pasta 115. Seguem-se os nomes identificados: Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, Antônio Duarte dos Santos, Avelino Capitani, Celso Carlos da Silva, Cláudio de Souza Ribeiro, Edgard Aquino Duarte, Edson Neves Quaresma, Edval Augusto Melo (ex-sargento),

Flávio Tavares, em suas *Memórias do esquecimento*, relembrou uma viagem “urgente” que teve de fazer ao Uruguai em meados de 1965. Depois de lhe detalhar sua adesão ao foquismo, Brizola apresentou-lhe dois combatentes recém-chegados da *Ilha*, “tão bem treinados que já não eram gente, ‘mas bichos como macacos, que ficam uma semana em cima de uma árvore, escondidos’.³⁷⁸ Quem eram aqueles bichos? Um estudante goiano, ex-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), chamado Olímpio [Georges Michel] e o ex-marinheiro José Duarte dos Santos, agora *Victor*, irmão de Antônio Duarte – marinheiro que fazia parte do núcleo dirigente da AMFNB - o qual trazia de Cuba um currículo de combatente “invejável”, inclusive com o grau de *comandante*.³⁷⁹ Ambos seriam os responsáveis pela implantação do foco de Imperatriz, que se expandiu para Marabá, no Pará. Seus soldados guerrilheiros seriam recrutados em Brasília entre aqueles ex-marujos e fuzileiros legalizados por Tavares.³⁸⁰

Em um primeiro momento, cerca de 15 desses combatentes foram incorporados. Mas essa subdivisão do MNR não contava apenas com esses militantes. Sob influência de Michel, um número de estudantes, semelhante ao de marinheiros, também abraçou a causa revolucionária do Movimento.³⁸¹ Posteriormente, Pedrinho - como os militantes chamavam o “Comandante-Geral”, Brizola - foi enviando outros cursados em Cuba. Um barco de 12 toneladas auxiliava nos deslocamentos de material e pessoal na hidrovia do Tocantins. Do Uruguai, chegou a ordem de construir uma pista de 600 metros para o pouso de uma aeronave que viria da Guiana carregada de armas.³⁸² A preparação do foco, imaginado por Neiva Moreira, estava a todo vapor.

O grupo do Mato Grosso é o mais misterioso. Sabe-se que o comando estava a cargo de outro ex-marinheiro com curso em Cuba: o marinheiro de 1ª Classe, especialista em motores, Marcos Antônio da Silva Lima, o mesmo que na época da AMFNB se destacou na vice-presidência pela liderança e pelas divergências com Anselmo. Marcos, que teria passado por Cuba entre janeiro e novembro de 1965³⁸³ contou com pelo menos dois ex-companheiros do tempo da Marinha na organização daquele foco pantaneiro: Otacílio Pereira da Silva e

Evaldo Luiz Ferreira de Souza, José Anselmo dos Santos, José Duarte dos Santos, José Maria Ferreira de Araújo, Marcos Antônio da Silva Lima, Otacílio Pereira da Silva e Raimundo Jerônimo da Silva (ex-sargento). A maioria destes ex-marujos realizou o treinamento no ano de 1965.

³⁷⁸ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.178

³⁷⁹ *Ibid.* p.23; 178. José Duarte dos Santos, potiguar, é irmão de Antônio Duarte, ex-presidente do conselho deliberativo da AMFNB e autor do livro por vezes citado neste trabalho. José Duarte é personagem de forte presença no livro de Flávio Tavares.

³⁸⁰ *Ibid.* p.191.

³⁸¹ *Ibid.* p.180.

³⁸² *Ibid.* p.202;190.

³⁸³ APERJ – Fundo Polícia Política, Setor Comunismo, pasta 115, folha 95.

Edgard Aquino Duarte, ex-fuzileiro naval, dupla também cursada em Cuba. O rastro que nos levou a esta constatação foi um documento, encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), onde constam informações sobre Edgard.³⁸⁴ De acordo com esta fonte, Otacílio e Edgard teriam se deslocado para aquela região com o objetivo de dar instruções para cerca de 200 homens no uso de armas e táticas. Ambos teriam viajado em abril de 1968 [na realidade o ano era 1966] para a Bolívia, de lá para Cáceres e depois para Dourados, onde ficaram na casa de Winkle [provavelmente um traidor, porque não aparece seu nome completo no documento] e depois tiveram o apoio de um colaborador de nome Juca, do Partido Comunista.³⁸⁵ As informações ainda dão conta que o misterioso Winkle teria sido expulso do grupo e, a partir desse fato, Edgard assumiu parte da responsabilidade. O grupo também teria feito deslocamentos para a região de um garimpo localizado na Chapada dos Guimarães – Alto Paranatinga, também no Mato Grosso.

É pouco provável que o número de militantes deslocados para aquela área tenha chegado às duas centenas mencionadas no documento. O próprio sistema repressivo supervaloriza o “inimigo” para justificar sua existência e se vangloriar de uma possível vitória no futuro. Números à parte, eles estavam lá. Poucos, mas decididos a lutar.

A outra frente guerrilheira, “a menina dos olhos” de Brizola, também entrou em fase de preparação. Ao contrário dos demais destacamentos, as fontes não são raras. Nos arquivos, na imprensa, ou na produção bibliográfica, foi possível levantarmos um número considerável de informações sobre o núcleo de Caparaó. Aquele grupo também se diferenciou dos outros pelo fato de ter sido o único que não tinha um ex-marujo no comando. Em Caparaó, área que primeiro tinha sido escolhida pela POLOP e que foi “cedida” ao MNR, o comando do grupo que subiu a serra estava com o ex-sargento do Exército Amadeu Felipe, o qual tinha como subcomandantes Jelcy Rodrigues (ex-subtenente do Exército) e Araken Vaz Galvão, também ex-sargento do Exército Brasileiro. Porém, entre os cerca de 30 militantes que participaram em algum momento dos treinamentos e deslocamentos na região, ou do apoio logístico no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, apenas cinco tinham feito preparação guerrilheira em Cuba. Destes, dois eram civis: Alfredo Paiva e Hermes Machado, e os outros eram ex-praças da Marinha: o ex-sargento Edval Mello e os marinheiros Avelino Capitani e Amarantho Jorge.³⁸⁶

³⁸⁴ APESP – Ordem Social, 50-Z-07923. Informações sobre Edgard Aquino Duarte.

³⁸⁵ Um militante morto na Guerrilha do Araguaia, em setembro de 1973, era conhecido pelo apelido de Juca do PC do B. Tratava-se do médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, o qual se tornou muito conhecido na região. Devido à coincidência do apelido e à região na qual atuou, possivelmente é o mesmo Juca do documento do DEOPS/SP. Informações sobre o Araguaia disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030826/pri_pol_260803_196.htm. Consultado em 01 jan. 2010.

³⁸⁶ COSTA, José Caldas. *Op. Cit.* p.127;137-140.

O grupo conseguiu se instalar na região, chegando inclusive a montar um armazém na cidade mineira de Guaçuí para abastecer a coluna guerrilheira. Lá em cima, cerca de dezessete destemidos [o número máximo alcançado] se preparavam para desencadear as ações armadas. Estocavam alimentos em diferentes pontos, montavam paióis de armamentos e munições, como também escolhiam áreas para servirem de abrigos e recuos. Um início promissor.

Com os três focos em fase de estruturação, Brizola chamou os responsáveis por cada um para uma reunião em Montevideú, no início de 1966. Segundo Flávio Tavares, o encontro contou com a presença da cúpula brizolista no exílio. Tavares, representando o foco de Imperatriz ou do Brasil Central, relatou o encontro da seguinte forma:

“expus nossas experiências e dificuldade de integração, Victor [marinheiro José Duarte] acrescentou outro tanto e, logo, o representante do segundo foco, um ex-fuzileiro vindo de Mato Grosso,³⁸⁷ próximo à fronteira com a Bolívia, descreveu com otimismo a situação da sua área. Ao longo da reunião, porém, admitiu que as dificuldades eram imensas, iguais às do Brasil Central. Em contraste com esse cauto pessimismo, ouvimos também uma exuberante análise de otimismo, que nos fez sentir pequenos e incapazes: ‘Estamos em crise, sim, mas em crise de crescimento’ – começou dizendo Paulo Schilling [...], o contato do foco guerrilheiro do Sul [deslocado para Caparaó]”.³⁸⁸

Naquele início de 1966, de acordo com o relato do seu representante, o grupo de Caparaó era o mais promissor, ou nas palavras de Tavares, com certa ironia jornalística: “o grupo estava algures, noutra geografia mantida em sigilo, e progredia ‘cada vez mais’”.³⁸⁹ Restava aos demais comandantes guerrilheiros do MORENA, seguir o exemplo dos companheiros “bem-sucedidos” nas montanhas de Caparaó.

Mas, ao longo do tempo, as palavras de Schilling não se confirmaram. O grupo “mineiro” do MNR começou a enfrentar uma série de desafios, entre eles: dificuldade em se relacionar com os camponeses da região; abastecimento deficiente; desentendimentos pessoais – o que minava a hierarquia da guerrilha – inospitalidade da região; problemas de ordem pessoal e familiar (nascimento de filhos, saudade da família etc) e, a demora em entrar em combate efetivamente.³⁹⁰ Esses fatores foram provocando deserções e desistências,

³⁸⁷ Provavelmente, esse fuzileiro seria Edgard Aquino Duarte. Consta no DEOPS-SP documento que faz referência à participação daquele representante do *foco pantaneiro* em uma reunião com Brizola, ocorrida no Uruguai. Cf. APESP – Ordem Social, 50-Z-07923; Informações sobre Edgard Aquino Duarte.

³⁸⁸ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.194-195.

³⁸⁹ *Ibid.*

³⁹⁰ Todos esses aspectos estão ressaltados na bibliografia existente sobre a guerrilha. Para um maior aprofundamento, ver COSTA, José Caldas. *Op. Cit.*; BOITEUX, Bayard. *Op. Cit.*; REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

inclusive a do subcomandante Jelcy. A presença dos homens cabeludos e barbudos na região passou a ser vista com desconfiança pela população, justamente o contrário do que deveria ocorrer, ou seja, a guerrilha deveria ter na comunidade local sua forte aliada.³⁹¹ O apoio logístico que vinha do Rio de Janeiro, capitaneado pelo professor Bayard Boiteux e Amadeu Rocha, os quais articulavam apoio político e financeiro como intermediários de Brizola, não foram suficientes para vencer aqueles desafios, agravados pela deprimente combinação fome-doença-desânimo.

Foi dessa forma, melancólica, que o grupo guerrilheiro de Caparaó caiu, cerca de um ano após ter se instalado na região. Ironicamente, em 1º de abril de 1967, data em que o *Regime* completava três anos. Cercados pela polícia mineira, restavam apenas sete “guerrilheiros”, os quais não tiveram tempo de reagir. O Exército, que em um primeiro momento desconfiou daquela operação bem sucedida da polícia mineira, tentou depois forjar um combate para liquidar o grupo. Entretanto, eles já tinham sido salvos, paradoxalmente, por uma fotografia mandada tirar pelo comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Jacinto do Amaral Melo.³⁹² Nesta imagem, que percorreria as edições de jornais e revistas nos dias seguintes, aparecem oito prisioneiros. Aos sete presos pela operação somou-se Amarantho Jorge, detido três dias antes por porte de armas quando foi à cidade comprar remédios para Capitani que, segundo os relatos, não resistiria por muito tempo. Soube-se depois que ele sofria de peste bubônica. Ou seja, o fato de ser preso o livrou da morte.

Na histórica fotografia dos oito guerrilheiros de Caparaó, cinco são ex-praças da Marinha: Edval Mello, João Jerônimo da Silva, Jorge Silva, Amarantho Jorge e Avelino Capitani. Os quatro últimos foram integrantes da AMFNB.³⁹³ Estavam ali os cinco representantes marinheiros enviados para aquele núcleo guerrilheiro. Aquela imagem significava que nenhum marujo havia desertado ou desistido.³⁹⁴

Mas a realidade é que o foco guerrilheiro de Caparaó tinha fracassado. Na imprensa, não faltaram notícias desencontradas, as quais mencionavam até uma possível presença do *cabo* Anselmo na região. O mesmo estava desaparecido desde sua fuga do Alto da Boa Vista. Outra versão fantasiosa divulgada na imprensa dizia respeito a uma suposta passagem de Che

³⁹¹ Para a relação comunidade – guerrilheiros, ver o documentário: *CAPARAÓ*, Flávio Frederico. Kinoscópio, 2006.

³⁹² A lúcida análise é de José Caldas Costa, entrevista a Flávio Frederico. In *CAPARAÓ*, Documentário, *Op. Cit.*

³⁹³ Essa foto ilustra a capa do livro de José Caldas Costa, *Op. Cit.*

³⁹⁴ Na foto ainda estão presentes: Amadeu Felipe, Araken Galvão e Milton Soares. Nota do autor: Da forma como o grupo foi capturado, ficou entre alguns integrantes de Caparaó uma dúvida sobre o comandante Amadeu Felipe. Alguns levantaram a hipótese que ele teria negociado a rendição, fato que ele nega. Para essa discussão, ver o documentário *CAPARAÓ*, Flávio Frederico, *Op. Cit.*

Guevara por Caparaó.³⁹⁵ A respeito do revolucionário argentino, surgiu ainda a notícia que Che tinha conhecimento dos três focos que estavam sendo organizados pelo MNR,³⁹⁶ fato que chama a atenção, tendo em vista o grau de sigilo dessas informações, desconhecidas até mesmo por integrantes de destaque do MNR, como era o caso de Flávio Tavares. Nos dias e meses seguintes à queda de Caparaó, o Exército armou seu espetáculo. Cerca de dois mil homens desembarcaram na pacata região e montaram uma estrondosa operação, inclusive com aviões bombardeando a serra.³⁹⁷

A queda em Minas foi uma espécie de prelúdio do que estava por vir com os demais destacamentos do MNR. Os “comandantes” do núcleo pantaneiro e do foco do planalto central, Marcos Antônio e José Duarte, respectivamente, já haviam sido presos em São Paulo, em fevereiro de 1967, quando buscavam apoio para seus grupos. Em seus depoimentos, nada revelaram sobre o MNR, foram cumprir suas penas por suas condenações em decorrência dos processos da AMFNB.³⁹⁸ Do grupo pantaneiro, sabe-se que o coronel Dagoberto Rodrigues, da cúpula do movimento, esteve na região fronteira da Bolívia com o Brasil, e apesar de ter recorrido até mesmo às rotas do contrabando, não conseguiu avançar na instalação daquele foco.³⁹⁹

No destacamento Imperatriz/Marabá, depois de mais de dois anos de preparação, veio a ordem de desmobilização. Talvez nem precisasse daquela mensagem. As dificuldades de abastecimento que marcaram Caparaó também estiveram presentes lá. Flávio Tavares afirmou ter ouvido do ex-fuzileiro naval Pacheco que sem alimentação suficiente e sem água potável, estavam se virando comendo macacos e bebendo água dos cipós.⁴⁰⁰ Quanto ao material bélico, também não era suficiente. As armas que viriam da Guiana em um avião, nunca chegaram. Problemas de relacionamentos também existiram com alguns ex-marinheiros e fuzileiros, sem cursos em Cuba, sentindo-se inferiorizados face aos graduados na *Ilha*: os “comandantes”.⁴⁰¹

Antes da mobilização total, quando 1967 já começava a virar ano velho, o ex-fuzileiro naval Eros, encarregado de avisar pelas matas do Pará e Maranhão que tudo tinha acabado, foi

³⁹⁵ COSTA, José Caldas. *Op. Cit.* 222-223.

³⁹⁶ A notícia tinha como fonte o boliviano Juan Alex Aldunati, preso em São Paulo, e foi divulgada no Jornal *O Globo*, de 05 de abr. 1967. *Ibid.*p.223.

³⁹⁷ COSTA, José Caldas. *Op. Cit.* 219.

³⁹⁸ Depoimento de José Duarte dos Santos: APESP – Ordem Social, 50-D-7-378. Marco Antônio da Silva Lima: APESP-Ordem Social, 52-Z-7923.

³⁹⁹ LOUZEIRO, José. *Op. Cit.* p. 242.

⁴⁰⁰ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.196.

⁴⁰¹ *Ibid.* p.193. Nota do autor: Cabe-nos ressaltar que o treinamento guerrilheiro realizado em Cuba, não foi visto do mesmo jeito pelos que lá estiveram. Alguns viram positivamente, mas não faltou quem viu o treinamento na *Ilha* como algo ineficiente, às vezes desastroso. Para essas versões, ver ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2001.

infectado pela malária. Ainda deu tempo de chegar a Brasília, mas ele não teve a mesma “sorte” de Capitani quando vitimado pela peste bubônica. Como portava documentos falsos, ninguém apareceu para escrever seu epitáfio. “O cadáver ficou lá, sem nome e sem rastros”, escreveu Tavares.⁴⁰² A morte de Eros, o fuzileiro-naval que por força do destino queria virar guerrilheiro, era também a morte do MNR. “Pedrinho” desapareceu, abandonou a ideia da Guerrilha, que, aliás, nunca tinha sido sua verdadeira paixão.⁴⁰³ Voltou Brizola, que mesmo no exílio, tinha liberdade para ser o que realmente era: o político, o negociador. Mas para os ex-combatentes do MNR, não tinha como voltar a ser o marinheiro de convés Capitani; voltar a ser o marinheiro-eletricista José Duarte; a ser o marinheiro - especialista em motores - Marcos Antônio, ou retomar a identidade de cabo-sinaleiro Antônio Geraldo Costa. Não tinham como ressuscitar Eros, o fuzileiro-naval do quadro de infantaria que, tinha como sobrenome, Nascimento.⁴⁰⁴ Eles continuaram acreditando na *Revolução*.

O fim do MNR, paradoxalmente, foi o início de uma nova fase para as esquerdas armadas. Da *conspiração* polopista, passando pelos *ensaios* do MNR, era chegada a hora da ação. E foi com essa tônica que o deputado do PCB, Carlos Marighella, decidiu romper com o que ele chamava de “imobilismo burocrático” do partido e participou das reuniões da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), evento que aconteceu em Havana, entre 31 e 10 de agosto de 1967.⁴⁰⁵

Conforme ressaltou Jean Rodrigues Sales,

“a OLAS, significou, em certa medida, uma tentativa por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente. Entre outras formulações, a OLAS criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’.”⁴⁰⁶

Esse encontro aparece comumente lembrado pela historiografia como o momento no qual Marighella rompeu com o PCB e passou a defender abertamente a solução armada para a derrubada da ditadura, o que de fato ocorreu.⁴⁰⁷ E já a partir daquele ano, iriam desembarcar na *Ilha* vários militantes articulados com a nova organização, que tinha em Marighella seu

⁴⁰² TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.226.

⁴⁰³ Depoimento de Amadeu Felipe a José Caldas Costa. Cf. COSTA, José Caldas. *Op. Cit.* p.158. Embora tenha relutado em aderir inicialmente ao foquismo, Brizola chegou ficar empolgado com a idéia, e inclusive recebeu a visita do principal teórico da teoria do foco, Régis Debray. Cf. Idem, p.126.

⁴⁰⁴ De acordo com Antônio Duarte, Eros tinha sido expulso por ter se envolvido na Revolta dos Sargentos de Brasília, em setembro de 1963. Cf. DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.316-317.

⁴⁰⁵ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.94-97.

⁴⁰⁶ SALES, Jean Rodrigues. *Op. Cit.* p.60-61.

⁴⁰⁷ Ver GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*; SALES, Jean. *Op. Cit.*; ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2001.

grande líder, a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo guerrilheiro que enviou o maior número de militantes para o treinamento guerrilheiro em Cuba.⁴⁰⁸ No entanto, naqueles dias, o que mais ganhou destaque na imprensa brasileira foi a presença em Cuba de José Anselmo dos Santos, ele mesmo, o *cabo* Anselmo. Desaparecido desde sua fuga do Alto da Boa Vista em 1966, Anselmo foi a maior estrela da delegação brasileira presente na conferência, então chefiada por Aloísio Palhano, ex-dirigente sindical. Ambos representavam o MNR. Anselmo, inclusive, foi escolhido como o orador da delegação do Brasil. Marighella estava apenas como observador.⁴⁰⁹

O início dos trabalhos da conferência foi marcado pela expectativa da presença de Che Guevara nos debates, o qual, segundo notícias, naquele momento estaria combatendo na Bolívia. No entanto, no dia dois de agosto, a chamada principal de capa do *Jornal do Brasil*, trouxe a seguinte manchete: “Ex-cabo Anselmo reaparece na reunião da OLAS”. De acordo com a reportagem, Anselmo teria se pronunciado em defesa da luta armada ‘para derrubar o regime militar’ e condenou o ‘mito do partido para fazer a revolução’.⁴¹⁰ No dia seguinte, mais destaque ao marujo rebelde: “Ex-cabo Anselmo é a sensação em Havana”. No texto, mais surpresa: “A chegada de Anselmo dos Santos causou certa sensação porque apareceu aqui como um verdadeiro partidário das guerrilhas”; e reproduziu fala do marujo: ‘dentro em breve ajustaremos contas com os gorilas e os lacaios brasileiros’.⁴¹¹ A série de reportagens sobre a OLAS foi encerrada da seguinte forma: “Ex-cabo Anselmo promete retornar logo ao Brasil”.⁴¹²

Durante o período no qual esteve em Cuba, Anselmo realizou o curso de guerrilhas e era visto como um verdadeiro revolucionário pelos responsáveis em formar os combatentes na *Ilha*. Neiva Moreira, interlocutor de Brizola com Cuba, declarou: “a notícia que eu tive dele foi os cubanos me dizendo: ‘entregue a ele todo tipo de responsabilidade militar que possa necessitar, porque ele está apto a ser um grande guerrilheiro.’”⁴¹³ Porém, com a desarticulação do MNR, ele e mais um grupo marinheiros e outros militantes, teriam que aguardar uma nova oportunidade para se engajar de vez na luta armada em solo brasileiro. No período em que ficou em Cuba, alguns testemunhos dão conta de que o carismático e simpático marinheiro - que tinha sido líder de uma rebelião, fugiu da prisão, realizou curso de guerrilhas e se

⁴⁰⁸ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2001, p.40.

⁴⁰⁹ BN- *Jornal do Brasil*, 04 de ago. 1967, p.02. Para outra cobertura da imprensa, ver também *Jornal Última Hora*, dias: 02 de ago. 1967, capa e p.08; 04 de ago. capa e p.07. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 21 out. 2009.

⁴¹⁰ BN - *Jornal do Brasil*, 02 de ago. 1967, capa e p.02.

⁴¹¹ BN- *Jornal do Brasil*, 03 de ago. 1967, p.02.

⁴¹² BN- *Jornal do Brasil*, 09 de ago. 1967, p.02.

⁴¹³ Programa *Linha Direta* da Rede Globo de Televisão, *Op. Cit.*

mostrava disposto a voltar ao Brasil para lutar pelo seu povo – gozava de certa liberdade e a ele se dava muita importância.⁴¹⁴

Em breve ele voltaria...

Enquanto a volta dos “náufragos” do MNR não acontece, os marujos presos no Complexo Penitenciário da Frei Caneca, no Rio de Janeiro – resolveram reaparecer.

6. O Movimento de Ação Revolucionária (MAR) e a *Guerrilha de Angra dos Reis*

Na Penitenciária Lemos de Brito, pertencente àquele complexo, ocorreu, segundo Cátia Faria, o surgimento da “única organização de vanguarda brasileira composta de bandidos e revolucionários”.⁴¹⁵ O Movimento de Ação Revolucionária – MAR, como a própria sigla sugere, teve entre seus principais componentes e articuladores, ex-militares da Marinha presos em virtude da rebelião de 1964, sendo que para alguns, as penas tinham sido agravadas por terem se envolvido nas ações da guerrilha, como é o caso de Avelino Capitani, remanescente da “Conspiração de Copacabana” e de Caparaó. Conforme ressaltou Faria, até 1969, quando foi editada a Lei de Segurança Nacional (LSN), presos políticos e presos comuns dividiam as mesmas celas. A ditadura não reconhecia a existência dos primeiros e com isso, possibilitou o surgimento deste peculiar grupo revolucionário.⁴¹⁶

Um exemplo que ilustra bem essa passagem é o caso do ex-sargento da Força Aérea Brasileira (FAB), Antônio Prestes de Paula, um dos líderes da Revolta dos Sargentos de Brasília em 1963, que desde aquele ano cumpria pena junto aos presos comuns. Quando Capitani chegou, já estavam no Complexo Penitenciário: Marcos Antônio, José Duarte e há mais tempo, os ex-marinheiros Lourenço Bernardino Sena, Adeildo Ramos, Benedito Alves de Campos, Edvaldo Celestino, Pedro Viegas, Antônio Duarte, Carlos Alberto Maciel Cardoso, dentre outros.

A princípio, os marujos estavam dispersos basicamente em três presídios: Esmeraldino Bandeira, em Bangu; Milton Dias Moreira e Lemos de Brito, no Complexo Frei Caneca. Segundo Pedro Viegas, após várias solicitações à administração penitenciária, os marinheiros conseguiram que todos fossem concentrados na Lemos de Brito e ali conquistaram o

⁴¹⁴ APESP, Ordem Social, pasta 52-Z-0 (562); documento 52-Z-0-35.628, folha 07. Depoimento de Hans Rudolf Manz. De acordo com Élio Gaspari, Hans Rudolf era da ALN e trabalhou para a polícia. Ver GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.156, nota 53.

⁴¹⁵ FÁRIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, 2005, p.68.

⁴¹⁶ *Ibid.* p. 58.

tratamento [informal] de presos políticos.⁴¹⁷ Com a medida de unir todos em um único local, o número chegou a cerca de 30 ex-marujos entre os demais detentos, que segundo Capitani, eram cerca de 800.⁴¹⁸ Entre os marinheiros, um sofria de esquizofrenia, Luiz Gonzaga da Silva, que era cabo – da especialidade Artífice de Mecânica - e vivia “dopado e alheio ao mundo, entupido permanentemente de medicamentos antidepressivos violentíssimos”, escreveu Viegas.⁴¹⁹ Ele não estava no Sindicato dos Metalúrgicos em março de 1964. Foi um dos três marinheiros atingidos por tiros disparados no Arsenal de Marinha quando tentavam ir prestar solidariedade aos colegas rebelados.

O que teria levado Gonzaga àquele quadro? Ser obrigado a abandonar a família para ingressar na Marinha? Ter deixado de ser um marinheiro, excluído dos quadros da instituição? Ou a vida na prisão, cerceado de sua liberdade por ter participado de uma entidade considerada subversiva? Aliás, qual foi o crime cometido por Gonzaga?

Esse é apenas um exemplo das experiências por quais passaram os marujos presos. Na vida entre grades, presenciaram todos os tipos de atrocidades: assassinatos, torturas, homicídios...⁴²⁰ Mas, curiosamente, nas memórias dos ex-detentos, o capítulo da prisão também é o da paixão, o do amor. É onde as personagens femininas mais ganham destaque. A prisão, para alguns, foi uma pausa nos combates, e nesse hiato, abriu-se o espaço para os sentimentos, as emoções, os desejos.⁴²¹ Entretanto foi apenas uma pausa. A próxima missão já tinha nome, *Operação Liberdade*, e passou a ser o objetivo principal dos nossos personagens, principalmente dos que tinham muitos anos de penas a cumprir. A fuga passou a ser o novo porto a ser alcançado.

Foi com esse objetivo que fundaram o MAR. Do planejamento da ação até o Dia D, passariam cerca de dois anos. Até lá, uma série de medidas teriam que ser tomadas e realizadas nos mínimos detalhes. Entre as questões mais importantes estava a conquista de funções estratégicas na Penitenciária.

Aos poucos foram se aproximando dos “comuns”. Andando sempre em grupo, demonstrando união e sendo solidários, eles conquistaram o respeito e a confiança da “massa carcerária”. Essa relação possibilitou a inclusão de quatro presos comuns nos planos da marujada: André Borges, Roberto Cietto, José Michel Godoy e outro lembrado apenas

⁴¹⁷ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.75-76.

⁴¹⁸ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.125.

⁴¹⁹ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.70. O caso de Gonzaga também é citado em DUARTE, *Op. Cit.* p.283;

⁴²⁰ CAPITANI, Avelino. *Ibid.*

⁴²¹ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p. 296-297; 304-306; VIEGAS, *Op. Cit.* p.62. CAPITANI, *Op. Cit.* p. 125.

como Edson.⁴²² Esta relação amigável foi sendo edificada através de inúmeras atividades criadas e desenvolvidas pelos marinheiros presos, tais como: escrita das cartas para os familiares de presos analfabetos; a criação de uma farmácia; a organização do Festival de Música e Poesia entre os detentos; a organização e ampliação do parlatório, onde os presidiários poderiam ter seus momentos íntimos com suas companheiras; redação dos requerimentos dos presos à administração penitenciária e à Justiça, dentre outros.

Talvez, possamos incluir também como um aspecto decisivo para a vida dos marujos no Presídio, a presença de Érica Bayer In Roth atuando no serviço social daquela prisão. Érica tinha sido assistente social na AMFNB e sua relação com os marinheiros era algo muito forte. Ela ficou no cargo entre 1967 e início de 1969. Nada soube dos planos de fuga da marujada. Provavelmente, eles queriam preservá-la, já que depois do golpe, a doutora “Encouraçado Potenkin” teve de ir depor várias vezes no CENIMAR por causa de sua atuação na AMFNB.⁴²³

Com esses serviços, os rebeldes de 1964 também atraíram a simpatia dos administradores, e a partir daí, com alguns já assumindo postos-chave - como o Serviço Social; Serviço Médico; a Psiquiatria e a Divisão Legal ou Setor Jurídico - o plano de fuga foi finalmente elaborado. A ocupação desses setores tinha uma razão de ser. Conforme pontuou Capitani, dos sete portões que deveriam ser transpostos em caso de fuga, alguns núcleos ficavam fora de quatro deles, e outros (psiquiatria e jurídico), somente a duas barreiras antes da rua.⁴²⁴ Durante os dois anos nos quais a saída foi planejada, tiveram ajuda de dois grupos distintos. Ambos foram de fundamental importância desde a implantação das melhorias, passando pela realização da ação, até mesmo abrigando o grupo fugitivo. A primeira equipe foi formada por estudantes - estagiários e estagiárias - que atuavam naquele presídio.⁴²⁵

O segundo grupo começou a se articular a partir de dezembro de 1968, com a saída de três companheiros beneficiados pelo indulto concedido para os que tinham penas até três anos e eram primários. Dessa forma, ganharam a liberdade Pedro Viegas, Edvaldo Celestino e José Duarte, o *Victor*, companheiro de Flávio Tavares à época do MNR. E foi a este jornalista, que respondia inquérito em liberdade sobre uma inexistente “Guerrilha do Triângulo Mineiro”,

⁴²² VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.86.

⁴²³ BN – Jornal O Globo, 27 de mar. 2004. Caderno Prosa e Verso, capa e p.02-03. Entrevista de Érica Roth publicada por ocasião dos lançamentos dos livros de Flávio Luís Rodrigues e Pedro Viegas. Ambos constam em nossa bibliografia. Mesmo sem ter nenhum envolvimento no caso da fuga em preparação, Érica ficaria três semanas presa na Ilha das Flores. Não falou em torturas, só disse que foi horrível.

⁴²⁴ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.126.

⁴²⁵ Estes estudantes aparecem dispersos, geralmente com o primeiro nome, nos trabalhos memoriais publicados por marinheiros. O coronel Ustra publicou os nomes completos: Júlio César Bueno Brandão, Flora Frisch, Jeny Waitsman, e acrescenta a guarda estadual Naterça Passos. USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.216.

que José Duarte buscou apoio e expôs os planos dos marinheiros presos. O apoio foi imediato. A ALN, grupo o qual os futuros fugitivos pretendiam se engajar após a fuga não quis se comprometer, mas ex-marujos que atuavam naquela organização abraçaram a missão: Antônio Geraldo Costa e Hélio Ferreira Rego, o Helinho.⁴²⁶

Ainda no *front* externo, um apoio importantíssimo foi dado por um pequeno grupo de dissidentes do PCB, denominado Grupo Mallet, cujos membros tinham como ponto de encontro uma rua com esse nome, localizada no bairro de Realengo, Rio de Janeiro, sob a liderança do ex-presos, ligado ao sindicalismo, José Ferreira Cardoso, o Ferreira. Este grupo seria o responsável pela cobertura no dia da fuga e por disponibilizar uma área localizada na região de Angra dos Reis, que serviria como refúgio para os fugitivos.⁴²⁷ Com essa composição, o MAR deu início às ações na cidade com o objetivo de arrecadar fundos e armas para montar toda uma estrutura que possibilitasse os futuros “libertos” serem “reintegrados” às atividades revolucionárias.

De acordo com o coronel Brilhante Ustra, que curiosamente dedicou uma parte de seu livro às ações do MAR,⁴²⁸ a primeira ação do grupo externo foi uma expropriação de um Banco em Realengo, realizado no dia 19 de março de 1969, o qual teria resultado na quantia de NCr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros novos), considerando a ação um grande sucesso. Ainda segundo Ustra, “o local foi panfletado com um impresso intitulado ‘Exército Libertador para Libertar o País’”.⁴²⁹ Ao cruzarmos as informações do coronel com as fontes jornalísticas, constatamos que no dia 20 de março os jornais noticiaram o ocorrido no dia anterior.

A notícia foi dada com destaque: “Assalto a um banco junto da polícia”. Dizia o Jornal do Brasil, em reportagem de capa:

“Localizada pouco mais de [100? ilegível] metros da 33ªDP e a menos de 150 metros de três quartéis do Exército, a agência de Realengo do Banco da Lavoura de Minas Gerais foi roubada ontem à tarde em NCr\$ [ilegível], no *mais audacioso assalto a banco já praticado na Guanabara*. Os bandidos eram cinco, um dos quais armados de metralhadora, e fugiram de carro. O assalto durou exatamente quatro minutos e foi presenciado por um major do

⁴²⁶ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.87-88.

⁴²⁷ *Ibid.*, 79; 89; 92-98. Segundo Viegas, a aproximação de José Ferreira com os marujos foi intermediada pelo preso comum André Borges, integrado ao esquema da marujada. Ver também, TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.36-40. Para todo o Grupo Mallet envolvido no episódio, ver USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.216. Nota do autor: os nomes relacionados pelo Coronel Ustra coincidem com os relatos memoriais dos autores. Vejamos: José Ferreira Cardoso [Ferreira]; José Leonardo Sobrinho [Léo]; Sílvio de Souza Gomes [Sílvio] e mais dois militantes: Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Néri.

⁴²⁸ No texto do coronel Ustra percebe-se claramente um “debate” com o jornalista Flávio Tavares em relação ao livro publicado pelo jornalista, em 1999, o qual consta em nossa bibliografia.

⁴²⁹ USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.216. O coronel utiliza o termo *assalto*.

Exército, um tenente e um sargento, que na ocasião tiravam dinheiro daquele banco [...]. A funcionária Teresinha de Carvalho teve um ataque nervoso e foi socorrida por um dos bandidos, que tranquilizou-a, pois não haveria violência”.⁴³⁰

O fato curioso foi a presença, sem reação, dos militares do Exército naquela agência. A reportagem ainda relatou que uma metralhadora *diferente* utilizada na operação chamou a atenção dos que presenciaram o assalto. Segundo o coronel Ustra, teriam participado daquela ação: Flávio Tavares, José Duarte dos Santos, Edvaldo Celestino da Silva, Wilson Nascimento Barbosa, Leôncio Queiroz Maia, Antônio Geraldo Costa, e Hélio Ferreira Rego.⁴³¹

Foi dessa forma, com grande êxito na execução, que o MAR iniciou suas atividades.

A segunda ação expropriativa de “dinheiro oriundo da exploração do povo”, segundo o ideário guerrilheiro, foi realizada em 05 de maio, no bairro de Piedade, também com grande sucesso.⁴³² Dessa vez, teriam contado com o reforço de Jarbas da Silva Marques, estudante de Brasília que foi convidado por Flávio Tavares para se engajar no MAR.⁴³³ Com essas duas ações já possuíam recursos suficientes para dar o primeiro suporte aos companheiros que sonhavam com a liberdade. A *Operação Liberdade* teve de ser acelerada em virtude da possibilidade de os marinheiros serem transferidos para o presídio da Ilha Grande, local considerado de segurança máxima e onde a fuga era praticamente impossível.⁴³⁴ Em abril, Flávio Tavares entrou em contato com Marighella e lhe pediu uma pausa de algumas semanas nas ações de assaltos a banco no Rio. O objetivo da trégua seria para acalmar os ânimos da polícia e evitar reforços do patrulhamento, que ficaria mais rigoroso e a repressão mais ostensiva, caso os assaltos continuassem.⁴³⁵ “Marighella ouviu em silêncio. Qualificou o plano de ‘meio infantil’, mas concordou com o pedido e perguntou por onde sairiam os presos”. Ao receber de Tavares a resposta que sairiam pela porta da frente, Marighella teria respondido: ‘Mais do que infantil, isso parece maluquice’. Mas concordou com a trégua, e cumpriu.⁴³⁶

⁴³⁰ BN – Jornal do Brasil, 20 de mar. 1969, capa e p.22. Grifo meu.

⁴³¹ USTRA, Brilhante. Ibid.

⁴³² Ibid.

⁴³³ Ibid. Jarbas Marques aparece nas listas de mortos e desaparecidos como vítima do *Massacre da Chácara São Bento*, em Pernambuco, em 1973. Ver DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p.330. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf. Acesso em 01 mai. 2008.

⁴³⁴ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p. 59.

⁴³⁵ Ibid, p.60.

⁴³⁶ Ibid.

A área em Angra dos Reis já estava preparada pra recebê-los. Enfim, a data foi marcada: 26 de maio de 1969, uma segunda-feira. A sirene que tocaria para o jantar, seria o sinal que a hora tinha chegado.

Pela manhã, três revólveres chegaram às mãos dos “comandantes” Marcos Antônio, Capitani e Prestes de Paula.⁴³⁷ Eles foram introduzidos pelo estudante de direito Júlio César Brandão e repassados para os marujos por Naterça Passos, que seria uma agente penitenciária.⁴³⁸ Na hora exata a sirene da refeição tocou. Os guardas mais próximos foram dominados. Houve reação, um deles sacou o revólver, iria acertar Marcos Antônio, Capitani o acerta primeiro. Inicia-se o tiroteio. O alarme soou. Os demais companheiros em fuga vão fechando os portões para dificultar a saída dos guardas penitenciários. Capitani e Marcos são os primeiros a sair. Mais tiros são disparados. Lá fora, com um minuto de atraso, chega o Aero Willis que iria conduzi-los à liberdade. No volante, o marujo Edvaldo Celestino, que também disparou sua arma. Na calçada, um pedestre foi atingido. Completando a cobertura: José Duarte, Souza e Helinho.⁴³⁹ Nove conseguem sair, um não. Na lista, seis presos políticos e três *comuns*. Cinco marujos libertados, mais quatro no apoio, justificam o nome do grupo: MAR.⁴⁴⁰ Em um bar, defronte à penitenciária, Léo, Ferreira e Sílvio, do Grupo Mallet, também faziam parte da cobertura e, após a fuga consolidada, saíram caminhando, insuspeitos.⁴⁴¹ No mesmo instante, passou outro carro que fazia parte da operação. Nele, Flávio Tavares, Ciro e Jarbas Marques.⁴⁴²

Há algumas quadras dali, dois carros esperavam para o transbordo, uma Rural Willis, conduzida por Pedro Viegas e uma Kombi, ocupada pelos estudantes de direito Sérgio Cruz e Júlio César Brandão, o mesmo que introduzira as armas pela manhã.⁴⁴³ Após o transbordo e já com outras roupas, a etapa seguinte seria conduzi-los até a área preparada para o recuo. Entretanto, um pequeno impasse surgiu. O acordo com o preso comum Cietto, era deixá-lo fora do presídio e dali ele seguiria seu destino. Cietto havia entrado nos planos, em virtude de o mesmo também ter seu projeto de fuga independente, o que iria atrapalhar a marujada.

Entre os “comuns”, Cietto, preso por roubo de carros, era o que menos tinha conhecimento e interesse pela causa guerrilheira, e no presídio, era visto como um dos

⁴³⁷ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p. 134.

⁴³⁸ USTRA, Brilhante. *Ibid.*

⁴³⁹ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.135.

⁴⁴⁰ Escaparam o ex-sargento da FAB, Antônio Prestes de Paula; os ex-marujos Avelino Capitani, Antônio Duarte, Benedito Alves de Campos, José Adeildo Ramos e Marcos Antônio da Silva Lima; e os presos comuns Roberto Cietto, José Michel Godói e José André Borges. O que ficou, sabemos que se chamava Edson. No apoio externo, os marujos Edvaldo Celestino, José Duarte, Hélio Ferreira e Pedro Viegas.

⁴⁴¹ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.55.

⁴⁴² *Ibid.*

⁴⁴³ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p..97.

detentos mais problemáticos. Chefiava a jogatina “e era reconhecido como durão e matador”.⁴⁴⁴ Além disso, segundo palavras de Avelino Capitani, “transava muito tóxico”. Mas na hora de se separar dos companheiros de prisão, Cietto reagiu e disse que iria com o grupo e passaria o que tivesse que passar.⁴⁴⁵ Assim surgiu mais um guerrilheiro para o MAR. Os outros dois companheiros que não se enquadravam como presos políticos, José André Borges e José Michel Godoy, “estavam mais politizados e conscientes. Tinham sido ganhos pra a revolução”.⁴⁴⁶ André Borges, inclusive havia vencido o concurso de poesia do Presídio.⁴⁴⁷

Enquanto isso, já longe da área do complexo penitenciário, Flávio Tavares telefonou para o gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado. Simulando ser da Embaixada Uruguaia, relatou a presença de pessoas estranhas querendo entrar naquela representação diplomática. Logo, seu interlocutor - coronel Encarnação, chefe do gabinete - deduziu tratar-se dos fugitivos. Exclamou que em poucos minutos iria deslocar todo o policiamento da Guanabara para proteger a Embaixada. A promessa foi cumprida.⁴⁴⁸ Com essa manobra, um verdadeiro exemplo de contra-informações, Tavares contribuiu para que a equipe que conduzia os fugitivos conseguisse chegar em segurança em Angra dos Reis. Como saldo negativo da *Operação Liberdade*, foram feridos os guardas Jorge Félix Barbosa e Ailton de Oliveira, que veio a falecer dias depois. O electricista João Dias Pereira, que não tinha nada a ver com a confusão, passava pela calçada e foi atingido por um tiro disparado por Edvaldo Celestino. Não faleceu, mas teria ficado paraplégico.⁴⁴⁹ Do lado dos foragidos, Antônio Duarte foi atingido na mão, sem gravidade.⁴⁵⁰

Nos dias seguintes, não deu outra nas capas dos jornais: “Nove presos fogem da Lemos de Brito a bala”.⁴⁵¹ “Rastro de sangue na fuga de 9 presos da penitenciária da GB”.⁴⁵²

As reportagens, já com a relação dos fugitivos, afirmavam que as polícias civil e militar tinham mobilizado cerca de 300 homens, e que chegaram a perseguir um carro com um ferido a bordo. Diziam ainda que os fugitivos tinham história e que os Organismos de Segurança do Governo – Serviço Secreto do Exército, SNI e CENIMAR – utilizando até pára-quedistas do Exército, já estavam investigando a fuga em todos os detalhes e

⁴⁴⁴ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.131.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p.136.

⁴⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁴⁷ FARIA, Cátia. *Op. Cit.* p.66.

⁴⁴⁸ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.58-59.

⁴⁴⁹ USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.217. O disparo feito por Celestino também está descrito em TAVARES, *Op. Cit.* p.51-53.

⁴⁵⁰ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.137.

⁴⁵¹ BN – *Jornal do Brasil*, 27 de mai. 1969, capa.

⁴⁵² *Jornal Última Hora*, 27 de mai. 1969, capa. Disponível em: <http://www.arquivestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 08 de jan. 2010.

implicações.⁴⁵³ Prestes de Paula foi apontado como o líder do grupo e as fotos foram estampadas com destaque.⁴⁵⁴ De acordo com Tavares, durante muito tempo os intelectuais do Rio de Janeiro e a esquerda como um todo comentou aquela bem-sucedida operação. Também na Marinha, o assunto teria demorado a sair de pauta.⁴⁵⁵

A partir da fuga, o MAR ficou dividido inicialmente em dois grupos: o núcleo urbano, que continuaria a realizar as ações expropriatórias na cidade e o grupo que foi para o conjunto de montanhas da Serra do Mar, em Angra dos Reis, cujo objetivo era tentar fazer contatos com as organizações mais estruturadas, a exemplo da ALN, de Marighella,⁴⁵⁶ e implantar na região um foco guerrilheiro. Na Serra do Mar, região envolvida pelos povoados de Mangaratiba, Lídice, Monsuaba e Conceição do Jacaré, foram todos os nove fugitivos, acrescidos de Pedro Viegas. Nas montanhas, tinham o suporte de José Sabino Gomes Barbosa, o “Seu Zé”, ligado ao Grupo Mallet e conhecedor da região, e de outro colaborador, que era uma espécie de guia, olheiro e mensageiro, chamado Vadinho.⁴⁵⁷ O novo foco guerrilheiro teria como comandante e subcomandante, Marcos Antônio e Capitani, respectivamente. O *Quartel-General* (QG) nas montanhas era uma pequena edificação apelidada de “Cabana do Jacu”, construída por José Sabino.

Na cidade, praticamente a mesma equipe que já vinha realizando as ações antes da fuga: Flávio Tavares, José Duarte, Jarbas Marques, Hélio Ferreira e Edvaldo Celestino. Pouco tempo depois, o grupo urbano aumentaria com a chegada de Prestes de Paula, André Borges e Cietto, vindos do grupo foquista, por não se adaptarem à vida nas montanhas.⁴⁵⁸ O pessoal do Grupo Mallet, em Realengo, também continuava no apoio às duas frentes, a urbana e a foquista.⁴⁵⁹

Pouco mais de dois meses depois da “fuga espetacular”, o MAR já havia realizado cerca de cinco ações expropriatórias em Bancos do Rio de Janeiro e um dos militantes chamava a atenção da polícia e da imprensa. Era José Duarte, o *Victor* do MNR, agora apelidado pela imprensa de “japonês”.⁴⁶⁰ O potiguar Zé Duarte estava em todas as ações. Talvez estivesse explodindo tudo que ficou reprimido do tempo em que comandou o foco do Planalto Central do MNR, mas não disparou um tiro sequer em ação. Talvez estivesse

⁴⁵³BN- *Jornal do Brasil*, 27 de mai. 1969, p.14. As legendas das fotografias trazem os nomes trocados.

⁴⁵⁴Jornal *Última Hora*, 27 de mai. 1969, Edição Vespertina, p.04. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 08 de jan. 2010.

⁴⁵⁵TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.53-54.

⁴⁵⁶CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.139.

⁴⁵⁷VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p. 98;101. Para o nome completo de “Seu Zé”, ver USTRA, *Op. Cit.* p.217.

⁴⁵⁸CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.139-140.

⁴⁵⁹VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.112. O autor relaciona: José Ferreira, Leonardo, Francisco, Sílvio, ‘Tio Adão’, além dos já citados Vadinho e seu Zé.

⁴⁶⁰Ibid, p.111.

querendo vingar a morte de Eros, seu subordinado no MNR. Maldita malária. Talvez achasse que suas ações pudessem despertar o *povo sofrido* contra os ditadores opressores. Utopia? Ideologia? Ilusões? Ele responderia. Mas agora estava ali, no subúrbio da Guanabara, cercado por dezenas de policiais e helicópteros.

Era sete de agosto de 1969. Depois de uma ação bem-sucedida em um Banco localizado no Bairro de Brás de Pina, zona norte da Guanabara, o carro dirigido por Flávio Tavares teve um pneu furado pela polícia. Eram três automóveis envolvidos na ação, os outros dois conseguiram evadir-se. Minutos antes, *Victor*, com sua pontaria certa, provocou a batida de duas viaturas da polícia contra os muros de proteção das pistas. Mas agora estavam acuados. Ele e André Borges, o poeta da prisão. Flávio conseguira escapar andando, em meio ao tumulto, na direção contrária. *Victor* e André não.⁴⁶¹

O desespero tomou conta do ex-presos comum André. Diante do inimigo de toda a sua vida, a polícia, viu a morte se aproximando. Tomou uma decisão infeliz e desastrosa: fez de escudo uma criança de quatro anos de idade.⁴⁶² Depois de intenso tiroteio e já sem munições, se entregaram. A metralhadora de *Victor* - considerado por Tavares “o mais experiente”, o mais preparado militarmente entre os veteranos da guerrilha - havia silenciado.⁴⁶³

Segundo o Jornal *Última Hora*, os dois quase foram linchados pelo povo, que gritava “morte” aos assaltantes. Mas, não era por aquele povo que lutavam? Pela Revolução? Por que aquele povo não entendia a luta, a causa revolucionária? Na verdade, estavam mesmo *combatendo nas trevas*. A Revolução era mesmo um *fantasma*.⁴⁶⁴ Eram solidários e solitários *cabras-cegas*.⁴⁶⁵ André Borges, espancado e todo machucado, nada declarou. O marinheiro José Duarte dos Santos, disse que já tinha estado preso no CENIMAR e que estava bastante acostumado com interrogatório e cadeia. Ao responder perguntas de jornalistas, já na delegacia, declarou: ‘Não roubei banco algum [...], simplesmente expropriei um dinheiro que deverá ser usado na revolução socialista’ e disse ainda, sem se deixar intimidar pela imprensa e pelos policiais: ‘Vocês podem ficar tranquilos, a mim ninguém vai recuperar. Sou um idealista e as ideias não morrem’.⁴⁶⁶ A partir daí, a eletricidade, ramo que dominava como

⁴⁶¹ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.22-23.

⁴⁶² Jornal *Última Hora*, 08 de ago. 1969, p.04. André Borges se apresentou com o nome falso de Ricardo Rodrigues da Silva. O nome da criança era Luís Ricardo da Silva Barros. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 08 de jan. 2010.

⁴⁶³ As informações deste parágrafo foram baseadas em: TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p. 22-24.

⁴⁶⁴ Refiro-me aqui às obras de GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*; RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* 1993.

⁴⁶⁵ Ver filme homônimo sobre a sufocante rotina de um militante revolucionário, isolado do mundo e da sociedade por qual lutava. *CABRA-CEGA*. Toni Ventura. Europa Filmes, 2006.

⁴⁶⁶ Jornal *Última Hora*, 08 de ago. 1969, p.04. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 09 de jan. 2010. Atualizamos a ortografia.

especialista da Marinha, passaria a lhe dominar, em forma de choques. As prisões de José Duarte e André Borges, deram início ao fim do MAR.

O “Japonês” foi apresentado na televisão.⁴⁶⁷ No dia seguinte, Flávio Tavares foi preso. As notícias chegaram aos *foquistas* da Serra do Mar. O confronto seria em breve. Dividiram-se em dois grupos: Capitani, Benedito, Adeildo e Godoy - o único preso comum que ficou na Serra. No outro grupo: Marcos Antônio, Antônio Duarte e Viegas.⁴⁶⁸ Victor foi levado à região de helicóptero. Estava pendurado por uma perna, amarrado à aeronave. Um pêndulo humano.⁴⁶⁹

Eles chegaram. Quem? O DOPS? Não. Para marinheiro rebelde, os fuzileiros navais. Sempre foi assim. Antes da criação da AMFNB, marujos e fuzileiros não se davam bem. Quase inimigos. Agora a história era a mesma. A Associação que os uniu, já não mais existia. Os fuzileiros que depuseram as armas em frente ao Sindicato também tinham sido expulsos. Onde estaria Raimundo Nonato e Paulo Novaes Coutinho, dois dos que largaram suas armas em 26 de março de 1964? A imprensa dizia que mais de dois mil fuzileiros navais haviam se deslocado para Angra dos Reis com o objetivo de liquidar a guerrilha.⁴⁷⁰

Os fuzileiros chegaram atirando. Na *Cabana do Jacu*, Marcos para um lado, Viegas para o outro. Tiroteio intenso. Antônio Duarte ouviu os disparos e procurou uma rota de retirada.⁴⁷¹ Viegas foi atingido na perna e abrigou-se nas matas. Quatro dias depois foi preso, em Monsuaba. Solitário. Onde estariam os outros?⁴⁷² Em outro confronto, dessa vez com tropas do Exército, Marcos e Godoy estavam sozinhos fazendo reconhecimento de um “ponto”. Mais uma vez o “comandante” conseguiu escapar. Godoy foi ferido e preso.⁴⁷³

Depois de uma operação militar intensa, onde, além das tropas dos fuzileiros navais e do Exército, teve ainda o auxílio de aviões da FAB,⁴⁷⁴ conseguiram escapar ilesos: Avelino Capitani, Marcos Antônio, Adeildo Ramos e Antônio Duarte. Foram presos: Pedro Viegas e Michel Godoy. Na cidade, as buscas foram intensas e tiveram como alvo o Grupo Mallet. Em Realengo, foram presas a esposa e a irmã de José Ferreira Cardoso, Marlene e Iracema, que nada tinham a ver com o MAR. Ambas foram despedidas e torturadas violentamente.

⁴⁶⁷ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.111.

⁴⁶⁸ *Ibid.* 104-105.

⁴⁶⁹ TAVARES, Flávio. *Op. Cit.* p.20-21.

⁴⁷⁰ *Jornal Última Hora*, 09 de ago. 1969, capa. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 08 de jan. 2010.

⁴⁷¹ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.350.

⁴⁷² VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* 114-122.

⁴⁷³ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.143.

⁴⁷⁴ *Jornal Última Hora*, 12 de ago. 1969, capa. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 08 de jan. 2010.

Penduradas no pau-de-arara, levaram choque elétrico para delatar o que não sabiam.⁴⁷⁵ “Do ‘Grupo Mallet’, foram presos Francisco de Oliveira Rodrigues e Luiz Mário Neri. José Ferreira Cardoso, José Leonardo Sobrinho e Silvio Souza Gomes pediram asilo político ao Uruguai. José Gonçalves de Lima continuou foragido”.⁴⁷⁶

O episódio mais triste envolveu aquele que foi o último a ser aceito na “Organização”. O ex-presidiário Cietto, que conseguira escapar das prisões iniciais, acabou sendo reconhecido na rua e foi detido. Na prisão, apareceu morto. Suicídio? Estrangulamento? Quem iria investigar? Cietto era “Negro, pobre, sem profissão e aos 19 anos de idade [...] foi condenado a mais de 20 anos de prisão como ‘ladrão de carros’”.⁴⁷⁷ Logo ele, que como guerrilheiro se transformou em um “companheiro extraordinário”, segundo Capitani,⁴⁷⁸ muito diferente do temido Cietto da Lemos de Brito. O curioso é que, como a morte de Eros simbolizou o fim do MNR, a morte de Cietto representou o fim do Movimento de Ação Revolucionária, que de fato já não mais existia.⁴⁷⁹ E os que escaparam, teriam desistido? Talvez houvesse chegado a hora de desmontar as armas, destruí-las, enterrá-las, ou jogá-las ao Mar. Deveriam estar cansados daquela vida conturbada, agitada. Desde 1962 quando fundaram a AMFNB não tiveram paz. Talvez fosse a hora de descansar.

Não. Tentariam se reorganizar.

De acordo com Capitani, a primeira ideia seria tentar um novo contato com Carlos Marighella, líder da ALN. Mas em novembro o guerrilheiro foi morto em São Paulo pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury.⁴⁸⁰

Através de Prestes de Paula - que conseguiu ficar com o dinheiro obtido nos assaltos realizados pelo MAR e estava em contato com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) - Marcos Antônio, Capitani e Adeildo se engajaram na guerrilha urbana. O PCBR surgiu em abril de 1968 e foi fundado por militantes descontentes com o imobilismo do PCB. Ao contrário do MAR, que não teve um programa ou um documento fundador, aquele grupo revolucionário contou com o seu. Elaborado por Mário Alves, o texto pregava que a revolução a ser feita, “devia ser uma *revolução popular*, destinada a destruir o Estado burguês (...) e a conquistar um governo popular revolucionário”, escreveu Gorender, um dos

⁴⁷⁵ TAVARES, Flávio. *Op.Cit.* p.36-37.

⁴⁷⁶ DUMONT, F. “Movimento de Ação Revolucionária (MAR)”. Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/mar.htm>. Consultado em 11 set. 2009.

⁴⁷⁷ *Ibid.* p.108-109.

⁴⁷⁸ CAPITANI, Avelino. *Op.Cit.* p.139.

⁴⁷⁹ Para uma lista completa das 34 pessoas envolvidas nas articulações do MAR, ver: DUMONT, F. *Op. Cit.* Consultado em 11 set. 2009.

⁴⁸⁰ Carlos Marighella foi morto em novembro de 1969, em São Paulo, atingido por cinco tiros desferidos pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que também estava presente na ação. Ver GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.151-153.

fundadores daquela Organização.⁴⁸¹ Provavelmente, aqueles novos integrantes não tinham preocupação em saber qual teoria ou tipo de revolução tinham que fazer, o papel deles era a ação, e foi isso que buscaram.

Já em dezembro de 1969, ou seja, apenas três meses após a desarticulação do MAR, eles reapareceram em mais uma ação de expropriação. De acordo com Capitani, a necessidade de atuar foi provocada pela deficiência logística do PCBR em relação a armamentos e pelo fato de terem gasto todo o dinheiro conseguido pelo MAR.⁴⁸² Por esses motivos, partiram para o ato expropriatório: Adeildo Ramos, Marcos Antônio, Prestes de Paula, Capitani e mais um militante do PCBR, conhecido como Paranhos.⁴⁸³ Após uma retirada desastrosa, foram interceptados pela polícia. Houve troca de tiros e o sargento da polícia Joel Nunes, atingido no confronto, faleceria dias depois. O coronel Ustra pontuou que o tiro foi dado por Capitani.⁴⁸⁴ Já o marujo disse ter certeza que o tiro não saiu de sua arma.⁴⁸⁵ Paranhos foi preso, Marcos e Adeildo escaparam ilesos. O ex-guerrilheiro de Caparaó, ferido, conseguiu escapar subindo um morro, onde, surpreendentemente, contou com a solidariedade de alguns moradores.⁴⁸⁶ Fato raro nas histórias dos revolucionários da luta armada, pois a indiferença, quando não a colaboração com os órgãos repressivos, foi a tônica do comportamento da sociedade em relação aos grupos guerrilheiros.

No dia seguinte à ação, a reportagem do “assalto” dividia a primeira página com a notícia da morte do marechal Costa e Silva, que havia sucedido Castelo Branco na presidência entre março de 1967 e agosto de 1969, quando teve que se afastar por problemas de saúde, sendo substituído por Emílio Garrastazu Médici. Em letras garrafais, o *Última Hora* anunciava: Luto Nacional – Costa morreu! Mais quatro páginas foram dedicadas ao ditador, que dentre outras medidas tomadas enquanto esteve no governo, estava o AI-5. Na mesma edição, a matéria sobre um “assalto” realizado por cinco elementos a um banco localizado em Brás de Pina, zona norte carioca, o qual resultou na prisão do ex-bancário e estudante de direito, Paulo César Paranhos. Um teria fugido para o morro do juramento, que estaria cercado pela polícia.⁴⁸⁷

Após conseguir escapar mais uma vez, depois de ficar um dia e uma noite dentro de um buraco, Capitani procurou e recebeu ajuda de um padre que já havia lhe dado refúgio

⁴⁸¹ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p. 103. Grifo do original.

⁴⁸² CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.151.

⁴⁸³ *Ibid.*, p.152-153.

⁴⁸⁴ USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p. 219

⁴⁸⁵ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.154.

⁴⁸⁶ *Ibid.*

⁴⁸⁷ *Jornal Última Hora*, 18 de dezembro de 1969, capa e p.08. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>. Consultado em 10 de jan. 2010.

quando escapou do cerco em Angra dos Reis.⁴⁸⁸ Depois de recuperado, fez contato com Antônio Duarte e ambos foram recebidos por integrantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), os quais disponibilizaram um apartamento para Capitani ficar temporariamente.⁴⁸⁹ Enquanto isso, as quedas no PCBR foram acontecendo. Segundo Gorender, após a ação frustrada, as posições entre os intelectuais da Organização se extremaram. Em janeiro, foi preso e torturado o Secretário-Geral Mário Alves, que figura na lista dos desaparecidos.⁴⁹⁰ Capitani também relatou que Prestes e Adeildo conseguiram escapar de um cerco onde morreu um cabo do Exército.⁴⁹¹ Em janeiro de 1970, menos de um mês após à ação frustrada, a repressão conseguiu cercar Marcos Antônio em um apartamento em Copacabana e acabou de vez com a trajetória rebelde do marujo paraibano. Segundo Avelino Capitani:

“ [...] ao colocar a chave que lhes deram na fechadura, foi recebido com uma rajada de metralhadora. A polícia já estava dentro do apartamento e em todos os andares. Desceram as escadas trocando tiros. No térreo, Marco [sic] Antônio recebeu pelas costas um tiro fatal na cabeça. Na saída do prédio, a moça recebeu um tiro nas costas, mas sobreviveu”.⁴⁹²

No prontuário de Marcos, arquivado no DOPS/RJ, constam as seguintes informações:

“Era o chefe da esquadra de ‘cobertura’ durante os assaltos a Bancos, que passou a realizar após a fuga de Angra dos Reis onde se encontrava homisiado após fugir da Penitenciária Lemos de Brito. Participou de diversos assaltos a estabelecimentos bancários na GB, inclusive um levado a efeito no dia 17 de dezembro de 1969, contra a agência Brás de Pina do Banco Sotó Maior [...]. Possuía antecedentes políticos no DOPS/GB. Ao resistir à prisão, foi morto”.⁴⁹³

Na fotografia do cadáver, o texto é este: “[...] enviada pelo Serviço Técnico, deste Departamento, em 15/1/70, em cujo verso se lê o seguinte histórico: ‘cadáver de desconhecido fotografado no Hospital Souza Aguiar em 14/1/70, posteriormente identificado como – MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA.’”⁴⁹⁴ Esta referência comprova que Marcos, após

⁴⁸⁸ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.156. Segundo o coronel Ustra, dois padres ajudaram os marujos: Antônio Lengen Helmo, no bairro de Olaria, e o padre Pasquale Visconso, na Penha. Cf. USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.219.

⁴⁸⁹ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.159.

⁴⁹⁰ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.180.

⁴⁹¹ CAPITANI, *Op. Cit.* p.159. A moça, a qual Capitani se refere, trata-se, segundo F. Dumont, de Ângela Camargo Seixas, a qual teria sido ferida por um tiro no abdômen. Ainda segundo Dumont, ficaram feridos na ação os sargentos do Exército Heraldo Almada e Rubens Gomes Carneiro. Cf. DUMONT, F. *Op. Cit.*

⁴⁹² *Ibid.*, p.57.

⁴⁹³ APERJ – Fundo Polícia Política, prontuário 2.247. Marcos Antônio da Silva Lima.

⁴⁹⁴ *Ibid.*

ser atingido na cabeça,⁴⁹⁵ foi deixado no hospital como desconhecido. Um forte indício de que a repressão não queria assumir aquele assassinato. O procedimento correto não seria fazer a ocorrência do confronto e da resistência à prisão? Isso mostra como os agentes do estado agiam. Eles tinham muito a esconder.

A morte de Marcos foi a primeira de um ex-marujo pelos órgãos da repressão. A partir daí, uma série de quedas aconteceriam. Mas teria um ingrediente tragicamente novo: a traição de um ex-companheiro, que desde 1962 lutavam lado a lado pela mesma causa. Não importando se fosse as reformas de base do governo João Goulart, as reformas na Marinha ou a revolução socialista, a união sempre foi a característica principal da marujada, mesmo nos momentos mais turbulentos. Militando em outros grupos armados, crenes na revolução, acreditando conseguir o apoio das massas, acabariam muitos, ao lado de operários, intelectuais e de estudantes – os quais formaram a grande maioria dos contingentes revolucionários - tendo o mesmo destino de Marcos.

Como foram essas viagens em outras embarcações?

7. Marujos nas Vanguardas: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares)

POLOP e o MNR, as duas organizações que deram a largada na tentativa de partir para as ações bélicas contra a ditadura no Brasil, foram as genitoras de pelo menos uma dezena de grupos que surgiram a partir do ano de 1968.⁴⁹⁶ De acordo com Marcelo Ridenti, em setembro de 1967, a POLOP realizou o seu primeiro congresso depois do golpe, “aprovando por escassa maioria um ‘programa socialista para o Brasil’, que procurava conciliar a proposta doutrinária leninista da revolução operária capitaneada por um partido de vanguarda com a proposta de guerrilha rural, de inspiração cubana”. Ainda de acordo com Ridenti, as ambiguidades presentes nesse programa, “levaram à cisão de cerca de metade da organização, especialmente em São Paulo e Minas Gerais”. Dessas dissidências, surgiria em Minas e Rio de Janeiro, os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e em São Paulo, foi criada a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).⁴⁹⁷

⁴⁹⁵ Ver DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p.330. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf.

Consultado em 01 mai. 2008. p.112.

⁴⁹⁶ Ver RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* 2007, p.118-125.

⁴⁹⁷ Idem.

De acordo com Jacob Gorender, já em 1966, ou seja, ainda no contexto do MNR, uma dissidência foquista da POLOP estabeleceu contato com os militares agrupados em torno da liderança do ex-sargento Onofre Pinto, um dos articuladores da guerrilha brizolista em São Paulo. Em terras paulistas, a Organização recebeu o apoio dos movimentos operário e estudantil de Osasco, cidade com grande concentração de fábricas e de fluxo de estudantes. Foi com essa composição (dissidentes polopistas, ex-militares, estudantes e operários) que a VPR, sob a coordenação de Onofre Pinto, começou a desencadear diversas ações, definidas por Gorender como “façanhas sensacionais”.⁴⁹⁸ O próprio Gorender fez questão de listar algumas dessas “façanhas”, conhecidas nas esquerdas como ações expropriatórias:

“Após a subtração de grande quantidade de dinamite da Pedreira Cajamar, um comando invadiu, a 22 de junho de 1968, o corpo da guarda do Hospital Militar, no Cambuci. O comando – do qual faziam parte Pedro Lobo de Oliveira (ex-sargento da Força Pública de São Paulo, o ex-marinheiro *Otacílio Pereira da Silva* e José Ronaldo Tavares – saiu do Hospital com onze FAL, sigla de Fuzil Automático Leve [...]. O general Carvalho Lisboa, comandante do II Exército, reagiu com o obtuso desafio: que os subversivos saíssem das sombras protetoras da clandestinidade e viessem atacar o seu quartel de peito aberto. O desafio recebeu tamanho espalhafato da imprensa que a Organização não resistiu à incitação.

No dia 26, de manhã bem cedo, um comando pôs em movimento um automóvel cheio de explosivos em direção ao edifício de alojamento dos oficiais do Quartel-Central do II Exército [...]. Não seguindo a rota prevista, o carro se chocou contra um poste, perdeu a velocidade e explodiu antes de se aproximar do alojamento dos oficiais. Estraçalhado pela explosão, morreu o soldado Mário Kozell Filho, de sentinela na ocasião e que correu atrás de dois carros em alta velocidade numa zona de segurança. Após o solene enterro da vítima, a praça interna do Quartel recebeu seu nome. Mas a Organização se julgou bem-sucedida por haver desmoralizado o general Lisboa e demonstrado poder de fogo num combate que devia ser travado nas trevas.”⁴⁹⁹

Desta citação, chamamos a atenção para a referência de Gorender ao ex-marujo Otacílio Pereira, em virtude de ser fonte rara que cita nominalmente a participação dos marujos nas ações armadas das esquerdas urbanas. Otacílio, remanescente do foco pantaneiro do MNR, foi um dos destacados quadros da VPR, mais precisamente quando nos referimos aos grupos responsáveis por realizar o “trabalho pesado”, ou seja, aqueles militantes que na hierarquia dos grupos revolucionários eram os responsáveis diretos pelas execuções das ações.⁵⁰⁰ Os que arriscavam a vida pela causa. Não eram os teóricos da revolução, ou incumbidos pela propaganda ou pelo chamado trabalho de base com as massas.

⁴⁹⁸ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, p.131-139.

⁴⁹⁹ *Ibid.*, p.132. Grifo meu.

⁵⁰⁰ Tomando por base a Ação Libertadora Nacional (ALN), Paulo de Tarso Venceslau informou que aquela Organização tinha o GTE – Grupo de Trabalho Estratégico, ligado ao campo, planejamento e implementação da guerrilha rural; o GTA, Grupo Tático Armado, responsável pelas ações armadas, além do GA, Grupo de Ação,

Logicamente estas subdivisões não podem ser vistas como compartimentos estanques. Um militante poderia desempenhar várias atividades ao mesmo tempo, como por exemplo, fazer a propaganda e participar de ações expropriatórias. Entretanto, no caso particular dos marujos, a tônica será suas presenças nas ações armadas efetivas, mesmo quando ocuparam posições de comando.

Ainda sobre o marinheiro Otacílio Pereira, um documento arquivado em São Paulo menciona que o mesmo teria participado, atuando pela VPR, dos seguintes atos: *assalto* ao Banco Comércio e Indústria de São Paulo; atentado a bomba contra o consulado americano; *assalto* ao Banco Brasileiro de descontos de Rudge Ramos; roubo de 460 quilos de dinamite da Pedreira Cajamar, além de citar sua participação no *assalto* ao Hospital Militar descrito por Jacob Gorender.⁵⁰¹ O documento faz alusão a um relatório de janeiro de 1969, o qual constava a notícia de sua prisão, na fazenda Ariranha, em Santana do Parnaíba - Mato Grosso, junto com dois indivíduos, os quais estavam de posse de várias armas de diversos calibres que pertenciam à VPR.⁵⁰² Consta ainda, a informação que Otacílio Pereira foi banido em 13 de janeiro de 1971, quando seu nome apareceu na lista dos militantes que deveriam ser soltos em troca da liberdade do embaixador da Suíça, raptado em dezembro de 1970.

Após os relativos êxitos alcançados em 1968, a VPR passou por momentos turbulentos no ano seguinte. Entre eles, Gorender destacou a saída de João Quartim de Moraes, professor universitário e membro da coordenação geral, por ter proposto o recuo momentâneo das ações armadas. Onofre Pinto o expulsou da Organização e tocou seu grande plano que envolveria a deserção de um grupo de militares do quartel do Exército em Quintaúna levando grande carregamento de armas e munições, combinando com ataques ao Palácio Bandeiranes, sede do governo paulista, ao Quartel-General do II Exército e à Academia de Polícia. Parte do grupo foi descoberta acidentalmente antes do dia planejado, o capitão Carlos Lamarca, o sargento Darcy Rodrigues, o cabo José Mariane e o soldado Carlos Alberto Zanirato, evadiram-se da unidade militar numa Kombi carregada com 63 fuzis FAL, três metralhadoras

que deveria fazer atividades de massa; além destes tinham os GIs, grupo independentes e os Comandos Regional e Nacional. Cf. Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau a Marcelo Ridenti. In RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* 1993, p.41.

⁵⁰¹ APESP- Ordem Social, 52-Z-0-22.915. Ressalta-se que o uso dos termos: *assalto*, *roubo*, *atentado*, são termos utilizados pela repressão.

⁵⁰² Na versão do Coronel Brilhante Ustra, a Fazenda Ariranha seria um centro de treinamento de guerrilha. Os dois militantes presos com Otacílio Pereira seriam: Nelson Chaves dos Santos e o irmão de Otacílio, mencionado apenas como Pedro. Cf. USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.212.

INA e uma pistola 45. Como consequência das prisões ocorridas dias antes, também foi preso o dirigente da Organização, Onofre Pinto.⁵⁰³

Após sofrer essas baixas, parte dos integrantes que escapou das investigações tentou recompor a VPR. Os militantes Antônio Roberto Espinosa e José Campos Barreto, o operário Zequinha, tomaram a iniciativa. Conforme pontuou Jacob Gorender, “em abril de 1969, uma reunião restrita (...) realizou-se em Mongaguá, no litoral paulista. Dela saiu uma direção constituída por Espinosa, Shizuo Ozawa, Fernando Mesquita Sampaio, Cláudio Ribeiro e Lamarca”.⁵⁰⁴ Dessa nova composição, chama-nos a atenção a presença de um ex-marujo entre os novos dirigentes. Trata-se do cabo Cláudio de Souza Ribeiro, que discursou na assembleia dos marinheiros de 1964 e foi expulso e condenado pela Marinha como um dos cabeças do movimento.

Em julho de 1969, COLINA e VPR uniram-se e surgiu uma “nova” organização guerrilheira, a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). Na direção, ex-dirigentes das duas organizações que se fundiram. Cláudio Ribeiro continuou com seu posto de dirigente.⁵⁰⁵ Segundo o coronel Brilhante Ustra, Cláudio participou do roubo das armas do Hospital Militar em São Paulo. Pegro Viegas pontuou as participações do ex-cabo nos ataques ao quartel do II Exército e no jornal *O Estado de São Paulo*.⁵⁰⁶

Nas memórias de seus companheiros, Cláudio às vezes aparece como ‘um cara incrível’, que só tirava dez no curso de eletrônica que fizeram juntos na época da Marinha, relembrou Jorge Silva, ex-guerrilheiro em Caparaó.⁵⁰⁷ Em outros momentos é apontado como “um sujeito extremamente radical, por vezes extrapolando normas de segurança. Mas ao mesmo tempo era respeitado como um combatente destemido, capaz de executar tarefas quase inacreditáveis”, escreveu Pedro Viegas.⁵⁰⁸ Antes de se integrar aos movimentos da luta

⁵⁰³ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.133-134. Militantes da VPR foram descobertos quando caracterizavam um caminhão com as cores do Exército para ser usado na operação. Como desencadeamento da ação frustrada, o militante da ALN, conhecido como Marquito, o qual iria colaborar com a ação, foi assassinado pela polícia. Além de Onofre Pinto, foram presos: Pedro Lobo de Oliveira, Osvaldo Antônio dos Santos, Ismael Antônio de Souza e Hermes Camargo Batista. Para as armas, ver USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.208.

⁵⁰⁴ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.135. O autor acrescentou ainda que a reunião também foi marcada pelo afastamento de Eduardo Leite, o Bacuri, que passou a liderar pequeno agrupamento denominado Resistência Democrática (REDE).

⁵⁰⁵ Idem. A nova direção teve a seguinte composição: [Antônio Roberto] Espinosa, [Carlos] Lamarca, Cláudio de Souza Ribeiro, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito, Franklin de Araújo e Carlos Alberto de Freitas.

⁵⁰⁶ USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.190; VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.236. De acordo com Gorender, em setembro do mesmo ano, após uma ação muito bem sucedida de expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, onde foram encontrados cerca de dois milhões e meio de dólares, a nova organização realizou nova reunião, desta vez em Teresópolis-Rio de Janeiro, onde um pequeno grupo resolveu reconstituir a antiga VPR. Ver GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.136.

⁵⁰⁷ Depoimento de Jorge Silva a José Caldas Costa. Cf. COSTA, *Op. Cit.* p.32.

⁵⁰⁸ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.236.

armada, Cláudio chegou a trabalhar em um pequeno hotel no Rio de Janeiro,⁵⁰⁹ mas, provavelmente perseguido, percorreu os caminhos da guerrilha. Durante todo o período no qual atuou nas organizações guerrilheiras, Cláudio nunca foi preso pelos órgãos da repressão. No entanto, em julho 1971, já afastado de qualquer movimento da guerrilha e morando em Recife, assassinou sua companheira e depois se entregou à polícia. Foi só naquele momento que a repressão conseguiu por as mãos no ex-marujo, foragido desde 1964.

Em seu depoimento, prestado na Delegacia de Segurança Pessoal e Homicídios em Recife, Cláudio relatou sua trajetória de militante, ressaltando sua passagem por Montevideu em 1966, depois Cuba, onde ficou até julho de 1967 e sua militância nas duas Vanguardas: VPR e VAR-Palmares.⁵¹⁰ Após esse episódio, foi condenado a penas que somavam mais de 50 anos, a serem cumpridas no Presídio de Itamaracá-Pernambuco. Em 1977, Cláudio fugiu, sozinho, deixando os responsáveis por aquele estabelecimento prisional em maus lençóis. Era um preso comum, devido ao crime passional, mas também um preso político. Um *ex-comandante*, com curso na *Ilha*. A fuga de Cláudio exigiu inclusive, um pronunciamento do Secretário de Justiça de Pernambuco, Sérgio Higino. Segundo ele, o perigoso fugitivo havia preparado “tudo com antecedência, utilizando-se inclusive de capa e luvas de borracha para evitar choques [...], serras para cortar as grades e alicate para partir os fios da rede elétrica [...]”.⁵¹¹ Certamente ele não sabia das habilidades do fugitivo em elétrica e eletrônica desde os tempos da Marinha. Cláudio reapareceria na Bahia, onde buscou ajuda de seu ex-companheiro da AMFNB, Pedro Viegas, que o acolheu por um período.⁵¹²

Recentemente, sob o título de “*Cláudio Louco*”: *o guerrilheiro que todos preferem esquecer*, o ex-militante da VPR Celso Lungaretti publicou texto ressaltando que a figura de Cláudio, de personalidade e convivência difíceis, foi esquecida por ser um inimigo terrível para a direita e um personagem constrangedor para esquerda. A parte do constrangimento ficaria por conta das características “psicopáticas”, presentes na agressividade e personalidade explosiva de Cláudio. Mas seu currículo (inúmeras ações, ausência do temor, decisão de agir) fazia todos o respeitar.⁵¹³

⁵⁰⁹ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.86.

⁵¹⁰ APESP – Ordem Social, 50-Z-009, folhas 714-715.

⁵¹¹ APESP – Ordem Social; Dossiê 50-Z-694-763-925, pasta 008, documento 50-Z-694-908.

⁵¹² VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.236-237.

⁵¹³ LUNGARETTI, Celso. “*Cláudio Louco*”: *o guerrilheiro que todos preferem esquecer*. O autor cita como base de seu texto o livro de memórias de ASSIS, Chico. *A trilha do labirinto*. Recife: Bagaço, 2008; e o seu próprio livro de memórias *Náufrago da Utopia*. Geração Editorial, 2005. Lungaretti pontua que Cláudio teria cometido suicídio. Texto disponível em: <http://náufrago.dihitt.com.br/noticia/claudio-louco-o-guerrilheiro-que-todos-preferem-esquecer>. Consultado em 05 de jan. 2010.

A VPR, reconstituída ainda em setembro de 1969 sob o comando do capitão Carlos Lamarca, continuava a realizar suas ações. Naquele mesmo mês, um comando formado pela Dissidência da Guanabara - DI-GB, que na ocasião utilizou o nome do MR-8, e a ALN, realizaria aquela que até hoje é considerada uma das maiores façanhas dos grupos que pegaram em armas contra a ditadura: o rapto do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick. Ao final da operação, o êxito alcançado com a soltura de 15 presos políticos e o governo obrigado a ler, em cadeia nacional de rádio e televisão, um manifesto divulgado pelos guerrilheiros ao povo brasileiro, isto em plena *Semana da Pátria*.⁵¹⁴ Entre os presos políticos libertados, estavam Flávio Tavares e o ex-sargento do Exército Onofre Pinto. É em torno deste último, que passará a representar a VPR no exílio, que aqueles marinheiros que estavam à deriva em Cuba desde a desarticulação do MNR em 1967, serão recrutados para voltar ao Brasil e se engajar de vez na luta armada. Entre eles, José Anselmo dos Santos, Edson Neves Quaresma, Evaldo Luís Ferreira, José Manoel da Silva e José Maria Ferreira de Araújo.

Este último, utilizando os codinomes *Araribóia/Francisco Boêmio*, foi um dos primeiros a retornar. Havia deixado em Cuba uma filha, fruto de seu casamento com a militante paraguaia Soledad Barret Viedma, que em breve desembarcaria no Brasil para se integrar ao novo esquema da VPR no Nordeste. Na *Ilha*, onde fez o curso de guerrilha, Zé Maria era próximo do *cabo* Anselmo, amigos desde os tempos da AMFNB. Anselmo declarou ter fotografado os primeiros anos da filha de *Araribóia* com Soledad. O nome da menina era Ñaysandy.⁵¹⁵ Em 23 de setembro de 1970, José Maria foi morto em São Paulo enquanto esperava o militante Mário de Freitas Gonçalves, o *Dudu*, em um ponto. Porém, seu contato havia sido preso no dia anterior e teria passado a informação do encontro. Segundo documentos constantes no *Direito à Memória e à Verdade*, Zé Maria foi preso e seu corpo jamais fora encontrado.⁵¹⁶ Ñaysandy ficara sem o pai, mas sua mãe encontraria um novo “amor” em breve, nos braços de outro marinheiro: José Anselmo dos Santos.

Enquanto o novo grupo não chega, outro marinheiro ganhava destaque na VPR. Trata-se de José Raimundo da Costa. Conhecido na militância pelo codinome de *Moisés*, não consta na relação elaborada pelo II Exército dentre os que tinham feito curso em Cuba, mas exerceu atividades importantes naquela organização. Chegou a ser apontado como um dos dirigentes

⁵¹⁴ Detalhes dessa ação, ver documentário *HÉRCULES 56*. Sílvia Da-Rin. Vídeo Filmes, 2006.

⁵¹⁵ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.135;189.

⁵¹⁶ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Op. Cit.* p.132-133.

da VPR.⁵¹⁷ Raimundo seria um dos responsáveis por receber seus ex-companheiros da Marinha, os quais teriam como missão estabelecer um núcleo da VPR no Nordeste, tendo em vista que no eixo Rio-São Paulo, as coisas começavam a ficar complicadas. Como ilustração do contexto, vale a citação de Élio Gaspari:

“Nos últimos meses de 1970, um ano depois da morte de Marighella, a esquerda armada [...], estava dividida em três populações. Na maior delas achavam-se os presos. Eram cerca de quinhentos [...]. A segunda população, em torno de duzentas pessoas, era a dos exilados que continuavam militando ativamente nas organizações armadas. Nela estava boa parte dos veteranos de ações terroristas, os principais combatentes e quadros teóricos, quase todos trocados nos sequestros. Formavam uma tropa imaginária que desembarcaria no Brasil com experiência, treinamento e recursos suficientes para retomar a ofensiva. Espalhavam-se pelo Chile, Cuba, Argélia e França. O terceiro grupo era dos combatentes que viviam clandestinamente no Brasil. Nas cidades, mal passavam de cem. Viviam espremidos entre a ideia do exílio e a do ‘desbunde’. Esse termo, que designara a passagem da militância esquerdista para o mundo de sonhos da marginália cultural, confundia-se com um salto em direção a uma condenada opção pela individualidade”.⁵¹⁸

Pelo texto, temos uma ideia do momento por qual passava os grupos da luta armada naquele final de 1970. Foi nesse contexto que os novos combatentes da VPR chegaram ao Brasil para tentar dar prosseguimento à luta revolucionária.

8. Sobre *bodes e cachorros*

Em dezembro daquele ano, a VPR sequestrara o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher e pedira em troca a libertação de setenta presos políticos, a leitura de um manifesto revolucionário, o congelamento geral de preços por noventa dias, além de roletas livres nas estações de trem do Rio de Janeiro.⁵¹⁹ Depois de uma negociação tensa, a qual incluiu a troca de vários nomes entre os que seriam libertados, o rapto chegou ao fim com a soltura, em número exigido pelos militantes. Na relação dos que partiriam para o exílio, três marujos estavam presentes: Otacílio Pereira da Silva, José Duarte dos Santos e Pedro Viegas.⁵²⁰ Mas o período do sequestro, de sete a treze daquele mês, também foi marcado por duas baixas importantes na VPR de São Paulo. Refiro-me aos militantes Yoshitane Fujimori, “veterano dos primeiros assaltos de 1968, do vale do Ribeira [...]”⁵²¹ e Edson Neves Quaresma, ex-

⁵¹⁷ APESP- Ordem Social; documento 50-Z-09; pasta 171, folhas 35.355-35.568; depoimentos de Gregório Mendonça.

⁵¹⁸ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.337.

⁵¹⁹ *Ibid*, p.340.

⁵²⁰ Lista completa em: USTRA, Brilhante. *Op. Cit.* p.324.

⁵²¹ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.344.

marujo da AMFNB, mortos em cinco de dezembro de 1970.⁵²² Segundo Elio Gaspari, para o lugar de Fujimori, “ascendeu Jadiel, 29 anos, recém-chegado de Cuba [...]. Além do capitão Carlos Lamarca, a que trouxera recados de Havana, poucos sabiam que Jadiel era José Anselmo dos Santos, líder da rebelião dos marinheiros de 1964”.⁵²³

Anselmo teria chegado em setembro de 1970.⁵²⁴ Não sabemos ao certo como estava sua convicção revolucionária após ter passado cerca de três anos em Cuba, quando foi abandonado por ocasião da queda do MNR. Lembremo-nos de sua declaração na OLAS, de que iria “voltar e acertar as contas com os gorilas”. A princípio, sua função não era participar de nenhuma ação e sim manter os contatos com os militantes e transmitir as mensagens vindas do comando, que naquele momento, estava com Onofre Pinto. Anselmo teve vários contatos entre o mês de sua chegada e o primeiro semestre de 1971, entre eles, o ex-marujo Edson Neves Quaresma - que além de ter sido da Associação, foi o contato de Anselmo quando saiu da Embaixada do México e por isso foi preso, como também ficou muito tempo em Cuba junto com o *Cabo*. Outros contatos de *Jonathan*, codinome do recém-chegado, foram Yoshitane Fujimori, Inês Etienne Romeu, Aloísio Palhano e Carlos Lamarca, então comandante da VPR no Brasil.

Outro contato de Anselmo foi o ex-companheiro da Marinha, Edgard Aquino Duarte, fuzileiro-naval que tinha participado do núcleo pantaneiro do MNR, mas que estava totalmente desligado de qualquer organização guerrilheira e trabalhava como corretor de valores, com o nome falso de Ivan Marques Lemos.⁵²⁵

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma série de documentos arquivada como *Dossiê VPR*, nos forneceu uma ideia do que aconteceu em meados de 1971 com a militância de Anselmo na VPR paulista. Um militante com nome de Antônio André Camargo Guerra, preso desde abril daquele ano, relatou em um de seus depoimentos, prestado em nove de maio de 1971 – possivelmente sob tortura - que um militante de nome *Jonathan* havia chegado recentemente da Europa, sem especificar qual o país. Este militante teria solicitado que fosse conduzido até a Guanabara, porque ele era muito conhecido lá e não poderia andar sozinho ou de ônibus. O depoente declarou ainda que *Jonathan* era elemento de contato entre São Paulo e a Guanabara.

⁵²² APESP – Ordem Social, 30-Z-162-605; Carta Mensal, mai-jun/1971.

⁵²³ Ibid.

⁵²⁴ Declarações de José Anselmo dos Santos ao DEOPS-SP. Apud MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*, p.259. Citado em GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.345.

⁵²⁵ Para os contatos de Anselmo ver: BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p.35-40. Para Edgard Aquino, Cf. APESP – Ordem Social, 50-Z-9-22.584/22.587.

No dia 11 de maio, a pauta do depoimento voltou a ser *Jonathan*. Os policiais apresentaram álbum do CENIMAR com o objetivo de que André Guerra reconhecesse o tal *Jonathan*, o qual ele achou parecido com Athos Magno Costa e Silva, mas não deu certeza. Neste mesmo depoimento, o preso reafirmou que *Jonathan* tinha lhe dito que era muito conhecido - “queimado” – na Guanabara.

O último depoimento no qual os policiais perguntaram pelo procurado, está com data de 11 de junho de 1971. Neste dia, o prisioneiro acrescentou que em 10 de março havia entregado a *Jonathan* a importância de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) e U\$1.000,00 (um mil dólares) para que o procurado instalasse um aparelho em São Paulo com o objetivo de confinar sequestrados. A partir daquela data, não há mais pergunta sobre *Jonathan*, sendo que os depoimentos do militante detido vão até oito de agosto.⁵²⁶ Todas as evidências ligam o *Jonathan* procurado ao cabo Anselmo. Vejamos:

Pelo menos desde 1980, os pesquisadores e interessados na história das esquerdas armadas têm a informação que um dos nomes que Anselmo utilizou quando militante da guerrilha, era justamente *Jonathan/Jônatas*.⁵²⁷ Era uma pessoa recém-chegada ao Brasil. Era muito conhecido e “queimado” na Guanabara e fazia a ligação entre São Paulo e a antiga capital do país. A nosso ver, estes últimos depoimentos de André Guerra, estavam sendo confrontados com os do *cabo* Anselmo, que já estaria preso no início de junho. A relatora do processo no qual Edson Neves Quaresma foi considerado desaparecido, Suzana Keniger Lisboa, fez referências a depoimentos de Anselmo, quando preso no DEOPS/SP. Reproduzimos aqui, trechos destes documentos:

‘Em junho ou julho de 1970, vieram José Maria e Quaresma, deviam preparar as condições para receber-nos. Em setembro, deveríamos vir eu e Evaldo. Mas Evaldo ficou retido, por um ato indisciplinar que desconheço qual seja. Foi enviado sozinho. Traria uma mensagem cifrada de apresentação para Carlos Lamarca e ele deveria dar-me tarefas para desempenhar, explicar o funcionamento da organização etc. (...) Cada dia 15, às 15h, e dia 20 às 20h, Quaresma estaria esperando em frente ao cinema Metro. Cheguei ao Brasil dia 15 de setembro de 1970. (...) No dia 15 de setembro, encontrei Quaresma, que me disse que não havia nenhum aparelho, nenhum apoio. (...) Neste tempo, creio que meados de novembro, recebi de Quaresma, com quem me encontrava uma vez por semana, o aviso de que devia seguir viagem para avistar-me com Lamarca. Às cinco horas da manhã, encontrei-me com Quaresma, na Rua Domingos de Moraes, em frente ao cinema San Remo. Fomos para o Jabaquara, onde nos encontramos com Fugimori (...). Fiquei em contato, uma vez por semana, com Quaresma. Passei a datilografar com uma máquina que me foi dada por Quaresma e que deve estar no escritório de Ivan (Edgar Duarte), uma semiportátil, sem tampa o relatório sobre Cuba (...). Corria o mês de novembro,

⁵²⁶ APESP – Ordem Social; Dossiê VPR; 50-Z-009, folhas: 32.103, 32.076, 32.042.

⁵²⁷ Ver BORBA, Marco Aurélio. “Cabo Anselmo: agente duplo”. Revista Playboy, nº 54, jan.1980, p.71-73; 142-153. Nesta reportagem, Anselmo aparece como *Jônatas*, já nos documentos da repressão, está *Jonathan*.

quando se deu a morte de Toledo, da ALN, e pelos documentos publicados soubemos que Palhano estava chegando. Efetivamente, Quaresma recebeu-o e fez-me contatar com ele em fins de novembro (...).⁵²⁸

“Em outro depoimento, este datado de 4 de junho de 1971, Anselmo reafirma:”

‘(...) que chegou ao Brasil em 15 de setembro de 1970, tendo desembarcado no Aeroporto de Campinas. Que foi para São Pedro da Aldeia, tendo em vista que somente no dia 30 de setembro teria ponto com Quaresma em São Paulo, quando encontrou Quaresma. (...) que Quaresma apresentou-o a Yoshitane Fugimori (...) que em São Paulo ficou em contato com Quaresma e, após a chegada de Palhano, também com este (...).’⁵²⁹

Outra fonte que faz referência à prisão do *cabo* Anselmo está na obra de Elio Gaspari. O autor cita, letra por letra, a seguinte referência: “José Anselmo dos Santos – Declarações Prestadas nesta Especializada de Ordem Social, do Setor de Análise, Operações e Informações do DEOPS de São Paulo, s.d., fl. 3”.⁵³⁰ Em nossa pesquisa, encontramos outra referência sobre a detenção de José Anselmo dos Santos, com o seguinte teor: “Consta em nossos arquivos, em 23.08.71, documentação encontrada em poder do epigrafado”. Na realidade, a “documentação” referida na fonte, resume-se a uma frase manuscrita, com a frase: ‘*ponto com Quaresma*’.⁵³¹ Como Quaresma já estava morto desde dezembro de 1970, talvez fosse um papel perdido nas coisas do novo agente e que teria levantado suspeita sobre a firmeza da “virada” do mesmo. Mas isso mostra que Anselmo realmente esteve detido no DEOPS/SP. As circunstâncias são envolvidas de contradições e polêmicas. O próprio Anselmo é responsável pela existência delas. Já forneceu duas versões para o caso: a primeira, publicada em 1984, afirmou que se entregou espontaneamente, “após ter tomado consciência” e nunca foi torturado.⁵³² Em 1999, falou que foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, e lhe deram uma chance de sobreviver, acreditando em sua ‘decepção com a organização da sociedade comunista’.⁵³³

A partir do momento em passou a colaborar, precisamente em maio/junho de 1971, Anselmo começou a mostrar trabalho e comprovou para o delegado Fleury que a mudança foi definitiva. Entre suas vítimas, vários ex-companheiros dos tempos da AMFNB. Cabe-nos ressaltar que antes dessa data, dois dos seus “contatos” foram mortos e um é considerado desaparecido. Referimo-nos a Edson Neves Quaresma, Yoshitane Fujimori e Aloísio Palhano,

⁵²⁸Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nilmario/dosfilhosdeste/edsonneves.html>. Consultado em 12 de out. 2009.

⁵²⁹ Ibid.

⁵³⁰ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002, p.85n. Infelizmente, em nossa pesquisa realizada no DEOPS/SP não conseguimos consultar este documento, pois o mesmo não foi localizado.

⁵³¹ APESP – Ordem Social; 52-Z-0-35.629, folha 09; e microfilme 30-Z-160-10.011, filme 0508.

⁵³² RIBEIRO, Octávio. *Op. Cit.* p.63-67.

⁵³³ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.180-181.

respectivamente. Anselmo nega o envolvimento na morte/desaparecimento dos três. Segundo ele, sua “virada” ocorreu a partir do momento em que perdeu contato com Palhano, isso quando os dois outros já estavam mortos. Para quem assumiria posteriormente o envolvimento na morte de dezenas de militantes, não seria difícil tomar para si a responsabilidade do sumiço desses três revolucionários.⁵³⁴ Aloísio Palhano, segundo Borba, foi detido no dia seis de maio de 1971, um dia após a prisão de Inês Etienne, no mesmo local, em São Paulo. Ambos foram torturados, e Palhano, a partir do dia 21 de maio, não seria mais visto.⁵³⁵

No dia 13 de junho, Edgard Aquino Duarte, o ex-fuzileiro com o qual Anselmo estava residindo, foi preso “para averiguações” e a partir daí, nunca mais voltou pra casa.⁵³⁶ A nosso ver, a prisão de Edgard marca indiscutivelmente a virada do *cabo*. Se ainda existem dúvidas de sua participação nas mortes e detenções anteriores, as quais ele não quis assumir, a prisão de Edgard, que então não estava envolvido com nenhuma Organização - e vivia “legalmente” com nome falso - é um ponto crucial no vazio memorial nas declarações do *cabo*. E assim ele assumiu sua “virada”:

‘[...] a opção foi minha, a iniciativa foi minha, a questão foi de consciência [...]. E, se você quiser considerar como traição, já que estamos chegando no ponto, eu traí os meus companheiros, traí uma ideologia, traí uma coisa em que não acreditava, eu traí, se você quer, com muita honra, o internacionalismo proletário, estalinista, isso sim eu traí. Agora, não considero isso uma traição, e sim uma tomada de consciência.’⁵³⁷

A partir desse ponto, datado e documentado, e com o sumiço das perguntas sobre Jonathan nos interrogatórios de André Guerra ocorridos depois do dia 11 de junho, os militantes que teriam “ponto” marcado com Anselmo começaram a ser presos, mortos, a sumir. Houve ainda os que conseguiram escapar após trocar tiros com a equipe policial do delegado Fleury. Um exemplo entre os que conseguiram escapar após marcar encontro com Anselmo e trocar tiros com a polícia, é o do militante da ALN, Carlos Eugênio Paz, codinome Clemente.⁵³⁸ Após essa troca de tiros, “a ALN comunicou à VPR a sua conclusão de que Jônatas era um agente do órgãos de segurança do governo”, mas a denúncia não foi levada a sério pela Vanguarda Popular Revolucionária.⁵³⁹ Entre os cadáveres que apareceriam em breve, estariam vários ex-marinheiros, colegas de Anselmo desde os tempos da AMFNB, ou

⁵³⁴ Ibid. p.161-163.

⁵³⁵ BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p.44-45.

⁵³⁶ APESP – Ordem Social; 50-Z-0-7923; 50-Z-9-22.584.

⁵³⁷ RIBEIRO, Octávio. *Op. Cit.* p.71.

⁵³⁸ Ibid. p.64; e BORBA, Marco. *Op. Cit.* p.48.

⁵³⁹ BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p.55.

de muito antes, quando entraram na Marinha no final da década de 1950. Um exemplo emblemático foi o do marujo José Raimundo da Costa. Conforme já frisamos, Raimundo era considerado um importante quadro da VPR paulista e teria participado do sequestro do cônsul japonês em São Paulo.⁵⁴⁰

Raimundo era nordestino como a maioria dos marinheiros de 1964. Em uma assembleia da AMFNB ocorrida em 1º de fevereiro de 1964, fez uso da palavra como Secretário do Departamento de Educação da Associação, onde afirmou que “apesar da proibição de alguns navios em não deixar que os marinheiros estudem, tem havido frequência em massa em nosso colégio”.⁵⁴¹ Isso demonstra que Raimundo se dedicava aos trabalhos da AMFNB e tinha certa proximidade com Anselmo, de quem recebera o microfone naquela ocasião. Era de Pernambuco, Estado para onde estava enviando alguns dos seus ex-companheiros da Marinha com o objetivo de montar uma base da VPR no Nordeste.⁵⁴² Em São Paulo, *Moisés*, codinome utilizado por Raimundo, se encontrou com Anselmo no apartamento montado pelo delegado Fleury, que servia como arapuca para atrair as novas vítimas. Nele eram efetuadas escutas e todas as conversas com o agora, agente *Kimble*, eram gravadas. Foi depois de um desses encontros com Anselmo, em cinco de agosto de 1971, que José Raimundo foi preso. “No dia seguinte, os jornais, reproduzindo literalmente os termos da nota oficial dos órgãos de segurança, noticiaram sua morte, ‘num tiroteio do Rio de Janeiro’, escreveu Borba.⁵⁴³ De acordo com informações constantes no *Direito à Memória e à Verdade*,

“a versão oficial dos órgãos de segurança sobre a morte de José Raimundo é de que ele reagiu à prisão e foi morto por elementos da inteligência do Exército, no dia 05/08/1971, em uma travessa próxima à rua Otacílio Nunes, no bairro carioca de Pilares. Em documento localizado no DOPS/RJ, de 05/08/1971, o comissário Jayme Nascimento registra que ‘às 7h – pelo telefone, o coronel Sotero, Oficial de Permanência do C.I.E, comunicou que, em uma travessa próxima à rua Octacílio Nunes, em Pilares, havia sido morto um elemento subversivo de nome José Raimundo da Costa, quando reagiu à prisão numa diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Ministério do Exército’. Entretanto, na mesma data, seu corpo deu entrada no IML/RJ, com o nome de Odwaldo Clóvis da Silva. Ou seja, apesar de já identificado com José Raimundo, sua necropsia foi lavrada com falsa identidade pelos legistas Hygino de Carvalho Hércules e Ivan Nogueira Bastos, que confirmaram a versão oficial de morte em tiroteio”.⁵⁴⁴

⁵⁴⁰ Ver DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. Comissão Especial sobre Mortos de Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, p.170-171. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf.

⁵⁴¹ UNICAMP – AEL; BNM, Anexos. Ata da assembleia-geral-extraordinária realizada em 1º de fev. 1964. Follha 1418.

⁵⁴² RIBEIRO, Octávio. *Op. Cit.* p.79.

⁵⁴³ BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p.48.

⁵⁴⁴ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Ibid.* Grifo do original.

Chegava ao fim a trajetória de mais um marujo que optou pela luta armada como caminho para a derrubada da ditadura no Brasil. Sua morte iria reforçar as informações que eram mandadas para a direção da VPR no Chile, de que *Jonathan* havia passado para o lado da repressão. Com os militantes cada vez mais isolados e a desconfiança constante entre os próprios guerrilheiros, não era fácil para Onofre Pinto tomar uma decisão, embora as denúncias e evidências já fossem inúmeras e significativas.

Segundo Marco Aurélio Borba, no mesmo mês da morte de José Raimundo “de um hospital em Belo Horizonte, onde fora internada para se recuperar das torturas, Inês Etienne Romeu conseguiu fazer chegar ao Chile [...] uma carta denunciando o *cabo* Anselmo como ‘tendo passado para o lado inimigo’ [...]. Suas denúncias, no entanto, não obtiveram crédito no Chile, onde a organização já estava muito dividida, e com problemas até mesmo de relacionamento pessoal.⁵⁴⁵ Mas o certo é que as denúncias passaram a preocupar o próprio *Kimble* e o delegado Fleury. Ambos tomaram a ousada decisão da viagem de Anselmo ao Chile com o objetivo de impressionar Onofre Pinto e recolher mais informações sobre os próximos passos da VPR no Brasil.

De acordo com o marinheiro Pedro Viegas, “os preparativos para a chegada de Anselmo a Santiago em dezembro de 1971 foram cercados de rigorosos cuidados por Onofre e comandados. Era necessário garantir a segurança do ‘líder’”.⁵⁴⁶ Entre os contatos procurados por Anselmo no Chile, estavam os ex-marinheiros Avelino Capitani e José Duarte, o *Victor* do MNR, do MAR e do PCBR, que havia sido libertado por ocasião do sequestro do cônsul japonês, em março de 1970. Capitani havia conseguido deixar o país após o assalto frustrado do PCBR em 17 de dezembro de 1969. O próprio Anselmo narrou seu diálogo decisivo com Onofre Pinto, no Chile. Segundo *Kimble*, após ter colocado o revólver sobre a mesa, ocorreu a seguinte conversa:

‘Companheiro, você me conhece bem. Pode escolher, você tem poder para isso. Você pode determinar meu justicamento aqui mesmo e continuar na dúvida. Pode determinar meu justicamento a qualquer instante no Brasil, quando tiver certeza. Pode ficar ao lado dos pequeno-burgueses apavorados e indecisos. Ou pode dar crédito a uma história pública, agindo com franqueza e vulnerabilidade. Nessa situação eu seria muito burro se estivesse me expondo com esta viagem. Outra coisa: se quiser eu posso ficar aqui e não voltar ao Brasil. Decida e eu cumpro suas ordens’.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ BORBA, *Ibid.*

⁵⁴⁶ Depoimento de Pedro Viegas a SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.240. Segundo Borba, a ida de Anselmo ao Chile ocorreu em outubro de 1971. Ver BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p.59.

⁵⁴⁷ No livro de Borba, publicado em 1981, Aluizio Palmar relatou ter ouvido de Onofre Pinto essa atitude de Anselmo. No entanto, Aluizio não acreditava que o fato tivesse ocorrido, pois considerava Onofre ‘um especialista em contra-informações’. O episódio foi descrito por Borba como se houvesse acontecido em

Kimble concluiu assim o desencadeamento daquela encenação:

‘Onofre, que também era acusado internamente de fazer mau uso do dinheiro da organização, preferiu acreditar no mito [...]. Me forneceu dinheiro para que eu continuasse a fazer o trabalho no Brasil. Dessa vez, indo me estabelecer em Pernambuco para receber algumas pessoas que estariam voltando com a missão de criar um foco nessa região’.⁵⁴⁸

Entre aquelas “algumas pessoas” que viriam ou que já estavam em Pernambuco, pelo menos dois ex-marinheiros faziam parte dos planos de Onofre para desencadear ações guerrilheiras no Nordeste, Evaldo Luiz Ferreira de Souza - o *gaucho* - e José Manoel da Silva, marinheiro pernambucano, nascido na cidade de Toritama e que trabalhava em um posto de combustíveis para manter a aparência de vida legalizada. Somaram-se a eles, Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva e Jarbas Pereira Marques. No comando, *Daniel* - novo codinome de Anselmo para aquela nova tarefa da VPR - e seu fiel escudeiro *César* – agente policial infiltrado por *Kimble* na Organização para lhe dar segurança caso fosse descoberto.⁵⁴⁹ Dessa maneira, tudo se desencadeava para o extermínio definitivo da VPR.

Cabe-nos lembrar aqui, que um dos maiores ícones daquela Organização estava morto desde setembro de 1971, quando foi localizado no sertão da Bahia, ao lado do companheiro e ex-sindicalista, José Campos Barreto, o *Zequinha*. Falamos de Carlos Lamarca, que já havia se desligado da VPR e estava sob orientação do MR-8. Naquela altura, a VPR não contava com mais de 30 militantes, segundo Gaspari.⁵⁵⁰

No mesmo ano da morte de Lamarca e da traição de Anselmo, mais um episódio marcou as memórias dos marinheiros. O *Justicamento*, pela ALN, do ex-grumete Carlos Alberto Maciel Cardoso. Por ocasião do seu depoimento no processo sobre a Rebelião dos marinheiros, apesar de estar somente com 17 anos de idade, Cardoso declarou corajosamente que compareceu àquele sindicato, porque “estava solidário com os seus colegas e tomaria atitude semelhante a todas que viessem a ser tomadas pela maioria, que acreditava e ainda acredita que o movimento dos marinheiros era justo”.⁵⁵¹

Segundo Avelino Capitani, Cardoso havia sido condenado a cinco anos de prisão por

Pernambuco, porém, em 1999, Anselmo forneceu esses detalhes ao jornalista Percival de Souza. Ver BORBA, *Op. Cit.* p.61-62; e SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.186.

⁵⁴⁸ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.187. De acordo com Borba, Anselmo teria recebido US\$ 50.000 (cinquenta mil dólares) de Onofre Pinto para implantar a base da VPR em Pernambuco. Cf. BORBA, *Op. Cit.* p.60.

⁵⁴⁹ De acordo com Percival de Souza, *César* era o policial Carlos Alberto Augusto, que em 1999 era delegado da Polícia Civil de São Paulo. Cf. SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.190-194.

⁵⁵⁰ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002b. p.350-357.

⁵⁵¹ AEL-BNM, 149, caixa 1, volume 1, folha 779.

sua participação na Rebelião dos marinheiros de 1964. Conseguiu fugir para Belém, mas foi preso e enviado de navio para o Rio de Janeiro onde deveria cumprir pena com os demais marujos na Penitenciária Lemos de Brito. Após conseguir liberdade condicional, foi trabalhar como enfermeiro em um hospital da cidade. “Ligou-se a um pequeno grupo da ALN que já estava isolado da organização central”. O grupo fez uma ação expropriatória no hospital, provavelmente a partir de informações dadas por ele. “Foi preso e logo libertado, mas continuou sendo vigiado pelos organismos da repressão”.⁵⁵²

De acordo com Pedro Viegas, ressaltando não ser a única versão para o fato, Maciel Cardoso foi torturado e espancado para fornecer informações sobre o paradeiro do dirigente da ALN Hércio Pereira Fortes. “Maciel teria confessado que tinha um ‘ponto marcado com ele, indicando dia, hora e local. [...] A repressão montou uma emboscada no local, mas Hércio teria amanhecido com complicações de saúde, e por isso, delegou a tarefa de contatar Maciel a outra militante”.⁵⁵³ No local do encontro, o ex-marujo solicitou que seu contato o retirasse imediatamente dali e posteriormente relatou que tinha revelado a existência daquele encontro, solicitando à direção da ALN que o retirasse do país. Maciel Cardoso, que usava o codinome *Jaime*, mesmo tendo evitado a morte do seu “contato” e ter revelado aos militantes tudo que ocorrera enquanto esteve preso, não obteve clemência e foi justificado pela organização, com rajadas de metralhadoras, no bairro do Encantado, em novembro de 1971.

O Jornal *Ação*, nº 3, de 1971, editado pela ALN, publicou uma nota sob o título: *Justiçamento de um traidor*. De acordo com dados constantes no *Direito à Memória e à Verdade*, o texto da matéria informava que no dia 13 de novembro de 1971, Carlos Alberto Maciel Cardoso havia sido executado. “Tratava-se de um traidor, [...] que preso pela Polícia Federal, aceitara suas propostas de entregar companheiros e fornecer informações. Descoberto, foi sumariamente julgado e fuzilado por um comando da Ação Libertadora Nacional”.⁵⁵⁴ Entretanto, uma certidão expedida pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em 15 de dezembro de 2004, colocou sob suspeitas a efetivação da traição de Cardoso, reforçando a versão das memórias dos marinheiros. Vejamos:

‘Conforme documento datado de 17/11/71, após sua prisão, no dia 09/11/71 foi transferido para o CENIMAR. No dia seguinte, prestou declarações sobre suas atividades e concordou em passar a trabalhar para os órgãos de segurança. Para isso, foi solto para cobrir um ponto na rua Visconde de Cabo Frio, Tijuca (RJ). Na ocasião, ficou estabelecido que depois do *ponto* com a ALN faria um contato com um integrante do CENIMAR, o que não aconteceu. No dia 13, pela manhã

⁵⁵² CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.165.

⁵⁵³ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.167-168.

⁵⁵⁴ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Op. Cit.* p.452. O jornal *Ação* é citado nessa mesma fonte.

foi morto no Bairro Encantado. Foram reconhecidos dois banidos e uma foragida como executantes o que indicava um justicamento'.⁵⁵⁵

A nosso ver, não há provas de que o grumete traiu. Pelo contrário, a certidão da ABIN comprova que Cardoso não consumou sua “virada”. Segundo Jacob Gorender, o ex-marujo foi justicado por crime de intenção. “Uma intenção anulada pela própria confissão de Carlos Alberto aos dirigentes da ALN. A esta bastaria expulsá-lo da organização e prevenir os militantes sobre sua atitude desonrosa para um revolucionário”.⁵⁵⁶ Entre os marujos, a indignação foi maior. Capitani relatou que a morte do velho amigo de luta o abalou profundamente e aquela execução o ajudou a chegar à conclusão de “que a guerrilha tinha acabado e era hora de ir embora”.⁵⁵⁷ Viegas se referiu a esse episódio como uma execução “abjeta e imoral, indigna de quem se propunha eliminar do mundo as injustiças burguesas. [...] Coisa de alucinados e não de revolucionários”.⁵⁵⁸

Ao contrário de Maciel Cardoso, Anselmo não se arrependia de sua decisão. Estava convicto do que queria. Os planos de extinguir a VPR estavam sendo colocados em prática, nos mínimos detalhes. Para isso, o ano de 1972 foi todo de preparação para o golpe final. Morando com a paraguaia Soledad, trazida de São Paulo e viúva do marinheiro José Maria, o novo marido de Soledad montou uma boutique de artesanato com o objetivo de dar um aspecto de vida legal ao casal. Residiam em uma casa alugada na localidade de Rio Doce, perto de Olinda. Os demais integrantes também mantinham uma vida “normal”, alguns com empregos formais e legalizados com documentos frios emitidos pela própria equipe do delegado Fleury.⁵⁵⁹

Mas 1972 não ficou marcado, entre os marujos, apenas como o ano de preparação do golpe fatal de Anselmo. Um marinheiro solitário, chamado Grenaldo de Jesus da Silva, após viver oito anos clandestino sem se envolver com qualquer movimento da luta armada, sequestrou um avião da Varig e queria aterrizar-lo no Uruguai, país para onde prometera levar a família. Com documentos em nome de Nelson Mesquita, ele teria exigido um milhão de cruzeiros e três pára-quedas em troca da liberdade dos 79 passageiros a bordo.⁵⁶⁰ Grenaldo foi morto dentro do avião. A versão oficial divulgada foi a de que o marujo cometera suicídio. Seu corpo foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. A motivação política – relatada em uma carta que estava no bolso de sua camisa – e a

⁵⁵⁵ Ibid.

⁵⁵⁶ GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.245.

⁵⁵⁷ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.115-116.

⁵⁵⁸ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p. 167-168.

⁵⁵⁹ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.190.

⁵⁶⁰ BN- Jornal *O Globo*, 31 mai. 1971, capa e p.12.

comprovação do assassinato, só foi desvendada recentemente em uma reportagem publicada pela Revista Época, em março de 2003.⁵⁶¹

Em Recife, naquele mesmo ano, cairia mais um marinheiro militante da luta armada. Era José Adeildo Ramos - ex-grumete do Serviço de Máquinas atingido por tiros no Arsenal de Marinha em 26 de março de 1964, que posteriormente participou do MAR como foragido da Penitenciária Lemos de Brito - foi preso junto com militantes do PCBR na capital pernambucana.⁵⁶² Bem perto dali, em Olinda, o promissor núcleo da VPR Nordeste vivia seus últimos meses.

Mesmo após sua ida ao Chile, as denúncias contra Anselmo não pararam de chegar aos ouvidos de Onofre Pinto, o qual sempre arrumava um jeito de desqualificá-las. No entanto, em setembro daquele ano, o dirigente do PC do B, Diógenes de Arruda Câmara chegou ao Chile com diversos relatórios de testemunhas confirmando a prisão e a atuação dupla de Anselmo a partir de 1971.⁵⁶³ Diante de mais aquelas informações, e cada vez mais pressionado, Onofre determinou o julgamento de *Daniel*.⁵⁶⁴ A mensagem cifrada foi trazida do Chile por Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad, e, segundo Percival de Souza, o significado era mais do que claro: “Anselmo deveria ser julgado, condenado e justificado”.⁵⁶⁵ Segundo Anselmo, a mensagem:

“veio numa carta codificada. Só que eu tinha a chave do código. Veio endereçada ao grupo. Quem recebeu a carta foi a Soledad. Como eu tinha a chave do código, eu e ela traduzimos, decodificamos a carta [...]. Dizia que havia comprovação de que realmente Jônatas estava trabalhando para a repressão e que era urgente julgá-lo e tomar as providências necessárias para afastá-lo da atividade. Significa: ‘Olha, mata o cara’. Por que não tinha alternativa, não é?”.⁵⁶⁶

A partir daquele momento entrou em ação o “plano de resgate” de Anselmo, que na realidade se tratava de uma operação de extermínio dos militantes da VPR. Tendo o policial Carlos Alberto Augusto, *o César*, como principal responsável para colocá-lo em prática, a operação teve início. Toda a equipe de apoio formada por policiais foi acionada e os militantes foram presos um a um. Certamente cada qual tinha uma equipe em seu encalço, sendo vigiados diuturnamente. Dessa forma, não foi difícil para Anselmo e César executar o planejado, tendo em vista que os militantes não ficavam aglomerados em um único local.

⁵⁶¹ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Op. Cit.* p.298-299.

⁵⁶² GORENDER, Jacob. *Op. Cit.* p.201.

⁵⁶³ BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p.63.

⁵⁶⁴ Ibid.p.64. Nota do autor: Anselmo disse não acreditar que a ordem tenha partido de Onofre e sim de Shizuo Ozawa, da ALN, que naquele momento atuava em conjunto com o que restara da VPR. Cf. SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p. 200.

⁵⁶⁵ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.194.

⁵⁶⁶ Ibid, p.200.

O primeiro a ser preso – única prisão reconhecida pelos órgãos da repressão – foi o ex-marineiro José Manoel, capturado no dia 07 de dezembro de 1973.⁵⁶⁷ No dia seguinte, segundo o depoimento de Jorge Viedma - provavelmente com o objetivo de comunicar o julgamento aos demais companheiros - “saíram da casa de sua irmã: ele, Pauline, Soledad, Anselmo e Eudaldo”. Os cinco foram se dispersando e, segundo o cunhado de Anselmo, assim que ele se separou de *Daniel*, em um bar, foi preso.⁵⁶⁸ Jarbas Marques, antigo militante do MAR, foi capturado naquele mesmo dia enquanto trabalhava legalmente em uma livraria.⁵⁶⁹ Pauline, Soledad e Eudaldo⁵⁷⁰ também foram presos no fatídico dia 08 de janeiro de 1973. À exceção de Jorge, que foi livrado da morte, e de Evaldo, o gaúcho - que estava em outro sítio pertencente à Organização - todos os cinco militantes foram levados para a Chácara São Bento, próximo à cidade de Abreu e Lima, local comprado pela VPR e conhecido do agente *César*. Somente no dia 11 de janeiro de 1973, os jornais reproduziram uma nota distribuída pelos órgãos da repressão, onde constava a informação que:

“os militantes da VPR encontravam-se reunidos na Chácara São Bento, na noite do dia 8, para realizar um congresso. Os policiais teriam sido conduzidos ao local por indicação de José Manoel da Silva [...]. Ao perceberem o cerco, os ocupantes teriam reagido à bala. Depois de cerrado tiroteio, restaram cinco mortos no local, enquanto Evaldo Luiz Ferreira de Souza teria conseguido fugir, sendo morto na localidade de Chã da Mirueira, município de Olinda.”⁵⁷¹

As notas davam conta que dois guerrilheiros haviam escapado. Quem seriam? Anselmo e César. Nas autópsias dos corpos, acompanhadas pela advogada de presos políticos Mércia Albuquerque Ferreira, o desmonte da farsa: “Soledad, Pauline, Eudaldo e José Manoel receberam quatro tiros na cabeça. Jarbas dois na cabeça e dois no tronco. Evaldo três tiros na cabeça, além de outros no tronco”.⁵⁷² Estranho tiroteio em que as vítimas foram acertadas na cabeça e ninguém dos órgãos repressivos saiu ferido. Ainda segundo os laudos, a impactante notícia de que a paraguaia Soledad Barret Viedma estava grávida.⁵⁷³

⁵⁶⁷ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Op. Cit.* p.327.

⁵⁶⁸ Ibid. Nota do autor: Nessa mesma fonte, consta a informação que Jorge Barret Viedma foi expulso do país. Curiosamente, fica a pergunta: Por que ele também não foi executado com os demais militantes? Talvez, uma pista esteja em um documento arquivado no DEOPS de São Paulo, onde consta a enigmática informação transmitida à Polícia de São Paulo pelo delegado Redivaldo Oliveira Acioly, de Pernambuco, comunicando que na hora da prisão, Jorge Barret Viedma declarou que recebeu de Daniel, 2 ou 3 rolos fotográficos e que, caso fosse interceptado, deveria abrir os filmes e estirá-los. O que significava aquilo? APESP – Ordem Social; microfilme 30-C-1-22.885.

⁵⁶⁹ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Op. Cit.* p.327.

⁵⁷⁰ Para o detalhamento dessas prisões, Ibid. p.326-331.

⁵⁷¹ Ibid. p.326.

⁵⁷² Ibid. p.327.

⁵⁷³ Recentemente, o romance histórico *Soledad no Recife*, de Urariano Mota, refaz os passos de Soledad na Capital pernambucana e se tornou uma obra de referência para os interessados nesse episódio. Cf. MOTA, Uraniano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Na lista das vítimas, os ex-marujos José Manoel – que segundo Anselmo ‘era romântico. Um poeta. Quando estava trabalhando conosco na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, era um apaixonado, poético, mas radical. Para ele, a questão da crença política tornou-se obsessiva. Servimos junto na Marinha. Bem-humorado, bom amigo naquela época’⁵⁷⁴ – e Evaldo Luiz, que já tinha estado com Anselmo no Uruguai, de onde viajaram juntos para o treinamento em Cuba.⁵⁷⁵

No momento de sua decisão, nada foi levado em conta por Anselmo. As amizades de quase uma década com os companheiros da Marinha, o relacionamento amoroso com Soledad, a paixão poética de José Manoel, ou a crença revolucionária de Evaldo, não foram suficientes para um exame de consciência do marujo traidor. Liquidar o que restava da VPR e sobreviver como outro personagem era sua sede.

A partir daí o ex-marujo desapareceria de cena, pelo menos até 1984. Mas não seria esquecido. Sobre ele ficaram as revoltas, as frustrações, o ódio, a sede de vingança, os fantasmas, as memórias – inundadas de sangue e de lágrimas – entre os que conseguiram sobreviver. E é nesse aspecto, das memórias, que surgirão, “verdades”, mitos, bodes expiatórios, tabus. As memórias também trarão silêncios e esquecimentos. Versões e ficções.⁵⁷⁶ A seu respeito, militantes e jornalistas dedicarão suas atenções, horas de pesquisa, entrevistas, depoimentos, procurando desvendar o enigma.

Entre os fatores que motivaram o aparecimento das memórias, o mais emblemático se refere à busca das razões para o fracasso das ações armadas no Brasil. Encontrar *bodes expiatórios* ajudaria a confortar as consciências e a superar os traumas da derrota sofrida. Segundo Reis Filho, esse mecanismo viria de uma tradição ancestral e eficiente, que “concentra ódios em determinadas pessoas ou instituições, permitindo às sociedades o consolador e conveniente exercício da autoabsolução”.⁵⁷⁷ A nosso ver, o *cabo* Anselmo, além de “cachorro” da repressão, seria um bom *bode*, com todos os requisitos necessários para o título. Um bicho de duas cabeças. Ou seriam sete?

A partir do surgimento das memórias sobre o *cabo* Anselmo, como toda a esquerda, os marinheiros da luta armada também sofreram seus traumas. Eles mais ainda, pois foram traídos em dobro: pelo marinheiro Anselmo e pelo guerrilheiro Jonathan/Daniel. A partir dali, teriam que carregar com eles aquela história de traição e ódio. Como consequência, todo o

⁵⁷⁴ SOUZA, Percival. *Op. Cit.* p.217.

⁵⁷⁵ *Ibid.* p.218.

⁵⁷⁶ A expressão é de Daniel Aarão Reis Filho, na obra *O sequestro da História: versões e ficções*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

⁵⁷⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. In CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, Orelha.

passado de luta da AMFNB e de todos os marinheiros excluídos da Marinha em 1964 foi “pregado” à figura do mito *cabo* Anselmo. Mais ainda, as reconstruções memoriais não se limitariam ao período da luta armada, iriam aparecer novas versões, com estatuto de verdade, que “reconstruiriam” o passado da AMFNB, dando origem a uma série de interpretações que colocariam em dúvida toda a legitimidade da luta dos marinheiros no período pré-1964. A principal delas, a versão surgida em 1977, segundo a qual o marinheiro de 1ª Classe Anselmo seria um agente da CIA, infiltrado no movimento dos marinheiros, com o objetivo de criar um pretexto para a direita golpista.

Uma análise da historiografia e das versões sobre a AMFNB/Anselmo na literatura sobre o golpe, foi feita por Flávio Rodrigues. O autor mapeou obras de destaque e não encontrou comprovações sobre o “agente da CIA”.⁵⁷⁸ Durante nossa pesquisa fizemos um mapeamento do percurso dessa versão e constatamos sua origem no depoimento do comandante Ivo Acioly Corseuil dado ao jornalista Moniz Bandeira e publicado no livro *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*.⁵⁷⁹ É neste ano que surge essa hipótese, nunca comprovada. Corseuil era chefe do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI) no governo João Goulart, e, ao contrário de Sylvio Motta, o ministro da Marinha que mandou reprimir os marinheiros e depois foi reformado pelo ministro Augusto Rademaker, Corseuil permaneceu na ativa após o golpe, alcançando o posto de vice-almirante.

Acreditar em sua informação é ignorar todos os documentos que constam sobre Anselmo nos órgãos de informações e todos os livros de memórias e depoimentos dos marinheiros que participaram do movimento de 1964. É ignorar também os processos contra Anselmo sobre a origem da AMFNB; sobre a Rebelião; sobre o roubo de armas do Corpo de Fuzileiros Navais no dia do golpe e o processo pela saída da Embaixada do México, onde foi condenado em quase todos. Acreditar nessa versão é ignorar também o curso de guerrilha em Cuba; o discurso na Assembleia da OLAS. Acreditar nessa versão é dar crédito exclusivo ao discurso de Anselmo no dia 25 de março e ignorar que também estavam lá o Padre Alípio de Freitas, os dirigentes dos CGT Hércules Corrêa, Dante Pelacani e Paulo Melo Bastos. É ignorar a presença do deputado Max da Costa Santos.

É ignorar também os discursos exaltados do cabo Cláudio Ribeiro e do marinheiro Otacílio, o Tatá. É ignorar o episódio do almirante Aragão sendo carregado nos ombros, o que

⁵⁷⁸ RODRIGUES, Flávio. *Op. Cit.* p. 134-153.

⁵⁷⁹ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

feriu o ego da oficialidade da Marinha. É ignorar a surpreendente ação dos fuzileiros que depuseram as armas em solidariedade aos colegas rebelados. É ignorar a atitude honrosa dos marinheiros do Arsenal de Marinha, que foram detidos a tiros quando tentavam sair para se solidarizar com os companheiros no Sindicato dos Metalúrgicos. É ignorar as ações rebeldes dos marinheiros do porta-aviões *Minas Gerais*, do Navio *Bauru* e do Contratorpedeiro *Pernambuco*, no Cruzador *Tamandaré* e no navio *José Bonifácio*. É acreditar somente em uma determinada memória, que vai de encontro a inúmeras outras memórias e a incontáveis fontes documentais e historiográficas. Aqui, em 1977, se estabelece a difícil fronteira entre memória e história.

Para os prisioneiros dessa memória, os marujos [personificados em Anselmo] não seriam os responsáveis apenas pela derrota das esquerdas armadas, mas também os causadores do golpe de 1964. Mais uma vez, não seria difícil fazer “colar” essa versão. Afinal, não eram os marinheiros os baderneiros, frequentadores de prostíbulos? Existiriam melhores *bodes expiatórios* para o golpe e para o fracasso da luta armada?⁵⁸⁰

Marcelo Ridenti pontuou que Karl Marx já criticava, em 1850,

“uma dinâmica muito parecida de grupos clandestinos, conspirativos e golpistas, afetados pelas infiltrações policiais, pelo isolamento social e pela desconfiança mútua entre os militantes, obcecados pela traição. Segundo ele, os conspiradores profissionais ‘estão à caça de espíões, da mesma maneira que os espíões estão à caça dos conspiradores. Espionar é uma de suas principais preocupações, portanto, não é surpreendente que ocorra com tanta frequência o pequeno salto de conspirador profissional a agente pago da polícia; ainda mais que a miséria, o cárcere e as ameaças pressionam na mesma direção. Isto explica a desconfiança sem limites que reina nas sociedades conspirativas, a qual cega completamente os seus membros, obrigando-os a ver espíões em seus melhores homens, e seus melhores homens nos verdadeiros espíões’”.⁵⁸¹

No que se refere especificamente ao período da luta armada, o enfoque exclusivo no delator, na traição, limita o campo da busca pela compreensão do contexto em toda sua riqueza histórica. As questões a serem respondidas são as seguintes: teria sido Anselmo o principal responsável pelo fracasso das esquerdas? A traição de Anselmo explica a vitória dos órgãos da repressão? Por que as esquerdas não venceram? A sociedade brasileira apoiava os movimentos armados? Que lugar na história do período será reservado aos marujos de 1964?

⁵⁸⁰ As reflexões desse parágrafo estão fundamentadas nas análises de Flávio Luís Rodrigues, responsável, como já citamos, pela virada historiográfica em relação aos marinheiros, como também nas sugestões e observações das professoras Denise Rollemberg e Maria Paula Araújo, por ocasião do Exame de qualificação e nos diálogos com minha orientadora Samantha Viz Quadrat.

⁵⁸¹ RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* 2007, p.139-140n.

9. Lanterna dos afogados: por que a revolução faltou ao encontro?⁵⁸²

Achamos importante lembrar, que, apesar da derrota final da VPR, o início da década de 1970 foi marcado pelo surgimento do que Daniel Aarão Reis Filho chamou de “tentativa mais consistente da esquerda revolucionária”.⁵⁸³ Estamos falando da “Guerrilha do Araguaia”, que no período entre 1972 e 1975 movimentou as divisas dos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso. De acordo com Elio Gaspari, “Anselmo foi o mais famoso dos infiltrados, mas não o único [...]. No Partido Comunista teria um plantel de pelo menos oito agentes. [...] O CIE recebia da Central Intelligence Agency relatórios de um instrutor de guerrilhas baseado em Cuba [...]”.⁵⁸⁴

No episódio do desaparecimento dos remanescentes da VPR que iriam entrar no Brasil através da Argentina, em julho de 1974, os relatórios do *Direito à Memória e à Verdade* apontam a presença de pelo menos mais três agentes infiltrados nas organizações armadas, são eles: Maria Madalena Lacerda de Azevedo, Gilberto Giovanetti e o ex-sargento do Exército Alberi Vieira. Este último, que chegou a fazer parte das listas de mortos e desaparecidos da ditadura, seria o principal responsável pela morte de Onofre Pinto, por ocasião da emboscada.⁵⁸⁵ Com certeza, a lista de “cachorros”, “virados” e infiltrados não deve ser pequena.

No entanto, não é somente a partir dessa perspectiva, a da eficiência da repressão, que visualizamos o insucesso dos grupos armados. Claro que todo o aparato repressivo foi de grande importância. O método desumano de arrancar confissões através de torturas teve seus ganhos para a repressão, e os algozes [devem, deverão] deveriam ter sido identificados, processados e condenados para o bem da história do Brasil, pelo *Nunca Mais*. No entanto, a questão é mais complexa e, a nosso ver, a interpretação historiográfica que vê no isolamento das esquerdas em relação à sociedade um dos pontos-chave para a inviabilidade da vitória, é a que mais apresenta argumentos fortes na busca de uma explicação para a derrota.

De acordo com Reis Filho, “a sociedade assistiu medusada a todo esse processo, como se fosse uma plateia de um jogo de futebol [...]. Às vezes, muitos pareciam simpatizar com os revolucionários [...]. Mas não raramente, outros tantos denunciavam esses mesmos

⁵⁸² A expressão é de Daniel Aarão Reis Filho. *Op. Cit.*, 1990.

⁵⁸³ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2005, p.52.

⁵⁸⁴ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002b, p.348. O autor ainda relaciona vários outros infiltrados, a exemplo de um chamado *Jota*, que segundo ele foi o mais eficiente do DOI paulista. É importante destacarmos aqui que existe diferença entre “infiltrado” e “virado”. No caso de Anselmo, as fontes indicam que se enquadra na segunda categoria. Agradeço à Samantha Viz Quadrat pela importante informação.

⁵⁸⁵ DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, *Op. Cit.* p.386-390. O relatório cita a obra de Aluizio Palmar, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

revolucionários, apontando-os, e seus esconderijos, à polícia”.⁵⁸⁶

A reação da sociedade também pode ser analisada pelo comportamento dos populares que ajudaram a segurar o marinheiro Quaresma – envolvido na saída de Anselmo da Embaixada - quando corria dos policiais do DOPS/RJ, aos gritos de “pega o comunista”. Pode ser observada também na atitude dos populares que quase lincharam o preso comum André Borges quando participou das ações do MAR e fez um menino de escudo. As reações da sociedade também podem ser analisadas pela forma jocosa que a imprensa relatou a ida do fuzileiro Lenine para a Bolívia, *país sem mar*.

As explicações para a derrota das esquerdas também podem estar na recusa dos parentes e conhecidos de Zequinha em lhe dar abrigo no sertão baiano, quando este vagava com Lamarca fugindo das tropas do Exército, como também na colaboração dos moradores de Ibotirama-BA para a captura de Zequinha e Lamarca.⁵⁸⁷ Mais um exemplo pode ser visto no pedido do dono de um bar, em Monsuaba, quando acolheu Pedro Viegas enquanto fugia do cerco dos fuzileiros navais. Passando-se por um jornalista que estava na região fazendo uma reportagem sobre as tropas militares que combatiam a guerrilha, Viegas ouviu daquele pequeno comerciante: ‘quando sair tua reportagem cita o nosso bar como o local que hospedou o comando da tropa’.⁵⁸⁸

Mais uma vez recorremos a Daniel Aarão Reis Filho - ex-militante do MR-8, participante do rapto do Embaixador dos Estados Unidos em 1969 – que, desenvolvendo seu ofício de historiador, não se exime de ver de uma forma crítica a relação revolucionários-sociedade:

“A rigor, para a grande maioria da população, aquela *guerra*, como a chamavam os revolucionários e a polícia política, era algo que não conseguiam compreender, quanto mais participar de forma direta. Ao contrário do que os revolucionários imaginavam, muito poucos compartilhavam de suas convicções e certezas. E elas eram indispensáveis para que se consentissem os riscos e os sacrifícios inerentes, naquele momento, ao desafio aberto da ditadura.. [...] Aquela luta desigual acabou em massacre. Encurralados por uma polícia política crescentemente sofisticada e profissional, os grupos e organizações revolucionárias, quase sempre inexperientes e amadores, dispendo apenas da vontade e da ousadia, foram escorraçados da história. [...] Autoritários e soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico – e pagaram com a existência, física e política, pelos erros cometidos”.⁵⁸⁹

Denise Rollemberg, afirmou não vê contradição nesse isolamento [que seria inicial, mas foi permanente] e chamou a atenção para o fato de que “segundo as teorias que orientavam a luta armada, o isolamento das vanguardas era perfeitamente integrado à sua

⁵⁸⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2005, p.53.

⁵⁸⁷ GASPARI, Elio. *Op. Cit.* 2002b, p.356-357.

⁵⁸⁸ VIEGAS, Pedro. *Op. Cit.* p.122.

⁵⁸⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. Cit.* 2005, p.53-54. Grifo do original.

lógica. Apenas *num segundo momento* da guerrilha seria preciso romper com ele [...].⁵⁹⁰

Segundo a autora, em análise com a qual nos identificamos:

“Pensa-se em outro aspecto. Inseridos em uma determinada cultura política [Berstein, 1992], era difícil ver a aceitação do regime, compreendê-lo como produto da sociedade, que não lhe era estranho, que havia ali laços de identidade [...]. A luta armada e a sociedade, dois mundos paralelos desconhecidos um do outro; a vanguarda querendo transformar o que desconhecia, indiferente aos valores, às aspirações que moviam os indiferentes na direção oposta. Olhos cegos, ouvidos moucos, em um contato impossível”.⁵⁹¹

As trajetórias dos marinheiros que guinaram o leme de suas vidas para *bombordo*, exemplificam bem o que foi esse isolamento. Não eram estudantes, intelectuais marxistas, teóricos da revolução. Eram militares da base da pirâmide hierárquica, muitos eram especializados – em eletrônica, eletricidade, motores, comunicações, armamentos, mecânica etc. *Operários fardados*. Mesmo assim, a sociedade, inclusive a parte menos favorecida dela, parece não ter se identificado com eles. Afinal estavam todos carimbados como “terroristas”, expressão diariamente usada pela imprensa em sintonia com os órgãos repressivos da ditadura. As histórias de Eros Nascimento, Marcos Antônio, Edson Quaresma, Edgard Aquino Duarte, José Maria, Maciel Cardoso, José Raimundo, Grenaldo, José Manoel, Evaldo Luís e Cláudio Ribeiro - mortos ou desaparecidos – trazem a lume uma geração de marinheiros militantes, comprometidos com suas decisões e decididos a dar suas vidas pela *revolução que não veio*. No entanto, esta geração ficou marcada pela trajetória de um traidor.

Mas, nem só de túmulos será escrita essa história. Muitos marujos excluídos da Marinha após o Golpe trilharam outros caminhos diferentes da luta revolucionária, e estes também travaram um bom combate. No entanto, os inimigos eram outros. A viagem continua!

⁵⁹⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2006, p.88. Grifo de original.

⁵⁹¹ Ibid.

CAPÍTULO III

NAVEGAR É PRECISO. VIVER, MAIS AINDA: MARINHEIROS DESARMADOS

Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará. A vida vem em ondas, como um mar, num indo e vindo infinito. Tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo, tudo muda o tempo todo, no mundo. Não adiante fugir, nem mentir, pra si mesmo agora. Há tanta vida lá fora, aqui dentro, sempre, como uma onda no mar, como uma onda no mar, como uma onda no mar!

Lulu Santos e Néelson Motta

Se na travessia anterior nosso foco foi o da “resistência”, tema que empolga e fascina ‘estudantes, professores, jornalistas e o público em geral’, como bem destacou Denise Rollemberg,⁵⁹² nossa viagem agora terá como destino um porto pouco visitado pela historiografia do período: os brasileiros que no tempo da ditadura civil-militar estavam na *área neutra* do conflito. Entre os segmentos sociais que não se identificavam ou não participaram ativamente da luta, estavam também ex-marinheiros expulsos em 1964.

Consultando documentos referentes ao antigo DOPS da Guanabara, encontramos diversas fontes que dizem respeito a marinheiros que não tiveram envolvimento com os grupos armados e não eram considerados “cabeças” do movimento, mas nem por isso deixaram de ter suas vidas espionadas.

Em 11 de janeiro de 1965, o CENIMAR divulgou informe para os diversos órgãos da repressão no qual dizia ter conhecimento que um ex-marinheiro chamado Zenil, dirigia uma tipografia clandestina no bairro de Olaria.⁵⁹³ Em 29 de maio de 1968 foi a vez do DOPS solicitar informações ao CENIMAR sobre José Ubaldo de Brito, que teria encabeçado uma chapa vitoriosa nas eleições realizadas em 24 de novembro de 1967 no Restaurante dos Estudantes, antigo *Calabouço*. Dias depois o órgão de inteligência da Marinha respondeu,

⁵⁹² ROLLEMBERG, Denise. *Prefácio*. In CORDEIRO, *Op. Cit.* p.15-18.

⁵⁹³ APERJ – Fundo Polícia Política; Setor Secreto, pasta 11, maço 02, folha 93.

informando que José Ubaldo era ex-marinheiro, natural do Rio Grande do Norte e que fora excluído pelo primeiro Ato Institucional.⁵⁹⁴

Um outro documento trata de uma denúncia recebida pelo CENIMAR. Nele, o órgão de informações da Marinha divulgou que o pescador Flávio de Jesus denunciou que foi ameaçado de morte por José Guedes Cerqueira, que seria – de acordo com informações do Cenimar – ex-marinheiro “expulso da Marinha por atividades subversivas e condenado a dois anos de meio pela 1ª Auditoria da Marinha.” Ainda segundo o documento, a ameaça de morte teria sido motivada pelo fato de o pescador Flávio ter denunciado o marujo Cerqueira por supostas irregularidades na pesca de camarão, na região do Rio Vermelho, em Sepetiba. O denunciante teria acrescentado à sua queixa, a informação de que “o foragido passa semanas acampado” naquela região.⁵⁹⁵

Essas fontes, que tratam de momentos e questões distintas, ilustram a necessidade que muitos marujos e fuzileiros tiveram de ter uma vida “sem problemas”, ou sem o direito de “errar” ou se envolver em qualquer tipo de conflito ou confusão na sociedade. Do contrário, o passado de “subversivo” viria à tona e, possivelmente, iria pesar desfavoravelmente frente a qualquer outro cidadão. No entanto, alheios a essa vigilância e às possíveis denúncias, mais do que navegar, viver era preciso. E essa foi a principal luta de muitos *sapatos-pretos* expulsos em 1964.

1. “Guerrilha” pela sobrevivência

Quando foi excluído da Marinha, ainda em 1964, Otacílio dos Anjos Santos, baiano, não pensou em voltar para sua terra. Já estava há mais de dez anos na Marinha e decidiu ficar no Rio de Janeiro, mesmo respondendo a processo por sua participação na Assembleia de 1964. Otacílio nos relatou que foi morar na comunidade da Baixa do Sapateiro, localizada próximo ao bairro de Bonsucesso. Lá, com mais dois amigos ex-marinheiros, Nunes e Joaquim Aurélio, montaram uma pequena Quitanda, onde vendiam cerveja, refrigerante, sabonete, agulhas e pão. Mas o que mais vendia, segundo Otacílio, eram os comprimidos de *cibalena*, para dor de cabeça. “Os moradores ficavam com fome, vinha a dor de cabeça, e eles compravam a *cibalena* para aliviar”.⁵⁹⁶

⁵⁹⁴ APERJ – Fundo Polícia Política; Setor Secreto, pasta 104, folha 234.

⁵⁹⁵ APERJ – Fundo Polícia Política; Setor Secreto, pasta 21, folhas 56-58.

⁵⁹⁶ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 de dez. 2008.

Depois, Otacílio foi morar em um quarto de vila, em Bento Ribeiro e trabalhou montando as arquibancadas provisórias do Carnaval carioca, ocupação que chegava a lhe tomar dezoito horas por dia de esforços pesados. Encontrado por um companheiro chamado Washington, foi para Niterói, morar próximo a um morro. Lá, relembrou Tatá, montou uma espécie de barraca, e matava porcos para vender, como também negociava galinhas, laranja, banana e ovos. Ainda em Niterói, conseguiu emprego em uma empresa de ônibus, chamada *Novacap*, onde varria e lavava os ônibus, como também cuidava da limpeza do escritório da empresa. Nessa época, voltou a morar em Bento Ribeiro, onde foi preso em 1971, segundo ele, por denúncias de vizinhos e por ter entrado em desentendimento com o proprietário da vila onde residia, o qual teria um cunhado no Exército.

Nessas idas e vindas, relatou-nos que esteve próximo de se incorporar na “Guerrilha do Caparaó”, onde seria responsável pela montagem do armazém, mas no final, a tarefa ficou por conta de pai de Daltro Dornellas, Afonso Dornellas,⁵⁹⁷ e ele contribuiu apenas com o envio de materiais e alimentos para os companheiros na Serra. Tinha contatos com o ex-marinheiro João Jerônimo da Silva, que caiu em Caparaó, e posteriormente, deu refúgio a Josué Cerejo, quando este já estava em liberdade. Após a queda dos seus companheiros não teve mais nenhum envolvimento. Precisava lutar pela sobrevivência. Com sua prisão, em 1971, este abrigo dado ao ex-guerrilheiro foi um agravante a mais para ter sido enviado para São Paulo, onde cumpriu cinco anos de detenção em um Quartel do Exército situado próximo ao Parque no Ibirapuera. Durante o período no qual esteve preso, disse não ter sofrido torturas, mas devido às más condições da prisão, chegou a ficar com o lado direito do corpo paralisado por certo tempo. O ex-marujo da especialidade de *artilharia*, só seria solto em 1975. Voltou para o Rio de Janeiro onde trabalhou como vigilante e porteiro de uma indústria de iogurtes, mas após ser demitido, voltou a vender frutas e verduras. Nesta atividade, ficou até o início da década de 1980 quando iria reencontrar seu amigos, ex-marujos, nos embates do processo de anistia.

A história de Raimundo Porfírio da Costa foi um tanto diferente, mas não menos difícil. Apesar de também ter estado na Assembleia e ter respondido processo, contou com a boa vontade de seu comandante na época em que foi licenciado da instituição, o qual providenciou que sua saída se desse com a *ficha limpa*, sem nada que viesse o prejudicar futuramente, relatou-nos Porfírio. Segundo o mesmo, seu desempenho nas atividades marinheiras durante o período na ativa - na especialidade de Manobras e Reparos (MR) - foi

⁵⁹⁷ Além do pai, Afonso, mais dois irmãos de Daltro – ex-sargento do Exército – estiveram em Caparaó: Dirceu e Luís Carlos. Cf. COSTA, José Caldas. *Op. Cit*, p.148.

levado em conta naquele momento. “Fui licenciado graças à bondade do meu comandante. Tinha mais de dez anos e minha mulher [que estava grávida na época do golpe] recebia o *Montepio*. Quem não tinha mais de dez anos saiu sem nada receber e as famílias não recebiam os filhos por acharem que eram comunistas”.⁵⁹⁸ Porfírio era cabo em 1964, e assim nos relatou como foi sua vida fora da Marinha, longe do envolvimento com a luta armada:

“No início, logo em 64, muitos ainda conseguiram [emprego] porque não tinha saído a tal portaria [...]. Eu comecei vendendo livros. Fui trabalhar na Editora Brasiliense – carteira assinada e tudo. Era do Caio Prado [Júnior] e por ideologia ele empregava. Ele disse: ‘você já vendeu livro?’. Eu disse: ‘nunca’”.⁵⁹⁹

Mas Porfírio contou com ajuda de um amigo, chamado Esperidião Oliveira - que era seu vizinho e amigo de Caio Prado – o qual garantiu seu emprego na editora. Surpreendentemente, um dos locais no qual o ex-marujo vendeu livros foi na Escola Naval, estabelecimento responsável pela formação dos oficiais da Marinha. Estávamos nos primeiros anos do regime autoritário e um ex-marinheiro, considerado como “comunista” e “subversivo”, vendia livros no reduto de formação da “elite” militar da Marinha. Porfírio foi lá, após receber o convite de seu ex-comandante, chamado Darci [Rodrigues?] Gonçalves, que era o diretor de ensino da escola, o qual fez questão de apresentá-lo ao imediato [subcomandante] da Escola Naval: ‘esse aqui é o Porfírio, um cabo que tinha a bordo do meu navio, uma pessoa boníssima. Não sei como é que botaram ele pra fora da Marinha. Todo comandante, todo imediato, precisava de uma pessoa como Porfírio. Esse homem fazia tudo no navio’. O oficial interlocutor indagou: ‘Já sei. Comunista né?’ Ouvindo a resposta: “não comandante, não sou comunista. Se eu fosse eu diria para o senhor com o máximo prazer, mas não sou”.⁶⁰⁰

Depois, o mesmo comandante, Darci Gonçalves, colaborou para que Porfírio fosse vender livros em outro estabelecimento de ensino da Marinha, o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), localizado na Ilha das Enxadas, próximo à ponte Rio-Niterói. Lá ele montou estandes e reencontrou companheiros dos tempos da ativa. Mas em 1968, com o AI-5, o livreiro foi chamado pelo comandante, o qual lhe informou que não poderia ficar mais naquele Centro de Instrução, em virtude da publicação de um documento, no qual constava a proibição da presença de qualquer marinheiro excluído da Marinha em 1964, próximo das unidades da Marinha. O mesmo oficial que havia o “abrigado”,

⁵⁹⁸ Entrevista de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 mai. 2009. O *Montepio*, explicou-nos Porfírio, era uma espécie de Previdência, cujo valor era descontado dos pagamentos dos militares estabilizados. Ao serem excluídos, as esposas ficavam com o direito ao benefício como se os maridos estivessem mortos.

⁵⁹⁹ Ibid.

⁶⁰⁰ Ibid.

determinou que ele desmontasse seu estande o mais rápido possível, pois estava correndo o risco de ser preso.

Após esse fato, continuou vendendo livros até 1970 e foi um dos grandes vendedores do Rio de Janeiro, afirmou ele. Depois, trabalhou legalmente como representante de uma empresa de cartões de crédito, pertencente à família Klabin.⁶⁰¹ Mas foi demitido pelo fato de a empresa ter sido comprada por uma instituição vinculada a generais [*Montepio Militar*], os quais teriam feito uma “limpeza” na empresa. Levantaram as fichas de todos os funcionários e mandaram muita gente embora. Tinha documento de reservista de 1ª categoria, uma espécie de “ficha limpa”, mas não deixou de frisar que passou por momentos de dificuldades devido o *fechamento* do regime a partir de 1968. Sobre a luta armada, o mesmo frisou que por já ter uma experiência - já estava com 30 anos de idade - livrou vários companheiros de entrar. Porém, entende as razões dos que se envolveram, pois muitos não tinham para onde ir e a solução encontrada foi entrar na luta armada. A maioria deles, lembrou Porfírio, foi formada por expulsos e processados, os quais não tiveram outra opção.⁶⁰² Nos embates que envolveram o tortuoso processo da anistia dos marinheiros, nos anos 1980/90, Porfírio aparecerá entre os mais atuantes pela causa dos homens do mar.

Outro marujo que não quis saber de envolvimento com organizações guerrilheiras foi Dilson da Silva. Um dos poucos *taifeiros* que se envolveu no movimento, Dílson estava entre os marinheiros do Arsenal no dia 26 de março de 1964 e por esse motivo foi expulso e passou sete meses detido no Presídio Milton Dias Moreira, em 1968. O curioso é que ele havia sido absolvido em 1965, mas foi condenado posteriormente em 1966.

Antes de ser preso, Dílson trabalhou como alfaiate – sua profissão antes de entrar para o quadro de *taifeiros* da Marinha – atividade que lhe dava uma renda suficiente para sustentar sua família. Na época em que foi expulso, o ex-*taifeiro* já tinha duas filhas e sua esposa estava grávida. Segundo ele, nunca passou pela sua cabeça a hipótese de se envolver com os movimentos da luta armada. “Eu saí com toda essa carga [família] em cima de mim [...]. Não tinha como pensar nessas coisas não. Eu não teria ninguém pra ficar em minha casa sustentando a minha família [...]. Nem pensar”!⁶⁰³

Depois que saiu da prisão, graças à atuação do advogado Sussekind Moraes Rego, afirmou que não foi perseguido, mas encontrou algumas dificuldades. “Saí com o certificado amarelinho de isenção de categoria, aí foi difícil porque todo emprego exige o certificado. Só

⁶⁰¹ Porfírio relatou que a empresa era o *Dinners Club* e lembra os nomes de Horácio Klabin e Bete Klabin.

⁶⁰² *Ibid.*

⁶⁰³ Entrevista de Dilson da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 06 nov. de 2008.

depois de dois anos é que consegui trocar pelo de 1ª categoria. Só que ele também tem uma mancha, porque diz assim: *reabilitado*”.⁶⁰⁴ Nesse período, final dos anos 1960 e início da década de 1970, voltou a exercer a profissão de alfaiate, mas depois teve de procurar outra atividade, pois o ramo da alfaiataria, em processo de decadência, não lhe dava condições para suprir as necessidades de sua prole. Dílson foi trabalhar na Rede Ferroviária como auxiliar de agente de estação. Tomava conta da roleta. Ficou cerca de dois anos nessa função. Posteriormente, prestou concurso para *operador de trens*, atividade na qual trabalhava no controle das movimentações dos veículos e, a partir daí, segundo sua própria versão, as coisas começaram a melhorar.

Em suas memórias, ao relembrar as trajetórias de ex-companheiros que foram excluídos da Marinha, Dílson nos relatou que nem todo mundo “se deu mal”. Segundo ele, o ex-marinheiro Darci Rodrigues de Sousa era especialista em eletrônica, curso realizado na Marinha. Ao ser *desligado* da instituição foi trabalhar consertando televisão na cidade de Nilópolis, no Rio de Janeiro. Lá, Darci teria feito carreira política e chegou a ser vice-prefeito.⁶⁰⁵ Entretanto, nas lembranças de Dílson, estão também os nomes dos ex-colegas que desapareceram *nos mares da vida*, sem ter nenhum envolvimento com os grupos armados: Serafim Pinheiro, Jorge Coelho e Aguinaldo Matos de Braga, sobre os quais nunca mais - nem ele, nem os outros marujos - tiveram notícia. Em sua entrevista, rememorou ainda o suicídio de outro colega, Mário Jorge Camelo, logo após o golpe.

Outra trajetória de vida que nos chamou a atenção foi a do fuzileiro naval Paulo Novaes Coutinho. O mesmo nos relatou que tinha sido da juventude do PCB desde 1958, antes de entrar para a Marinha. Curiosamente, não era sócio da AMFNB, mas contribuía e lia o jornal da Associação, e acompanhava a luta dos companheiros. Com o triunfo do golpe, Coutinho – que tinha apenas 18 anos de idade - foi expulso, literalmente a “toque de caixa”, em um ritual constrangedor e desumano, no qual todos os fuzileiros que depuseram as armas no dia 26 de março ficaram perfilados em frente à guarnição e o comandante leu a seguinte *Ordem do dia*:

“São desligados das fileiras do Corpo de Fuzileiros Navais, neste momento, *vinte e seis soldados fuzileiros navais*, expulsos pelo Aviso nº0572, de 10 de abril, do Exmo. Sr. Ministro da Marinha, *por haverem deposto suas armas* e terem aderido à indisciplina que se processava quando, no dia 26 de março passado, integravam o destacamento que cercava o Sindicato dos Metalúrgicos. Pela primeira vez na História da nossa Corporação viu-se semelhante fato: fuzileiros navais, no

⁶⁰⁴ Ibid. Provavelmente, esta categoria de *reabilitado*, foi atribuída após a anistia de 1979 para os rebeldes de 1964.

⁶⁰⁵ Ibid.

cumprimento de uma missão deixaram de a cumprir, comprometendo as tradições do Corpo de Fuzileiros Navais. Cento e cinquenta e seis anos de tradição de disciplina e de confiança foram rompidos por esses ex-fuzileiros. Não são válidas aqui as alegações de companheirismo ou de emoção - a Missão fala mais alto e deve pairar sobre os sentimentos do militar. O Fuzileiro Naval é um forte e aqueles que se demonstram fracos, sensíveis aos apelos que lhe fazem os maus companheiros ou os inescrupulosos e aproveitadores, desviados do caminho da lei e da ordem, devem ser eliminados das nossas fileiras, por não possuírem qualidades para pertencer ao Corpo de Fuzileiros Navais. No momento, após a vitória das *Forças Democráticas* em 2 de abril, cuida-se da depuração nas Forças Armadas e conseqüentemente, no Corpo de Fuzileiros Navais. Nos diferentes escalões hierárquicos, ações, palavras, atitudes e omissões são investigadas, analisadas e pesadas. Já os primeiros resultados se fazem sentir, com a transferência para a Reserva dos principais responsáveis pela indisciplina introduzida intencionalmente no nosso Corpo de Fuzileiros Navais. Ex-fuzileiros navais! Ide-vos. No Corpo de Fuzileiros Navas (sic) não há lugar para fracos”.⁶⁰⁶ (grifos meus)

Depois da “cerimônia” todos foram entregues à Polícia Militar da Guanabara, como presos comuns.⁶⁰⁷ Paulo Coutinho nos relatou que após deixarem as instalações da Ilha das Cobras em um “Camburão” da Polícia, foram interceptados por agentes do CENIMAR, os quais reclamaram o direito de ficar com aqueles expulsos. Já sob os “cuidados” dos homens daquele Centro de Inteligência, foram conduzidos ao navio Ary Parreiras onde ficaram, todos os 26 expulsos, cerca de 30 dias no porão daquela embarcação de guerra, dormindo em macas e sem que seus familiares soubessem de seus destinos. Depois, Coutinho lembrou que ficou durante sete meses preso no navio Custódio de Melo, de onde saiu para a prisão do Alto da Boa Vista, em 1965.⁶⁰⁸ Nesse mesmo ano, foi condenado a cinco anos e três meses de prisão. Após conseguir sua liberdade provisória, o fuzileiro naval nos informou que retornou para a Bahia clandestinamente e ficou sob a proteção da estrutura do Partido Comunista Brasileiro.⁶⁰⁹ Em sua terra natal, trabalhou de biscate e como pequeno comerciante.

Ao rememorar seus anos na clandestinidade, Coutinho expôs a seguinte conclusão:

“Em que pese os 15 anos que passei na clandestinidade que passamos com muitos tormentos – eu me casei na clandestinidade. Tive quatro filhos. Consegui com muito esforço educar os meus filhos. Tenho duas filhas médicas e dois filhos dentistas, formados com muito trabalho. Os meus filhos não bebem e não fumam [...]. Pra mim isso é uma honra, e significa que o exemplo que nós passamos para nossos filhos, é um exemplo de dignidade e de caráter. Os oficiais fascistas que nos puseram para fora da Marinha perderam muito mais do que ganharam [...]”.⁶¹⁰

⁶⁰⁶ Boletim nº 19, de 8 de maio de 1964, do Ministério da Marinha, folhas 1878-1879. Acervo da UMNA. Material encadernado doado ao autor por Dílson da Silva, presidente da entidade na ocasião. Grifos nossos. Atualizamos a ortografia.

⁶⁰⁷ Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. 2008.

⁶⁰⁸ Ibid.

⁶⁰⁹ Cabe-nos lembrar aqui, que o PCB nunca se envolveu ou apoiou a luta armada. Os que não concordavam com essa posição, romperam e foram expulsos do Partido, como é o caso de Carlos Marighella.

⁶¹⁰ COUTINHO, Ibid.

Trajatória interessante também teve o cabo Rivaldo Figueiredo da Silva. Servindo na época no Submarino Riachuelo, Rivaldo esteve na Assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos no dia 25, mas saiu antes que os portões fossem fechados - atitude tomada pelos rebelados em prol da segurança dos que resolveram ficar. No dia seguinte foi trabalhar normalmente no Submarino. Porém, logo pela manhã, viu um grande grupo de marujos que vinha do *porta-aviões Minas Gerais* chamando os demais colegas para se dirigirem ao Sindicato com o objetivo de prestar solidariedade aos rebelados. Como estava de serviço, entregou a pistola que portava e juntou-se ao grupo. Ao ouvir os tiros, recuou junto com os demais companheiros para não ser fuzilado.⁶¹¹

Após o Golpe, foi processado e voltou para Natal, no Rio Grande do Norte, sua cidade de origem. Lá permaneceu menos de um ano e retornou ao Rio de Janeiro, onde tinha deixado sua companheira e uma enteada. A partir dessa volta, tentou procurar emprego, mas afirmou não ter sido fácil. Rivaldo relatou-nos ter procurado emprego na Marinha Mercante e em uma Empresa de Telegrafia, sem obter êxito. “Eu nunca gostei de esconder minha história, de mentir, eu dizia que era ex-marujo e que tinha saído no tal ‘rabo de foguete’ do Golpe, e isso era decisivo para eu não conseguir emprego”,⁶¹² afirmou ele. Como tinha conhecimento em eletrônica, pois tinha realizado o curso na época em que era marinheiro, foi procurar trabalho nessa área. Rivaldo conseguiu emprego em Copacabana, em uma oficina de consertar rádio e televisão, onde foi acolhido por um senhor chamado Portugal. Nessa atividade, segundo ele, continuou até quando surgiu a oportunidade de lutar pela anistia política. Hoje, Rivaldo é capitão-tenente, posto alcançado através da lei da anistia.

O cabo alagoano José Alípio Ribeiro, um dos mais atuantes marujos no navio *Cruzador Barroso* durante a existência da AMFNB, onde era subdelegado, teve um caminho muito peculiar entre os rebeldes excluídos da Armada. Logo após o golpe, contou-nos que teve o apoio de uma irmã que lhe deu todo o apoio necessário para permanecer no Rio de Janeiro. Não pensou em voltar para sua cidade natal, Coruripe, pois, segundo ele, não iria retornar como um fracassado. Sobre esse momento de sua vida, disse-nos que:

“Saímos da vida militar de uma maneira super precipitada. Para se adequar a uma vida civil você tem que ter um período de aprendizado e isso nós conseguimos. Eu fiz curso de formação profissional, aí foi que eu aprendi a enfrentar a vida aqui fora como civil. Depois fui trabalhar em um escritório de uma empresa através de teste. Eu passei no teste e comecei a trabalhar até ser condenado. Quando fui condenado eu tive que fugir. Ou fugia ou seria preso. Então foi quando eu e outro companheiro

⁶¹¹ Entrevista de Rivaldo Figueiredo da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 04 de fev. de 2010.

⁶¹² Ibid.

fomos para São Paulo, através de esquema de aparelhos e de lá outros foram para o exterior [...]”.⁶¹³

Em São Paulo, Alípio ficou em um sítio em Ibiúna que pertencia a Hugo Maia, membro de uma tradicional família paulistana. Nesse período estiveram por lá os marinheiros Anselmo, Hermann e Pinheirinho, lembrou Alípio. Após certo tempo, Anselmo e Pinheirinho foram embora e o *cabo* alagoano nunca mais os encontrou.

O passo seguinte foi se incorporar ao grupo pantaneiro do MNR sob o comando de Marcos Antônio, numa região de garimpo chamada de *Garças*. Para lá foi junto com Hermann. “Os companheiros vieram de Cuba e tivemos lá um início de treinamento para pegar resistência na mata”, contou-nos o marujo. No entanto, o Telegrafista Alípio – sua especialidade na Marinha – optou por não permanecer na guerrilha. “Naquela fase eu cheguei à conclusão que não era aquilo que eu queria e então eles entenderam. Passei a ter desavenças. Eu era um elemento que sempre tive ideias próprias [...]”.⁶¹⁴ Como tinha garantia de emprego caso retornasse ao Rio de Janeiro, o mesmo não hesitou e abandonou o treinamento guerrilheiro. “Eu não estava certo e convicto se era realmente aquilo que eu queria. Se eu tinha possivelmente a garantia de uma vida mais tranquila e pensava em constituir família, então, eu pessoalmente e o próprio companheiro Hermann, nós chegamos à conclusão que não era aquilo que queríamos, e eles entenderam”. Já de volta ao Rio, voltou a trabalhar na mesma empresa na qual atuava antes de sua condenação. “Eu comecei na empresa como *auxiliar de correspondência comercial*, que era uma profissão que existia. Fazia propostas, correspondências, essas coisas. Então, depois, com o meu retorno, eu cheguei até a Assessoria de Direção, cheguei até o limite”, disse ele.

José Alípio nos relatou ainda que seus empregadores sabiam de sua situação na Marinha, mas o protegiam. No mesmo emprego, ainda no período ditatorial, chegou a ser gerente de uma filial em São Paulo. Com a criação da UMNA em 1983, tornou-se um dos mais atuantes pela causa da anistia dos marujos, e no período no qual nos concedeu entrevista, era o presidente da entidade.

Fato curioso ocorreu com Laurindo Wilson dos Santos. Em 1964, Laurindo servia no porta-aviões Minas Gerais e foi excluído da instituição devido à sua participação no movimento rebelde. Encerrava-se ali um sonho de ser oficial, relatou ele em reportagem publicada na Revista Veja, em 1988.⁶¹⁵ Na ocasião, o marujo declarou que teve de trabalhar com biscates e, ironicamente, trabalhou como mergulhador, sem carteira assinada, durante a

⁶¹³ Entrevista de José Alípio Ribeiro ao autor. Rio de Janeiro, 10 de fev. 2010.

⁶¹⁴ Ibid.

⁶¹⁵ “*Marujos a ver navios*”. Revista Veja, 16 de junho de 1988, p.33.

construção da Ponte Rio-Niterói, uma das grandes obras do *Regime* que havia encerrado sua carreira militar. Passados vinte e quatro anos de sua saída da Marinha, estava morando em Irajá, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, e sustentava três filhos fazendo serviços de eletricidade e de ligações hidráulicas, o que considerava um subemprego.⁶¹⁶

Um outro relato que expressa as dificuldades sofridas pelos marujos, é o do marinheiro Wanderley Rodrigues da Silva. Em seu depoimento prestado em comemoração aos 25 anos da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA), o ex-marinheiro do serviço de máquinas, nascido no Ceará, pontuou as dificuldades sofridas por ele e pelos marujos expulsos em 1964:

“saímos todos sem destino, sem ter onde morar, porque a maioria morava a bordo. [Ficamos] sem emprego, sem dinheiro e sem nada. Apenas a esperança e a dignidade. Feito isso [a expulsão], veio o segundo golpe, que foi a perseguição da Marinha não nos deixando trabalhar. Quando íamos fazer prova em alguma firma, já encontrávamos um ofício onde a Marinha determinava para não nos admitir, porque ‘éramos pessoas anarquistas, subversivas, negativistas, insubordinadas’. Mas, mesmo assim o bloqueio foi rompido e conseguimos entrar em algumas firmas e trabalhar. Formamos nossas famílias e provamos que não éramos marginais. A luta nos uniu, não deixamos ninguém ficar à deriva – onde encontrava um, a gente levava para nosso quartos [cômodos de vilas] e procurava sempre emprego. Procurava orientar os companheiros para que ninguém virasse marginal. Mesmo assim, muitos ainda foram presos dentro do próprio trabalho”.⁶¹⁷

Um quadro menos pesado do que o apresentado por Wanderley, e que expressa a pluralidade das trajetórias dos rebeldes, está no relato do marinheiro Nilton Matos Pereira. Após o golpe, concluiu o curso de especialização em motores que estava realizando na Marinha e ainda fez várias viagens como marinheiro, até ser licenciado do serviço ativo em novembro de 1964, em virtude de ter estado na Assembleia dos marujos.⁶¹⁸ No entanto, não chegou a ser condenado.

O marinheiro Pereira, catarinense da cidade de Sombrio, pontuou que nos meses posteriores ao golpe reencontrou vários colegas de farda que “perambulavam pelas ruas do Rio, sem rumo, desorientados, sem saber o que fazer com suas vidas”.⁶¹⁹ Afirmou que recebeu convite para ir estudar em Moscou, onde se formaria em qualquer faculdade que escolhesse, desde que regressasse ao Brasil e obedecesse ordens dos russos com finalidades e propósitos duvidosos. No entanto, decidiu regressar para a cidade onde residia seus familiares,

⁶¹⁶ Ibid.

⁶¹⁷ SILVA, Wanderley Rodrigues da. Entrevista para o documentário *UMNA, 25 anos*.

⁶¹⁸ PEREIRA, *Op. Cit.* p.105.

⁶¹⁹ Ibid. p.106.

Araranguá, seguindo o que ele chamou de princípios, os quais seria “não enveredar por caminhos perigosos contrários à minha linha de pensamento, como guerrilha, exílio, etc.”⁶²⁰

Relatou que foi recebido com alegria pelos familiares depois de uma viagem de cerca de dois dias como carona de um caminhoneiro conhecido. Por certo tempo, ficou ajudando seu pai em serviços diversos no ramo de madeiras, e depois foi trabalhar em um armazém onde seu irmão – jogador de futebol – era sócio. Posteriormente, mesmo só tendo concluído o antigo 1º grau [atual Ensino Fundamental], tornou-se professor de Educação Física da rede estadual de Santa Catarina e, para isso, seu passado de marinheiro, ao invés de prejudicá-lo, contribuiu. “Fui escolhido por ter tido uma recente educação militar com conhecimentos para a prática de exercícios físicos”. Por ironia do destino, o diretor era um Major reformado do Exército, mas o referido oficial em nada atrapalhou a vida do novo professor, mesmo sabendo se tratar de ex-marujo envolvido nos acontecimento de 1964.⁶²¹ Como autodidata, aprendeu inglês e se tornou professor desta disciplina.

Depois de três anos lecionando, em 1976 decidiu deixar o magistério e foi trabalhar em uma pequena empresa de artefatos de madeira pertencente a seus cunhados. Ocupou-se ainda como fotógrafo ambulante e vendedor de quadros até meados de 1977, quando foi trabalhar na prefeitura de Araranguá, como fiscal fazendário. Ressaltou que ficou nessa atividade até 1979 quando foi aprovado em concurso público para a polícia civil de Santa Catarina, começando a trabalhar em 1980, ou seja, ainda no período ditatorial.⁶²² Vale reproduzirmos as constatações de Nilton Pereira para esse novo momento de sua vida:

“Foi como da água para o vinho, de incendiário a bombeiro ou de bandido a mocinho. Da radicalização da Associação dos marinheiros, agora um quarentão comedido, experiente, cauteloso, mantenedor da ordem pública, um policial investigativo e repressivo. Recém chegado da academia de polícia, onde obtivera aulas de judô, defesa pessoal, tiro, noções de direito penal, medicina legal etc., repentinamente pilotava uma viatura policial, investigando e prendendo infratores”!⁶²³

Pereira chegou ao cargo de delegado de polícia em sua cidade natal, Sombrio, e na cidade de Maracajá – Sul de Santa Catarina. Em suas memórias, Pereira abriu espaço pra uma trajetória que também impressiona pelo lado da surpresa e da peculiaridade. Trata-se do ex-marinheiro, especialista em Hidrografia e Navegação (HN), Lourenço Bernadino Sena. Este personagem havia ingressado na Marinha pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, no ano de 1959. Por ter participado do movimento dos marinheiros em 1964 foi excluído da

⁶²⁰ Ibid, p.108.

⁶²¹ Ibid, p.115.

⁶²² Ibid, p.120.

⁶²³ Ibid.

Marinha e preso em outubro de 1966. Esteve na *Ilha Grande* e na Penitenciária Lemos de Brito de onde saiu em 1970. Ainda de acordo com Pereira, Sena ingressou na faculdade de direito em 1974, e em 1978 tornou-se advogado. “Com a anistia especializou-se nas causas, principalmente dos marinheiros”.⁶²⁴

Sena não é o único marujo que partiu para o “estudo das leis”. Antônio Duarte ressaltou em suas memórias a trajetória o marinheiro paraibano Fernando Bandeira, o qual também se tornou bacharel em direito e fez carreira política. Sobre os detalhes de sua trajetória, Bandeira deu o seguinte depoimento a Duarte:

‘Entre na Marinha por influência de amigos e porque queria sair de João Pessoa. Queria estudar e me desenvolver e quando cheguei ao Rio, procurei completar meus estudos. Fui servir no porta-aviões Minas Gerais. Depois fiz o curso supletivo e era delegado da Associação no Comando da Esquadra. Depois do golpe militar fui chamado pelo CENIMAR [...] e expulso em fins de 1964. Expulso fui trabalhar como auxiliar de escritório, [...] e ao mesmo tempo estudava no Colégio Pedro Varela. Terminado o curso, fiz concurso público para guarda civil (guarda da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). Em 1967, já tinha o equivalente ao que se chamava na época o científico ou colegial. Estudei Direito na Gama Filho e, depois, por causa de problemas com a direção, em função de um jornal que eu editava, transferir-me para a Cândido Mendes onde concluí o curso de Direito. Depois fui instrutor na Academia de Polícia, dando instruções aos vigilantes e, no processo, criei a Associação dos Vigilantes Bancários [...].’⁶²⁵

Antônio Duarte destacou ainda que Bandeira chegou a ser eleito deputado estadual pelo PTB do Rio de Janeiro, acrescentando ainda, que o companheiro é “uma pessoa brilhante que não teve da Marinha nenhum incentivo para ficar nas Forças Armadas. Desta organização, somente conheceu a repressão”.⁶²⁶ Com essa constatação, Duarte nos chama a atenção para um aspecto bastante significativo em várias trajetórias de vida dos marinheiros excluídos em 1964: os casos nos quais aqueles rebeldes foram bem-sucedidos tanto do ponto de vista do conhecimento formal ou acadêmico, quanto no aspecto social, familiar e até mesmo financeiro.

2. A arma dos livros

Embora a grande maioria dos marujos e fuzileiros de 1964 tivesse baixa escolaridade, era possível que ingressassem na Marinha alguns jovens com razoável nível de estudos. Entre eles, podemos destacar José Anselmo dos Santos - *o cabo* - Paulo Alves Conserva e Guilem

⁶²⁴ Ibid, p.124.

⁶²⁵ Entrevista de Fernando Bandeira a Antônio Duarte, In DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.169. Atualizamos a ortografia.

⁶²⁶ Ibid.

Rodrigues da Silva, com passagens por bons colégios particulares – coincidentemente, todos em instituições religiosas, as quais tinham o controle do ensino privado no país na década de 1950 - antes do ingresso na instituição armada.⁶²⁷ No entanto, muitos marujos com baixo nível escolar antes de 1964, após o golpe e a saída da Marinha, terão nos estudos suas armas para assegurarem uma sobrevivência e um futuro equilibrado financeiramente para si e suas famílias. Além de Sena e Bandeira, os quais se formaram em Direito, um caso emblemático é o do ex-cabo, da especialidade de máquinas, José Xavier Cortez.⁶²⁸

Nascido em Currais Novos, cidade localizada a 160 quilômetros de Natal, capital do Rio Grande do Norte, Cortez é o mais velho de uma prole de 17 filhos, dos quais, apenas dez sobreviveram. A localidade na qual sua família morava, ficava cerca de 25 quilômetros da sede do Município. Mesmo assim, trabalhando na lavoura - ou no “cabo da enxada” - como assinalou, completou o curso primário em uma escola rural daquela região localizada no sertão nordestino. Cortez nos relatou que saiu de casa quando tinha de 16 para 17 anos de idade. Trabalhou em um garimpo e queria se alistar na Força Aérea Brasileira (FAB), no entanto, não foi aprovado em virtude de sua baixa estatura. Em 1955, após realizar os testes requisitados, ingressou na Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, onde ficou um ano em regime de internato e realizou o curso de formação de marinheiros. No ano seguinte, foi designado para servir no Rio de Janeiro, embarcando no navio Ary Parreiras e posteriormente, fez parte da guarnição do *Contratorpedeiro Marcílio Dias*, e em 1959, foi trabalhar no *Cruzador Barroso*. Foi o sócio número 19 da AMFNB, o que lhe coloca na posição de um dos “fundadores”, ou entre os primeiros a aderir à entidade. Após os acontecimentos de 1964, apesar de possuir o distintivo de “bom comportamento”, respondeu a Inquérito Policial Militar e foi licenciado, sem condenação, em novembro daquele ano. Cortez nos ressaltou que, antes de deixar a instituição, fez curso técnico em contabilidade, mas que, assim como a especialização em máquinas obtida na Marinha, aquele curso não lhe ajudaria na nova vida de desempregado. Como as coisas na Guanabara estavam difíceis para a maioria dos ex-marinheiros, resolveu ir para São Paulo, após contato intermediado por uma família que ele conhecia e que lhe deu apoio no Rio de Janeiro desde os primeiros momentos que lá chegou. Cortez lembrou assim, sua trajetória naquela metrópole:

⁶²⁷ Para Anselmo, ver SOUZA, Percival. *Op. Cit.*, p.41. Para Paulo Conserva, ver CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p. 17-18. As informações sobre Guilhem Rodrigues, estão em DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.367.

⁶²⁸ Nos documentos oficiais Cortez aparece como marinheiro de 1ª Classe, mas em entrevista ao autor, o mesmo informou que havia sido *despromovido* após o golpe. Entrevista de José Xavier Cortez ao autor. São Paulo, 22 de dezembro de 2009.

“Eu cheguei aqui em São Paulo no dia quatro de janeiro de 1965. Eu morava na casa de uma família que, entre parênteses, me adotou, e essa família foi a guardiã para minha retomada ou a minha inserção na sociedade [...]. Fui trabalhar em um estacionamento como lavador de carros, porque eu não sabia dirigir e aqui aprendi a dirigir. Mas como eu gostava muito de ler, sempre gostei de ler, me levou que em 66 passei no vestibular da PUC [Pontifícia Universidade Católica], no curso de Economia, e a partir daí a minha vida começou a mudar”.⁶²⁹

Nessa ocasião, Cortez ainda lavava carros e morava em uma casa de madeira que fazia parte do estacionamento. Parte do curso realizou através de *bolsa* e quando concluiu, já conseguia bancar sozinho seus estudos. Como?

Durante o curso, foi morar próximo a uma editora e passou a levar livros encomendados por seus colegas universitários. Com essas vendas, começou a ganhar porcentagens e, dessa forma, teve início a carreira de livreiro, a qual iria resultar no surgimento, na década de 1980, de uma das maiores editoras do país, que não por menos, leva seu último sobrenome: Cortez Editora.⁶³⁰ Sobre seu envolvimento ou não com os grupos que pegaram em armas, pontuou que:

“quando eu cheguei a São Paulo, eu fui procurado por alguns colegas. Cheguei a participar de duas, três ou quatro reuniões aqui no Bexiga [bairro de São Paulo], justamente com pessoas que estavam buscando saídas para o golpe de 64 [...]. E era por esse caminho [armas]. Como essa coisa era muito escondida, depois não encontrei mais ninguém e perdi [contato]. Eu acho que estive prestes a me engajar também. Acho que não estava convencido. Não lembro bem a conversa. Já faz mais de quarenta anos. Mas eu tenho certeza que cheguei a ir a algumas reuniões com pessoas que estavam articulando algo nesse sentido. Era a visão de cada um, eu poderia ter sido um deles. Eu não sei porque não fui, mas poderia ter sido um deles. Eu poderia não estar aqui para contar essa história”.⁶³¹

Outro exemplo de ex-marujos que viraram homens das letras é a trajetória do sargento Moacir Omena de Oliveira. Como cabo, Omena era o responsável pelo jornal da AMFNB e, conforme já frisamos, foi indicado para concorrer à presidência da Associação na eleição em que Anselmo saiu vitorioso. Sua candidatura não foi possível por conta de que, naquele momento, já estava aprovado para o curso sargento. O marujo pernambucano havia entrado para a Marinha em 1954. Em 1962 foi convidado pelo primeiro presidente da AMFNB para fazer parte da entidade e, como cabo - especialista em Torpedos – se tornou sócio em abril daquele ano. Aproveitando suas habilidades em datilografia e sua experiência com

⁶²⁹ Ibid.

⁶³⁰ Ibid. José Xavier Cortez nos informou que sua Editora conta com cerca de mil autores, alguns de nome internacional. Este ano [2010] estará completando trinta anos de atividades após ter falido no final dos anos 1970 por consequência de uma *parceria* mal sucedida.

⁶³¹ Ibid.

documentos administrativos, criou o jornal da entidade, *A Tribuna do Mar*.⁶³² Na ocasião do Golpe, já era sargento, nem por isso deixou de ser preso e processado pela Marinha.

“Minha trajetória foi *ciclópica*. Fui expulso, condenado, antes ralei [em] inúmeras prisões, inclusive o DOPS. [Prisões:] Base de Submarinos, Submarino Tupi, Ilha das Flores, Navio Custódio de Melo, Transatlântico Leopoldina, Fábrica de Torpedos da Marinha, Centro de Armamento da Marinha (CAM). Solto em 25 de dezembro de 1964 (Natal do CAM). Em 5 de dezembro de 1965 fui condenado pela 1ª Auditoria Militar da Marinha do RJ. Daí, assistindo de fora e assistido de dentro ‘por alheios (meios?)’ [ilegível] fugi – até hoje, graças ao Grande Arquiteto do Universo.: A trajetória pelo Brasil afora mudando de côr (sic) como camaleão. Fiz concursos públicos, muitos, com o mesmo nome, correndo o risco, pois perdi o medo de ser preso. Etc, etc, etc, etc”.⁶³³

Moacir Omena fez curso superior e em 1977 concluiu mestrado na Universidade de São Paulo, na área de nutrição veterinária.⁶³⁴ Omena fez carreira como professor universitário em Pernambuco, profissão que exerceu durante sua longa trajetória como expulso da Marinha.⁶³⁵

Outro caso emblemático é o de José Adeildo Ramos. Após sair da prisão com a aprovação da lei da anistia em 1979, Adeildo formou-se em História e em 1988 assumiu uma vaga no curso de História da atual Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O marinheiro atingido por tiros no Arsenal de marinha no dia 27 de março de 1964 e militante do MAR, aposentou-se como professor universitário e foi tema do trabalho monográfico de Geraldo Adjailson Costa, publicado em 2008 pela Universidade Federal da Paraíba.⁶³⁶

Mas não é só entre os marujos que ficaram no país que encontramos “letrados”. Entre os que tiveram o exílio como destino, estudar também foi o caminho escolhido para alcançarem o que José Xavier Cortez chamou de “redenção social”.

3. Exílio: um mar imenso

Nos versos da Canção do Marinheiro – *Cisne Branco* – as expressões “saudades da terra amada” e “quanta alegria nos traz a volta, à nossa pátria do coração”, há muito tempo cantada pelos marujos brasileiros, nos dão uma ideia de como aqueles operários fardados lidavam (lidam) com a ausência das famílias e da “terra” durante as longas viagens realizadas

⁶³² AEL- BNM, 508. Depoimento de Moacir Omena de Oliveira.

⁶³³ OLIVEIRA, Moacir Omena de. Carta manuscrita enviada ao autor. Recife, 20 de dezembro de 2009.

⁶³⁴ Disponível em: <http://sistemas3.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=57A0AA6F2A75>. Consultado em 12 dez. 2009.

⁶³⁵ Disponível em: <http://inforum.insite.com.br/22808/msgs/1206/>. Consultado em 09 de dez. 2009.

⁶³⁶ COSTA, Geraldo Adjailson de Lima. *Em defesa da liberdade: a história de vida de José Adeildo Ramos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008, p.63-64.

em virtude do trabalho na Marinha. Já ressaltamos anteriormente aqueles que, decididos a se engajar nos movimentos armados tiveram o Uruguai e Cuba como destino. No caso dos marujos de 1964, a ida para o exílio talvez não fosse algo tão traumático e complexo, em virtude de a grande maioria já viver, naquela época, longe dos seus familiares. No entanto, isso não significa que tenham tido uma vida fácil longe do solo brasileiro.

Entre os que não optaram pela alternativa revolucionária e escolheram estudar por intermédio das bolsas oferecidas em países socialistas, comunistas ou social-democratas, alguns marinheiros conseguiram sobreviver e dar “a volta por cima”. As experiências dos brasileiros exilados nas décadas de 1960/1970 foram estudadas por Denise Rollemberg. No trabalho da autora, o exílio não é apresentado apenas como algo negativo, traumático e insuportável.⁶³⁷

Apesar de em alguns momentos ter aparecido como política de Estado na “tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou identificada à ditadura [civil] militar”, bem exemplificada no *slogan* do governo Médici: ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’,⁶³⁸ as vivências foram ricas e plurais. Na realidade, nos relatos dos brasileiros que passaram por aquela experiência, são múltiplas em formas, cores, sons e imagens guardadas em suas memórias. Conforme ressaltou a autora, “o exílio esteve longe de ser uma experiência homogênea”.⁶³⁹ Aquele *tempo* é apresentado também como a possibilidade de renovação; drama e renascimento; descobertas. “De um lado, o fim e a morte com o desenraizamento do mundo conhecido; do outro, o recomeço e a vida, que traziam um mundo por descobrir. O exílio brasileiro dos anos 1960/1970 é esta dubiedade, na qual cabem a morte e a vida”,⁶⁴⁰ escreveu Rollemberg.

O caso do marinheiro Paulo Conserva nos fornece uma rica ilustração dessa análise feita pela autora. Conserva foi condenado pela Marinha a nove anos e seis meses de prisão como um dos “cabeças” do movimento dos marujos. Após o golpe, foi detido pelo CENIMAR e passou por diversas prisões: Ilha das Cobras, Ilha das Flores, Navio-Escola Custódio de Melo, Complexo da Frei Caneca e Alto da Boa Vista, foram suas “moradas” durante os seis meses nos quais esteve preso.⁶⁴¹ A partir de dezembro de 1965 passou a responder em liberdade e foi trabalhar como recepcionista no Hotel Argentina, ainda no Rio

⁶³⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 1999.

⁶³⁸ *Ibid.* p.47.

⁶³⁹ *Ibid.* p.52.

⁶⁴⁰ *Ibid.* p.48.

⁶⁴¹ CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p. 16-17.

de Janeiro.⁶⁴² Com sua condenação, em junho de 1966, decidiu partir para o exílio. Ainda no segundo semestre daquele ano, chegava ao México, acompanhado de mais dois companheiros de farda, Adelzito e Swarovski, após ter conseguido asilo político na embaixada mexicana no Brasil.

Na terra de Emiliano Zapata, o ex-marujo vendeu livros para Francisco Julião (a obra mencionada é *Até quarta, Isabela*), trabalhou numa escola de idiomas e fez curso de marxismo, organizado pelo “Comitê dos Brasileiros exilados no México” (COBEM).⁶⁴³ Segundo Conserva, mais sorte que ele teve seu amigo Adelzito. Este ex-marujo chegou ao México com uma carta do tio, membro da maçonaria no Rio de Janeiro, recomendando-o a um *irmão* da entidade no México. Depois de apresentar a carta a um integrante do governo mexicano encarregado de recebê-los:

“lá estava Adelzito comendo em mesa farta com o ‘irmão Casarín’, homem rico e influente nos círculos sociais do México, maçom e amigo íntimo do seu tio carioca. Naquele mesmo dia nosso colega estava empregado. Menos de vinte e quatro horas depois de nossa chegada o companheiro conquistara o necessário emprego. Seria o motorista particular da família, hospedando-se num quarto de serventes da rica mansão. Sorte danada a do Adelzito, que, na véspera, esbanjara no colo de prostitutas os poucos dólares que levava consigo”.⁶⁴⁴

Já Conserva, recebeu posteriormente uma proposta do brasileiro Carlos Taylor, militante comunista – também exilado - que segundo o marujo, “mantinha muitas relações pessoais na ‘Europa Socialista’, produto de sua atribulada vida de comunista sofrido e perseguido”. Em várias ocasiões estivera em Moscou, Praga, Varsóvia, Berlim, Budapeste, Bucareste e Sofia [...]”.⁶⁴⁵ Do seu incentivador, o marujo paraibano aceitou uma bolsa de estudos para a Universidade Carolina de Praga, na Tchécoslováquia, na Faculdade de Ciências Sociais.⁶⁴⁶ Em suas memórias, Conserva relatou de uma forma extremamente positiva sua passagem pelo México:

“Deixei no México, além de grandes amizades pessoais e uma grande paixão [sua namorada mexicana Amália], um profundo sentimento de respeito e admiração pela história revolucionária desse belo País. O exílio deu-nos a oportunidade de conhecer ‘in loco’ a imensa obra dos Maias e Aztecas (sic), cultivada através dos anos e, particularmente, jamais esquecerei [...] a imagem da cultura indígena daquele belo povo que soube defender e preservar os valores de suas próprias origens”.⁶⁴⁷

⁶⁴² Ibid. p.24.

⁶⁴³ Ibid, p.125-127.

⁶⁴⁴ Ibid, p.114.

⁶⁴⁵ Ibid, p. 130.

⁶⁴⁶ Ibid, p.132.

⁶⁴⁷ Ibid, p.130.

Antes de chegar à Praga, Conserva passou alguns meses em Cuba, onde acompanhou e presenciou o desempenho de Anselmo durante a Conferência da OLAS. Em sua passagem por Cuba, ressaltou que trabalhou como “intérprete do Ministério da Educação e teve o privilégio de viajar pela Ilha, conhecendo suas belezas naturais e históricas”.⁶⁴⁸ Após sua ida para a Tchecoslováquia, Paulo Conserva ainda viajaria outras vezes a Cuba, país no qual teve um relacionamento amoroso intenso com a cubana Cosette, e dessa relação nasceu a filha do casal, Cositta, já no contexto da Lei de anistia no Brasil, em 1979.⁶⁴⁹

O ex-marinheiro de convés, delegado da AMFNB no importante navio *Cruzador Barroso*, ressaltou que não foi fácil decidir voltar para o Brasil após o processo de abertura política. Seus laços sentimentais com a esposa e filha cubanas lhe deixaram em um dilema, pelo fato de o governo brasileiro, naquele contexto, não ter relações diplomáticas com Cuba, o que dificultaria a vinda de ambas para o país. Além disso, foi um dos que não se envolveu com o movimento guerrilheiro. Optou por estudar e aproveitar os “radares”⁶⁵⁰ do exílio. Por isso, segundo Conserva,

“ [...] devo confessar que as experiências da prisão e do exílio não foram inúteis. Ao contrário, fizeram-me ver a vida desde uma perspectiva distinta, e o Mundo com uma visão mais ampla. O contato com o mundo exterior proporcionou a todos exilados - operários, militares, estudantes, camponeses, intelectuais – a possibilidade de identificação com outros povos, em cujas culturas pudemos beber a seiva de novos conhecimentos, forjando a nossa realização pessoal à base de muitos sacrifícios, esperanças e verdadeiro otimismo quanto ao futuro da nossa própria vida e ao destino do Brasil”.⁶⁵¹

Depois de voltar ao Brasil, no início dos anos 1980, Conserva publicou um romance, *A Revolução de Mugiqui*,⁶⁵² que há muito já vinha escrevendo, e posteriormente, em 1991, publicou suas *Memórias do exílio*, colocando em prática sua habilidade com as letras.

Outro caso interessante de trajetória dos marinheiros no exílio é o exemplo de Guilem Rodrigues da Silva. Ex-cabo, especialista em operar radares, Guilem foi excluído da Marinha sob acusação de ter participado do *Motim* ocorrido a bordo do navio *Aviso Oceanográfico Bauru* em março de 1964. Marinheiro gaúcho que figura entre aqueles que tinham um bom nível de escolaridade – estudou em colégio religioso da Rede Marista - Guilem teve como primeiro porto no exílio a capital uruguaia, Montevidéu.⁶⁵³ No Uruguai, a exemplo de Porfírio e Cortez que ficaram no Brasil, ocupou-se vendendo livros. Já em 1966, levado por um casal

⁶⁴⁸ Ibid, p.138.

⁶⁴⁹ Ibid, p.157.

⁶⁵⁰ A expressão é de Denise Rollemberg, *Op. Cit.* 1999.

⁶⁵¹ Ibid, p. 155.

⁶⁵² CONSERVA, Paulo. *A Revolução de Mugiqui*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

⁶⁵³ DUARTE, *Op. Cit.* 2009, p. 367.

de missionários, foi morar na Suécia, onde trabalhou como eletricista em uma montadora de caminhões. Dois anos depois, após ter dominado o idioma local, Guilem entrou para a Universidade de Lund onde se formou em filologia, com especialização em línguas neolatinas. Escreveu vários livros de poesias e um compêndio de língua portuguesa para suecos que é adotado nas escolas de línguas.⁶⁵⁴

Nas memórias dos marujos exilados que passaram pela Suécia, Guilem aparece como uma espécie de embaixador. Segundo Avelino Capitani, quando de sua estadia naquele país, recebeu apoio do amigo Guilem e lá estavam também Antônio Geraldo Costa, Hélio Ferreira e outro antigos companheiros marujos.⁶⁵⁵

Ao longo do seu exílio, o ex-operador de radar casou-se três vezes, inclusive com uma condessa sueca, união esta que lhe rendeu o título honorífico de *Conde*.⁶⁵⁶ Como fruto de sua produção literária, foi o primeiro estrangeiro a presidir a Associação dos Escritores do Sul da Suécia.⁶⁵⁷ Após a anistia, preferiu não retornar ao Brasil. Na década de 1980, foi vereador por três mandatos e eleito juiz de primeira instância na cidade que “escolheu” para viver, Lund.⁶⁵⁸ No país europeu, gerou uma numerosa prole com oito filhos e quatro netos.⁶⁵⁹

Aconteceu com Guilem Rodrigues o que muitos exilados expuseram a Denise Rollemberg, ou seja, o país “estranho” se tornou o “país de acolha”.⁶⁶⁰ Nem sempre os exilados reconhecem que o exílio também foi descoberta. Quando isso acontece, como bem ressaltou a autora, “pode existir um certo pudor em reconhecê-lo como tal. Neste caso, a culpa tende a enfatizar o sofrimento, onde ele deixou de ser o essencial”.⁶⁶¹ O marujo gaúcho, bem adaptado à cultura sueca, é um exemplo dos casos em que o exílio foi mais vida do que morte.

⁶⁵⁴FERNANDES, Tatiana. “ARL recebe o poeta Guilem Rodrigues da Silva”. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19¬icia=69328>. Consultado em 03 de fev. 2010. Ver também: QUADROS, Gilmar. “Em visita a Bagé”. Disponível em <http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=15118&data=21/04/2007&ok=1t>. Consultado em 03 de fev. 2010.

⁶⁵⁵CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.175.

⁶⁵⁶Ver QUADROS, Gilmar. *Op. Cit.*; FERNANDES, Tatiana. *Op. Cit.*

⁶⁵⁷Ibid.

⁶⁵⁸Ibid.

⁶⁵⁹“Último exilado na ditadura chega ao Rio”. Entrevista de Guilem Rodrigues por ocasião do regresso ao país do marinheiro Antônio Geraldo Costa, em julho de 2009. Disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/0/ultimo-exilado-da-ditadura-militar-chega-ao-rio-144736-asp> Consultado em 02 fev. 2010.

⁶⁶⁰ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 1999, p.143. De acordo com a autora, “o termo ‘país de acolha’ é amplamente utilizado na literatura e nas instituições que se ocupam de refugiados para designar o país onde estes passam a viver. Entretanto, se a palavra ‘acolha’ faz lembrar a solidariedade que muitas vezes esteve presente na recepção e no processo de adaptação à sociedade, ela também encobre ou atenua uma realidade bem mais complexa. [...] mesmo a solidariedade não esteve a salvo de contradições e ambiguidades. Se segmentos da sociedade mobilizavam-se para receber exilados políticos, outros agiam em sentido contrário, identificando-os a ‘terroristas’ cuja estada devia ser interdita”.

⁶⁶¹Ibid, p.35.

Os “radares” que captaram o conhecimento, uma nova vida, uma nova cultura, resultando em uma trajetória bem sucedida, prevaleceram sobre o desejo de voltar definitivamente.

4. Os sobreviventes

Aqui, voltamos propositalmente aos marujos que participaram de ações guerrilheiras. No entanto, em um outro momento e com outro enfoque: a migração deles para o grupo dos *desarmados*. Vários foram os caminhos percorridos pelos que conseguiram sobreviver, quer escapando das quedas e saindo do país, ou trocados em raptos realizados pelas organizações armadas. Os que conseguiram escapar podem ser incluídos em uma única categoria: *sobreviventes*. E aqui, para nossa surpresa, foi preciso demarcar precisamente o ano em que alguns desses *homens do mar* deixaram “definitivamente” [sem voltar para realizar ações armadas] o país e entraram em processo de metamorfose:⁶⁶² o emblemático ano de 1970. O ano do tricampeonato brasileiro na Copa do Mundo do México. Da imbatível seleção de Pelé, Gerson, Jairzinho e Carlos Alberto Torres. *Setenta milhões de brasileiros em ação, salvando a seleção, levando o Brasil pra frente*. Mas não era ditadura, os *anos de chumbo* do governo Médici? Estranho esse ano, estranha ditadura em que “todos” vibravam e comemoravam.

Antes de termos contato com a trajetória desses marujos e dos demais militantes das esquerdas armadas, uma das poucas referências - senão a única - que tínhamos sobre aquele ano, era justamente a tão divulgada e massificada pela imprensa, vitória da *Copa de 70*. A exemplo daquela conquista, o país do futebol também deveria ser visto - no ideário patriota e autoritário do regime - como o das riquezas naturais, das grandes obras de engenharia, do *milagre* econômico, do futuro. Mas o fato é que já era o Brasil dos grandes shows de Wilson Simonal – que inclusive acompanhou a seleção no México - e das grandes vendagens do já propalado *Rei* Roberto Carlos.⁶⁶³ Era a vida que seguia!

⁶⁶² A expressão é de Denise Rollemberg, *Op. Cit.* 1999.

⁶⁶³ Para Wilson Simonal, ver FERREIRA, *Op. Cit.* e o documentário *Simonal: ninguém sabe o duro que dei*. Direção Cláudio Manoel, 2009. Nota do autor: para ilustrarmos exemplos de músicas e composições que a sociedade brasileira, sob regime autoritário, apreciava, cabe as seguintes observações: em 1968 a música mais tocada no Brasil foi *Hey Jude*, dos Beatles. Em quarto lugar aparece *Sá Marinha*, com Wilson Simonal e em sétimo lugar *Se você pensa*, com Roberto Carlos. No ano seguinte, Roberto Carlos assumiu a liderança com *As curvas da estrada de Santos* e Gilberto Gil ficou em segundo lugar com *Aquele Abraço*. Simonal figura em quinto, com *País Tropical* – considerada pela crítica de esquerda na época como uma canção ufanista demais para os *tempos sombrios*. No ano da Copa, a liderança ficou com Paulinho da Viola, cantando *Foi um rio que passou em minha vida*. Os segundo e terceiro lugares ficaram com a música ufanista *Pra Frente Brasil*, com o Coral Joab e *Jesus Cristo*, cantada por Roberto Carlos, respectivamente. Dessa forma, podemos perceber que músicas ufanistas, descompromissadas ou até mesmo religiosas disputavam o gosto do público. Pesquisa disponível em: <http://www.mofolandia.com.br>. Consultado em 03 de fev. 2009.

Mas, alheios ou não àquela “festa”, Antônio Geraldo, Antônio Duarte e Avelino Capitani [fugidos e fugindo], a exemplo de Pedro Viegas, Otacílio Pereira e José Duarte [banidos], deixaram o país em 1970. Alguns voltariam logo após a anistia política, outros, nunca mais. Quanto a esse aspecto não nos é possível precisarmos ao certo quantos marinheiros foram para o exílio e não voltaram. As surpresas, por se tratar de um grande número de atingidos, não podem ser descartadas. Mas o fato é que essa possibilidade, a da ida sem volta, deve ser levada em consideração ao analisarmos essas trajetórias.

Um exemplo bastante significativo foi o caso de Antônio Geraldo Costa. Em julho de 2009 a imprensa noticiou com certo destaque - visto que se aproximavam as “comemorações” dos 30 anos da Lei de anistia promulgada em agosto de 1979 - o seu retorno ao Brasil. No ano do *Tri* (1970), Antônio Geraldo, perseguido e caçado, optou por sair do Brasil e partir para o exílio. Passou pelo Uruguai, Argentina, Chile, indo fixar-se também na Suécia. Lá, o marujo alagoano da cidade de Capela foi morar em Malmö. Por alguns meses, dentro da estrutura de recepção de exilados, teve moradia assegurada e estudou o idioma local. O *Tigre*, codinome utilizado na guerrilha, pontuou que trabalhou entregando jornais durante as madrugadas e como ajudante de cozinha. Depois, já morando na mesma cidade que Guilem Rodrigues, Lund, conheceu uma médica sueca com que foi morar em Estocolmo, onde fez cursos e trabalhou como cozinheiro, técnico de geologia e depois no serviço de saúde, dando assistência a idosos.⁶⁶⁴

Vivendo clandestinamente, com o nome de Carlos Juarez de Melo, não mais se envolveu com a militância guerrilheira. Era a necessidade de viver, de sobreviver. Geraldo ressaltou ainda que durante seus 39 anos de exílio, as maiores dificuldades foram o idioma sueco, o frio e os dias de pouca luz solar.⁶⁶⁵ Conseguiu aposentar-se na Suécia em 2007, com 73 anos de idade. No entanto, caso estivesse com seu nome verdadeiro, teria conseguido o benefício bem antes. O atraso se deu em virtude de sua identidade falsa constar seis anos a menos em sua idade.⁶⁶⁶ Para explicar o porque de uma volta tão tardia, 30 anos depois da Lei de Anistia,⁶⁶⁷ Geraldo disse que se sentia incomodado pelo fato de viver com nome falso,

⁶⁶⁴ COSTA, Antônio Geraldo. Entrevista a Flávia Ribeiro. In *Revista Aventuras na História*, nº 75, p.56-59, out. 2009.

⁶⁶⁵ *Jornal O Globo*, 23 ago. 2009, p.12.

⁶⁶⁶ COSTA, Antônio Geraldo. *Ibid.*

⁶⁶⁷ A anistia dos marinheiros é um caso extremamente longo e complexo. A rigor só veio em 2002. A nosso ver, esse é um dos motivos do longo período de exílio de Geraldo. Embora, esse aspecto não tenha sido levantado nas várias entrevistas que deu à imprensa por ocasião de sua volta, talvez, por não ter sido provocado, em virtude do desconhecimento do fato pela própria imprensa brasileira. O processo de anistia dos marinheiros será abordado no capítulo seguinte.

mas, adaptado à nova vida, tinha receios em revelar sua história na Suécia, além de ter dúvidas se a anistia tinha sido pra valer.

Para esse momento do texto, nos interessa o aspecto transformador do exílio. Um ex-sinaleiro náutico, militante de destaque da AMFNB, ex-guerrilheiro citado inclusive por Neiva Moreira e presença constante nos livros e nas memórias dos marujos, transformou-se, no país estrangeiro, no profissional Carlos, pai de dois filhos e aposentado.⁶⁶⁸

Dos que voltaram ao Brasil após a Lei de Anistia em 1979, alguns casos exemplificam bem o que foi a *metamorfose* do exílio. Antônio Duarte, presente nas memórias de Fernando Gabeira durante seu exílio na Suécia, pode ser também, como Geraldo, mais um bom exemplo da transformação ocorrida no “país de acolha”. Após ter participado, com destaque, do movimento dos marujos de 1964 e posteriormente vincular-se ao MNR e ao MAR, Antônio – que escapou do cerco dos fuzileiros navais em Angra dos Reis – e ainda esteve em articulações com o PCBR e o MR-8, deixou o país em junho de 1970, em companhia de Avelino Capitani.⁶⁶⁹

Após percorrerem trechos de ônibus, trens e navios em territórios Bolivianos e Chilenos conseguiram chegar a Cuba. Em fevereiro do ano seguinte, Duarte partiu para Europa, onde teria oportunidade de estudar e conhecer um “outro mundo”, o *velho mundo*. Em sua jornada, passou por Praga, Moscou, Berlim, Copenhague, e finalmente a cidade de Lund, na Suécia, onde já estavam Guilem Rodrigues e Antônio Geraldo. Ao relembrar sua chegada àquela cidade universitária, Duarte destacou que:

“ A casa se Guilem Rodrigues da Silva foi, naquela época, um espécie de Consulado do Brasil em Lund. [...] Um tipo de lugar onde apareciam muitos brasileiros que viviam na Europa, estudantes da Bulgária, viajantes de volta à América Latina e pessoas como eu. Quando cheguei lá, depois de pagar o táxi, não encontrei o Guilem. O movimento inusitado de pessoas já havia torpedeado o casamento do homem. Só fui encontrá-lo algum tempo depois. Quem apareceu foi o Antônio Geraldo que me colocou em outra casa”.⁶⁷⁰

Após essa acolhida, Duarte, desencantado que estava com a luta armada, ele mesmo tinha participado, presenciado e sentido na pele a força da repressão e o isolamento dos grupos, optou por mudar de vez o rumo de sua vida. Toda sua experiência adquirida no período no qual se engajou nos grupos revolucionários o fizera refletir sobre os caminhos escolhidos e a partir daquele momento, na fria e cinza terra dos Vikings, decidiu enterrar seu fuzil. Ficou na Suécia por quase dez anos (1971-1980). Lá, graduou-se em Antropologia na

⁶⁶⁸ Jornal *O Globo*, 23 de agosto de 2009, p.12.

⁶⁶⁹ DUARTE, Antônio. *Op. Cit.* 2009, p.357-360.

⁶⁷⁰ *Ibid.* p.367.

Universidade de Estocolmo e casou-se com uma sueca. Sua passagem por aquele país está referenciada no livro de Fernando Gabeira, *O que é isso Companheiro?*⁶⁷¹ Ao retornar ao Brasil, foi professor na Universidade Católica de Goiás e da Universidade de Taubaté.⁶⁷² É autor de dois livros que expressam suas memórias em relação à luta dos marinheiros de 1964.⁶⁷³

As trajetórias desses marujos no exílio são bons exemplos do que escreveu Denise Rollemberg sobre as *metamorfoses* ocorridas entre os exilados brasileiros, independentemente se voltaram ou não, ou do momento no qual se deu o retorno:

“[...] o exílio foi essencialmente a *metamorfose*. A princípio pensado com curto, foi longo. A volta revolucionária, na clandestinidade, para enfrentar o regime virou uma volta consentida, no contexto da aprovação de uma lei formulada pela ditadura, já no crepúsculo, mas que ainda conseguiu fazer valer a sua anistia sobre a desejada pelo movimento social. Organizações e partidos políticos – reformistas e revolucionários – transformaram-se ou mesmo se dissolveram. A militância ganhou outro significado. [...] Os valores mudaram. [...] O provincianismo cedeu lugar ao cosmopolitismo. Os exilados que, no início, tão orgulhosamente ostentaram esta condição, passaram a aceitar a de refugiado. O tempo passou. Os velhos ficaram mais velhos, os jovens procriaram e já não eram mais jovens. A diversidade e a intensidade das experiências levaram a imprevistas transformações”.⁶⁷⁴

5. O Reencontro

Passados quase vinte anos desde a fundação da AMFNB, os marujos de fuzileiros de 1964 irão se reencontrar. Onde?

Em uma outra luta, tão dura quanto a que travaram quando tentaram *reformular* a Marinha. Nas décadas de 1980, 1990, até o início do século XXI, muitos rebeldes do mar tiveram que se armar novamente. Tanto os que pegaram em armas, quanto os demais, precisaram sacar um arsenal de palavras, viagens, protestos, recursos jurídicos etc, para que tivessem suas reintegrações na sociedade reconhecida e legimitada.

Nossa próxima e última travessia terá como destino o porto, não muito seguro, da *anistia*. Para os marinheiros, seria uma longa jornada de 23 anos. A exemplo dos que pegaram em armas ou dos que navegaram desarmados, a viagem também será diversa, heterogênea e, em grande parte, solitária.

⁶⁷¹ GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 18ª edição. Rio de Janeiro: Codecri, 1980, p.17-20.

⁶⁷² BELÉM, Euler de França. “Antônio Duarte dos Santos: o marinheiro ‘sueco’ que politizou o Cabo Anselmo” (Entrevista). Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques1&idjornal=136>. Consultado em 12. set. 2009.

⁶⁷³ Ver Bibliografia.

⁶⁷⁴ ROLLEMBERG, Denise. “Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio”. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Op. Cit.* 2004, p. 292-293.

CAPÍTULO IV

AINDA QUE TARDIA: OS SAPATOS-PRETOS E A CONQUISTA DA ANISTIA

Anistia, teu nome é perdão. Mas como perdoar a quem não cometeu falta ou delito, e, não os cometendo, foi castigado? Se teu nome é perdão, deve este ser pedido às vítimas da injustiça e o arbítrio? [...]. Anistia teu outro nome é esquecimento [...]. Se a anistia é um processo de esquecimento, que será da História? E que será dos esquecidos, se eles mereciam ser lembrados, vivos ou mortos que estejam, por que a injustiça os marcou? [...] Anistia, começo a não compreender teu sentido [...].

Carlos Drummond de Andrade. *Jornal do Brasil*, 28 jun. 1979.⁶⁷⁵

1. Em busca de um conceito

Em textos escritos por diversos pesquisadores do tema,⁶⁷⁶ a palavra *anistia* geralmente aparece com três significados distintos: esquecimento (amnésia), perdão e/ou (re)conciliação. Ao longo do seu trajeto, o conceito também vai incorporar o sentido de *reparação*. Estas várias terminologias não são excludentes, é possível encontrarmos mais de um desses significados em uma mesma conceituação.

Em estudos sobre a história da anistia no Brasil, uma referência importante é Rui Barbosa, que atuou em vários processos que envolviam essa questão desde o final do século XIX.⁶⁷⁷ Fazendo referências a juristas europeus, a exemplo do francês René Garraud e do italiano Francesco Carrara, o brasileiro assim conceituou a Anistia:

‘Lei não do perdão, mas de esquecimento, ela não se estende só às penas, senão também aos sucessos que a determinaram. A amnésia grega, o oblvio latino, a

⁶⁷⁵ Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1737>. Consultado em 03 de jun. 2009.

⁶⁷⁶ Ao longo do texto apresentaremos esses autores e suas interpretações.

⁶⁷⁷ MARTINS, Roberto R. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.50-57. De acordo com Martins, Rui Barbosa atuou em questões que envolviam causas abolicionistas no final do século XIX; na Revolta Federalista de 1892; na Revolta da Armada em 1893 e também na Revolta dos Marinheiros de 1910.

nossa anistia é a desmemória plena, absoluta, abrangendo a própria culpa em sua existência primitiva. Não só apaga a sentença irrevogável, aniquilando retroativamente todos os efeitos por ela produzidos, como vai até a *abolição do próprio crime*, punido ou punível [...], oblitera todos os vestígios do caso, que, perpetrando novo delito da mesma natureza, o anistiado não incorra na qualificação de reincidente. É como se o acusado nunca tivesse praticado ação semelhante [...]. O cidadão é completamente reintegrado em seus direitos: readquire-os em toda a sua plenitude'.⁶⁷⁸ (Grifo meu)

Ainda segundo Barbosa, a anistia põe perpétuo silêncio ao processo.⁶⁷⁹ Esse conceito, de enfoque apenas jurídico, parece ter sobrevivido ao tempo. No Dicionário de Ciências Sociais publicado em 1987, o tema é abordado com incontestável semelhança:

“ [...] uma medida que desqualifica juridicamente um fato anteriormente tido como delituoso[...]. A anistia é, pois, uma medida legislativa que apaga o caráter criminoso dos atos praticados por quem dela se beneficie: é como se jamais tivesse delinquido [...]. A anistia aparece ainda inserida no rol das medidas de indulgência, diferindo-se, entretanto do indulto, do perdão e da graça em diversos pontos. Enquanto nesses três termos o delito continuou a existir, extinguindo-se apenas a punição, a anistia é mais radical, nela, não é a mera sanção do crime que é perdoada. O próprio crime deixa de existir, como se nunca houvesse sido praticado”.⁶⁸⁰

No entanto, o Dicionário não se limita à explicação jurídica do termo. Apresenta também um conceito mais político:

“A anistia reside na conveniência que vê o Estado em estender, em certas circunstâncias e momentos especiais, o manto do olvido sobre determinada categoria de crimes [...]. Sua finalidade prende-se ao propósito de pacificação da sociedade e à cicatrização de feridas abertas por sedições, sublevações, movimentos revolucionários ou subversivos. Num certo momento mostra-se mais conveniente perdoar, esquecer, supor que os crimes de então jamais existiram do que perseverar na imposição de sanções aos seus autores quando, na maioria das vezes, as circunstâncias que ensejaram a prática daqueles atos não mais remanescem, [...] alteradas as circunstâncias políticas que determinaram a punição, cesse também a ação do Estado contra os rebeldes”.⁶⁸¹

Dessa forma, o conceito ganha em complexidade. Em uma interpretação mais problematizada, Henry Rousso, ao analisar os vários episódios de conflitos sociais na França,⁶⁸² acrescenta que “é preciso recordar que a anistia forma parte de uma larga tradição republicana, cuja função tem sido sempre de recompor o tecido social e nacional depois de

⁶⁷⁸ BARBOSA, Rui. *Os Atos Inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*. Capital Federal: Companhia Impressora 7, 1893, p.209-210. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000124.pdf>. Citado em MARTINS, Roberto. *Op. Cit.* p.57.

⁶⁷⁹ Ibid.

⁶⁸⁰ DICIONÁRIO de Ciências Sociais, vol. 1 (2ª ed.). Rio de Janeiro. Editora da FGV, 1987, p.51.

⁶⁸¹ Ibid.

⁶⁸² Rousso se refere à Comuna de Paris; o Caso Dreyfus; à França de Vichy e à Guerra da Argélia.

um conflito interno [...]”.⁶⁸³ Para Rousso, a anistia é certamente um esquecimento voluntário, pois se constitui numa decisão política, à qual se chega depois de intensos debates. No entanto, não significa que tenha a virtude de promover o “esquecimento” em seu sentido próprio. O Estado ou a nação, geralmente sobre o argumento de uma “razão de Estado”, decidem apagar das lembranças públicas um conflito existente. Ainda segundo ele, a anistia constitui um ato que se insere no discurso e ação política, no qual se atribui um valor de refundação do vínculo social.⁶⁸⁴ Por isso mesmo, ela apresenta grande semelhança e aparece associada à amnésia.⁶⁸⁵ Continuando sua reflexão, ele adverte que o esquecimento político e jurídico por um lado, e a amnésia voluntária por outro, não devem ser vistas em sentido literal, sob pena de se cair em um contrassenso. *Esquecer ou não*, se trata de uma opção, de um esforço para dar como concluído o duelo, imperfeito e incompleto, más não de um esquecimento na concepção comum do termo.⁶⁸⁶

Na interpretação de Paloma Aguilar Fernández, analisando as implicações da Guerra Civil espanhola na memória social daquele país, a relação que se estabelece entre esquecimento, perdão e reconciliação aparece de uma forma extremamente complexa. Segundo ela, se poderia dizer que a *reconciliação* ideal é a que parte de um perdão mútuo e explícito, acompanhado do reconhecimento das responsabilidades pela falta cometida. Se isso acontecesse com sinceridade, não seria necessário esquecer para poder conviver em harmonia, já que o problema seria resolvido e a possibilidade de conflito sepultada.⁶⁸⁷ Neste caso, seria

⁶⁸³ ROUSSO, Henry. El estatuto del olvido. In BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). *Por qué recordar*. Granica: Buenos Aires, Barcelona, México, Santiago, Montevideo, 1998, p. 89. Tradução livre desta e das demais citações da obra: “[...] *es preciso recordar que la amnistia forma parte de una larga tradición republicana, cuya función ha sido siempre la de recomponer el tejido social y nacional después de un conflicto interno. [...] La amnistía es ciertamente un olvido voluntario, pues constituye una decisión política, a la que se llega después de intensos debates, lo cual no significa que tenga la virtud de promover el ‘olvido’ en el sentido propio de la palabra, sino solamente que el Estado o la nación, generalmente sobre la base de una ‘razón de Estado’, deciden borrar el recuerdo público de un conflicto anterior. Constituye, por ende, un acto que se inserta en el discurso y la acción políticos, al que se atribuye un valor de refundación del vínculo social. Por lo mismo, la amnistía - como se ha destacado a menudo – presenta gran semejanza y es incluso concomitante con la amnesia. Pero el olvido político y jurídico, por un lado, y la amnesia voluntaria, por el otro, no deben tomarse en sentido literal, so pena de caer en un contrasentido [...]. [Os franceses entre esquecer ou não a ocupação dos anos cinquenta e sessenta] se trató de una opción, de un esfuerzo por dar concluído el duelo, imperfecto e incompleto, pero no de un olvido en la acepción común del término”.*

⁶⁸⁴ *Ibid.*

⁶⁸⁵ *Ibid.*

⁶⁸⁶ *Ibid.*

⁶⁸⁷ FERNANDÉZ, Paloma Aguilar. *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*. Madrid: Alianza Editorial, 1996, p.46-47. Tradução livre de: “*Extremadamente compleja es la relación que se establece entre el olvido, el perdón y la reconciliación [cita artigo de Anne Sa’adah, 1992]. Por una parte, se podría decir que la reconciliación ideal es aquella que parte del perdón mutuo y explícito así com del reconocimiento de las responsabilidades por la falta cometida. Si esto se llevara a cabo con sinceridad no sería necesario olvidar para poder convivir en armonía, ya que el problema habría quedado resuelto y la posibilidad de conflicto zanjada. En este caso, sería posible ejercer la justicia contra los principales responsables del hecho en cuestión y la memoria podría jugar un papel muy positivo al impedir que dichos acontecimientos volvieran a producirse”.*

possível exercer a justiça contra os principais responsáveis do acontecimento em questão, e a memória poderia exercer um papel positivo que era o de impedir que os referidos acontecimentos voltassem a acontecer. Por outro lado, afirma Fernández, sem o esquecimento, existem reconciliações que são impossíveis, de forma que a anistia pode cumprir uma função equivalente ao perdão, ressaltando ela, que anistia e amnésia tem a mesma raiz. “Isto só ocorre quando as ofensas que devem ser perdoadas são tão “imperdoáveis” (indigestibles) que só cabe a reconciliação mediante o esquecimento [...]”.⁶⁸⁸

Paul Ricouer trabalha o tema da anistia também de uma forma complexa. Fazendo uso dos conceitos de *esquecimento* e *perdão*, ele os apresenta como questões distintas enquanto objetos de investigação: “no caso do esquecimento, a [problemática] da memória e da fidelidade ao passado; no do perdão, a da culpabilidade e da reconciliação do passado”.⁶⁸⁹ Inspiradoramente, Ricouer nos esclarece que a problemática do esquecimento é mais vasta, na medida em que o apaziguamento da memória, em que consiste o *perdão*, parece constituir a última etapa de um percurso do esquecimento.⁶⁹⁰ Mais especificamente sobre a Anistia, Ricouer utiliza a expressão “esquecimento comandado” e afirma que a fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar, tratando a anistia como o direito de graça, uma graça anistiantes. Segundo ele, a fronteira entre *esquecimento* e *perdão* é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição da pena; a questão do perdão se coloca onde há acusação, condenação e castigo, por outro lado, as leis que tratam da anistia a designam como um tipo de perdão.⁶⁹¹ Tratando a anistia também como “o perdão difícil”, Ricouer esclarece que:

“O perdão, se tem algum sentido e se existe, constitui o horizonte comum da memória, da história e do esquecimento. Sempre em segundo plano, o horizonte foge ao domínio. Ele torna o perdão difícil: nem fácil, nem impossível. Ele imprime o selo do inacabamento na empreitada inteira. Ele é tão difícil de se dar e de se receber quanto de se conceituar”.⁶⁹²

No que se refere à questão da *reparação* enquanto componente do processo da anistia, e como um dos termos que aparecem na construção do conceito, a militante dos direitos

⁶⁸⁸ Ibid. Tradução do autor para: “*Pero, por otra parte, hay reconciliaciones que se vuelven imposibles sin el recurso al olvido, de forma que la amnesia puede cumplir una función equivalente al perdón (amnistia y amnesia tienen la misma raíz). Esto suele ocurrir cuando las ofensas que deben ser perdoadas son tan indigestibles que solo cabe la reconciliación mediante el olvido [...]*”.

⁶⁸⁹ RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p.423.

⁶⁹⁰ Ibid.

⁶⁹¹ Ibid, p. 459.

⁶⁹² Ibid, p.465.

humanos Cecília Coimbra ressalta que ela não pode e não deve ser vista apenas pelo seu viés econômico. Segundo ela,

“A reparação, portanto, deve incluir, necessária e fundamentalmente, a investigação e o esclarecimento dos fatos violadores, a publicização e responsabilização dos agentes envolvidos [...], a garantia de atendimento médico-psicológico e de reabilitação física e social aos atingidos, declarações oficiais e decisões judiciais que restaurem os direitos desses mesmos atingidos. Em suma, um pedido público de desculpas por parte do Estado. Sem isto, as compensações econômicas se transformam [...] em um ‘cala boca’, em especial, para o atingido e para a sociedade como um todo. Ou seja, os governos, em alguns casos, pagam pecuniariamente pelos crimes cometidos por seus agentes e, por isso, não se sentem obrigados a investigar e esclarecer tais violações, a publicizar seus agentes e a assumir publicamente sanções contra eles”.⁶⁹³

Essa forma de apresentar a reparação, expressa o olhar das vítimas no processo de anistia em questão. Cabe-nos ressaltar que essa construção, reelaborada, de perceber o processo de anistia no pós-1964, foi sendo construída ao longo do lento processo. Essas mudanças podem ser exemplificadas nas publicações de várias leis posteriores a 1979, ano que marca a lei da anistia dos atingidos em 1964. Para as vítimas, anistia é muito mais que perdão, não é esquecimento, não é silêncio. *Reparação* é na atualidade a palavra de ordem que mais expressa o ponto de vista de grande parte dos atingidos pelo regime ditatorial no Brasil nos vinte e um anos que durou. Ainda que a sociedade veja somente o viés econômico que carrega em si essa expressão. No entanto, mesmo entre os atingidos, essa expressão não é unanimidade.⁶⁹⁴

Em nosso entendimento, a tentativa dos militares de enquadrar a anistia política no Brasil pós-1964 como esquecimento e perdão, só tem sentido quando aplicado restritamente ao conceito jurídico e do ponto de vista dos agentes do estado. No campo da política e das memórias das vítimas, a anistia aparece como necessidade de lembrar; reparação; divulgação de torturas e sofrimentos e, com menos força, punição dos agentes do estado. Anistia não pode ser vista como um conceito definido. O conceito ganha status de categoria, visto sua presença em vários campos do conhecimento [jurídico, político, histórico, memórias...] e das várias possibilidades de adequação do seu uso, dependendo do lado que os atores estejam. Qualquer que seja a escolha, todos querem estabelecer suas verdades. Verdades subjetivas. Possíveis, mas inalcançáveis. A metáfora com o horizonte mais uma vez pode ser aqui bem empregada.

⁶⁹³ COIMBRA, Cecília Maria B. “Reparação e memória”. In Cadernos AEL. *Anistia e direitos humanos*, v.13, n.24/25. Campinas: Unicamp, 2008, p.21-22.

⁶⁹⁴ Durante nossas entrevistas com ex-marinheiros, incluímos uma pergunta que estava diretamente relacionada ao conceito de Anistia. As respostas traziam algumas variáveis: perdão, esquecimento e reparação foram as mais comuns.

Assim, trabalharemos a *anistia* dos marinheiros inserida nesse campo de forças, nesse conflito constante que existe entre os atores antagônicos.

2. A longa travessia

Como vimos no primeiro capítulo, no dia 27 de março de 1964, os marinheiros foram anistiados pelo ministro empossado Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Claro que uma anistia preventiva, ou um indulto, tendo em vista que ainda não tinham sido punidos. Entretanto, com o golpe, aquela anistia não foi levada em consideração e vários processos foram abertos com o objetivo de punir severamente os rebelados. Para outros atores políticos que apoiaram o presidente deposto, o tema foi abordado já no período imediato ao golpe. Não se imaginava que os militares ficariam vinte e um anos no controle do país, apoiados por importantes setores da sociedade. Já no dia 18 de abril de 1964, o jornalista Carlos Heitor Cony publicava em sua coluna no jornal *Última Hora* um texto com o título: *Anistia*. Vejamos algumas passagens:

“É preciso que alguém seja o primeiro a pronunciar essa palavra, banida de nosso vocabulário em nome da vingança ou do medo. Talvez seja, tática ou politicamente, um erro pronunciar-la aqui, mas não sou político nem tático e posso me dar à distração de cometer erros políticos e táticos. Escrevo essa palavra para que ela cresça e frutifique [...]. Conheço de sobra os argumentos contra a anistia. O mais forte deles baseia-se no seguinte: se eles vencessem, a coisa seria pior. Não haveria apenas expurgos, mas fuzilamentos. O outro argumento também é simples de ser exposto: se não eliminarmos o joio, o trigo sucumbirá. Se os comunistas não forem arrancados da vida nacional, se não se aproveitar a vitória, muito em breve eles voltarão, piores e famintos”.⁶⁹⁵

Percebe-se, nas palavras de Cony, que o tema ainda era tratado de uma forma preventiva, seria necessário evitar os expurgos em massa. Como veremos, a árvore da anistia ainda demoraria muito para frutificar. No caso dos marinheiros, o primeiro sinal que encontramos sobre o desejo deles de serem agraciados com o instrumento da anistia, está em uma reportagem da revista *Veja*, publicada em de 2 do outubro de 1968.⁶⁹⁶

A reportagem falava sobre os exilados que se encontravam no Uruguai. Em um pequeno imóvel moravam duas famílias de ex-subalternos da Marinha expulsos em 1964. A anistia, para as famílias de Guido e Levino,⁶⁹⁷ era naquele momento o nome dado a uma

⁶⁹⁵ Apud CONY, Carlos Heitor. *Op. Cit.* p.36.

⁶⁹⁶ Revista *Veja*, 02 de out. 1968. “A esperança dos cassados”, p.14-18. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital.home.aspx>. Consultado em 12 mai. 2009.

⁶⁹⁷ A reportagem não traz os sobrenomes, no entanto, pesquisamos na lista da UMNA onde constam todos os atingidos pelas participações em 1964 e identificamos que o primeiro tratava-se do cabo potiguar Guido Gurgel e

cachorra sem raça, nem trato, toda marrom e que estava sempre latindo. Guido trabalhava no restaurante do ex-ministro do trabalho de Jango, Amauri Silva. Havia chegado a Montevideú com sua esposa Neusa logo após o golpe de 1964. Na ocasião, o filho do casal, Sidnei, estava apenas com oito meses de nascido. Já Levino, que havia se casado com Elza apenas um mês antes do golpe, compunha sua renda com uma pensão que sua companheira ficou recebendo da Marinha.⁶⁹⁸ Mesmo assim, o rendimento não era suficiente para cobrir as despesas da família .

Outro exilado citado na reportagem era o cabo fuzileiro naval Severino Nascimento que tinha uma condenação de mais de dezesseis anos de prisão em seu currículo, quatro dos quais por ter sido considerado um dos responsáveis pela exibição do filme *O Encouraçado Potenkim* para os marinheiros da AMFNB. Para aqueles exilados, a anistia, representada pela cachorra carinhosamente chamada de “Ani”, parecia algo muito distante, e era. Mas toda vez que “Anistia” latia, renovavam-se as esperanças de um dia serem “perdoados” e retornarem livres ao Brasil. *Ani* ainda latiria muitos e muitos anos. A passos lentos, o processo vinha tomando corpo. Milhas e milhas ainda seriam percorridas, mas navegar era preciso.

De acordo com Denise Rollemberg, no relatório da organização Anistia Internacional (AI)⁶⁹⁹ que fazia alusão ao período compreendido entre junho de 1966 e maio de 1967, apareceram denúncias a condenações de líderes sindicais e de membros de Partido Comunista (PC) e à privação dos direitos civis a que muitos estavam submetidos. De acordo com a autora, foi a primeira vez que um Relatório Anual da AI fez referência ao Brasil.⁷⁰⁰ A partir dali, todos os Relatórios Anuais subsequentes trouxeram alguma informação sobre o país. Prisões, perseguições, cassações, e posteriormente as torturas e os assassinatos, foram temas tocados pela AI. Ainda segundo Rollemberg, em 1974, o número de presos *adotados* [pela AI] chegava a 142 e, em 1975, a 240.⁷⁰¹

Nas memórias do fuzileiro naval Paulo Novaes Coutinho, o processo de anistia começou a ter uma efetividade maior a partir das eleições de 1974 quando o MDB elegeu 18 governadores no Brasil e a ditadura começava a sentir os efeitos econômicos da crise do

o segundo, provavelmente era o cabo baiano Manoel *Livino* Ribeiro Leal, pois entre os marinheiros e fuzileiros excluídos, é o único nome semelhante.

⁶⁹⁸ Nas páginas seguintes abordaremos mais detalhadamente esse tipo de benefício concedido a esposas de marinheiros excluídos da Marinha em 1964. Trata-se do *Montepio* citado por Raimundo Porfírio Costa no capítulo anterior.

⁶⁹⁹ A Anistia Internacional – AI, foi fundada em 1961 pelo advogado britânico Peter Benenson e alguns juristas, na luta contra a degradação dos direitos e liberdades políticas, em um contexto de crescente e sistemático uso internacional da tortura como meio de governo. Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.249.

⁷⁰⁰ Ibid, p.251.

⁷⁰¹ Ibid, p.253.

petróleo e começou a perder terreno.⁷⁰² Para pesquisadores e militantes⁷⁰³ da anistia no Brasil pós-1964, o ano de 1975 marca o início das lutas organizadas que levaram à elaboração da primeira lei publicada em 1979.

Naquele momento, surgiu em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). A advogada Terezinha Zerbine, esposa do General-de-Brigada Euriale Zerbine, cassado pelo AI-1, era a grande liderança desse processo.⁷⁰⁴ O MFPA lançou o *Manifesto da Mulher Brasileira* e fundou o jornal *Maria Quitéria* visando divulgar os objetivos e as atividades do grupo. No Manifesto, a anistia aparecia como ‘ideia imperiosa, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação’.⁷⁰⁵ A movimentação surtiu efeito, o MFPA conseguiu organizar um abaixo-assinado com a adesão de 12 mil assinaturas de mulheres pedindo a anistia. Em agosto de 1975 uma comissão do MFPA foi atendida pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, após tentativa frustrada de se reunir com o Presidente Ernesto Geisel.⁷⁰⁶

A respeito do surgimento desse Movimento, Terezinha Zerbine afirmou que ele foi organizado por mulheres que angustiadas pela situação nacional, acalentaram o sonho de pacificação do país.⁷⁰⁷ Ela e um pequeno grupo que não passava de dez mulheres formaram o núcleo inicial do MFPA, o qual não tinha ideologias ou facções políticas. “Lutamos por princípios. Amor, liberdade e justiça [...]”, disse Zerbine.⁷⁰⁸ Posteriormente, a mesma assinalou que ‘a palavra (anistia) inspirava tanto pavor que, às vezes, eu me sentia uma leprosa – todo mundo corria de mim’.⁷⁰⁹ O fato é que o tema não mais saiu de pauta da agenda política nacional.

A exigência de uma anistia geral no Brasil também chegou a importantes centros da Europa, onde foram fundados Comitês Pró-Anistia na Suécia, França e Portugal.⁷¹⁰ De acordo com Denise Rollemberg, o Comitê Brasil pela Anistia fundado em Paris em 1975, tornou-se um dos mais atuantes.

⁷⁰² Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. 2008.

⁷⁰³ Entre os que destacam o ano de 1975 estão Roberto Ribeiro Martins e Luiz Eduardo Greenhalgh. Ver citações ao longo deste capítulo.

⁷⁰⁴ Para a importância de Terezinha Zerbine, ver MARTINS, Roberto R. *Op. Cit.* p.130; e CARLOS, Juliana de Oliveira. “A anistia e luta pelos direitos humanos no Brasil”. In *Cadernos AEL. Anistia e direitos humanos*, v.13, n.24/25. Campinas: Unicamp, 2008, p.182.

⁷⁰⁵ *Revista Veja*, 1º março de 1978, p.35. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 21 de mai. 2009. Atualizamos a ortografia.

⁷⁰⁶ CARLOS, Juliana. *Op. Cit.* p.183.

⁷⁰⁷ BN – *O Pasquim*, 08 de jul.1977, p.7-11.

⁷⁰⁸ *Ibid.*

⁷⁰⁹ *Revista Veja*, 1º março de 1978, p.35. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 21 de mai. 2009.

⁷¹⁰ MARTINS, Roberto. *Op. Cit.* p. 130.

“Fundamentalmente composto por brasileiros, recebeu a solidariedade e o apoio de personalidades e instituições francesas. O CBA também promoveu conferências, debates, eventos, festas visando chamar a atenção da opinião pública para a realidade brasileira. Publicou dossiês sobre as condições de vida dos operários e trabalhadores rurais e sobre o chamado ‘milagre econômico’. Em setembro de 1975, o CBA organizou uma coletiva de imprensa para anunciar o lançamento da ‘Campanha pela anistia geral e irrestrita para todos os presos e condenados políticos e para todos os banidos e exilados’ [...]”.⁷¹¹

No Brasil, o MFPA, mesmo sem ter relação com a AI, conseguiu importantes adesões e aos poucos tornou-se um movimento de amplitude nacional. Políticos e personalidades de destaque, como Franco Montoro - que naquele momento era senador pelo MDB - Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho e dom Paulo Evaristo Arns contribuíram para a visibilidade e o crescimento do movimento. O MFPA também conseguiu o apoio de diversas entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O crescimento do MFPA pode ser visualizado com o surgimento de doze seções regionais espalhadas por diversos estados do país.⁷¹²

3. As reivindicações chegam às ruas

Na análise de Roberto Ribeiro Martins, o ano de 1977 foi marcado por uma nova mudança de qualidade na luta pela anistia. Segundo Martins, depois da acumulação de forças que começa em 1974 e do surgimento dos primeiros movimentos organizados, a reivindicação [...] saiu dos ambientes fechados e atingiu as ruas.⁷¹³ A primeira manifestação pública pró-anistia foi realizada em abril daquele ano, em Porto Alegre, em protesto contra prisões políticas. Às manifestações estudantis - a exemplo da que ocorreu em São Paulo após a prisão de estudantes e operários que distribuíam panfletos que faziam alusão ao 1º de maio – aderem outros setores da sociedade.⁷¹⁴ Profissionais liberais, jornalistas, religiosos e artistas, incorporaram-se e agregaram força ao movimento. Outro segmento importante que demonstrou apoio foi o órgão de representação dos cientistas, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Em manifesto aprovado em julho de 1977, após reunião anual, a SBPC estabeleceu que um dos objetivos da entidade naquele momento era:

⁷¹¹ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* p.247.

⁷¹² CARLOS, Juliana. *Op. Cit.* p. 185. As seções estavam situadas nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Salvador, Aracaju, Recife, João Pessoa e Fortaleza.

⁷¹³ MARTINS, Roberto. *Op. Cit.* p.131.

⁷¹⁴ *Ibid.*

‘dar ênfase aos reclamos que os cientistas vem fazendo, há mais de dez anos, no sentido da plena vigência das liberdades democráticas do País. Notadamente, reclamamos a reitegração [sic] nas instituições de origem dos cientistas atingidos pelos atos de exceção, bem como pedimos ampla anistia’.⁷¹⁵

Naquela atmosfera de 1977 estava em debate na classe política a possibilidade de uma anistia parcial. O governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, que seria Vice-Presidente da República no mandato do general João Batista Figueiredo, se mostrava um dos partidários desse tipo de recurso jurídico. Disse ele, em dezembro, que era impossível naquele momento político a concessão de uma anistia geral a todos os punidos pelo que chamava de atos revolucionários, mas admitiria uma anistia parcial dentro de um plano amplo de desarmamento de espíritos e de conciliação, visando o aprimoramento democrático.⁷¹⁶ O governador ainda destacou que:

“Uma anistia parcial é possível e podemos evoluir para ela. Temos de ir criando condições para que isto aconteça no futuro [...]. Anistia ampla envolvendo sequestradores não é possível. Não podemos conciliar com quem não quer conciliar. Não podemos conciliar com o terrorismo. Espero que estes [atingidos] não queiram o revanchismo [...]”.⁷¹⁷

A posição do governador mineiro abre espaço para que nós possamos entender melhor como se encontrava o debate em torno do tema naquele contexto. A entrevista, em dezembro de 1977, esclarece-nos que naquele momento não havia um entendimento sobre as características que marcariam a anistia que viria só em 1979. Na mesma matéria, o *Jornal do Brasil* abordou as várias formas possíveis para a concessão do benefício jurídico.

Seis tipos diferentes de anistia foram destacados: *plena, geral, absoluta, limitada, restrita e condicional*. A reportagem apresentou as seguintes explicações: na anistia *plena* deixava de existir qualquer limitação em virtude de existência de qualquer condenação penal anterior ao ato de “perdão”. Na *geral*, todas as pessoas eram beneficiadas sem entrar no mérito do tipo de atos praticados. Uma anistia para crimes políticos praticados até uma determinada data, se é geral, beneficia a todos os que foram condenados sem que importe saber o que fizeram. A *absoluta* foi colocada como aquela que não carrega consigo nenhuma exigência condicional. O jornal ainda esclarecia que, apesar da semelhança dos conceitos, a mais ampla das anistias era a *plena, geral e absoluta*. Na anistia *restrita* o cidadão ficava livre da condenação mas impedido de fazer determinadas coisas. O exemplo apresentado se refere

⁷¹⁵ Ibid, p. 132.

⁷¹⁶ BN – *Jornal do Brasil*, 23 de dez. 1977, capa e p. 05.

⁷¹⁷ Ibid.

a casos que envolvem militares, impedindo-os de retornar aos quadros das Forças Armadas, ela é uma oposição à anistia plena. A *limitada* exclui pessoas pela prática de determinados atos, está relacionada ao tipo de crime cometido. Na *condicional*, o anistiado aceita determinadas condições dando a garantia de zelar pela ordem.⁷¹⁸

A nosso ver, a matéria não conseguiu explicar as diversas modalidades abordadas, deixando explícita a complexidade que envolvia a questão. Uma verdadeira *confusão*, no sentido literal e mais claro do termo. A palavra de ordem que veio a prevalecer, foi caracterizada pela consigna *ampla, geral e irrestrita*. Reunir todos os tipos possíveis ressaltados na reportagem em uma tríade, certamente não abarcaria e não deixava claro muitas questões. Para quem seria? Quais os tipos de “crimes” seriam “perdoados”? Quais os benefícios? - perdão jurídico, perdão político, reincorporação, indenizações, reparações? Pelo menos, três categorias de atingidos poderiam ser classificadas naquele momento: os que perderam os direitos políticos por dez anos; os que foram excluídos do serviço público; e os que foram condenados com base na Lei de Segurança Nacional (LSN). A matéria ainda esclarecia que em cada uma dessas categorias existiam as mais diversas situações que, para serem discutidas, exigiriam delicadas negociações.

No início de 1978 foi lançado o Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA. Esse Comitê foi formado originalmente por cerca de 30 pessoas e tinha a advogada carioca Eny Raimundo Moreira como presidente. No evento oficial de lançamento ocorrido na sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, no mês de fevereiro, o convidado de honra foi o general Peri Constant Bevilacqua, militar que atuando como ministro do Superior Tribunal Militar foi aposentado com base no AI-5 em janeiro de 1969, em virtude de seus frequentes votos pela absolvição de réus acusados de infringir a Lei de Segurança Nacional – LSN. No seu pronunciamento, o general colocou que naquele momento a anistia era o problema número um do Brasil, e que:

‘para haver equidade, a anistia deverá abranger todos os crimes políticos praticados por elementos de ambos os lados [...], os torturadores de presos políticos, mesmo que as consequências de seu procedimento criminoso tenham sido a morte de suas vítimas, e os subversivos que, por motivo político, hajam cometido crimes semelhantes ou atentados contra a vida em ações ditas, geralmente, terroristas’.⁷¹⁹

⁷¹⁸ Ibid.

⁷¹⁹ *Revista Veja*, 22 de fev. 1978, p.30. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 23 mai. 2009.

Embora tenha causado certo constrangimento nas cercas de 800 pessoas presentes, o discurso do general abriu o caminho para a inclusão da expressão “crimes conexos” na lei que seria aprovada um ano depois.

Em relação à proposta de uma anistia parcial levantada pelo governador Aureliano Chaves, constatamos que essa possibilidade não era cogitada apenas por pessoas ligadas ao governo civil-militar. Em entrevista dada em viagem a Portugal no início do ano, Brizola, que naquela ocasião morava em Nova York, assinalou que se comprometia a abrir mão de qualquer cargo eletivo e se fosse necessário renunciaria a qualquer interferência na vida política do país, tudo isso para poder voltar. A anistia para Brizola – que naquele momento era o personagem de que a classe política conservadora mais temia a volta, visto sua grande popularidade – era apenas o direito de voltar ao Brasil. ‘Devemos apagar o quadro negro sem lembrar mais o que estava nele escrito [...], catorze anos de exílio é um tempo demasiado longo’,⁷²⁰ disse Brizola.

Outro sinal de que a anistia parcial era uma possibilidade para os atingidos, está expressa no seguinte exemplo. Em março 1978, Isabel Veiga de Santana, representante do MFPA na Bahia, afirmou que: ‘a gente fala em anistia ampla e irrestrita, pois essa é a nossa bandeira, mas nunca descartamos a possibilidade de uma anistia parcial [...]. Queremos o bolo inteiro, mas se derem uma fatia apenas, não iremos recusá-la’.⁷²¹

Pedro Simon, presidente do diretório gaúcho de MDB, foi o primeiro político de alguma importância na oposição a falar em ‘esquecimento recíproco dos que agiram e dos que sofreram’.⁷²² Aliás, é significativa a informação de que o principal partido da oposição ainda não estava envolvido totalmente com a questão. A participação se resumia a declarações individuais e apoios esporádicos a eventos organizados pelos militantes da causa.

A Igreja também se mostrava cautelosa. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos de Brasil (CNBB), Dom Aloísio Lorscheider, falando em nome da entidade, se posicionou a favor de uma anistia que excluísse os condenados por “atos terroristas”.⁷²³ Mesmo assim, com todas essas manifestações que indicavam uma anistia parcial e recíproca, os homens de farda não demonstravam interesse em negociar. Na realidade, não existiam grandes projetos concorrentes de anistia e sim, manifestações sobre o assunto. Discordâncias pontuais eram a tônica.

⁷²⁰ *Revista Veja*, 1º de fev. de 1978, p.29. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 23 mai. 2009.

⁷²¹ *Revista Veja*, 1º de março de 1978, p.35. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 23 de mai. 2009.

⁷²² *Ibid.*

⁷²³ *Ibid.*, p.36.

O assessor de imprensa do governo Geisel, coronel José Maria de Toledo Camargo, afirmou que não havia, naquele momento, nenhum estudo do governo sobre o problema da anistia.⁷²⁴ O general João Figueiredo, ainda como chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), mas já indicado para assumir a presidência da República, disse em entrevista ao *Jornal do Brasil* que o movimento pela anistia, nos termos que estava sendo colocada [ampla, irrestrita e urgente], seria ‘um prejuízo para o andamento da reformas políticas’ e que ‘tentam avançar demais, o que é um erro’.⁷²⁵ Entre essas reformas mencionadas estava a eliminação do artigo 185 da Constituição de 1967, que tornava inelegíveis para sempre aqueles que tiveram os direitos políticos suspensos por atos institucionais. O debate estava em curso e a correlação de forças iria determinar como viria o “perdão”. As estratégias foram variadas. Uma das mais emblemáticas, utilizadas pelos presos políticos, foram as greves de fome.

No mês de abril de 1978, presos políticos recusaram a alimentação no Presídio de Itamaracá – Pernambuco, em protesto pelo isolamento a que estavam submetidos os presos Rholine Sonde Cavalcante e Carlos Alberto Soares. Apesar da reivindicação inicial não ter aparentemente nenhuma ligação com o processo de anistia, essa greve motivou o surgimento de tantas outras, que no decorrer dos protestos, a luta da anistia se tornou a maior bandeira. Os presos políticos de Itamaracá contaram com o apoio e a solidariedade dos detentos das penitenciárias Frei Caneca e Bangu (feminino) – RJ; Barro Branco – SP; Lemos de Brito – BA; e Linhares – MG.⁷²⁶

Naquele mesmo ano foi realizado em Salvador o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia e aprovada a "Carta de Salvador", onde foi firmado o acordo para a convocação do 1º Congresso Brasileiro da Anistia.⁷²⁷ O Congresso foi realizado em São Paulo, no mês de novembro. No discurso de abertura, pronunciado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, um rápido retrospecto e uma análise das principais reivindicações na luta pela anistia até aquele momento.

“Em nome de todos os movimentos de anistia do nosso país, tenho a honra de declarar aberto o Congresso Nacional pela Anistia do Brasil. E o faço certo de que, dos cárceres do Brasil, do exílio em terras estrangeiras, e de lugares ignorados e não sabidos, homens e mulheres brasileiros, presos, banidos, exilados e desaparecidos se unem neste momento em vínculo profundo a todos aqueles que veem na Anistia uma conquista legítima e justa. Professores e intelectuais aposentados, parlamentares e militares cassados, perseguidos políticos,

⁷²⁴ Ibid.

⁷²⁵ Ibid.

⁷²⁶ VIANA, Gilney A. e CIPRIANO, Perly. *Fome de Liberdade: relatos dos presos políticos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992. p.39.

⁷²⁷ GREENHALGH, Luiz Eduardo. *Discurso no I Congresso Nacional pela Anistia*. Disponível em www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1723. Consultado em 20 mar. 2008.

muitos hoje aqui presentes, emprestam a este ato a garantia de que a anistia é um anseio de todos os que se viram cerceados no exercício de sua profissão, no exercício de seu mandato [...]. Hoje a ideia da Anistia se espalha sobre a Nação com força incontrolável. Não se pode desconhecê-la. Sob nenhuma hipótese pode-se descartá-la. Na verdade, ela decorre da situação crítica criada em nossa Pátria após demorado império do arbítrio [...]. A ANISTIA que hoje reivindicamos brota dessa base objetiva que mostra a Nação dividida, prejudicada pela dispensa compulsória da contribuição de tantos filhos capacitados em diversos campos da atividade humana, como política, ciências, magistério, artes [...]”.⁷²⁸

Ainda em seu discurso, Greenhalgh afirmou que a anistia pela qual batalhavam tinha o objetivo de *integrar* na vida nacional todo o contingente de marginalizados e perseguidos. Era esse o objetivo inicial. A volta dos “que se viram cerceados no exercício de sua profissão, no exercício dos seus mandatos”.⁷²⁹ Percebe-se, que nesse momento, os conceitos que mais se adequam é o de perdão - o perdão jurídico – e o de reconciliação, que visava “integrar” os banidos, cassados, exilados, presos políticos e qualquer um que tivesse sido atingido por atos dos militares. Naquele momento, uma ideia de anistia recíproca foi reprovada pelo orador:

“Recusando o ponto de vista de uma anistia ‘recíproca’, por julgarmos inteiramente imprópria, sem precedentes e extemporânea a utilização do instituto da Anistia para quem não foi identificado oficialmente, não sofreu qualquer sanção punitiva, não foi condenado, nem mesmo julgado. Consideramos, sim, que toda Nação deve tomar conhecimento dos crimes cometidos contra os Direitos Humanos e identificar seus responsáveis, para que possa repeli-los, num quadro de respeito aos direitos inalienáveis [...]”.⁷³⁰

Nas palavras do advogado, atuando como porta-voz dos diversos grupos que lutavam naquele contexto, a reafirmação da que ela deveria vir *ampla, geral e irrestrita*. Na obra de Roberto Martins, publicada em 1978, a questão de uma anistia parcial é levantada. O livro é uma espécie de tentativa de consolidar de uma vez por todas a tríade em questão. O trabalho, também pode ser visto como uma resposta, dentre outras, aos partidários de uma Anistia restrita, a exemplo do governador Aureliano Chaves. Segundo Martins, dois problemas cruciais envolviam as negociações: a questão dos que praticaram crimes violentos e a questão dos militares progressistas excluídos sumariamente das Forças Armadas. Os primeiros se enquadram no exemplo dos que praticaram “crimes de sangue” e para estes não se admitiria qualquer forma de anistia. Para os militares, a anistia era possível, porém a reintegração seria impedida. Portanto, conclui Martins, “se assim fosse aprovada, a anistia não seria ampla, pois excluiria os que ‘pegaram em armas’, e nem irrestrita, pois restringiria os seus efeitos quanto

⁷²⁸ Ibid.

⁷²⁹ Ibid.

⁷³⁰ Ibid.

a determinados beneficiários”.⁷³¹ Percebe-se nesse exemplo que a questão da amplitude se referia ao tipo de crime ou delito cometido e a restrição fazia alusão a categorias de atingidos – cassados, banidos, exilados, etc.

Naquele momento, Martins afirmava que: “As ‘anistias’ com que acenam certos setores governistas são inaceitáveis (...). A questão não é mais anistia sim ou não? Mas anistia ampla e irrestrita, sim ou não?”.⁷³²

4. A Lei de 1979

Ao longo de 1979 o tema não saiu mais de pauta. No mês de junho, um texto de Carlos Drummond de Andrade publicado no *Jornal do Brasil*, cujos trechos reproduzimos no prólogo deste capítulo, deu a dimensão da angústia e da expectativa de quem lutava e esperava pela lei.

“Anistia, vens pela metade ou por dois terços? Consideras-te ampla e estreitas as dobras da tua veste? Perdoas a quem não precisava ser perdoado Discriminas onde a razão, a filosofia e a ciência política se eximem de fazê-lo?[...]. Demoraste tanto a vir, e parece hesitar ainda na etapa final do caminho. Consultas papéis e mais papéis, como se no papel, e não no espírito que em todos os tempos te inspirou, estivesse a indicação precisa do teu roteiro. Um só papel e umas poucas linhas te bastam. Esquecimento e perdão (já que não haverá pedido de perdão a muitos dentre os perdoados) não ocupam espaço excessivo na página. Ou preferes fazer maior consumo de palavras, se estas, e só estas, bastam? [...]. A conveniência política poderá acolher-te com aplausos, considerando-te a melhor que se poderia almejar no momento, e nesse caso colam a etiqueta de provisória ou mais ou menos. Mas eu queria ver-te resplandecente em tua pureza e integridade. Queria aplaudir-te na generalidade e profundidade de teu conteúdo clássico. Uma bela ideia há de manifestar-se sem remendos ou ranhuras. Não podes trazer uma pereba na perna venusina. Vem completa, vem de túnica imaculada, vem nua, anistia. E, nua, não darás margem a murmurações e recriminações, protestos, ressentimentos, vociferações e lágrimas. Assim te desejo, assim te espero para os que necessitam de ti e os que já não necessitam, pois habitam a mansão além da política, das crises sociais e da injustiça (como, e com que ridículo, anistiar um Juscelino, um Lacerda?). Quero-te alta e perfeita, e não uma baixinha anistia de quatro dedos e andar cambaio. Quero que voes. Com asas te imagino, sobre os desencontros e mesquinhezas dos pobres intérpretes de tua grandeza luminosa”.⁷³³

O texto do poeta ganha ares de manifesto e apelo, tendo em vista o momento crítico no qual se encontrava o debate em torno do tema. O desfecho estava próximo e, como veremos, não adiantou muito a beleza poética das palavras de Drummond.

⁷³¹ MARTINS, Roberto. *Op. Cit.* p.175.

⁷³² *Ibid*, p.176.

⁷³³ Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1737>. Consultado em 03 de jun. 2009. De acordo com o site, o texto foi publicado no *Jornal do Brasil* do dia 28 de jul. 1979. Atualizamos a ortografia.

O general João Batista Figueiredo, que assumiu o governo em março sucedendo o general Ernesto Geisel, estava cada vez mais pressionado. Em agosto, contando apenas cinco meses na presidência, ele já havia enfrentado cerca de 83 greves espalhadas por 12 Estados.⁷³⁴ A economia estava marcada por altos índices inflacionários devido à crise internacional no preço do petróleo. Nesse cenário, o governo, no que ele chamava de reformas políticas, decidiu enviar o projeto de lei de anistia para o Congresso. No dia 15 de agosto, o deputado Ernani Sátiro (ARENA-PB)⁷³⁵, relator do projeto do governo, apresentou seu parecer no qual acolheu 67 emendas integralmente e uma parcialmente.⁷³⁶ Aquele foi o texto levado à votação.

No dia 21 começaram os debates e os representantes do governo afirmaram que não aceitariam ampliar o texto do deputado da ARENA.⁷³⁷ Enfim, no dia 22 de agosto, a lei foi votada. Em várias cidades do país aconteceram intensas manifestações públicas, onde não faltaram shows de artistas solidários e várias personalidades.⁷³⁸ No Congresso Nacional, por mais espantoso que possa parecer, a emenda em que a anistia aparecia mais ampla e irrestrita era a do deputado da ARENA do Rio Grande do Norte, Djalma Marinho. Era o texto que o governo não poderia deixar passar. A proposta do general João Batista Figueiredo teria que ser aprovada sem qualquer alteração. E conseguiu.

Após nove horas de sessão, onde não faltaram gestos obscenos, torcidas organizadas – a do governo contou com 800 recrutas da Aeronáutica à paisana – e até troca de socos entre os deputados José Maurício (MDB-RJ) e Nagib Haickel (ARENA-MA), a lei foi aprovada por uma diferença de apenas cinco votos. Governo 206 e oposição 201. Esse resultado demonstra como o processo foi difícil. Mas algo ficou incompleto.

Na sua coluna diária do *Jornal do Brasil*, o jornalista Castello Branco escreveu que “a campanha continuará. A anistia não produziu todos os seus efeitos em favor da conciliação”.⁷³⁹ O MDB afirmou que a luta continuaria.⁷⁴⁰ A Ordem dos Advogados do Brasil declarou que iria lutar pela ampliação da anistia no judiciário.⁷⁴¹ Mesmo assim, percebe-se

⁷³⁴BN - *Jornal do Brasil*, 19 de ago. 1979, capa e p.30.

⁷³⁵ Sigla de Aliança Renovadora Nacional, foi o principal partido de sustentação do governo civil-militar.

⁷³⁶BN - *Jornal do Brasil*, 16 de ago. 1979, p.04.

⁷³⁷BN - *Jornal do Brasil*, 22 de ago. 1979, p.03.

⁷³⁸ No Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, ocorreram várias manifestações nos dias que antecederam a votação da lei. Na capital carioca o cantor Fagner e a atriz Zezé Mota foram destacados. Cf. Revista *Veja*, 29 de ago. de 1979, p.21-22. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 01 de jun. 2009.

⁷³⁹BN - *Jornal do Brasil*, 23 de ago. 1979. p.02.

⁷⁴⁰Ibid, p.04.

⁷⁴¹Ibid, p.07.

que não ficou a impressão de uma derrota total. No jornal *O Pasquim*, conhecido veículo contestador do regime civil-militar, a observação de que:

“Apesar de tudo, não se pode negar que a pressão exercida pela mobilização popular em torno da Anistia foi a grande vencedora de toda essa batalha. Muito embora não se tenha libertado todos os presos, não se pode esquecer que a greve de fome dos presos políticos [...] ‘emocionou a opinião pública e terá causado, pelas suas repercussões, danos muito graves que retirarão a aprovação do projeto do governo o sabor de uma primeira grande vitória do Presidente’”.⁷⁴²

Do lado do partido de sustentação do governo, a ARENA, o seu presidente José Sarney comemorou a decisão do Congresso, afirmando que aquela decisão foi uma vitória do Presidente João Figueiredo. Para Sarney, “foi a etapa mais difícil da abertura política”.⁷⁴³ Uma das vozes mais lúcidas naquele momento foi a do Secretário-Geral de CNBB, Dom Lúcio Mendes de Almeida. Segundo ele ‘a expectativa pela anistia criou uma esperança no povo maior que a própria anistia [...]’.⁷⁴⁴ Dom Lúcio ainda defendeu a necessidade de o projeto de anistia vir a ser complementado por medidas urgentes que garantam toda a extensão do processo de reconciliação nacional.⁷⁴⁵

As greves de fome, que já duravam 32 dias, foram suspensas. Nos dias seguintes, vários presos políticos começaram a deixar as prisões e, em um clima de expectativa e certa tensão, foram preparados os retornos dos líderes políticos mais destacados no exílio, Brizola e Miguel Arraes. Cerca de 100 presos políticos não comemoraram. Eles estavam incluídos no que a lei chamava de condenados por “crimes de sangue”: assalto a banco, sequestros e assassinatos. Para os demais, os anos de chumbo tinham passado. Contudo, a lei ainda teria que passar por importantes modificações para que diminuíssem suas “estranhezas”.

Na observação de Daniel Aarão Reis Filho, analisando a aprovação do texto, “foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da *anistia recíproca*, em que torturadores foram anistiados com os torturados”.⁷⁴⁶ Ocorreu aqui no Brasil, um perdão de si para si, as forças repressivas colocando-se no papel de agressor e vítima ao mesmo tempo. Um perdão problemático. O que aconteceu de fato foi a aprovação de uma lei *parcial, limitada e restrita*, além da reciprocidade já mencionada, conseguida pelos militares através da introdução da expressão “*crimes conexos*” no corpo da lei. Esse foi o

⁷⁴² ABI – Biblioteca. *O Pasquim*, 31 de ago. 1979, p. 14-15.

⁷⁴³ BN - Jornal *O Globo*, 23 de ago. 1979.

⁷⁴⁴ Ibid. p. 11.

⁷⁴⁵ Ibid.

⁷⁴⁶ REIS FILHO, Daniel A. *Op. Cit.* p.70.

resultado inicial de pelo menos três anos de embates. Podemos dizer que para muitos foi uma verdadeira vitória, para outros, derrota. Segundo Carlos Fico,

“A compreensão de que a Lei da Anistia foi, de algum modo, o resultado de uma negociação é importante para a sua atual interpretação. Se quisermos falar em “espírito da lei” ou em “vontade do legislador”, parece indiscutível que a inclusão do perdão aos “crimes conexos” contempla, precisamente, a intenção de impedirem-se os tais “revanchismos”, isto é, trata-se claramente do perdão aos torturadores. Estava subjacente que, para conseguir-se o retorno dos exilados, o regresso dos banidos e a reabilitação das pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos, era necessário pagar-se tal preço. Várias pessoas ficaram insatisfeitas com essa negociação; politicamente, elas foram derrotadas: o modelo vitorioso foi o que contemplou o mecanismo da conciliabilidade e não o do confronto”.⁷⁴⁷

5. E os marinheiros?

O que tinha nessa lei que interessava aos marinheiros de 1964? Os subalternos seriam reintegrados à Marinha? Eles seriam reabilitados?

A Lei 6.683/79 favorecia todos que, no período compreendido em 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes; crimes eleitorais; e os aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. Entre os incluídos estavam os militares punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.⁷⁴⁸ A lei ainda definiu que os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderiam, nos cento e vinte dias subsequentes à sua publicação, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo.⁷⁴⁹ Cada servidor público deveria requerer seus direitos ao respectivo Ministério ao qual estava ligado. No caso dos marinheiros, os requerimentos deveriam ser remetidos ao Ministério da Marinha.

Em outubro a lei foi regulamentada através do Decreto 84.143/79.⁷⁵⁰ Nesse documento constavam as condições para que os militares obtivessem o direito a retornar ao serviço ativo das Forças Armadas. Entre as condições estavam a aptidão física; o conceito profissional e moral, levando-se em conta os registros anteriores à saída da Força; e não ter atingido as idades-limite ou tempo de permanência no serviço ativo. Percebe-se que não seria fácil o caminho dos rebeldes de 1964. Como pontuou Glenda Mezaroba,

⁷⁴⁷FICO, Carlos. *Anistia, tortura e terrorismo*. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Consultado em 08 de mar. de 2009.

⁷⁴⁸BRASIL. Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 84.143, de 31 de outubro de 1979. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Consultado em 07 de out. 2008.

⁷⁴⁹Ibid, Artigo 2º.

⁷⁵⁰BRASIL. Decreto 84.143/79. Regulamenta a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84143.htm. Acesso em 01 de fev. 2009.

“mais do que resolver – ou encerrar, como queriam os governantes de então – a questão das punições envolvendo os perseguidos políticos do regime militar, a aprovação da Lei da Anistia, pelo Congresso Nacional, em 1979, assinala o início do que viria a constituir o processo de acerto de contas do Estado brasileiro, pelas arbitrariedades cometidas entre 1964 e 1985”.⁷⁵¹

O caso da anistia dos marinheiros de 1964 exemplifica bem essa observação. Ao invés de ser o fim de uma tormenta, principalmente para os expulsos, ao invés de ser o ponto final de uma viagem que iniciaram em 1962 quando fundaram a AMFNB, a lei de 1979 marcou o início de um novo período de lutas e decepções. Mas devemos ressaltar, que para os marinheiros exilados, ela foi recebida com grande euforia. O marinheiro Paulo Conserva relembrou o momento em que teve notícia da aprovação da lei:

“Sonhava assim no meu apartamento do hotel em Berlim quando o telefone tocou. Era Mauro Bejarano, colega uruguaio também exilado, anunciando que o general Figueiredo assinara o Decreto de anistia. [...] Saí disparado para o jornal [onde trabalhava], após um bom trago de vodka. Meia hora (sic) depois lia o despacho da ‘France Press’, entre os abraços dos companheiros do ‘Pratse’, correspondentes do jornal theco em Berlim. Na primeira esquina comemoramos mais tarde a boa nova”.⁷⁵²

A partir daquele momento uma nova vida. Mas inúmeros procedimentos teriam que ser seguidos. Para os que tinham punições a cumprir, percebemos pela documentação consultada que não houve grandes problemas e as punições foram anuladas.

Em 20 de junho de 1980, o juiz Antônio Carlos de Seixas Telles extinguiu as punições do grumete Jonas Clemente Barros [suplicante] e mais 19 marinheiros, com base no artigo 1º, parágrafo 1º de Lei 6.683/79. Em 12 de setembro do mesmo ano, a juíza Rosali Cunha Machado Lima declarou anistiado das penas o marinheiro Raul Alves do Nascimento, um dos marujos mais atuantes da AMFNB.⁷⁵³ Percebemos, através desses exemplos, que a anistia jurídica, ou seja, a extinção das punições, não foi difícil para muitos marinheiros. A questão seria conseguir outros benefícios, a exemplo de reintegração [na reserva remunerada], promoções e indenizações etc. Nesses casos, a travessia foi muito mais difícil.

Os procedimentos formais, como constavam na lei, foram sendo feitos. No entanto, ao entrarem com requerimentos nos órgãos da Marinha, os pedidos eram negados

⁷⁵¹ MEZARROBA, Glenda. *O preço do esquecimento : as reparações pagas às vítimas do regime militar*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Área de concentração: Direitos Humanos) - Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, p.12.

⁷⁵² CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p.153.

⁷⁵³ Essas decisões judiciais constam em um material encadernado que faz parte do acervo da UMNA. Consultamos os processos devido à gentileza do senhor Dílson da Silva, Presidente daquela entidade na ocasião.

indistintamente. A alegação principal da instituição armada era que eles tinham sido punidos por questão disciplinar e não por envolvimento político.

Uma ressalva! Não é prudente incluímos todos os marinheiros punidos em 1964 como parte de um conjunto homogêneo de atingidos. O tipo de punição sofrida implicou em casos específicos de reparações. Dessa forma, o *licenciamento* e a *expulsão* foram formas distintas de exclusões, as quais resultaram em diferentes casos no processo de luta pela anistia.⁷⁵⁴ O *licenciamento* é a não renovação do compromisso de continuar na Força Armada, uma espécie de dispensa de incorporação para os militares sem estabilidade assegurada e sem comprovação de que o militar cometeu algo passivo para ser punido com a expulsão, embora alguns militares estabilizados tenham sido licenciados. A *expulsão* se dava no caso de militares enquadrados nos regulamentos nos quais essa pena era prevista [geralmente os denunciados por *crime militar*] independente do tempo de serviço. No caso dos militares casados, e que tinham mais de 10 anos de serviço - os estabilizados - suas esposas ficaram com o direito de receber suas remunerações. Para isso, estes militares tiveram de ser considerados *mortos*. Já os marinheiros sem estabilidade poderiam tanto ser expulsos quanto licenciados. De modo geral, os licenciados tiveram uma vida menos conturbada, podendo trabalhar normalmente após a saída da Marinha.⁷⁵⁵ Ambas categorias poderiam sofrer processos na Justiça Militar e assim entrarem na condição de *condenados*.

O soldado Coutinho, expulso em 1964 por ter aderido ao movimento dos marinheiros quando sua missão era reprimir, relatou-nos que:

“Os marinheiros foram atendidos porque foram atingidos por Atos Institucionais, mas os requerimentos eram negados com o argumento de que não possuíam amparo legal. A Marinha dizia que tínhamos sido punidos com base na legislação comum. Era um indeferimento mentiroso, era um indeferimento maldoso, porque hoje nós temos certidões do Tribunal Superior Militar, temos documentos da Marinha de Guerra do Brasil emitidos desde as nossas expulsões em 64, que atestam que nós fomos punidos pelo artigo 7º do Ato Institucional nº1 de 09 de abril de 1964”.⁷⁵⁶

Naquela altura, a maioria dos requerentes não tinha acesso a documentos que comprovassem a atividade política da AMFNB, embora todos tivessem a certeza que o motivo das punições tinha sido a politização da entidade que fundaram. A AMFNB havia sido extinta logo após o golpe e os documentos referentes aos processos, expulsões e licenciamentos estavam sob o controle da própria Marinha, que não liberava o acesso. A Marinha demonstrava que não estava disposta a “perdoar”, a não esquecer as cenas dos

⁷⁵⁴ Documentário *UMNA, 25 ANOS*, 2008. Depoimento de Paulo Novaes Coutinho.

⁷⁵⁵ *Ibid.*

⁷⁵⁶ *Ibid.*

marujos de 1964. Falamos aqui em perdão, no sentido empregado por Olivier Abel, onde esse ato abre a possibilidade de um outro mundo, construindo um compromisso de abandonar a disputa e edificar uma nova relação.⁷⁵⁷ A partir dessa demonstração da instituição de que não estava disposta a *conciliar*, inúmeros foram os caminhos escolhidos pela marujada para pleitear a conquista das reparações.

De acordo com Avelino Capitani, ao receberem os indeferimentos por parte da Marinha, vários marinheiros,

“[...] entraram com um mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, julgado em 1981. O relator foi o Ministro Ramallete considerado, na época, um homem liberal [...]. No julgamento, presenciado por 80 marinheiros, ele voltou contra, e os outros ministros seguiram seu voto. Foi um julgamento essencialmente político, similar ao que tivemos em 1964 [...]”.⁷⁵⁸

O julgamento do mérito desse mandato de segurança também faz parte das memórias de outros marinheiros. Para Raimundo Porfírio da Costa, presidente do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania (MODAC), Clóvis Ramallete foi um dos incentivadores da ação,

“mas na hora da votação foi uma tristeza, foi uma decepção para nós, porque ele respondeu dizendo as seguintes palavras: ‘aquela casa não podia anistiá-los porque eles não eram cidadãos, não votavam e não eram organizados perante a sociedade. Eram soldados, apenas soldados’. Aquilo foi um tiro de misericórdia em nossas esperanças”.⁷⁵⁹

Coincidentemente, foi nesse mesmo ano que a primeira obra editorial sobre o *cabo* Anselmo foi lançada e alcançou grande repercussão. O livro do jornalista Marco Aurélio Borba, *Cabo Anselmo – a luta armada ferida por dentro*, explorava a temática do agente duplo.⁷⁶⁰ Um ano antes, mais precisamente em janeiro de 1980, Anselmo foi tema de uma grande reportagem da revista Playboy. A longa matéria foi elaborada pelo mesmo Borba que publicaria o livro em 1981.⁷⁶¹ Não é possível precisarmos até que ponto a trajetória do líder dos marinheiros de 1964, agora como o grande traidor das esquerdas, influenciou ou não na decisão dos ministros da mais alta corte da justiça do país, mas a partir daquele momento, o fantasma de José Anselmo estaria a todo instante acompanhando a luta de seus ex-companheiros pela anistia.

⁷⁵⁷ ABEL, Olivier. *Op. Cit.* p.60-67.

⁷⁵⁸ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p. 72

⁷⁵⁹ Entrevista de Raimundo Porfírio da Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. 2009.

⁷⁶⁰ BORBA, Marco Aurélio. *Op. Cit.*

⁷⁶¹ BORBA, Marco Aurélio. “Cabo Anselmo – Agente duplo”. Revista Playboy, nº54, jan.1980.

Depois dessa nova derrota, os “imperdoáveis” partiram para a tentativa de se organizarem em associação, mas o processo não foi fácil. As lembranças do período em que participaram da AMFNB faziam com que muitos marinheiros e fuzileiros resistissem em construir outra entidade coletiva. “Foi uma dificuldade para engajar companheiros, porque eles já estavam resabiados desse negócio de associação, eles fugiam”, relembrou Porfírio. Após essa nova fase de recrutamento, eles conseguiram fundar, no ano de 1983, a União dos Militares Não-Anistiados (UMNA).⁷⁶² Reunidos assim, poderiam enfrentar juntos os obstáculos que encontrariam nos tensos mares em busca das reparações e da reintegração na sociedade, sem medo ou vergonha do passado. Para alcançar tais objetivos, o primeiro passo era encontrar provas que indicassem a questão política no movimento do qual participaram.

Em 1984, no contexto dos 20 anos do golpe e dos cinco anos da lei de anistia, novas “aparições” do “cabo” Anselmo com grande repercussão. Era a primeira vez que ele falava sobre sua trajetória. Uma entrevista concedida ao jornalista Octávio Ribeiro, publicada na revista *Isto É* em março daquele ano, foi o prelúdio para a publicação do livro de autoria do mesmo jornalista.⁷⁶³ Mais uma vez, uma obra que fazia referência a Anselmo alcançava grande repercussão. Enquanto isso, centenas de marinheiros, ao largo de toda essa polêmica, tentavam conquistar nos subterrâneos, o direito à anistia. No mesmo mês do lançamento do livro, abril, o jornal *O Pasquim* “descobre” esses personagens e lhes possibilita participar do debate, divulgar seus anseios e suas versões. A edição do dia 12 publicou entrevista com dois ex-praças da Marinha que falavam da dificuldade que estavam enfrentando para conseguirem o estatuto de anistiados políticos. Nas palavras de Eunício Prescílio Cavalcanti, naquela época anistiado juridicamente apenas para efeito de extinção das punições,

“Não houve uma anistia no Brasil. Do ponto de vista real, ou seja, uma anistia que significasse esquecimento das punições políticas de 64, não houve anistia. Dizemos que houve uma anistia, mas apenas do ponto de vista político. O povo conquistou um espaço, né? Diversos políticos, como o atual Governador do Rio [Leonel Brizola], como Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, foram anistiados e muitos até disputaram cargos eletivos. Mas essa anistia atingiu apenas, e assim mesmo parcialmente, 10 por cento das pessoas punidas em 64.”⁷⁶⁴

Segundo a visão do cabo Uchôa Cavalcanti

“Quando o Presidente Figueiredo anunciou o projeto de anistia, a nação inteira o ouviu dizer, abraçado ao irmão Guilherme, que ‘ninguém mais do que eu conhece a dor de ser órfão do pai vivo’. E é esta a situação hoje desses 6 mil marinheiros, que

⁷⁶² Posteriormente a UMNA passou a se chamar *Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia* com o objetivo de evitar o esvaziamento da entidade. Documentário UMNA, 25 ANOS. Depoimento de Paulo Novaes Coutinho.

⁷⁶³ RIBEIRO, Octávio. “Cabo Anselmo conta tudo”. Revista *Isto É*, 28 de mar. 1984; e *Op. Cit.* 1984.

⁷⁶⁴ ABI – Biblioteca. *O Pasquim*, 12 de abr.1984.

são socialmente considerados mortos. Suas esposas recebem a pensão militar, o que caracteriza a morte do esposo. Tanto é que na Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Marinha está lá na ficha desse pessoal: ‘Viúva de fulano de tal, reputado falecido’. O que é um desrespeito das autoridades com o próprio presidente, que, em suas palavras, diz não existir mais esse tipo de injustiça no país”.⁷⁶⁵

Fora o exagero no número de marinheiros punidos, as palavras do cabo Uchôa trazem a lume outro aspecto interessante nesse processo de anistia dos marinheiros de 1964: a questão do recurso utilizado pela Marinha com o objetivo de “reparar” um erro cometido quando licenciou militares sem o devido procedimento jurídico. Considerar o militar como “morto” foi um artifício utilizado pela instituição para que as esposas dos insubordinados tivessem direito à pensão remuneratória, conforme já ressaltamos e, dessa forma, evitar prováveis ações judiciais. Era uma espécie de tentativa de silenciar os injustiçados. Para os oficiais reformados e praças estabilizados que foram expulsos, o amparo para o pagamento da pensão às esposas estava na Lei 3.763 de 1960 que trazia o seguinte texto:

“Art. 20. O oficial da ativa, da reserva remunerada ou reformado, contribuinte obrigatório da pensão militar, que perde posto e patente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente. Parágrafo único. Nas mesmas condições, *a praça contribuinte da pensão militar com mais de 10 (dez) anos de serviço, expulsa ou não relacionada como reservista por efeito de sentença ou em virtude de ato da autoridade competente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente*”.⁷⁶⁶ [Grifo meu]

O Artigo 22 da referida lei, explica de certa forma as palavras do cabo Uchôa:

“Art. 22. O militar que, ao falecer, já preencha as condições legais que permitem sua transferência para a reserva remunerada ou reforma, em posto ou graduação superior, será considerado promovido naquela data e deixará a pensão correspondente à nova situação [...]”.⁷⁶⁷

A situação dos licenciados só foi resolvida em 1966 com a publicação da Lei 5.036, que na forma de ementa estendia os benefícios da pensão militar a herdeiros dos ex-praças da Marinha, que foram *licenciados* do serviço ativo, em decorrência de atos de indisciplina, ocorridos em março de 1964. Assinalava o texto dessa lei que:

“Às ex-praças da Marinha licenciadas do Serviço Ativo, em decorrência de atos de indisciplina ocorridos em março de 1964, e que contavam na data do licenciamento

⁷⁶⁵ Ibid.

⁷⁶⁶ BRASIL. LEI 3.765, DE 04 DE MAIO DE 1960 – Dispões sobre as pensões militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L3765.htm>. Consultado em 11 de mai. 2009.

⁷⁶⁷ Ibid.

mais de 10 (dez) anos de serviço, aplicam-se as disposições do parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960”.⁷⁶⁸

Seguindo-se à publicação das entrevistas de Eunício e Uchôa Cavalcanti, *O Pasquim* explorou, em duas edições seguidas, reportagens que tinham Anselmo como tema principal.⁷⁶⁹ Até aquele momento, nenhum sinal de que o marinheiro traidor teria solicitado sua anistia política. Ironicamente, ele foi o único a ser inserido na primeira relação dos cassados do AI-1, situação essa que lhe daria o direito de ser anistiado já no primeiro momento.⁷⁷⁰

Em 1985, a “lei do esquecimento” sofreu seu primeiro acréscimo. A Emenda Constitucional 26 de 27 de novembro, ampliou os efeitos da de 1978.⁷⁷¹ Por ocasião da votação dessa Emenda os marinheiros organizaram uma grande caravana em direção a Brasília. Já estavam organizados socialmente e através de pressões a políticos, vislumbravam obter vitórias nas votações que aconteceriam no Congresso Nacional. A intenção era incorporar na “Lei da Amnésia”, dispositivos que dirimissem qualquer dúvida quanto à condição de anistiados que lhes era garantida. Naquela altura, os esforços para conseguir documentos favoráveis às suas aspirações já mostravam resultados. Documentos confidenciais e segretos foram “desarquivados” e começaram surgir provas de que a exclusão daqueles praças tinha sido por envolvimento político. A disputa ganhou outra direção, o “perdão difícil” se tornaria possível com as provas em mãos. Ironicamente, os documentos comprovariam que eles realmente haviam participado de ato político, o único que a anistia poderia perdoar, esquecer. Claro que um esquecimento comandado,⁷⁷² artificial, problemático. Um documento ajudaria no início dessa virada. Na *Exposição de Motivos 138*, datada de 21 de agosto de 1964, o então Ministro da Marinha, Ernesto de Mello Baptista, expõe ao Presidente da República que:

“não convém ao Serviço Naval a permanência na Marinha de cerca de oitocentos (800) marinheiros e fuzileiros navais, que, embora indiciados pelo Encarregado do Inquérito, deixaram de ser denunciadas pela promotoria militar e, bem assim, de

⁷⁶⁸ BRASIL. LEI 5.035, DE 17 DE JULHO DE 1966. Estende as praças licenciadas, nas condições que especifica, o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91087>. Consultado em 12 de mai. 2009.

⁷⁶⁹ ABI – Biblioteca. *O Pasquim*, 19 e 26 de abril de 1984.

⁷⁷⁰ Disponível em: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_10.htm. Consultado em 27 mai.2009.

⁷⁷¹ Emenda Constitucional nº26/1985 convoca a Assembléia Nacional Constituinte e em seu Art.4º, parágrafo 3º, garante promoções a civis e militares anistiados como se na ativa estivessem. BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985. Convoca Assembléia Nacional Constituinte e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103918/emenda-constitucional-26-85>. Consultado em 30 de mai. 2008.

⁷⁷² RICOUER, Paul. *Op. Cit.* p.459.

umas tantas outras praças cujas ações ou omissões continuam sendo objeto de investigação”.⁷⁷³

Nesse mesmo texto, o Ministro solicitou autorização para licenciar, “qualquer que seja o tempo de incorporação, engajamento, reengajamento ou compromisso, todas as praças não atingidas pelas medidas de expulsão, mas de alguma forma envolvidas nos acontecimentos (...)”.⁷⁷⁴ Os acontecimentos aos quais o Ministro se referia no expediente oficial, dizem respeito aos três dias nos quais os marujos e fuzileiros permaneceram no Sindicato dos metalúrgicos. Na verdade, fica claro na Exposição de Motivos, que o Ministro apenas solicitara autorização para fazer a “limpeza” que desejava realizar naquela Força Naval. O despacho do General-Presidente Castelo Branco, simplesmente foi: “Autorizo”.⁷⁷⁵

Esse é o documento, que segundo Raimundo Porfírio, marcou o início de uma nova fase para os marinheiros que solicitaram anistia. Porfírio destaca que foi o cabo José Uchôa Cavalcanti quem conseguiu resgatar aquele expediente oficial. Segundo ele, Uchôa sabia até qual era a gaveta em que ele se encontrava. Por intermédio de amigos que deixou na Marinha, o cabo obteve sucesso em sua missão de reaver aquele instrumento tão importante para as aspirações da marujada.⁷⁷⁶ Foi montado um “dossiê” e mais uma vez, Brasília foi o destino.

Estamos no ano de 1985 e o país vivenciava o início da redemocratização política. Nesse contexto, estava em pauta a votação da convocação de uma Assembleia Constituinte. Paralelamente à convocação, o tema da anistia também estava em pauta, entraria na mesma lei, por isso os marinheiros se mobilizaram e foram a Brasília. A viagem para acompanhar a votação da Emenda que poderia incluir os marinheiros foi assim lembrada nas memórias de Otacílio dos Anjos Santos:

“Nós fomos para Brasília com um ônibus de uma Empresa de Nova Iguaçu, da Baixada, com um bocado de pão, dois vidros grandes de maionese e uma meia dúzia de caixinhas de coca-cola. Dormimos em um acampamento cheio de barro, cheio de lama e forramos jornais. Quem alugou o ônibus foi Tereza Raquel, João Saldanha [...] e Mário Lago”.⁷⁷⁷

Nas memórias de Raimundo Porfírio:

“Em 1985, Ulysses Guimarães nos prometia que era uma questão de honra para o Congresso anistiar os marinheiros. Na época era a única anistia que faltava [...]. Na

⁷⁷³ Exposição de Motivos 139, de 21 de agosto de 1964 do Ministro da Marinha, Acervo da UMNA. Documento cedido ao autor pelo Sr. Dílson da Silva.

⁷⁷⁴ Ibid.

⁷⁷⁵ Exposição de Motivos 139, de 21 de agosto de 1964 do Ministro da Marinha, Acervo da UMNA. Documento cedido ao autor pelo Sr. Dílson da Silva.

⁷⁷⁶ Entrevista de Raimundo Porfírio da Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. 2009.

⁷⁷⁷ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008.

primeira sessão ele votou a favor, mas como se tratava de Emenda Constitucional, tinha que ter duas votações. Fizemos uma greve de fome no tapete verde do Congresso Nacional. No dia seguinte, Ulysses foi condecorado em São José dos Campos e fizeram pressão para que ele recuasse. Na segunda votação ele retirou o voto dele e tomou uma vaia bem grande. Éramos cerca de 300 marinheiros e familiares. A gente tinha passado cerca de três dias lá [...]. A atriz Bete Mendes, na época era Deputada Federal, pediu chorando: ‘pelo amor de Deus vocês tenham calma, perseverança, fé em Deus, que vocês vão ter a anistia de vocês. O doutor Ulysses está muito pressionado, vocês não façam nada que venha trazer problemas para o Congresso[...]’.⁷⁷⁸

Mesmo após a derrota na votação, foi possível introduzir um substitutivo que deu a possibilidade de os marinheiros buscarem anistia no Judiciário.⁷⁷⁹ Paulo Novaes Coutinho reforçou essa informação, afirmando que “a partir de 1985 os advogados passaram a entrar com ações na Justiça Federal pleiteando a anistia dos cabos e soldados e começaram a ganhar várias ações”.⁷⁸⁰

Após todo esse embate no Congresso, a Emenda Constitucional 26/1985⁷⁸¹ acrescentou o direito às promoções a civis e militares como se estivessem em serviço ativo. Um dos requisitos era ter sido punido por Atos Institucionais, Complementares ou de *Exceção*. Esse último tipo de ato foi uma novidade em relação à lei de 1979, mas que não possibilitou uma interpretação favorável aos marinheiros. A Marinha continuava alegando que eles tinham sido punidos com base na Lei do Serviço Militar, ou seja, na legislação comum, e esse argumento foi aceito pelos deputados e senadores em 1985.

Já nos tribunais, a história seria diferente. Através de farta documentação que lhes serviam como provas contundentes, os requerentes passaram a contratar advogados com o objetivo de entrar com as ações nos tribunais competentes.

Na Justiça Federal, os “excluídos” da anistia obtiveram vitórias nas primeiras instâncias. Juízes e juízas buscavam informações sobre aqueles sujeitos, analisavam o contexto histórico e davam ganho de causa a marujos e fuzileiros. Em um desses despachos, a Juíza Federal Tânia de Melo Bastos, em 4 de junho de 1986, julgou procedente o pedido:

“ [...] para condenar a União Federal a transferir os autores para a inatividade remunerada na forma acima, com pagamento de pensão aos dependentes dos autores já falecidos (...), como se apurar em liquidação, com efeitos financeiros a partir da referida Emenda Constitucional, corrigido até fevereiro/86 quando se

⁷⁷⁸Entrevista de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. de 2009.

⁷⁷⁹Ibid.

⁷⁸⁰Paulo Novaes Coutinho. Documentário *UMNA – 25 anos*. Rio de Janeiro, 2008.

⁷⁸¹BRASIL. *Emenda Constitucional 26/1985, Op. Cit.*

converterá em cruzados, acrescido de juros e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da execução”.⁷⁸²

Nota-se, no despacho da juíza, a determinação em conceder não só a anistia política, mas também as reparações financeiras devidas, que nesse período já estavam presentes na legislação reformada em 1985. Nesse mesmo processo a Marinha recorreu, através dos Advogados da União, ao Tribunal Federal de Recursos – TRF, alegando que: “Esse retorno ou reversão se submete necessariamente à existência de vaga e ao interesse da Administração, conforme estabelece o Art. 3º da Lei 6683/79”. Realmente, não se pode negar que o artigo invocado dava uma ampla margem de interpretação favorável aos órgãos públicos. Em seu corpo, o artigo trazia o seguinte texto:

“O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, *condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração*”.⁷⁸³ [Grifo nosso]

No entanto, a determinação judicial se referia a transferência para a inatividade remunerada e não o retorno ao serviço ativo, situação limitada pela lei. Não deu outra. Nos votos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, transcrições literais das apelações elaboradas pelos advogados da União.

“Tratava-se de militares expulsos com base em legislação disciplinar e aos quais se negaram os efeitos de anistia, ao fundamento de que foram punidos com base em legislação ordinária, por se terem tornado prejudiciais à ordem pública e à disciplina”.⁷⁸⁴

Cada derrota como essa, significava despesas com honorários advocatícios, gastos com viagens, desgaste emocional. O ideal seria continuar na luta pela anistia política, através de uma lei clara, objetiva, que não desse margem à interpretações dúbias. Isso evitaria os longos processos na justiça e tornaria o processo menos doloroso e desgastante. Eis que surge uma nova oportunidade...

⁷⁸² Ação Ordinária interposta por Valdomiro Correia da Silva e outros. Acervo da UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia.

⁷⁸³ BRASIL. Lei 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Consultado em 07 de out. 2008.

⁷⁸⁴ Votos dos Ministros Clóvis Ramalhete e do Ministro Rafael Mayer. Acervo da UMNA.

6. A Constituição Federal de 1988

Em 1987 estava em pauta na agenda política brasileira os preparativos para a votação de uma nova Constituição Federal. Um dos temas em questão tratava justamente da anistia de militares punidos, oficiais e praças, durante o regime autoritário. Porém, por se tratar de um número expressivo e tendo em vista que os rebeldes marujos de 1964 ainda eram “bem” lembrados, o caso da marujada era um dos mais destacados. Naquele ano, falava-se sobre a *Comissão de Sistematização* da Carta Constitucional em elaboração. Em novembro, o *Jornal do Brasil* noticiou uma reunião ocorrida no apartamento da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) onde participaram os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e José Agripino Maia (PFL-RN), e os deputados Antônio Brito (PMDB-RS) e Konder Reis (PDC-SC), onde trataram da questão dos militares não-anistiados. De acordo com a reportagem:

“os ministérios militares insistiam que a anistia era uma questão encerrada, que não comportaria nenhuma inovação. Os cassados pediam a reintegração dos oficiais punidos, marinheiros e praças da Aeronáutica, punidos por atos administrativos com motivação política e não alcançados pelo benefício. No projeto de constituição prevaleceu a posição sustentada pelos militares. Há sinais, porém, de evolução dos chefes militares em relação à extensão da anistia aos marinheiros e praças da Aeronáutica. As resistências, fortíssimas há alguns meses, diminuíram, inclusive, porque o judiciário tem dado ganho de causa a vários marinheiros. Os ministérios da Marinha e da Aeronáutica já avaliam o desgaste que sofreriam se a questão se eternizasse na justiça”.⁷⁸⁵

Na mesma matéria, chama atenção o fato de que uma das vozes mais atuantes em favor dos marujos foi a da anfitriã Sandra Cavalcanti, representante do partido que havia sucedido a ARENA, que era a sigla que de sustentação ao regime. Falando em nome do Partido da Frente Liberal (PFL), a deputada se mostrava otimista com as possibilidades de entendimentos e afirmou que, caso as articulações falhassem, iria defender na tribuna a anistia para os marinheiros e praças da Aeronáutica, aliando-se com a esquerda na votação. ‘Eu acho um absurdo que as mulheres desses soldados continuem a ser tratadas como viúvas de maridos vivos. Por uma questão de humanidade, a anistia tem de sair para eles também’, teria dito a deputada.⁷⁸⁶

No entanto, três dias depois, o resultado da votação daquela *Comissão* expressou o conservadorismo que ainda prevalecia na “Casa do povo”. Centenas de marujos presenciaram vários políticos, das esquerdas e das direitas, votarem contra o projeto que ampliava a Lei de

⁷⁸⁵ BN - *Jornal do Brasil*, 13 de nov. 1987, p.04.

⁷⁸⁶ Ibid.

1979, e alguns teriam tentado agredir os parlamentares. Mais uma vez, parte da imprensa explorou o assunto:

“A Comissão de Sistematização rejeitou emenda dos deputados Wilson Souza (PMDB-SC) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) e do senador Jamil Haddad (PDC-RJ) que estendia aos marinheiros a anistia de 1979. Foi mantido o texto do anteprojeto, o que provocou grande tumulto no final da sessão, com marinheiros que acompanhavam a votação das galerias descendo a plenário para tentar agredir os senadores Mário Covas (PMDB-SP) e Jarbas Passarinho (PDS-PA). Eram cerca de 300, que, das galerias, vaiaram a votação. Quando a sessão foi interrompida, grupos de cerca de dez cercaram os senadores separadamente, gritando-lhes palavrões e tentando agredi-los. ‘Traidor, traidor’, gritavam para Jarbas Passarinho, que votara contra três emendas ampliando a anistia, quando este saía pela porta dos fundos do plenário. ‘Eu não admito que os senhores venham aqui dentro para destratar um constituinte. Eu estou investido no voto popular para votar de acordo com minhas convicções. Não posso admitir esse tratamento’, disse Passarinho para o grupo que o cercou. [...] Mário Covas também ouviu gritos de ‘traidor’ e muito palavrão e foi interceptado por um marinheiro furioso. Os deputados Jutahy Magalhães (PMDB-BA) e Fernando Gasparian (PMDB-SP) seguraram o marinheiro, que se debatia”.⁷⁸⁷

Esse episódio demonstrou que a tolerância dos marujos com a injustiça cometida contra eles estava no limite. Ajudou também no sentido de perceberem que aquela luta ainda seria longa, e a necessidade de se organizarem politicamente para pressionar a classe política era uma questão quase que vital para os que pretendiam ser anistiados irrestritamente. Um novo capítulo estava para ser escrito logo no ano seguinte.

Em 1988, a *Assembleia Constituinte* se reuniu para votar a primeira *Carta Magna* após o regime ditatorial. Toda a mobilização dos marinheiros ao longo dos nove anos, desde a aprovação da primeira lei em 1979, finalmente surtiu efeito, e veículos de comunicações de abrangência nacional exploraram o tema em suas reportagens. Cabe-nos ressaltar, que grande parte daquela movimentação que existia da chamada classe média organizada no período 1975-1979, em relação à anistia,⁷⁸⁸ foi de certa maneira desmobilizada após terem alcançado os seus objetivos. A batalha dos subalternos da Marinha, excluindo apoios esporádicos, foi de certa forma uma luta particular. Mas finalmente, o isolamento foi quebrado e a sociedade tomaria conhecimento através de uma publicação de alcance nacional.

Em uma longa reportagem da revista *Veja* em junho de 1988, o título já dava uma noção do teor da matéria: *Marujos a ver navios*. O texto trazia uma retrospectiva do processo de anistia dos marinheiros e fuzileiros e dava uma dimensão exata de como se encontrava o debate naquele momento:

⁷⁸⁷ BN-Jornal do Brasil, 17 de nov. 1987, capa e p.02.

⁷⁸⁸ Ressaltamos que nesse contexto há reivindicações da classe média ligadas ao movimento das Eleições Diretas [Diretas-já] e criação de partidos políticos.

“Nos próximos dias, a Constituinte enfrentará uma sombra do regime instalado em 1964 e um dos temas mais polêmicos de todos os seus debates – a anistia militar. No plenário da Assembleia, nessa fase, em que votam as Disposições Transitórias da nova carta, será levantada pelo menos meia dúzia de emendas que procura ampliar, em graus diferentes, os direitos dos 2.673 militares que foram afastados do serviço através de punições políticas”.⁷⁸⁹

A reportagem falou ainda de uma proposta do chamado *Centrão*, grupo formado por políticos mais conciliadores, que melhoraria a vida de 492 oficiais e 672 suboficiais e sargentos cassados na deposição de João Goulart, ressaltando que no entender dos ministros militares, que geralmente tinham a mesma posição sobre o assunto, era a única proposta tolerável. Nota-se que não há referência nenhuma a cabos, soldados e marinheiros. Na ocasião, os três ministros militares se pronunciaram. Para o ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, não tinha possibilidade nenhuma de os ministros cederem mais do que essa proposta. O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, ‘os que tinham direito de ser reintegrados na sua função foram reintegrados, os outros estão na reserva e o resto é demagogia’.⁷⁹⁰ Para o ministro da Marinha, não se falava mais em anistia. ‘A anistia já foi dada’, declarou o almirante Henrique Sabóia.⁷⁹¹

Percebe-se nas palavras dos militares um total desrespeito pela soberania da Assembléia Constituinte. Como Poder Legislativo, a Constituinte tinha autonomia para aprovar qualquer texto em relação à Anistia sem que nenhum ministro pudesse contestá-la.

Além da proposta do *Centrão*, a emenda do deputado Mário Lima, do PMDB da Bahia, era tida como a mais radical em favor dos militares subalternos. Ela previa a reintegração dos cassados no quadro da ativa e o pagamento de todos os vencimentos atrasados. Entretanto, aquele projeto não era de interesse sequer dos militares atingidos. O comandante aviador Paulo Mello Bastos – integrante do CGT em 1964 e que esteve presente na assembléia de 25 de março de 1964 - e o oficial cassado da Marinha Paulo Henrique Ferro Costa – o mesmo que se pronunciou no dia 26 de março no Sindicato dos Metalúrgicos em favor dos marinheiros – afirmaram que ninguém mais queria vestir a farda e que aquela ideia da reincorporação já havia sido abandonada.

Naquela altura, a emenda que possuía as maiores chances de ser aprovada, segundo a reportagem, era justamente a que previa a “correção de uma antiga injustiça – a anistia aos 1509 marinheiros demitidos por atos administrativos em 1964”.⁷⁹² Naquela oportunidade o

⁷⁸⁹Revista Veja, 15 de jun. 1988. “Marujos a ver navios”, p.32-34. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Consultado em 10 de mai. 2009. Atualizamos a ortografia.

⁷⁹⁰ Ibid.

⁷⁹¹ Ibid.

⁷⁹² Ibid.

deputado Nelson Jobim, vice-líder do PMDB na Constituinte, declarou seu apoio e seu voto em favor da anistia dos marinheiros. A situação dos marinheiros foi colocada como injusta por qualquer parâmetro, já que haviam sido privados do emprego e do salário por questões políticas, sem direito a qualquer ressarcimento financeiro.

“Eles não apenas foram punidos como ainda ficaram sem excluídos de uma reparação, que alcançou oficiais e suboficiais com uma série de benefícios, como o recebimento do salário integral e a promoção, por antiguidade, até o posto máximo de coronel, providências embutidas nas anistias de 1979 e 1985. Ou seja, os oficiais que insuflavam a marujada a colaborar num golpe contra o Congresso foram indenizados, enquanto os marinheiros, depois de verem a prisão ou o desemprego, viram navios”.⁷⁹³

A Ordem dos Advogados do Brasil se pronunciou a favor dos marinheiros. O advogado Márcio Thomaz Bastos declarou que a injustiça já tinha sido feita e o único resgate possível era a indenização.⁷⁹⁴ Percebe-se nas palavras de Bastos, Ministro da Justiça no primeiro mandato do governo Lula, que o conceito de *Reparação* estava restritamente associado com a questão financeira.

As ameaças dos ministros militares, que se manifestaram com “veemência” contra a aprovação de uma anistia mais ampla por parte da *Assembleia Constituinte*, era um elemento a mais naquele debate que envolvia os marinheiros de 1964. O cumprimento por parte deles das decisões soberanas da Constituinte seria um sinal que aceitariam o jogo democrático, do contrário, ou seja, desrespeitando uma decisão que lhes fosse desfavorável, correriam também o risco de serem desrespeitados. O jogo ainda não tinha terminado, e os marinheiros estavam no centro do conflito.

Para não contrariar a tradição de toda reportagem que tinha os marinheiros como tema, o caso Anselmo foi lembrado. Naquela ocasião o *cabo* ainda não cogitava pedir anistia. A reportagem dizia que Anselmo foi beneficiado por uma anistia privada da máquina de repressão política. Tinha ganhado uma identidade nova, sustento por um período e emprego.⁷⁹⁵ Dessa forma, o tema dos marinheiros estava na ordem do dia do debate nas votações daquela Carta Constitucional. Mais uma vez os marujos se mobilizaram. “Fretaram ônibus de várias partes do Brasil e foram em massa para Brasília”, escreveu Avelino Capitani.⁷⁹⁶

⁷⁹³ Ibid, p.32-33.

⁷⁹⁴ Ibid.

⁷⁹⁵ Ibid, p.34.

⁷⁹⁶ CAPITANI, Avelino. *Op. Cit.* p.73.

Após a aprovação da Carta Magna de 1988, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em seu artigo 8º, abordou mais uma vez e ampliou os benefícios da anistia. O período se alargou, partindo de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição e reafirmou o direito a promoções já mencionado na Emenda Constitucional 26, de 1985. Mais uma vez, nada em referência direta aos marinheiros. Nenhuma expressão que fizesse alusão clara e inquestionável ao direito que eles faziam *jus* relacionado à anistia política, embora desde 1979 eles estivessem lá, indiretamente. De acordo com alguns depoimentos, essa nova derrota foi resultado de um intenso trabalho de lobistas da Marinha nos bastidores das votações.⁷⁹⁷

Nas memórias de Paulo Conserva, houve um forte trabalho das Forças Armadas contra a aprovação da anistia dos marinheiros. Inúmeros oficiais superiores das três armas desfilaram pelos corredores do Congresso nos dias de votação da Constituinte:

“A Nação toda acompanhou de perto e escutou nos últimos meses os ‘recados’ do ALTO COMANDO MILITAR através dos Ministros [militares], enfatizando o pensamento unísono quanto ao perigo que significava a nossa pretensa ANISTIA. Por estas razões ela não foi aprovada pela Constituinte. Além de tudo isto apregoavam propositadamente a balela que seria um perigo o retorno de elementos subversivos à Caserna, desatualizados com os modernos armamentos etc. E a Nação acreditou mais uma vez na mentira oficial, pois conversando com vários amigos aqui na Paraíba, professores universitários inclusive, eles questionavam nosso regresso no seio das Forças Armadas, desconhecendo que Projeto Bernardo Cabral não falava disso e era muito claro quando expressava no seu texto original: ‘todos os punidos terão direito às promoções na reserva como se na Ativa estivessem’”.⁷⁹⁸

A derrota foi uma realidade. Mas as vitórias na justiça foram sendo multiplicadas. Em 1989, vários marinheiros anistiados conseguiram ampliar os benefícios, incluindo, além da extinção das punições, a transferência para a reserva remunerada da Marinha.

De acordo com Raimundo Porfírio Costa, mais de cem marinheiros, em ação conjunta, foram anistiados e promovidos, mas ainda era uma anistia parcial.⁷⁹⁹ A maioria das promoções alcançaram as graduações de 1º sargento e suboficial, no entanto, quando foram excluídos da Marinha em 1964, os regulamentos davam a possibilidade daqueles subalternos chegarem até o posto de *capitão de mar e guerra*.⁸⁰⁰ Se existia essa possibilidade, inclusive

⁷⁹⁷ Entrevista de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 nov. 2008.

⁷⁹⁸ CONSERVA, Paulo. *Op. Cit.* p. 11-12.

⁷⁹⁹ Entrevista de Raimundo Porfírio da Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. 2009.

⁸⁰⁰ Ver BRASIL. DECRETO 36.450, 10 DE NOVEMBRO DE 1954. Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=168002>. Acesso em 10 de fev. 2009. BRASIL. DECRETO 46.423, 14 DE JULHO DE 1959. Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o

colegas deles que permaneceram na Marinha alcançaram esse posto, eles foram buscar. A travessia continuou.

É interessante observarmos que quanto maior a demora no processo de declaração de anistiado ao marinheiro, a mais promoções ele teria direito. Entretanto, alcançar o posto máximo dependia de complexos cálculos que envolviam idade, tempo de serviço e uma expectativa de progressão na carreira interrompida em 1964. Cada um apresentava uma particularidade. Para exemplificar o que isso representa na prática, é elucidativa a fala de Dílson da Silva: “se eles tivessem dado a promoção de terceiro-sargento para cada um em 1979, todo mundo estaria feliz da vida”.⁸⁰¹

O que ele quis dizer com isso? Ser terceiro-sargento significava apenas uma promoção a mais para os que eram cabos em 1964 e dois níveis hierárquicos acima para os marinheiros. Levando-se em conta que a carreira dos praças naquelas décadas de 1960/1970 era composta por oito graduações⁸⁰² distintas, aquela pretensão de ser sargento não era muita coisa. A Marinha continuava negando o acesso a essas promoções, que eram devidas desde a Emenda Constitucional 26 de 1985. Os honorários advocatícios consumiam parte da renda daqueles marinheiros e por isso, a busca de uma anistia política, sem a necessidade da intervenção judicial, sempre foi o objetivo.⁸⁰³

7. Terra à Vista?

Em 1995, com a chegada à Presidência da República de Fernando Henrique Cardoso, cresceram as reivindicações por uma reformulação na Lei de Anistia, principalmente a exigência de que o Estado brasileiro reconhecesse os mortos e desaparecidos políticos. Mais uma vez, os praças da Marinha entraram em cena e pressionam parlamentares ligados a essa causa, no sentido de assegurar-lhes a inclusão definitiva. Entre esses parlamentares, a Deputada Cidinha Campos se propôs a intermediar no Congresso as reivindicações da marujada. Em 16 de agosto de 1995 ela solicitou informações da Marinha de Guerra relativas a pedidos e concessões de anistia, desde a edição da Lei 6.683/79. Os pontos solicitados foram: quantos e quais os servidores, civis ou militares, ligados ao Ministério da Marinha,

Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177179>. Consultado em 10 de fev. 2009.

⁸⁰¹ Entrevista de Dílson da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 06 nov. 2008.

⁸⁰² Grumete, Marinheiro de 2ª Classe, Marinheiro de 1ª Classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Suboficial.

⁸⁰³ Depoimento de Paulo Novaes Coutinho. Documentário *UMNA – 25 anos*. Rio de Janeiro, 2008.

havia solicitado anistia em razão de perseguições políticas? E quais os servidores que, tendo solicitado o benefício, foram agraciados com a anistia?⁸⁰⁴

Em 04 de outubro de 1995, o então ministro da Marinha, Mauro César Rodrigues Pereira, através de seu Assessor de Acompanhamento Legislativo, capitão-de-fragata Paulo Figueiredo Andrade de Oliveira Filho, informou que 138 ex-servidores civis e 1227 ex-militares requereram anistia, sendo agraciados, até aquela data, 22 civis e 740 militares.⁸⁰⁵ Na relação nominal dos anistiados enviada em anexo pelo assessor do ministro, separamos os *oficiais dos praças* e constatamos a grande distorção existente entre o “perdão” concedido aos oficiais e o tratamento dado aos subalternos. Dos 121 oficiais que haviam entrado com requerimento até aquele momento, todos tinham sido agraciados com a anistia, enquanto que entre os praças, 1.106 haviam entrado com o pedido e 619 tinham sido deferidos. Isso significa que no ano de 1995, dezesseis anos após a lei ter entrado em vigor, apenas 56% (cinquenta e seis por cento) dos cabos e marinheiros, dentre os que requereram, tinham conseguido sua anistia. Diga-se de passagem, que muitos desses militares que constavam na relação como anistiados, ainda davam prosseguimento na justiça buscando suas promoções legais, ou seja, mesmo entre os anistiados a anistia não tinham sido irrestrita. Um exemplo é o do marinheiro Otacílio dos Anjos Santos. Em 1991 foi anistiado pela justiça na graduação de segundo-sargento e atualmente conseguiu chegar ao posto de capitão-de-fragata.⁸⁰⁶ O caso de Raimundo Porfírio Costa também é bastante emblemático. Em 1989 ele foi promovido, via judicial, a primeiro-sargento. Em 2007 chegou a suboficial, e em março de 2009, próximo de completar 74 anos de idade, foi promovido ao posto de *capitão de mar e guerra*, o mais alto possível para um marinheiro.

Essas promoções conquistadas pelos marinheiros Otacílio e Porfírio, foram frutos da luta conjunta de suas entidades representativas, UMNA e MODAC,⁸⁰⁷ juntamente com outras associações (ADNAM, AMAPRAFA, etc.) que agregam militares e outros segmentos de cidadãos e cidadãs não incluídos na legislação inicial e que ainda buscam suas reparações integrais na comissão de anistia.

No caso da lei de 1995, resultado de mais um ciclo debates, diálogos e pressão das entidades ligadas aos direitos humanos no Brasil e no exterior, foi aprovada a lei que ficou conhecida como *Lei dos desaparecidos*. De acordo com Glenda Mezaroba:

⁸⁰⁴ Requerimento de informações nº 819, anexo ao processo de Eraldo Francisco dos Santos e Ação Ordinária de Valdomiro Correia da Silva e Outros. O referido documento faz parte do acervo da UMNA e tivemos acesso devido à gentileza de Dílson da Silva, presidente em exercício daquela entidade na ocasião.

⁸⁰⁵ Ibid.

⁸⁰⁶ Entrevista de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 dez. 2008.

⁸⁰⁷ Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania

“Ao ser sancionada, em 4 de dezembro de 1995, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei 9.140 ou Lei dos Desaparecidos, reconheceu de imediato, como mortos, 136 desaparecidos políticos cujos nomes estavam relacionados em seu anexo I – uma lista elaborada a partir do *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos*, que contou também com informações do reverendo Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns, e anotações pessoais do próprio Gregori, feitas na época em que integrou a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Do *Dossiê*, constavam 152 nomes, mas naquele momento foram excluídos os que desapareceram no exterior e três citados apenas por seus apelidos. Foi a primeira vez, no Brasil, que se admitiu, independentemente de sentença judicial, a responsabilidade objetiva do Estado pela atuação ilícita de seus agentes de segurança”.⁸⁰⁸

Ao ser anunciado, antes da sanção do Presidente da República, que a lei previa o pagamento de indenizações às famílias dos mortos e desaparecidos políticos, o Ministro da Marinha, Mauro César Pereira, foi o único dos chefes militares a se colocar contra essas reparações, escreveu Mezaroba.⁸⁰⁹ Numa lista composta por 136 nomes entre mortos e desaparecidos, encontramos o soldado fuzileiro naval Edgar Aquino Duarte e o marinheiro Edson Neves Quaresma.⁸¹⁰ Ambos, em momentos distintos, haviam cruzado o caminho do “cabo” Anselmo, e desapareceram. Com o lançamento do *Direito à Memória e à Verdade*, em 2007, o número de marinheiros declarados mortos e desaparecidos subiu para 11.⁸¹¹ Ainda encontramos quatro marinheiros da ativa e um da reserva que estão entre os requerimentos indeferidos.⁸¹²

O número de marinheiros mortos e desaparecidos quadruplicara em relação à lista de 1995. Esse resultado não foi fruto de nenhuma mudança na legislação, era consequência da luta de suas associações na busca por seus colegas ou das famílias dos marujos e fuzileiros que desapareceram durante o regime. De posse dos atos de expulsão e licenciamento onde constam os nomes completos, naturalidade, filiação e data de nascimento, os membros da

⁸⁰⁸ MEZAROBA, Glenda. *O preço do esquecimento : as reparações pagas às vítimas do regime militar*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Área de concentração: Direitos Humanos) - Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, p.63-64.

⁸⁰⁹ Ibid, p.56-57.

⁸¹⁰ *Direito à Memória e à Verdade* - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. Disponível em: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf. Consultado em 26 de jun. 2008.

⁸¹¹ Ibid. Desses onze, oito eram da ativa e três da reserva. Os militares da Ativa são: Marcos Antônio da Silva Lima, p.112-113; José Maria Ferreira de Araújo, p.132-134; Edson Neves Quaresma, p.137-138; José Raimundo da Costa, p.170-171; Grenaldo de Jesus da Silva, p. 298-299; Evaldo Luiz Ferreira de Souza e José Manoel da Silva, p. 326-331; e Edgard Aquino Duarte, p. 344. Ex-militares: Divo Fernandes de Oliveira, p.71; Francisco Manoel Chaves, p. 210-211; e José Mendes de Sá Roriz, p. 332-333.

⁸¹² Ibid. Requerimentos Indeferidos: João Bispo de Jesus, p.445; Robson Antônio Gomes Viana, p.448; Carlos Alberto Maciel Cardoso, p.452; e Agrício Barreto de Queiroz. Consta também o ex-marinheiro Geraldo Silveira Rodrigues, p.446.

UMNA e do MODAC faziam o cruzamento com a lista de anistiados ou de requerentes, e dessa forma tinham uma ideia precisa dos colegas que não tinham solicitado o benefício e aqueles agraciados com a anistia. Assim, foram descobrindo mortos, desaparecidos, professores universitários, advogados, políticos, escritores e empresários bem sucedidos. Mas uma coisa ainda unia a todos, a conquista da anistia baseada na consigna ampla, geral e irrestrita. A viagem ainda não terminara.

Em 1999, Anselmo “reapareceu”, mas nada solicitou em relação ao “perdão”. Fica a impressão que ele nunca acreditou que seus colegas fossem obter vitória naquela luta que já durava vinte anos. A “aparição” mais comentada ocorreu no programa *Fantástico* da Rede Globo, exibido em 07 de novembro de 1999. Naquele momento, a anistia ainda não entrara na fase das vultosas indenizações. Ainda não se cogitava abertamente a punição dos torturadores. A temática abordada na televisão ainda se referia à traição do “cabo” Anselmo. A matéria fazia parte de uma série de abordagens sobre o personagem que aconteceram naquele ano. O programa televisivo tinha relação com o lançamento de mais um livro sobre Anselmo. Intitulada “Eu, Cabo Anselmo”, a obra era a mais longa entrevista dada por “Kimble” desde que “desapareceu” em 1973. O feito coube ao jornalista Percival de Souza, que na mesma ocasião publicou matéria sobre Anselmo na Revista *Época*.⁸¹³ Na reportagem, o assunto da anistia sequer foi tratado.

8. A “Lei dos marinheiros”

Em 2002, ou seja, 23 anos após a lei da anistia recíproca e restrita, finalmente os marinheiros de 1964 conseguiram incorporar no corpo da “nova” lei, *expressões, conceitos e palavras técnicas* que derrubaram os argumentos utilizados pela Marinha durante todo esse tempo. A Lei 10.559/2002,⁸¹⁴ em seu artigo 2º, inciso XI, determinou que poderiam ser anistiados políticos também os “desligados, licenciados, expulsos ou de qualquer forma compelidos ao afastamento de suas atividades remuneradas, ainda que com fundamento na legislação comum, ou decorrentes de expedientes oficiais sigilosos”. Outro fator de suma importância para os marinheiros foi a mudança ocorrida no sentido de que o Ministério da Justiça passou a ser o órgão competente para declarar ou não a anistia, dessa forma, eles se livraram da peregrinação aos órgãos da Marinha. A lei também veio acompanhada de várias

⁸¹³ Revista *Época*, 15 de mar. 1999. “Cabo Anselmo: o rosto da traição”, p.92-107.

⁸¹⁴BRASIL. LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10536. Consultado em 27 de mai. 2008.

inclusões a título de reparação financeira, tais como: *reparação econômica em prestação única e reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada*. Essas reparações provocaram calorosos debates, fruto dos valores elevados com que personagens da “resistência” foram agraciados.⁸¹⁵

Com a “lei dos marinheiros” em vigor, Anselmo reapareceu. Entrou com pedido de anistia no Ministério da Justiça. Solicitou reaver seu nome de marinheiro, sua identidade, seus documentos. Um fato esclarece bem esse interesse repentino desse personagem pela anistia: a mudança na conjuntura política do país. Com a chegada do Presidente Luis Inácio Lula da Silva ao poder, em 2003, inúmeros militantes históricos das esquerdas no período ditatorial alcançaram importantes cargos no governo⁸¹⁶ e, por isso, ampliaram-se consideravelmente as reparações financeiras aos atingidos durante os governos militares. Dessa forma, não era mais interessante ser Dr. Kimble ou Daniel, seus codinomes de agente duplo, e sim voltar a ser o marinheiro José Anselmo dos Santos.⁸¹⁷

A “volta” do *cabo* Anselmo polemizou mais ainda o debate sobre a anistia política pós-64. Como marinheiro expulso em 1964, seu nome foi incluído na lista dos que tiveram seus direitos políticos cassados no primeiro Ato Institucional.⁸¹⁸ Foi processado como líder do “Motim” e condenado à revelia a mais de 13 anos de prisão.⁸¹⁹ Conforme vimos ao longo do trabalho, esteve no exílio em Cuba onde fez treinamento guerrilheiro e foi o grande representante da delegação brasileira presente na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em 1967.⁸²⁰

Como agente duplo, recebeu benefícios do Estado. Nova identidade, cirurgia plástica, remuneração e deixou de ser o marinheiro Anselmo, líder dos marinheiros de 1964. Quem a Comissão de Anistia irá julgar? O marinheiro Anselmo, que requereu recentemente sua identidade⁸²¹, ou o agente Kimble? O marinheiro pede perdão, Kimble se perdoa, tudo numa

⁸¹⁵ Os casos mais polêmicos envolveram as indenizações milionárias concedidas aos jornalistas Ziraldo e Jaguar, nos valores que ultrapassam mais de 1 milhão de reais cada uma, além de remunerações mensais superiores a quatro mil reais. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/04/anistia_ziraldo_jaguar_vao_receber_indenizacao_pensao_mensal-426702935.asp. Consultado em 05 de abr. 2008.

⁸¹⁶ Essa presença de militantes da esquerda do período da ditadura em cargos do Executivo Federal, tem início no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e é ampliada no governo Lula.

⁸¹⁷ Programa *Linha Direta Justiça*.

⁸¹⁸ Ato Institucional nº1, veio acompanhado de vários Atos Complementares. O primeiro Ato Complementar trouxe a lista dos cem primeiros perseguidos que tiveram seus direitos políticos suspensos por 10 anos., Anselmo fecha a lista. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Ato_Complementar_N%C3%BAmero_Um. Consultado em 15 de jan. 2009.

⁸¹⁹ APERJ - Fundo Polícia Política, Setor Secreto, Pasta 09, Folhas 261-262.

⁸²⁰ *Jornal do Brasil*, 27 de mai. 1969; capa e p. 14.

⁸²¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u481361.shtml>. Acesso em 19 de dez. 2008. Até a conclusão deste trabalho, o caso de José Anselmo dos Santos ainda não tinha sido julgado. No entanto,

só pessoa, ambivalente, numa mesma sociedade. Um *nó de marinheiro* para a comissão de anistia.

Em relação ao resultado desse longo processo de anistia dos marinheiros -inclusive a polêmica sobre o *cabo* Anselmo, a punição dos torturadores e o estabelecimento de uma Comissão da Verdade,⁸²² é importante frisarmos que: como prevalece a disputa política pelo conceito, devemos compreender que as decisões, interpretações e alterações estão necessariamente sujeitas às composições do poder político do Estado brasileiro. Entretanto, a sociedade civil, como parte do Estado ampliado [Gramsci] também influencia decisivamente no resultado final.

Para muitos marinheiros ainda prevalece em suas memórias a máxima de que a anistia foi feita da elite para a elite. Nesse caso, é bastante oportuna a crítica que o historiador José Honório Rodrigues faz em relação ao termo *conciliação* quando se pensa em anistia. Mesmo analisando outro contexto específico, ele ressaltou que:

‘A política de conciliação é sempre a conciliação das divergências da minoria dominadora e seu objetivo principal é mais contornar as contradições entre os grupos dominantes que conceder benefícios ao povo e, embora sempre se fale em pacificação, confraternização, a ordem é o seu alvo, escreveu Rodrigues’.⁸²³

E os marinheiros? De forma alguma aceitaram a ideia de que pediram perdão. Para Avelino Capitani, promovido a suboficial em 2003, “anistia é uma necessidade de reconciliação de uma nação em um determinado momento histórico singular”.⁸²⁴ Nas palavras de Raimundo Porfírio:

“Nós não cometemos nada para que fóssemos atrás de perdão por aquilo que cometemos, para admitirmos que estávamos errados. Nós não estávamos errados,

independente de quando este texto estiver sendo lido, o resultado do “julgamento” deve ser visto no contexto político em que ele ocorreu.

⁸²² No final de 2009 chamou atenção da imprensa e da classe política como um todo a reação dos Comandantes Militares das três Forças Armadas contra um decreto assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. O documento, assinado em 21 de dezembro, tratava do Programa Nacional de Direitos Humanos e tinha como um dos temas a *anistia* aprovada em 1979. O decreto estabelecia a criação de uma Comissão Nacional da Verdade e abria espaço para uma possível revogação da Lei de 1979, principalmente na questão da punição dos torturadores. Diante da ameaça dos comandantes militares de entregarem seus cargos, os debates entre o ministro da Defesa, Nelson Jobim – o mesmo que como deputado que em 1988 havia se manifestado em favor dos marujos – e os ministros Tarso Genro e Paulo Vanucci, da Justiça e da Secretaria dos Direito Humanos, respectivamente, tornaram-se públicos. Parte da imprensa, decididamente contrária a qualquer revisão, também reagiu em seus editoriais, inclusive na mídia televisiva. A parte conservadora da sociedade voltou a se manifestar com veemência contra qualquer tentativa de revisão da Lei do “Perdão”. Ver Jornal *O Globo*, 31 de dez. 2009, p.03; 02 de jan. 2010, p.04; 09 de jan. 2010, caderno Prosa e Verso, p.1-3. A Rede Bandeirantes de Televisão reagiu através de editoriais em seu jornal noturno, o *Jornal da Band*.

⁸²³ Citado em LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, 2002, p. 287-313.

⁸²⁴ CAPITANI, Avelino. Mensagem eletrônica enviada ao autor em 05 de jun. 2009.

nós estávamos certos na época. A anistia veio para pacificar a nação, veio pra isso. Porque não é admissível que pela questão política a pessoa seja punida e isso fique por toda a vida, sofrendo amarguras [...]”.⁸²⁵

No texto do primeiro número do *Jornal do Modac*, uma versão que nos ajuda a entender o significado da anistia para os marinheiros:

“Por maldade ou má fé, por ignorância ou incúria, confundem anistia com perdão, com graça, com indulto, com misericórdia, com compaixão, com tolerância, com clemência, com revisão, deformando ou mistificando os fatos para justificar seus erros e condutas criminosas, para justificar seus atos perante a sociedade e a história [...]. Anistia é por demais sabido, quer dizer amnésia, esquecimento, apagamento dos fatos, reintegração na situação em que se encontrava [...]. Anistia é o ato político de esquecimento e reintegração”.⁸²⁶

Baseados nesse conceito “particular” de anistia que junta esquecimento e reparação, singraram mares revoltos e conseguiram chegar a um porto seguro. Quase sempre estiveram sozinhos, esquerdas e direitas nada tinham a ver com aqueles *ingênuos revolucionários*⁸²⁷ que teriam sido usados por um falso líder [cabo Anselmo] e que, segundo Elio Gaspari, foram os principais responsáveis pelo país ter entrado em um longo período ditatorial.⁸²⁸

Seria interessante refletirmos, para a memória e a história do país, quantas Marias e Clarisses – mães, esposas e filhas de marinheiros - também choraram durante 38 anos (1964-2002) sem que ninguém ouvisse seus clamores. Quantos grumetes, marinheiros, soldados e cabos tiveram de ser equilibristas durante todo esse período. Entendemos que um bêbado, apenas um, não poderia vender mais ingressos que 1.500 equilibristas. Entretanto, isso só cabe ao respeitável público. Aos historiadores e pesquisadores do tempo presente, como investigadores, intérpretes e narradores do “espetáculo” da história, cabe-nos ficar cuidadosamente atentos às reações, escolhas e preferências da plateia. Entender essas reações,

⁸²⁵ Depoimento de Raimundo Porfírio Costa ao autor. Rio de Janeiro, 20 de mai. 2009.

⁸²⁶ SILVA, J. Wilson. “Anistia”. *Jornal do Modac*, nº1, nov. 2006, p.4. Esse texto é baseado na apresentação de Hélio Silva no livro *Liberdade para os brasileiros*. MARTINS, *Op. Cit.*, p.11.

⁸²⁷ A expressão *ingenuidade revolucionária* é utilizada pelo ex-deputado pelo PCB/PTB Hércules Corrêa ao se referir ao movimento dos marinheiros de 1964. Interessante é observarmos que ele mesmo, como membro da cúpula do CGT, discursou na assembleia e foi um dos principais negociadores no episódio. Cf. CORRÊA, Hércules. *Memórias de um Stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994, p.92.

⁸²⁸ Em sua coluna no jornal *Folha de São Paulo* no dia 18 de julho de 2001, ao escrever sobre uma greve de policiais militares na Bahia, Gaspari disse que: “Se o presidente João Goulart tivesse desentocado os marinheiros insubordinados de março de 1964, o Brasil não teria caído numa ditadura que durou 20 anos. O cabo Anselmo, líder dos simpáticos rebeldes, passou da condição de guerrilheiro à de ‘cachorro’ da polícia. (Em defesa dos marinheiros, eles estavam amotinados num sindicato, não num quartel. Ademais, estavam desarmados e de cara limpa, sem capuz.)”. Disponível em: <http://www2.flem.org.br/noticias/2001/07/19/fsp0200000020010718Democracianaoaceitadesaforo.htm>. Consultado em 02 de jun. 2009.

quase sempre é uma tarefa extremamente complexa, mas essa questão tem de ser enfrentada.⁸²⁹

Em relação ao que se refere à *conciliação*, no caso específico dos marinheiros, lúcida é a interpretação de Paulo Ribeiro da Cunha “a anistia advinda deste processo de conciliação que norteou o processo histórico brasileiro no sentido de (re)conciliar, pode até ter evitado rupturas, mas não é necessariamente, expressão de justiça”.⁸³⁰ Os grumetes, marinheiros, e fuzileiros de 1964 sabem muito bem disso.

⁸²⁹ Esse parágrafo é uma tentativa de dialogar com a música *O bêbado e o equilibrista*, composta por João Bosco e Aldir Blanc e gravada por Elis Regina em 1979. A canção se transformou numa espécie de hino da luta pela Anistia. As Marias e Clarisses simbolizam as mulheres dos presos políticos Manuel Fiel Filho [Maria] e do jornalista Vladimir Herzog [Clarisse], assassinados sob tortura nas instalações do Exército em São Paulo.

⁸³⁰ CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico”. In TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. vol.1. São Paulo: Boitempo, 2009, p.16-45.

CONCLUSÃO

Ô marinheiro, marinheiro!
Foi quem te ensinou a nadar?
Foi o tombo do navio?
Ou foi o balanço do mar?

Pensei que era moleza,
Mas foi pura ilusão
Conhecer o mundo inteiro
Sem gastar nenhum tostão!

(Herbert Viana – Melô do marinheiro)
com adaptações

O ano de 1962 não foi marcado apenas pelo bi-campeonato mundial da seleção brasileira de futebol. Enquanto *Garrincha* desfilava seus dribles nos campos chilenos, no Brasil, os atores políticos se organizavam cada vez mais para uma partida que só seria decidida dois anos depois. No lado das *direitas*, surgiram a organização da União Cívica Feminina (UCF) em São Paulo, e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro.⁸³¹ Acrescente-se aqui, a fundação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), em novembro de 1961 – também na linha do anticomunismo.⁸³² Pelo time das *esquerdas*, sob influência da *Segunda Declaração de Havana* - onde as massas foram conclamadas “à revolução através da guerrilha com o apoio de Cuba”⁸³³ – Francisco Julião, das *Ligas Camponesas*, fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).⁸³⁴

A criação da AMFNB, também em 1962, faz parte desse contexto de importantes disputas políticas a nível nacional e internacional. No entanto, a politização da entidade só se daria no ano seguinte, mais precisamente a partir de outubro de 1963, acompanhando a crescente radicalização política do país, sendo o Rio de Janeiro, o centro nervoso dos embates.

Após o Golpe, seguiram rotas diversas. Sobre os que foram para os grupos armados, ainda que alguns tenham se destacado, prevalece certo silêncio. Para os demais – os

⁸³¹ CORDEIRO, Janaina M. *Op. Cit.* p.44.

⁸³² OLIVEIRA, Carlos Fellippe. “IPÊS e IBAD: a crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964”. Disponível em: www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume004_artigo005.pdf. Consultado em 11 de mar. 2010. Nota do autor: acrescenta-se ainda, a existência do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), atuando desde 1959, também na linha das *direitas*.

⁸³³ ROLLEMBERG, Denise. *Op. Cit.* 2001, p.23.

⁸³⁴ RIDENTI, Marcelo. *Op. Cit.* p. 26-27.

desarmados – o ostracismo é ainda maior. Sob a categoria de *marinheiros*, ficaram ocultos nos mares das memórias e da história.

O processo de anistia não foi menos difícil. Embora muitos já não precisassem tanto quando ela chegou “desnuda”, por inteira, em 2002, tantos outros passaram a ter uma vida mais digna após a conquista. Ao longo desse período, aquela mobilização do final dos anos 1970 de parte da esquerda intelectualizada e oriunda das classes médias, não se repetiu em favor dos marujos de 1964, como vimos. Afinal, para muitos deles, a anistia já chegara havia tempo. Por que “comprar briga” de marujo?

Para os estudantes e pesquisadores interessados no tema, algumas perguntas podem contribuir para o surgimento de novas investigações: teriam eles importância para a história recente do Brasil? Ou ainda, teriam deixado algum legado para as novas gerações de marinheiros e fuzileiros navais, ou até mesmo para os futuros oficiais que comandarão nossa Marinha nas próximas décadas?

Atualmente, quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros continuam recebendo candidatos a marinheiros de todo o país. Elas estão situadas nos estados de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina. Para o ingresso nestas instituições é necessário passar por um processo seletivo de âmbito nacional. De acordo com dados divulgados por uma escola preparatória, em 2009, mais de 35 mil candidatos disputaram mil e novecentas vagas. Os futuros marujos devem ter o ensino fundamental completo e entre 18 e 22 anos de idade até o início do curso.⁸³⁵ Como será a Marinha que estes jovens encontram? Será que nas aulas de História Naval já se fala na Revolta da Chibata e na Rebelião de 1964?

Sem dúvida, em muitos aspectos é muito diferente da instituição do final dos *anos 1950* quando a maioria dos rebeldes de 1964 foi incorporada. Conforme já frisamos, a *Casa do Marinheiro* - estruturada com hotel de trânsito, cursos supletivos, clube, cinema, área de eventos etc. - serve como um refúgio para os marujos e fuzileiros navais que vêm dos diversos cantos do país, embora a demanda ainda seja muito maior.⁸³⁶ Outra *Casa*, nos moldes da já existente, está sendo construída na cidade de São Gonçalo, também no Rio de Janeiro, no mesmo Complexo Militar onde funcionou um presídio no período da ditadura: a *Ilha das Flores*.

⁸³⁵Disponível em: <http://capecurso.com.br/site/modules/news/index.php?storytopic=31&storynum=5>. Acesso em 04 mar. 2010.

⁸³⁶ Durante minha passagem pela Marinha, como marinheiro e músico, fui frequentador da referida *Casa do Marinheiro*, localizada na Penha. A construção da nova *Casa* também já foi visitada *In loco* por mim.

No aspecto alimentar, não se tem notícia recente sobre qualquer movimento de greve de fome ou protestos exacerbados contra a comida oferecida durante as refeições nos navios e demais organizações militares.

Em relação à questão política, desde a Constituição de 1988 todos os brasileiros maiores de dezoito anos são obrigados a votar.⁸³⁷ No entanto, no Estatuto dos Militares, os cabos, marinheiros e soldados não aparecem entre os alistáveis, e conseqüentemente, não seriam elegíveis. Ou seja, não podem se candidatar a cargos eletivos. Para os demais postos e graduações, devem ter, no mínimo, cinco anos de serviço. Do contrário, serão excluídos do serviço ativo da Marinha.⁸³⁸ Embora seja *letra morta*, a proibição, datada de 1980, ainda está presente na legislação militar.

Outro ponto também é o direito de cabos e marinheiros ao casamento. No Estatuto dos Militares ainda aparece o impedimento do casamento de *praças especiais* – alunos das escolas de formação – como também a guardas-marinha e aspirantes-a-oficial.⁸³⁹ O que fica evidente nessas restrições é a questão da idade e da dedicação aos cursos e não o problema do posto ou graduação. Mesmo assim, se trata de uma restrição. De qualquer forma, a antiga reivindicação dos cabos e marinheiros, de terem o direito de contrair matrimônio, foi atendida.

O Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM), é o mesmo desde 1983, salvo pequenas alterações. Em relação ao de 1955, percebemos que pouca coisa mudou. Dessa forma, questões como “dirigir-se ou referir-se ao superior de modo desrespeitoso”; “responder de maneira desatenciosa ao superior”; “postar-se sem compostura em lugar público”; ou, “simular doença”, ainda estão presentes na legislação atual que trata da disciplina dos militares da Marinha do Brasil.⁸⁴⁰

A respeito da *abertura* da Marinha para as mudanças ocorridas no país após a redemocratização, a relação da instituição com a sociedade, bem como o rigor disciplinar, um exemplo pode ilustrar como a Força atua em questões mais complexas. O fato é o seguinte: em três de março de 2010, passou praticamente despercebida da grande mídia, a notícia da morte de Adonai Santos da Costa, 19 anos, quando realizava o Curso de Formação de soldados fuzileiros-navais, no Centro de Instrução Almirante Melcíades Portela Alves

⁸³⁷ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Art. 14, parágrafo 1º, inciso I. No parágrafo 2º, existe uma ressalva para os *Conscritos*, durante o período militar obrigatório. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 06 de mar. de 2010.

⁸³⁸ BRASIL. Lei 6.680, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, Artigo 52. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6880.htm>. Acesso em 05 de mar. 2010.

⁸³⁹ BRASIL. Lei 6.680, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, Artigo 144. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6880.htm>. Acesso em 05 de mar. 2010.

⁸⁴⁰ BRASIL. Decreto 88.545, de 26 de julho de 1983 – Regulamento Disciplinar para a Marinha, Artigo 7º. Disponível em https://www.mar.mil.br/sim/vade_mecum/rdm.pdf. Acesso em 06 de mar. 2010.

(CIAMPA), no Rio de Janeiro. De acordo com nota divulgada pela Marinha, o jovem teria sofrido um mal súbito durante o treinamento físico militar,⁸⁴¹ e após ter recebido atendimento médico da própria equipe do Centro de Instrução, foi levado a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde veio a falecer.⁸⁴² Porém, dias antes, o jovem revelou a parentes que o visitaram, que havia se sentido mal três vezes durante os treinamentos, chegando a desmaiar. Na mesma ocasião, Adonai teria dito que no sábado, dia 27 de fevereiro, “seu pelotão havia sido acordado com bombas de gás lacrimogêneo no alojamento”.⁸⁴³ Segundo informações divulgadas por um médico, o jovem sofreu hemorragia nos pulmões. A Marinha divulgou a abertura de um Inquérito Policial Militar para apurar o caso.⁸⁴⁴

Quem saberá realmente o que ocorreu com Adonai? O fato de a própria Marinha ter divulgado um comunicado à imprensa, já significa certo avanço em sua relação com a sociedade. Porém, a pouca repercussão do caso, demonstra que a indiferença da sociedade com os soldados e marujos brasileiros ainda permanece.

Apesar disso, acreditamos que os marujos e fuzileiros que fundaram a AMFNB em 1962 contribuíram decisivamente para a que a nossa mais antiga das Forças Armadas, tradicionalmente berço de movimentos rebeldes que marcaram a história do país – a exemplo da Revolta da Armada (1892-1893), e Revolta da Chibata e do Batalhão Naval (1910) - realizasse mudanças significativas em questões vitais, como: alimentação, lazer, saúde e além de tudo, cidadania. Para além dos aspectos institucionais, entendemos que as trajetórias dos marinheiros nos ajudam na compreensão de toda uma sociedade, em uma época em que tanto almirantes, quanto marinheiros – às vezes lutando do mesmo lado – participaram de lutas sociais, características do momento e do contexto em que aconteceram.

Nosso objetivo principal foi demonstrar quão complexos são os processos históricos, quão diversas são as histórias de vida, para além de um jogo de soma zero. Tentamos ainda problematizar as fronteiras, muito tênues, entre memórias e história, para que elas sejam, pelo menos, visualizadas.

Se tomarmos como ilustração a metáfora futebolística, o que tentamos aqui foi explorar a hipótese que, para além da *defesa* e do *ataque*, existem as *laterais*, o *meio-campo*, locais onde está a maioria dos jogadores e onde fica a bola a maior parte do tempo. Para uma

⁸⁴¹ “Recruta morre durante um treinamento físico do curso de fuzileiros navais do Rio”. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2010/03/03/recruta-morre-durante-treinamento-fisico-do-curso-de-fuzileiros-navais-no-rio.jhtm>. Consultado em 06 de mar. 2010. Para a nota completa divulgada pela Marinha, ver: https://www.com1dn.mar.mil.br/imprensa/arquivos_enviados/nota_0303101633.pdf. Consultado em 07 de mar. 2010.

⁸⁴² “Recruta da Marinha morre em treinamento”. Jornal *O Dia*, 04 de março de 2010, p.09.

⁸⁴³ Ibid.

⁸⁴⁴ Ibid.

figura de linguagem mais próxima aos marinheiros, significa que, muito mais que a simples dicotomia entre *convés principal* e *porões*, existem os compartimentos intermediários – vários – que, aliás, é onde permanece a maioria da tripulação durante os combates.

Acreditamos ainda que, refletir sobre os aspectos aqui aprofundados pode ser um bom exercício para a compreensão, não apenas do passado, mas acima de tudo, do nosso presente.

EPÍLOGO

No dia 30 de agosto de 2009, *cabo* Anselmo reapareceu na televisão. Ao vivo e a cores!⁸⁴⁵ Dessa vez não escondeu o rosto. Pelo contrário, fez questão de mostrar-se, de falar, despido de qualquer medo ou temor em ser reconhecido. Mais uma vez, um historiador foi chamado para contextualizar a época na qual os fatos ocorreram. 45 anos depois dos acontecimentos, durante cerca de duas horas, muitas questões foram revisitadas, outras silenciadas. Três entrevistadores, todos jornalistas, participaram da inquirição.

A abertura foi feita da seguinte forma:

“Boa Noite!

Ele é um dos personagens mais polêmicos e controversos da história recente do país. Foi líder da *Revolta* dos marinheiros em 1964, episódio considerado um dos estopins do Golpe Militar. Cassado e expulso da Marinha, entrou para a clandestinidade e participou a luta armada contra a ditadura. Preso pelos órgãos de repressão, mudou de lado e passou a atuar para a polícia como delator”.⁸⁴⁶ (Grifo meu)

Apesar de o termo *Revolta* ter sido empregado equivocadamente mais uma vez, nota-se que, a princípio, a versão do *agente infiltrado* não foi explorada. No entanto, nas palavras seguintes de um narrador que, didaticamente, tentava contextualizar o momento para o público “leigo”, ela não demorou a aparecer: “É preso logo depois do golpe, mas dá um jeito de escapar. *Quem estudou o período suspeita que já nesse momento, cabo Anselmo era um agente duplo*”. E veio a fala do historiador: “Eu acho que algo aconteceu ali, naquele momento. Então a parti dali, quando ele se aproxima dos grupos de luta armada, ele já é um agente da repressão. Então já desde o final de 64, ele já tá fazendo esse serviço, colaborando com a repressão do regime militar”⁸⁴⁷

Percebe-se neste exemplo, que, mesmo entre os “especialistas” do período, prevaleceu certa memória: a de que em 1964 Anselmo já era um agente infiltrado.

Anselmo também apresentou suas versões, reconstruiu algumas, confirmou outras. Por exemplo, ao contrário do que tinha dito anteriormente, dessa vez afirmou que foi torturado. Um novo passado, para um novo presente! Em 2009, 30 anos depois da primeira lei da Anistia, independente se foi “verdade” ou não, era *útil* dizer que sofreu torturas.

⁸⁴⁵ Programa CANAL LIVRE da Rede Bandeirantes de Televisão.

⁸⁴⁶ Ibid. Fala do jornalista Boris Casoy.

⁸⁴⁷ O historiador era Marco Antônio Villa.

“Eu fui preso, me colocaram numa cela infecta. [...] A tortura é uma coisa constrangedora, brutal, é uma das maiores violências. Eu fui despido, meus pulsos foram amarrados, minhas pernas foram amarradas, eu fui curvado, passaram um [?] entre meus joelhos e me penduraram, e depois me deram choques. Olha, é inenarrável o constrangimento, o medo, o que a gente sente de desprezo, de nojo, por ver que uma pessoa pode fazer aquilo com a outra.”

Sem dúvida, um *capital* simbólico valioso para quem corria em busca do “perdão”, em um momento histórico específico.

De maneira geral, o que vimos mais uma vez foi um total silêncio sobre as demais trajetórias dos marinheiros, desde os mais atuantes da AMFNB, passando pelos militantes da luta armada, até os que se destacaram na luta do processo de anistia.⁸⁴⁸ Na nossa perspectiva, mesmo nesse processo recente, Anselmo foi (é) coadjuvante. Só apareceu após seus companheiros conseguirem o benefício após anos de luta. Mas, para certas memórias, ele continuou sendo protagonista. Por que?

⁸⁴⁸ A exceção foi o depoimento de Pedro Viegas.

FONTES

Artigos

ANDRADE, Carlos Drummond. “Anistia: Como vens, como te imaginava”. *Jornal do Brasil*, 28 de junho de 1979. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1737>.

BORBA, Marco Aurélio. “Cabo Anselmo – Agente duplo”. *Revista Playboy*, nº54, jan.1980.

CAMINHA, João Carlos G. “Recordações e reflexões políticas de um militar apolítico”. *Revista Marítima Brasileira*, v.121, jan/mar 2001, p.87.

CARLOS, Juliana de Oliveira. “A anistia e luta pelos direitos humanos no Brasil”. In *Cadernos AEL. Anistia e direitos humanos*, v.13, n.24/25. Campinas: Unicamp, 2008.

CATELA, Ludmila S. “Em nome da pacificação nacional: anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul”. In D’ARAUJO, Maria C. e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

COIMBRA, Cecília Maria B. “Reparação e memória”. In *Cadernos AEL. Anistia e direitos humanos*, v.13, n.24/25. Campinas: Unicamp, 2008.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. “A esquerda militar do Brasil: uma problematização necessária”. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58cunha.htm>. Consultado em 27 out. 2009.

ESPELLET, Eddy Sampaio. “O Almirante Sylvio Motta e os acontecimentos de 31 de março de 1964”. *Revista Marítima Brasileira*, v. 114, out/dez 1994.

FERNANDES, Tatiana. “ARL recebe o poeta Guilem Rodrigues da Silva”. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19¬icia=69328>.

FICO, Carlos. “Anistia, tortura e terrorismo”. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>.

_____. “Prezada Censura: cartas ao regime militar”. *Topoi*, Revista de História, Rio de Janeiro, v.5, 2002.

GASPARI, Elio. “Democracia não aceita desaforo”. Disponível em: <http://www2.flem.org.br/noticias/2001/07/19/fsp0200000020010718Democracianoaceitadesaforo.htm>.

GREENHALG, Luiz Eduardo. “Discurso no I Congresso Nacional pela Anistia”. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1723>.

LEMONS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, 2002.

LUNGARETTI, Celso. “Cláudio Louco”: o guerrilheiro que todos preferem esquecer”. Disponível em: <http://náufrago.dihitt.com.br/noticia/claudio-louco-o-guerrilheiro-que-todos-preferem-esquecer>.

QUADROS, Gilmar. “Em visita a Bagé”. Disponível em <http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=15118&data=21/04/2007&ok=1t>.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Alexandre Herzen: um estrangeiro no mundo, um revolucionário”. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Alexandre_Herzen_estrangeiro_e_revolucionario.pdf. Consultado em 12 de mar. 2010.

RIBEIRO, Octávio. “Cabo Anselmo conta tudo”. *Revista Isto É*, 28 de mar. 1984.

RISSI, Therezinha Lurdes. “A utilidade da expressão escrita para o oficial de Marinha”. In *Informativo CIANB*, dez. 1988.

SILVA, J. Wilson. “Anistia”. *Jornal do Modac*, nº1, nov. 2006.

Audiovisuais

JANGO. Documentário. Direção de Sílvio Tendler, 1984.

HÉRCULES 56. Documentário. Direção Sílvio Darin, 2009.

CABRA-CEGA. Filme. Direção Toni Venturi, 2006.

CAPARAÓ: a primeira guerrilha contra a ditadura. Documentário. Direção Flávio Frederico, 2006.

PROGRAMA Linha Direta - Rede Globo de Televisão. Domingos Meirelles (Apresentação). 05 de julho de 2007. Acervo da UMNA.

SIMONAL: ninguém sabe o duro que dei. Direção Cláudio Manoel, 2009.

UMNA, 25 ANOS. Documentário. Brasil, 2008.

Arquivos, bibliotecas e entidades

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth. Coleção Brasil Nunca Mais. Universidade de Campinas. Campinas/SP. Processos Consultados: BNM 045, 138, 149, 210, 506, 508, 639, 692 e Anexos.

AN – Arquivo Nacional

APERJ – Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política.

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo Ordem Social.

BIBLIOTECA DA ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Rio de Janeiro/RJ.

BIBLIOTECA DA MARINHA – BM. Rio de Janeiro/RJ.

BIBLIOTECA NACIONAL – BN. Rio de Janeiro/RJ.

MODAC – Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania. Rio de Janeiro/RJ.

UMNA – Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia. Rio de Janeiro/RJ.

Cartas

Cartas manuscritas enviadas ao autor por Moacir Omena de Oliveira, residente em Recife.

Entrevistas

BELÉM, Euler de França. “Antônio Duarte dos Santos: o marinheiro ‘sueco’ que politizou o Cabo Anselmo”. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Destaques1&idjornal=136>.

COSTA, Antônio Geraldo. Entrevista a Flávia Ribeiro. In *Revista Aventuras na História*, nº 75, p.56-59, out. 2009.

ENTREVISTA de Dílson da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 06 de nov. de 2008. Dílson era taifeiro em 1964, estava no grupo de marinheiros que tentaram deixar o Arsenal de Marinha no dia 27 de março de 1964 em direção ao Sindicato dos Metalúrgicos, mas foram detidos a tiros. Na ocasião da entrevista ocupava o cargo de Presidente da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia – UMNA.

ENTREVISTA de Paulo Novaes Coutinho ao autor. Rio de Janeiro, 09 de nov. de 2008. Coutinho era soldado fuzileiro-naval em 1964 e aderiu à Rebelião.

ENTREVISTA de Otacílio dos Anjos Santos ao autor. Rio de Janeiro, 03 de dez. de 2008. Otacílio, o Tatá, discursou na Assembléia dos marinheiros em 25 de março de 1964.

ENTREVISTAS de Raimundo Porfírio da Costa ao autor. Rio de Janeiro, 08 de dez. de 2008 e 20 de mai. de 2009. Porfírio era Delegado da AMFNB no Navio Bracuí e esteve presente na Assembléia do dia 25 de março de 1964. Na ocasião das entrevistas, ocupava a presidência do Movimento Democrático pela Anistia e Cidadania – MODAC.

ENTREVISTA de Dilma Aragão ao autor. Rio de Janeiro, 13 de out. de 2009. Dilma Aragão é filha do almirante Cândido da Costa Aragão, que apoiou o movimento dos marujos de 1964.

ENTREVISTA de José Xavier Cortez ao autor. São Paulo, 22 de dez. de 2009. Cortez participou a Assembleia em 1964, foi licenciado e se tornou um dos maiores editores do Brasil.

ENTREVISTA de Rivaldo Figueiredo da Silva ao autor. Rio de Janeiro, 04 de fev. 2010. Rivaldo participou de dois momentos distintos do movimento. No Sindicato dos Metalúrgicos e no dia seguinte, no Arsenal de Marinha.

ENTREVISTA de José Alípio Ribeiro ao autor. Rio de Janeiro, 10 de fev. de 2010. Alípio era subdelegado da AMFNB no Cruzador Barroso e foi um dos marujos que fez uso da palavra no Sindicato dos Metalúrgicos. Na ocasião da entrevista era o presidente da UMNA.

“ÚLTIMO exilado na ditadura chega ao Rio”. Entrevista de Guilem Rodrigues por ocasião do regresso ao país do marinheiro Antônio Geraldo Costa, em julho de 2009. Disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/0/ultimo-exilado-da-ditadura-militar-chega-ao-rio-144736-asp>.

Internet

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_10.htm.

CASA Civil da Presidência da República: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Consultado em 13 out. 2008.

ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/eames/historico.htm>. Consultado em 19 nov. 2008.

ARQUIVO Público do Estado de São Paulo. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pesquisa.php>.

DIREITOS Humanos: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nilmario/dosfilhosdeste/edsonneves.html>.

TERRORISMO Nunca Mais: <http://www.ternuma.com.br/mar.htm>. (Site de ultra-direita).

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/Biografias/Jose_Anselmo_dos_Santos.asp

FUNDAÇÃO Luis Eduardo Magalhães: <http://www2.flem.org.br/noticias/2001/07/19/fsp0200000020010718Democracianaooaceitadesaforo.htm>.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1737>

GOVERNO Federal. Ministério da Educação:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000124.pdf>.

WIKISOURCE Pesquisa. Ato Complementar nº1.
http://pt.wikisource.org/wiki/Ato_Complementar_N%C3%BAmero_Um.

SANDRO Melo – Mofolândia Produções: <http://www.mofolandia.com.br>.

ORGANIZAÇÕES Globo:
http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/04/04/anistia_ziraldo_jaguar_vao_receber_indenizacao_pensao_mensal-426702935.asp.

PORTAL De Leis. www.leidireto.com.br/lei-10559.html.

CENTER For Research Libraries – Relatório do Ministério da Marinha, 1959.
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/marinha.html>.

REVISTA Veja. Acervo Digital. <http://veja.abril.com.br/acervodigital>.

SECRETARIA Especial de Direitos Humanos.
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/livrodireitomemoriaeverdadeid.pdf. Consultado em 26 de jun. 2008.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
<http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Consultado em 08 de mar. 2009.

Jornais e Periódicos

Jornal A Tribuna do Mar

Jornal Correio da Manhã

Jornal Diário Carioca

Jornal do Brasil

Jornal do Modac

Jornal Novos Rumos

Jornal O Dia

Jornal O Globo

Jornal Última Hora

Revista Aventuras na História

Revista Época

Revista Isto É

Revista Manchete

Revista O Pasquim

Revista Playboy

Revista Veja

Legislação

BRASIL. DECRETO-LEI 6.227, 24 DE JANEIRO DE 1944. CÓDIGO PENAL MILITAR. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1944.

BRASIL. Decreto-Lei 9.698, 02 de setembro de 1946. Estatuto dos Militares. <http://www.jfrj.gov.br/selegis/militar/pdf/Decretos-Lei/DecLei9698.pdf>. Consultado em 30 de ago. 2008.

BRASIL. DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível:<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488>. Consultado em 31 de jan. 2009.

BRASIL. Decreto 36.450, 10 de novembro de 1954. Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=168002>. Acesso em 10 de fev. 2009.

BRASIL. DECRETO 44.061, DE 23 DE JULHO DE 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=174987>. Consultado em 02 de nov.2008.

BRASIL. Decreto 46.423, 14 de julho de 1959. Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177179>. Consultado em 10 de fev. 2009.

BRASIL. Decreto Nº. 38.010, DE 05 DE OUTUBRO DE 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. *Atos do Poder Executivo*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.

BRASIL. LEI 3.765, DE 04 DE MAIO DE 1960 – Dispões sobre as pensões militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L3765.htm>. Consultado em 11 de mai. 2009.

BRASIL. Decreto 205/1961 - DECRETO Nº 205, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1961. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Cf. PEREIRA, Geraldo Emygdio (Redação). *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXV, Tomo II. São Paulo: Editora Lex, 1961, p.166-187.

BRASIL. Decreto 51.613, 03 de dezembro de 1962. Altera a tabela do salário mínimo aprovada pelo decreto 51.336, de 13 de outubro de 1961 e dá outras providências. Cf. BOBBIO, Pedro Vicente. PEREIRA, Geraldo Emygdio. *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXVI. Atos dos Poderes Legislativos e Conselho de Ministros. São Paulo: Editora Lex, 1962, p.346-355.

BRASIL. LEI 5.035, DE 17 DE JULHO DE 1966. Estende às praças licenciadas, nas condições que especifica, o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91087>. Consultado em 12 de mai. 2009.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. Código Penal Militar. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm. Consultado em 24 out. 2008.

BRASIL. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Consultado em 07 de out. 2008.

BRASIL. DECRETO 84.143/79. Regulamenta a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84143.htm. Acesso em 01 de fev. 2009.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985. Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103918/emenda-constitucional-26-85>. Consultado em 30 de mai.2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ato das disposições constitucionais transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm#adct. Consultado em 12 de fev. 2009.

BRASIL. Lei 9.140/1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm. Consultado em 19 jan. 2009.

BRASIL. LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10536. Consultado em 27 de mai.2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, Olivier. *Ce que le pardon vient faire dans l'histoire*. Esprit. Paris, Juillet, 1993.

ABREU, Alzira A. et alii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Vol.1. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

_____. ABREU, Alzira Alves. “A participação da imprensa na queda do Governo Goulart”. In ARAÚJO Maria Paula. CASTRO, Celso. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

ALVES, Márcio M. *Torturas e Torturados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: P.N.S.A, 1967.

ARAÚJO, Maria Paula. “Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985)”. In FILHO, João Roberto Martins (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos:EdUFSCar, 2006.

ASSIS, Chico. *A trilha do labirinto*. Recife: Bagaço, 2008.

BARBOSA, Rui. *Os Atos Inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal*. Capital Federal: Companhia Impressora 7, 1893. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000124.pdf>.

BARRETO NETO, Raul C. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009.

BASTOS, Paulo M. *Salvo Conduto: um vôo para a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2003.

_____. *A caixa-preta do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2006.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BIERRENBACH, Júlio S. *1954-1964: uma década política*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

_____. *Rio Centro: quais os responsáveis pela impunidade?* Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BOBBIO, Pedro Vicente. PEREIRA, Geraldo Emygdio. *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXVI. Atos dos Poderes Legislativos e Conselho de Ministros. São Paulo: Editora Lex, 1962.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BORBA, Marco Aurélio. *Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro*. São Paulo: Global, 1981.

CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Phillippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

CONSERVA, Paulo. *A Revolução de Mugiqui*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

_____. *Navegando no exílio*. Itaporanga: Empresa Gráfica do Nordeste, 1991.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um Stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

COSTA, Geraldo Adjailson de Lima. *Em defesa da liberdade: a história de vida de José Azeildo Ramos*. João Pessoa: Editora de UFPB, 2009.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. “Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico”. In TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. vol.1. São Paulo: Boitempo, 2009.

D’ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do Golpe: A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª ed. vol.2. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 1987.

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

_____. *1964: a luta dos marinheiros*. Natal: Diorama, 2009.

FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, 2005.

FERNANDÉZ, Paloma Aguilar. *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*. Madrid:Alianza Editorial, 1996.

FERREIRA, Gustavo Alves Alonso. “*Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*”: *Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, 2007.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In DELGADO, Lucília e _____. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.355.

_____. “O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil”. In ARAÚJO, Maria Paula. CASTRO, Celso. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

_____. e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

FILHO, Olympio M. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

FONSECA, Murilo M. *Arte Naval*. vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1989.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23ª ed. RAMALHETE, Raquel (Tradução). Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, Celso. *O Motim*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1999.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – as esquerdas brasileiras: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GUSMÃO, Daniel Martins. *A trajetória da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e as memórias das lideranças*. (Monografia) Universidade Federal Fluminense-UFF. Niterói, 2006.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13: os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio da resistência*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda. Jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LORAUX, Nicole. *De l'amnistie et de son contraire*. In YERUSHALMI, Yosef e outros. *Usages de l'oubli - Colloque de Royau Mont*. Paris, E'ditions du Seuil, 1988.

LOUZEIRO, José. *O pilão da madrugada: Neiva Moreira – um depoimento a José Louzeiro*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

MARTINS, Roberto R. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MEDINA, João Ignácio. *Águas Revoltas: um estudo comparativo entre a Revolta da Chibata de 1910 e o Movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

MEZAROBA, Glenda. *O preço do esquecimento : as reparações pagas às vítimas do regime militar*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Área de concentração: Direitos Humanos) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2007.

MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o chacal brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MONIZ, Edmundo. *Antologia poética de Bertolt Brecht* (Tradução e Prefácio). 3ª ed. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1982.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTA, Uraniano. *Soledad no Recife*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NASCIMENTO, Álvaro P. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2008.

NETTO, Araújo. “A paisagem”. In DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda em abril*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PARUCKER, Paulo E. Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA, Geraldo Emygdio (Redação). *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXV, Tomo II. São Paulo: Editora Lex, 1961.

PEREIRA, Nilton M. *Marujos Rebeldes*. Araranguá: Nova Geração, 2005.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *O golpe militar e civil de 64 – 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Oficina do livro, 2004.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

_____. “A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968)”. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, 1990, p.13 (organograma); _____, e SÁ, Jair Ferreira.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (Orelha do Livro). In CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

RIBEIRO, Octávio. *Por que eu traí: Confissões do Cabo Anselmo*. São Paulo: Global, 1984.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. “Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974”. In _____.; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. vol. 6. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores”. In _____, REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ MOTTA, Rodrigo Pato (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois: 1964-2004*. Bauru: Edusc, 2004.

RODRIGUES, Flávio L. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. “A ideia de Revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)”. In _____.(org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)”. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. “Aos grandes homens a pátria reconhecida: os ‘justos’ no Panteão”. In GOMES, Ângela de Castro (org). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. 1ª ed. V.2. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

_____. e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX* (Brasil e América Latina, vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, no prelo.

_____. “História, memória e verdade: em busca do universo dos homens”. In SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson L. de Almeida, e TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v.2. São Paulo: Hucitec, 2009.

ROSAS, Paulo S. *Instrução Moral e Cívica para os alunos das Escolas de Aprendizagem-Marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1964.

ROUSSO, Henry. *El estatuto del olvido*. In BARRET-DUCROCQ, Françoise (Org.). *Por qué recorder?*. Granica, 1998.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. vol.1. São Paulo: Global, 1979.

_____. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. vol. 2. São Paulo: Globo, 1981.

SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio (orgs). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

USTRA, Carlos A.B. *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. 4ª ed. Brasília: Editora Ser, 2007.

VIANA, Gilney A. CIPRIANO, Perly. *Fome de Liberdade: relatos dos presos políticos*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

GLOSSÁRIO

BOMBORDO – O lado esquerdo da embarcação, para quem o observa da popa (parte de trás) para a proa (frente do navio).

CONTRATORPEDEIROS – Navio de guerra destruidor de torpedeiros; caça torpedeiros.

CRUZADORES – São navios de tamanho médio, grande velocidade, proteção moderada e grande raio de ação. Como o nome sugere, eles possuem boa mobilidade e armamento de calibre médio e tiro rápido.

DIA “D” – Em uma Operação de Guerra significa o dia decisivo, o dia do ataque ao inimigo, o dia de se decidir a batalha. Uma espécie de tudo ou nada.

ENCOURAÇADO – Até a 2ª Guerra Mundial, o encouraçado era considerado o navio mais poderoso, reunindo máximo poder ofensivo e defensivo. Em ações da esquadra ele permanecia na linha de batalha atacando os navios maiores do inimigo com tiros de canhão do grosso calibre, apoiado por cruzadores, porta-aviões e contratorpedeiros. Este tipo de navio recebia este nome por ser fortemente protegido por compartimentagem especial: duplo fundo e dupla couraça.

ESPIAS – Cabos (cordas) utilizadas para amarrar a embarcação.

GUINADA – Desvio que um navio faz em sua rota; mudança de direção.

IR A PIQUE – Afundar; submergir; naufragar.

MAR DE ALMIRANTE – Mar calmo, tranquilo, o melhor para navegação.

MAR DE MARINHEIRO – Mar agitado, violento, as piores condições para se navegar.

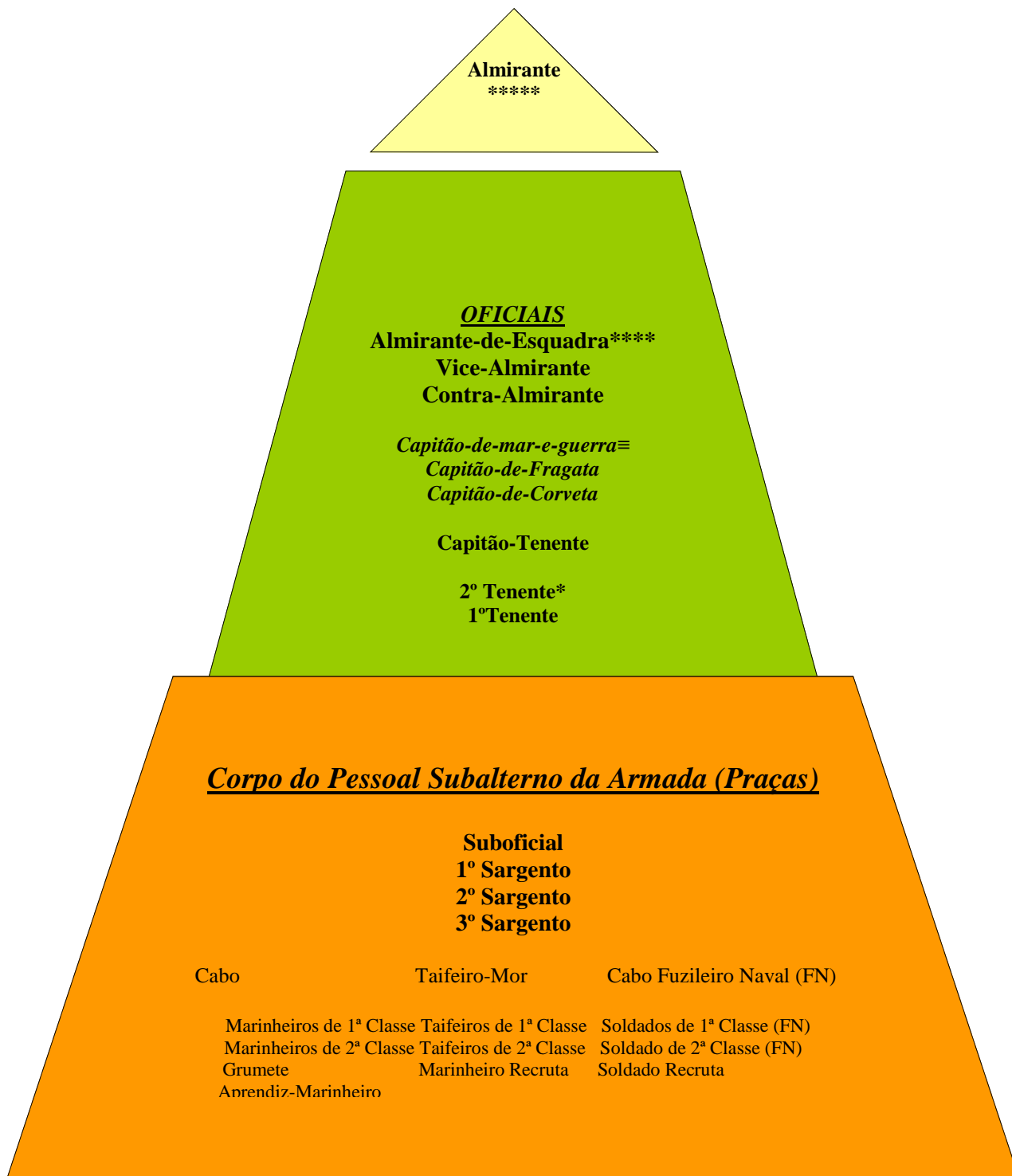
PROCELAS – Tempestade marítima; tormenta; grande agitação.

VELOCIDADE DE CRUZEIRO – Diz-se da maior velocidade que um navio pode alcançar. Navegando a todo vapor. Máquinas *full*.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

1. Pirâmide Hierárquica da Marinha entre 1961-1964.
2. Quadro Geral de Especialidades dos Cabos, Marinheiros, Taifeiros e Fuzileiros em 1961.
3. Plano de Carreira dos Cabos, Marinheiros e Taifeiros em 1961.
4. Plano de Carreira dos Cabos e Soldados do Corpo de Fuzileiros Navais em 1962.
5. Relato de agente infiltrado na Assembleia dos marinheiros de 1º de fevereiro de 1964. Fonte. Arquivo Nacional, BR- AN, RIO X9.0.ESI, ACL.1/29 p.1.
6. Transcrição do documento anterior
7. Jornal Última Hora, 27 de março de 1964.
8. Deputado Hércules Corrêa discursa na Assembleia dos Marinheiros. Foto Revista O Cruzeiro, 02 de maio de 1964, p.88.
9. Dante Pelacani, líder do CGT, discursa na Assembleia do Marujos. Fonte: Revista O Cruzeiro, 02 de maio de 1964, p.84.
10. Folha do Prontuário de José Anselmo dos Santos arquivado no APERJ.
11. Folha do Prontuário de Marcos Antônio da Silva Lima arquivado no APERJ.
12. Documento do CENIMAR divulgando informações sobre as penas imputadas após julgamento de 22 marinheiros em junho de 1966.
13. Cartaz de militantes procurados.
14. Jornal Última Hora, 27 de maio de 1969 (Capa). Fuga dos marinheiros da Penitenciária Lemos de Brito.
15. Jornal Última Hora, 09 de agosto de 1969. Fuzileiros Navais cercam os militantes do MAR, em Angra dos Reis.
16. Revista ISTO É, março de 1984.
17. O Pasquim, 19 a 25 de abril de 1984.
18. Comissão da Anistia debate o caso dos marinheiros e suas promoções. Fonte: Informativo Anistia, nº4, outubro de 2007.
19. Jornal *O Globo*, de 22 de julho de 2009, p. 02. Volta do marujo Antônio Geraldo Costa.



Pirâmide Hierárquica da Marinha em 1961.

Fontes: BRASIL. Decreto-lei 9698/1946; Decreto 28880/1950; Decreto 44061/1958 e Decreto 205/1961.

*****Só em tempo de Guerra/ *****Oficiais Gerais / ≡Oficiais Superiores/ *Oficiais Subalternos.

Quadro Geral de Especialidades dos Cabos, Marinheiros, Taifeiros e Fuzileiros em 1961*

	Formas de Ingresso	ESPECIALIZAÇÕES		
		C P S A	Escolas de Aprendizizes Marinheiros (PE,BA,CE,SC) A partir de 1960 entra e atividade a a Escola de ES, na cidade de Vitória. (Teste de Seleção)	Serviço Geral de Convés (SGC)
Manobra (MR); Artilharia (AT); Torpedos, Minas e Bombas (TM); Sinais (SI); Telegrafia (TL);Escrita e Fazenda (ES);Enfermagem (EF); Educação Física (EP); Radiotécnica (RT);Direção deTiro (DT); Operação de radar (OR);Operação de Sonar (OS);Hidrografia e Navegação(HN); Paioleiros (PL) e Suplementar de Convés (SC).	Máquinas Principais (MA); Motores e Máquinas Especiais (MO); Caldeiras (CA); Eletricidade (EL); Comunicações Interiores (CI); Carpintaria e Controle de Avarias (CP); Artífices de Mecânica (MG); Artífices de Metalúrgica (MT); e Suplementar de Máquinas (SM)			
Conscritos (Alistamento)	Serviço Geral de Taifa (SGT)			
	Voluntários (Teste de Seleção)	Arrumadores (AR); Cozinheiros (CO);Barbeiros (BA);Taifeiros-Padeiros (PA) e Suplementar de Taifa (ST).		
C P S C F N	Soldado Recruta (Teste de Seleção)	Ramo Geral de Fileira (RGF)	Ramo Geral de Serviços Especiais (RGSE)	Ramo Geral de Artífices
		Infantaria (IF); Artilharia (AT) ou Engenharia (EG)	Escrevente (ES); Sinaleiro (SI); Telegrafista (TL); Enfermeiro (EF); Músico (MU); Corneta e Tambor (CT); Conductor-Motorista (CM)	Carpinteiros (CP); Eletricista (EL); Torneiros – Frezadores (TF); Sapateiros – Correeiros (SC); Caldeireiro de cobre – Soldador (CS); Ferreiro – Serralheiro (FE); Bombeiro Hidráulico (BB)

*BRASIL. DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. *Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais (CPSCFN)*, e DECRETO Nº 205, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1961. *Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (CPSA)*.

PLANO DE CARREIRA DOS CABOS, MARINHEIROS E TAIFEIROS EM 1961*

Graduações (após os cursos iniciais)	Interstícios	Requisitos mínimos exigidos
Grumete (GR) a Marinheiro de 2ª Classe (MN-2ª cL)	1 ano na graduação de Grumete	1. Comportamento: menos de 45 pontos perdidos na graduação.
Marinheiro de 2ª Classe (MN-2ª cL) a Marinheiro de 1ª Classe (MN-1ª cL)	1 ano na graduação de MN-2ª	1. Comportamento: menos de 40 pontos perdidos na graduação 2. Habilitação profissional: ter obtido habilitação no Estágio Inicial (18 meses a bordo dos navios da Armada) e ter sido selecionado para Curso de Especialização.
Taifeiro de 2ª Classe (TA-2ª cL) a Taifeiro de 1ª Classe (TA-1ª cL)	2 anos na graduação de TA-2ª	1. Comportamento: menos de quarenta (40) pontos perdidos na graduação; 2. Habilitação profissional e transferência: ter obtido habilitação no Estágio Inicial (12 meses), ter sido aprovado em Curso de Especialização e transferido para o quadro a ele correspondente.
Marinheiro de 1ª Classe (MN-1ª cL) a Cabo (CB)	3 anos na graduação de MN-1ª	1. Comportamento: menos de quarenta (40) pontos perdidos na graduação; 2. Habilitação profissional e transferência: ter sido aprovado em Curso de Especialização e transferido para o quadro a ele correspondente.
Taifeiro de 1ª Classe (TA-1ª cL) a Taifeiro-Mor (TA-Mor)	3 anos na graduação de TA-1ª	1. Comportamento: menos de quarenta (40) pontos perdidos na graduação; 2. Habilitação profissional: ter obtido habilitação no Estágio de Especialização.
Cabos a 3º Sargento	2 anos na graduação de Cabo	1. Comportamento: menos de trinta (30) pontos perdidos na graduação; 2. Habilitação profissional - (CB): ter obtido habilitação no Estágio de Especialização e ter sido aprovado em Exame de Habilitação à promoção realizado após o estágio; 3. Aptidão para o mando: ter obtido informação favorável na graduação [...] de acordo com pareceres semestrais dado por oficiais.
Taifeiro-Mor a 3º Sargento	2 anos na graduação de TA-Mor	*Os mesmos que os Cabos

*BRASIL. DECRETO Nº 205, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1961. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Cf. PEREIRA, Geraldo Emygdio (Redação). *LEX – Coletânea de Legislação*. Ano XXV, Tomo II. São Paulo: Editora Lex, 1961, p.166-187.

**PLANO DE CARREIRA DOS SOLDADOS E CABOS DO CORPO DE FUZILEIROS
NAVAIS EM 1962***

Graduações (após os cursos iniciais)	Interstícios	Requisitos mínimos exigidos
Soldado Fuzileiro Naval (FN) de 2ª Classe a Soldado (FN) de 1ª Classe (SPC)	09 meses de praça	1 - três (3) meses de serviço na tropa, na graduação; 2- Ter, na graduação, 80% de bom comportamento, com um mínimo de 5 meses consecutivos de bom comportamento imediatamente anteriores à data da promoção; 3- Ser aprovado no Curso de Candidatos a Cabo do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, Curso Básico de Especialização ou aprovado em exame de habilitação nas especialidades em que não houver curso organizado.
Soldado (FN) de 1ª Classe (SPC) a Cabo Fuzileiro Naval (CB-FN)	12 meses de praça	1- Ter seis (6) meses de serviço na tropa, na graduação; 2- Ter, na graduação, 85% de bom comportamento, com um mínimo de 6 meses consecutivos de bom comportamento imediatamente anteriores à data da promoção;
Cabo (FN) A 3º Sargento	18 meses	1. Doze meses de serviço na tropa ou especialidade na graduação. 2. ter sido aprovado no Curso de Candidatos a Sargento do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais ou ser aprovado sem exame de habilitação para promoção nas especialidades em que não houver Curso de Candidatos a Sargento organizado; 3. Ter, na graduação, 90% de bom comportamento, com um mínimo de 12 meses consecutivos de bom comportamento imediatamente anteriores à data da promoção;

* **BRASIL.** DECRETO Nº 28.880, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=107488>. Consultado em 31 de jan. 2009.

BR AN, RIO X9.0.ESI, ACL.1/29 pt

- 1 -

Na assembleia realizada pela Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, no sábado, dia 1º de fevereiro, ~~foram~~ ~~das~~ 14.00 às 18.30. Fizeram-se presentes ~~uma~~ ~~vez~~ 1.000 pessoas aproximadamente as quais se alocaram no interior do Sindicato dos Condutores Pedestres à Rua Camerino, 66.

Talhou em 1.º lugar o presidente da Associação dos Marinheiros o qual foi entusiasticamente aplaudido inúmeras vezes durante o decurso de sua allocução. Na ocasião, o orador declinou aos presentes as reivindicações da classe, tais como a não dissolução da Associação dos Marinheiros (1); Cumprimento (pela Adm. Naval) do Art. 102 do R.C.P.S.A. que diz respeito a promoção, melhoria de alimentação (2); ~~desconto em folha~~ ~~de~~ ~~mensalidade~~ ~~de~~ ~~associado~~ (3); e condições mais humanas no tratamento dos Marinheiros a bordo. Finalmente pediu que o Pres. da República pusesse na chefia do E.M.F.A. o Almirante Enjor (foi aplaudido de pi). Disse ainda que a luta não é só de marinheiros mas de todos os brasileiros e que ~~é~~ necessário a batalha alargar-se a todos os pontos terrestres. Fazendo cobertura jornalística estiveram o canal 2 e o Jornal do Brasil. A imprensa foi con-

Folha 1 do documento encontrado no Arquivo Nacional, atribuído a um informante secreto, sobre uma Assembleia realizada pelos marinheiros em 1º de fevereiro de 1964.*

* Original disponível em: AN – Documento BR AN, RIO – X9.0.ESI, ACL.1/29. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL129.pdf>. Consultado em 26 dez. 2009.

Transcrição completa do documento anterior

Na assembleia realizada pela Associação dos marinheiros e fuzileiros navais, no sábado, dia 1º de fevereiro, das 14 às 18:30, fizeram-se presentes 1.000 pessoas aproximadamente, às quais se acotovelaram no interior do Sindicato dos Condutores Rodoviários, à rua Cemerino, 66.

Falou em 1º lugar o presidente da Associação dos Marinheiros o qual foi estrepitosamente aplaudido inúmeras vezes durante o decorrer de sua alocação. Na ocasião o orador declinou aos presentes as reivindicações da classe, tais como a não dissolução da Associação dos marinheiros (1); Cumprimento (pela Adm. Naval) do Artigo 102 de R.C.P.S.A que diz respeito a promoções (2); melhoria de alimentação (3); desconto em folha da mensalidade do associado (4); e condições mais humanas no tratamento do marinheiro a bordo. Finalmente, pediu que o Presidente da República pusesse na chefia do E.M.F.A o Almirante Suzano (foi aplaudido de pé). Disse ainda que a luta não é só de marinheiros, mas de todos o brasileiros e que (sendo? ilegível) necessário a batalha alastrar-se-á pelos canais subterrâneos. Fazendo cobertura jornalística estiveram o Canal 2 e o Jornal do Brasil. A imprensa foi convidada a visitar qualquer dos navios da Armada (DE COBERTAS ABAIXO)* a fim de constatar a veracidade da denúncia de que os marinheiros têm tratamento sub-humano. Ao encerrar, o referido orador pediu que os marinheiros levassem ao seu conhecimento os problemas de bordo a fim de serem estudados. A Constituição Federal foi exibida inúmeras vezes e, inclusive, 12 parágrafos do Artigo 141 foram distribuídos em impressos.

Levando votos de solidariedade aos MNs estiveram 18 comissões representativas de sindicatos e associações, dentre as quais destacavam-se: Comissão do Sindicato dos Metalúrgicos, liderada pelo deputado João Massena; Sindicato dos Bancários; Sindicato dos Ferroviários; UNE, representada pelo seu vice-presidente; Associação dos Estudantes Secundários de Caxias; Associação Operária da Refinaria Duque de Caxias; Associação dos Estudantes Químicos e Industriais; Sindicato dos Taifeiros e Padeiros da Marinha Mercante; Sindicato dos Marinheiros da Marinha Mercante; Associação do Corpo de Bombeiros; Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar; Sindicato dos Guardas-Civis e Ferroviários; Sindicato dos Condutores de veículos rodoviários e anexos; Associação dos Sargentos; Associação dos servidores civis do Arsenal de Marinha; Cada representante teve oportunidade de usar da palavra. Foi hipotecada solidariedade ao governo do Sr. João Goulart

* Compartimentos dos navios localizados abaixo do *Convés* principal.

e enaltecido efusivamente os Almirantes Suzano, Goyano e Aragão, e o gen. Assis Brasil. “Gorila” foi a expressão usada com prodigalidade. (SEGUE)

“Se isto aqui fosse uma reunião de nazistas e facistas (sic) estariam presentes o Ministro da Marinha e sua curriola”. Assim iniciou sua alocução o MN [Marinheiro] José Athayde. “O Chefe do EMA age como um nazi-facista (sic) na perseguição que lança à Associação”. Finalizou dizendo que “quem está contra a Associação está a favor do imperialismo e do latifúndio, obra dos inimigos do Brasil”.

O presidente da Associação, observando o verbo inflamado dos oradores, pediu-lhes um pouco de moderação na expressão. De um modo geral, os oradores ratificaram o que fora dito pelo presidente. Em alguns casos, falara-se em reformas de base e extinção do imperialismo. “Jamais daremos o primeiro tiro, mas lutaremos até às últimas consequências se os gorilas dispararem primeiro”. O segundo-tesoureiro da Associação fez uma rápida demonstração do emprego do dinheiro dos 13.000 associados. João Cândido foi citado amiúde e seu nome enaltecido tantas vezes quanto possível. Violento protesto foi prestado contra as autoridades que fecharam a sucursal da Associação em Ladário. Finalmente, ocupou os microfones o vice-presidente da UNE, o qual teve atuação mais demorada. Acusou e apontou alguns pontos vulneráveis como se fosse um marujo perfeitamente familiarizado com a vida no mar. Vários panfletos foram distribuídos (conforme modelos anexos). Às 18:20 foi cantado o Hino Nacional e dada por encerrada da assembleia.

ALMIRANTE SÍLVIO MOTTA DEMISSIÃO

AVIÃO DA VASP
CAIU NA BAÍA

AVISO 2.118 — Rua do Ouvidor, 47-1400, 27 de Março de 1964 — R\$ 1.200

Última Hora

JOÃO XXIII FEZ
DIÁRIO DA ALMA

3.000 Marinheiros Sublevados Desacatam Ordem de Prisão

TENSÃO NO PAÍS COM A CRISE NA MARINHA




★ Marujo Líder

REVOLTA DE 1910 PRESENTE EM 64

★ Hino Nacional

PRIMEIRA

HCRA

Jango Volta do Sul: Medidas Drásticas

Alerta do CGT: GREVE CONTRA PERSEGUIÇÕES

EDITORIAL "A CRISE" NA PÁG. 4 E NOTICIÁRIO NAS PÁGS. 2 E 3

Jornal Última Hora, 27 de março de 1964, capa. A notícia destaca a presença de João Cândido na Assembleia realizada no dia 25 de março ao lado do marinheiro José Anselmo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital>

Deputado Hércules Corrêa, membro do Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, discursa na Assembleia dos marinheiros em 25 de março de 1964.
Fonte: Revista O Cruzeiro, 02 de maio de 1964, p.88.



HERCULES Corrêa, deputado estadual comunista, chegou a ser secretário da Assembleia do GD. Na foto ele dirige a assembleia de marinheiros e fuzileiros.

FELACANI e outros "generais", numa reunião secreta do CGT (foto acima), prepararam uma greve. Na foto abaixo, são aplaudidos a libertação dos marinheiros.

Os "generais" do CGT já se sentiam com as mãos no poder. Derrotados.



CLÓDSON Riani, presidente do CNTI e do CGT, deputado estadual em Minas. Na foto, preso durante a recolonização em AG.

si —, mandava no Ministério do Trabalho, nomeava para os Institutos de previdência social, conquistava direitos, conquistava abusivos — pois toda a sua situação era coberta pela Presidência da República.

Riani, Felacani, Pacheco tornaram-se pessoas conhecidas do grande público, figuras obrigatórias nos altos conselhos oficiais, elementos de alta categoria e influentes nos pronunciamentos presidenciais e nas decisões do governo. Riani estimado e temido. Nunca ignorados.


Através deles, o Partido Comunista ia-se infiltrando, ganhando pontos importantes, preparando sua revolução sem armas e sem sangue. Clódnson Riani, ex-operário, deputado estadual em Minas, contava com certa cobertura de determi-

© SAZBRO, S. S. 1964



Na parte de cima da imagem, Dante Pelacani, líder do Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, discursa na Assembleia dos marinheiros em 25 de março de 1964. Fonte: Revista O Cruzeiro, 02 de maio de 1964, p.84.

Prontuário do “cabo” Anselmo, arquivado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, fundo Polícia Política.


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA INTERIORES
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

17-12

PLANILHA DE REGISTRO Fotografia N.º

Nome JOSÉ ANSELMO DOS SANTOS

Nacionalidade BRASILEIRA
 Naturalidade ESTADO DE SERGIPE
 Filho de PAI IGNORADO
 e de JOANA BALBINA DOS SANTOS
 Idade 23 anos. Nascido em 13 de FEVEREIRO de 1941
 Estado Civil SOLTEIRO Instrução SECUNDÁRIA
 Profissão EX-MILITAR (1.ª CLASSE)
 Residência RUA SÃO JOSÉ Nº 84
 Motivo _____









Notas Crométicas





Cabelos BRANCA Cabelos PRETOS
 Olhos CASTANHOS Olhos SIM
 Barba SIM Como usa RASPADA

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,72 m. Pésos 68 kg
 Frontal: Altura Inclinação _____
 Largura Sobrancelhas _____
 Palpebras _____
 Nariz: dorso _____
 Base _____
 Boca Lábios Queixo _____
 A. com particularidades, cicatrizes e tatuagens _____

Assinatura do Identificado José Anselmo dos Santos Identificado em 17/12/64


SÉRIE	Mão direita				
		POLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULOS
SÉRIE	Mão esquerda				
		POLEGARES	INDICADORES	MEDIOS	ANULOS

Série 17
 P. D. 17
 Escala _____

Compendio de Imagens Faciais - (12/64) D. J. S. P. - 12/64

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA GUANABARA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS

NOME MARCO ANTONIO DA SILVA LIMA
 VULGO OU COGNOME "HUBERTINO" "HUBÉCIO"
 NOME DO PAI Joquinha Leão de Lima
 NOME DA MÃE Clarice da Silva Lima
 NACIONALIDADE Brasileira
 NATURALIDADE _____ ESTADO CIVIL casado
 NASCIMENTO 21 de outubro de 1931 IDADE 38 anos
 PROFISSÃO ANTERIOR Ex-marinheiro casado pela revolução
 GRAU DE INSTRUÇÃO secundária
 RESIDÊNCIA Faz. Itaboraí, nº 27/608
 LOCAL DE TRABALHO profissionalizado pela organização

OBSERVAÇÕES: PUB/1964. Era o chefe da secção de "cobertura" durante os assaltos a Bancos, que passou a realizar após a fuga de A. Aguiar dos Reis onde se encontrou hospedado após fugir da Penitenciaría Lemos de Brito. Participou de diversos assaltos a estabelecimentos bancários no GR, inclusive um levante a efeito no dia 17 de dezembro de 1969, contra a loja da Rua de Pina do Rendo Sotto Mayor S/A, conforme foi apurado por esta Delegacia no inv. nº 47/70, distribuído à 3ª Auditoria do Distrito / de 1ª CJI, Pasmela antecessoras políticas no DOPS/GR, de resistir a prisão, foi morto (Ofício 8902, livro C 309, folha 101-7 de 9ª Circunscrição).

Prontuário de Marcos Antônio da Silva Lima, vice-presidente da AMFNB em 1964 e militante destacado do MNR, MAR e PCBR.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, APERJ, fundo Polícia Política.

Documento expedido pelo CENIMAR divulgando para os diversos órgãos da repressão as penas imputadas a 22 marinheiros no processo sobre a criação e estruturação da AMFNB. Dentre eles vemos o fundador da Associação, o cabo João Barbosa de Almeida e José Anselmo dos Santos, o "cabo" Anselmo, além de personagens que destacamos ao longo do trabalho, como Marcos Antônio da Silva Lima, Avelino Capitani, José Duarte, Antônio Duarte, Paulo Conserva, Pedro Viegas, Moacir Omena, Antônio Geraldo, Cláudio Ribeiro e José Alípio Ribeiro.

Fonte: APERJ, Polícia Política, Secreto, pasta 9, maço 04.

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

SECRETO

Data: 9/9/1966

INFORMAÇÃO
32

*do 14º pe andar
a 11º. 21. 66
L. Almeida*

Em 5/9/1966 foi julgado o processo nº 8172 pela 1ª Auditoria da Marinha onde foram acusados 22 ex-MNs e PNs.

O resultado foi o seguinte:

Ex-CB-DT - ADILSON AQUILINO ✓	- Condenado a 3 anos	
Ex-3ºSG-TM - MOACIR Omena DE OLIVEIRA ✓	" " 3 anos	
Ex-2ºCL-SM - EUDÓZIO ALVES NETO ✓	" " 3 anos	
Ex-1ºCL-SM - ORDINO SUILOW ✓	" " 2 anos e 6 me ses	
Ex-CB-AT - JOAO ALVES DO CARMO ✓	" " 3 anos	
Ex-1ºCL-SC - JOSE ANSELMO DOS SANTOS ✓	" " 3 anos	(1)
Ex-CB-SI - PEDRO FILANÇA VIEGAS ✓	" " 3 anos	(6)
Ex-CB-TL - JOSE ALÍPIO RIBEIRO ✓	" " 3 anos	(5)
Ex-1ºCL-MO - RONALDO GOMES DE ARAUJO ✓	absolvido	
Ex-CB-FN - JOSE INGLÉS DOS SANTOS ✓	" " 3 anos	
Ex-1ºCL-SC - PAULO ALVES CONSERVA ✓	Condenado a 3 anos	(2)
Ex-1ºCL-EL - RAUL ALVES DO NASCIMENTO FILHO ✓	" " 3 anos	
Ex-1ºCL-SC - AVELINO CAPITANI ✓	" " 3 anos	(7)
Ex-CB-SI - ANTONIO GERALDO COSTA ✓	" " 3 anos	
Ex-CB-FN - WALTER HUGUES DO ARAGÃO ✓	absolvido	
Ex-CB-AT - JOAO BARBOSA DE ALMEIDA ✓	" " 3 anos	
Ex-CB-ES - JOAO ATAÍDE GOMES ✓	- Condenado a 3 anos	
Ex-1ºCL-SE - ANTONIO DUARTE DOS SANTOS ✓	" " 3 anos	
Ex-1ºCL-MO - MARCO ANTONIO DA SILVA LIMA ✓	" " 3 anos	
Ex-1ºCL-EL - JOSE DUARTE DOS SANTOS ✓	" " 3 anos	
Ex-SD-FN - EDGAR DE AQUINO DUARTE ✓	absolvido	
Ex-CB-ET - CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO ✓	Condenado a 3 a	

(Continua)

- 1 -

262

SECRETO

691

SE 19/9

(Continuação da Informação nº 332 (Secreto) de 9/9/66, do Centro de Informações da Marinha).....

S E C R E T O

3.- OBSERVAÇÕES

- (1) Ex-1ºCL-SC-JOSÉ ANSELMO DOS SANTOS - Condenado a 10 anos e 8 meses no Processo 8.167
- (2) Ex-1ºCL-SC-PAULO ALVES CONSERVA - Condenado a 9 anos e 4 meses no Processo 8.167
- (3) Ex-1ºCL-ES-ANTONIO DUARTE DOS SANTOS - Condenado a 9 anos e 4 meses no Processo 8.167
- (4) Ex-CB-ET-CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO - Condenado a 9 anos e 4 meses no Processo 8.167
- (5) Ex-CB-TL-JOSÉ ALÍPIO RIBEIRO - Condenado a 5 anos e 2 meses no Processo 8.167
- (6) Ex-CB-SI-PEDRO FRANÇA VIEIRA - Denunciado no Processo 8.216
- (7) Ex-1ºCL-SC-AVELINO CAPITANI - Denunciado no Processo 8.216 -x-x-x-x-x-

--- Co ---

DISSEMINAÇÃO:- 1ºDN.....1
2ºDN.....1
3ºDN.....1
4ºDN.....1
5ºDN.....1
6ºDN.....1
7ºDN.....1
CG-CEN.....1
2ªSEÇ. EMAR.....1
2ªSEÇ. EMEX.....1
D2-GHG.....1
DOPS-ES.....1
PM-GR.....1
CEM.....1
14

TERRORISTAS ASSASSINOS

PROCURADOS

DEPOIS DE TEREM ROUBADO E ASSASSINADO
VÁRIOS PAIS DE FAMÍLIA, ESTÃO FORAGIDOS.



AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR
SE VOCÊ SUSPEITAR DA PRESENÇA DE UM DOS
PROCURADOS.

**AJUDE-NOS A PROTEGER SUA PRÓPRIA
VIDA E A DE SEUS FAMILIARES.**

Um exemplo da principal arma de propaganda da repressão contra a esquerda armada na época.

Jornal EM TEMPO 100, 21/2 a 5 de março de 1980, relembra os cartazes utilizados pela repressão na tentativa prender os militantes da esquerda armada. Nota-se a presença de um marinheiro fardado entre os procurados. De acordo com o marinheiro José Alípio Ribeiro, possivelmente trata-se de Cláudio de Souza Ribeiro, sócio da AMFNB e posteriormente militante da VPR e VAR-Palmares. Fonte: APERJ, coleção Daniel Aarão Reis.

MACEDO SOARES: RESTAURAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL É META ATINGIDA

“Apolo-10 deu-nos a certeza do desembarque”

EUA: - LUA EM JULHO

Assim como os homens na Lua, agora, de irremediavelmente apegados pela esteira espacial da missão Apolo-10, esta última, no entanto, ficará descolada de sua órbita nos próximos minutos do domingo, em seus momentos, como a última planície. A decisão em descolar-se da superfície lunar é prevista para julho próximo, ocasião em que também é prevista a descolagem "Titanos em Marte". Tudo está pronto para o lançamento de Apolo-11, em julho.



Operação prevista em julho de 1969: "Apolo" que se vai.

Von Braun: — Marte até 1985

EDMUNDO e comandante Thomas Stafford e seus dois parceiros do futuro: John Young e Charles Conrad e John Young, se preparando para o, hoje, colorido e quente verão, na longa viagem de Houston, o Presidente Von Braun, pai da espaçonave Saturn 5, declarou pessoalmente o desembarque de homens em Marte, a partir de 1985.

ESPAÑOL também já tem sobre o planeta. O que não ocorre nos seus momentos, mas a ideia é que seja feita, com os homens, o primeiro passo. Depois, porém, ainda há milhares de atividades a serem realizadas no planeta, quando eles estiverem que tudo lá não é um deserto. Já há água na superfície e a vida já se encontra lá.

Ultima Hora

FUGIRAM 9 DA PENITENCIÁRIA ABRINDO FOGO



Alguns dos homens que escaparam, este mês, da Penitenciária de Brito, em Jacinto de Thormes, e fugiram para o rio de Janeiro, abrindo fogo contra os policiais. Os fugitivos, conhecidos pelo nome de "Pauzão", são: João de Deus, João de Deus, João de Deus, João de Deus, João de Deus, João de Deus, João de Deus, João de Deus, João de Deus.

Jacinto de Thormes denuncia o futebol-sujo



EBERVAL: — VÍTIMA SOU EU CLUBES: — EXPULSEM JUIZ

Denunciando a situação que se vive no futebol, Jacinto de Thormes, presidente do clube de futebol de Brito, afirmou que a situação é insustentável. Ele afirmou que a situação é insustentável. Ele afirmou que a situação é insustentável.

OPERAÇÃO MALHA-FINA DESMANTELA SONEGAÇÃO



Dr. Maconha, político
Ainda há de ser conhecido, Dr. Maconha, um dos políticos que foram envolvidos na operação Malha-Fina.

Rocky, três dias no Brasil

Este mês, Rocky, o personagem do filme "Rocky", esteve no Brasil por três dias, em uma visita oficial.



Minuto final

"PAPA DOC" VIVE
O Papa Doc, o personagem do filme "Papa Doc", viveu no Brasil por um tempo.



Santa Teresa, perigo
A cidade de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, está em perigo devido à situação econômica.

Chacrinha vê o amor de Erasmo

O personagem Chacrinha, do programa "Chacrinha", está apaixonado por Erasmo.

Ordem para miss é parar de rebolar
As missões de ordem para as missões de rebolar, em Jacinto de Thormes, estão em andamento.

JOÃO PINHEIRO REO "Oito de cabera" ou o vexame da interpretação de folião pelo Brasil

OCTAVIO NALTY "Representação" pelos partidos precisa ser muito mais autêntica

ROBERTO ALBERTO Jardim Zoológico em Jacinto de Thormes: a prova de pobreza cultural

CRIADA A LOTERIA ESPORTIVA: 40% PARA A LBA

Jornal ÚLTIMA HORA, 27 de maio de 1969, capa. Fuga de marinheiros da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.arquivostado.sp.gov.br/uhdigital>

FUZILEIROS CERCAM GUERRILHA EM ANGRA

Dois fuzileiros navais e a guarnição do 1º B. (1º Batalhão) de Fuzileiros Navais cercam os militantes do MAR em uma casa na região de Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Os militares estão cercados por cerca de 500 metros de muro de concreto armado. Os fuzileiros navais estão armados com fuzis e metralhadoras. O cerco começou às 10h30 e os militantes do MAR estão sendo obrigados a se render. O cerco é considerado uma vitória dos militares.



Prisões
 Enquanto isso, no Comandante e Fuzileiros Navais, a milícia se prepara para o cerco de prisioneiros. Depois do cerco ao MAR, os militares vão para o cerco aos militantes do MAR. Segundo os militares, o cerco ao MAR é considerado uma vitória dos militares.

Emoção
 Milhares de pessoas se reuniram em Angra dos Reis para assistir ao cerco ao MAR. A emoção é grande e as pessoas estão muito animadas. O cerco ao MAR é considerado uma vitória dos militares.



Assalto
 Em São Paulo, os militares voltaram a atacar os militantes do MAR. O assalto foi muito bem sucedido e os militantes foram capturados. O cerco ao MAR é considerado uma vitória dos militares.

Última Hora



Tudo amanhã: Fla joga a vida, Brasil a Copa



Futebol é adorado em Caracas - onde a Seleção desambrosou ontem - o Brasil completo joga a segunda eliminatória, no Maracanã, com América x Botafogo na preliminar, o Flamengo decide em sorte na Taça, promete o líder Fla.

PASSARINHO DEFENDE A VOLTA DO PODER CIVIL

Franco já vale menos 12,5 por cento e não afeta dólar

Militares têm desde ontem novo código de vencimentos

Parte da agenda começou a ser recuperada e a CEDAG promete para hoje ainda a volta da água que está faltando. Mas há risco de um estouro nas lubrificações que estão sendo reparadas no Liss.



Jornal Última Hora, 09 de agosto de 1969. Fuzileiros Navais cercam os militantes do MAR na Região de Angra dos Reis, Rio de Janeiro.

O ANJO DA MORTE

O marinheiro que
desafiou o regime e ajudou
a ceifar a esquerda

de volta o maior
risco da esquerda
civileira José An-
santos, 43 anos, o
leão, o mítológico
ro que aderiu à
fical no Brasil e
o-se de armas e
a os órgãos de
a pela primeira
e tortuoso tra-
ada depois de
a sombras de
anonimato.

Associação
e Fuzileiros
(AMFNB),
fervescência
almirantado
ente João
Anselmo
endeu na
enda. Sua
em ano é
o levou-o
des pala-
de jor-
nantes e
do ofi-
te das

na a promover na
ele, um simples
ngano, os jorna-
relativo-o também
em o Partido Co-
vimagem obrigá-
de do período de
sombria no mo-
de 1964. De

Para o poder, foi uma eficiente garra
que permitiu abrir as portas das

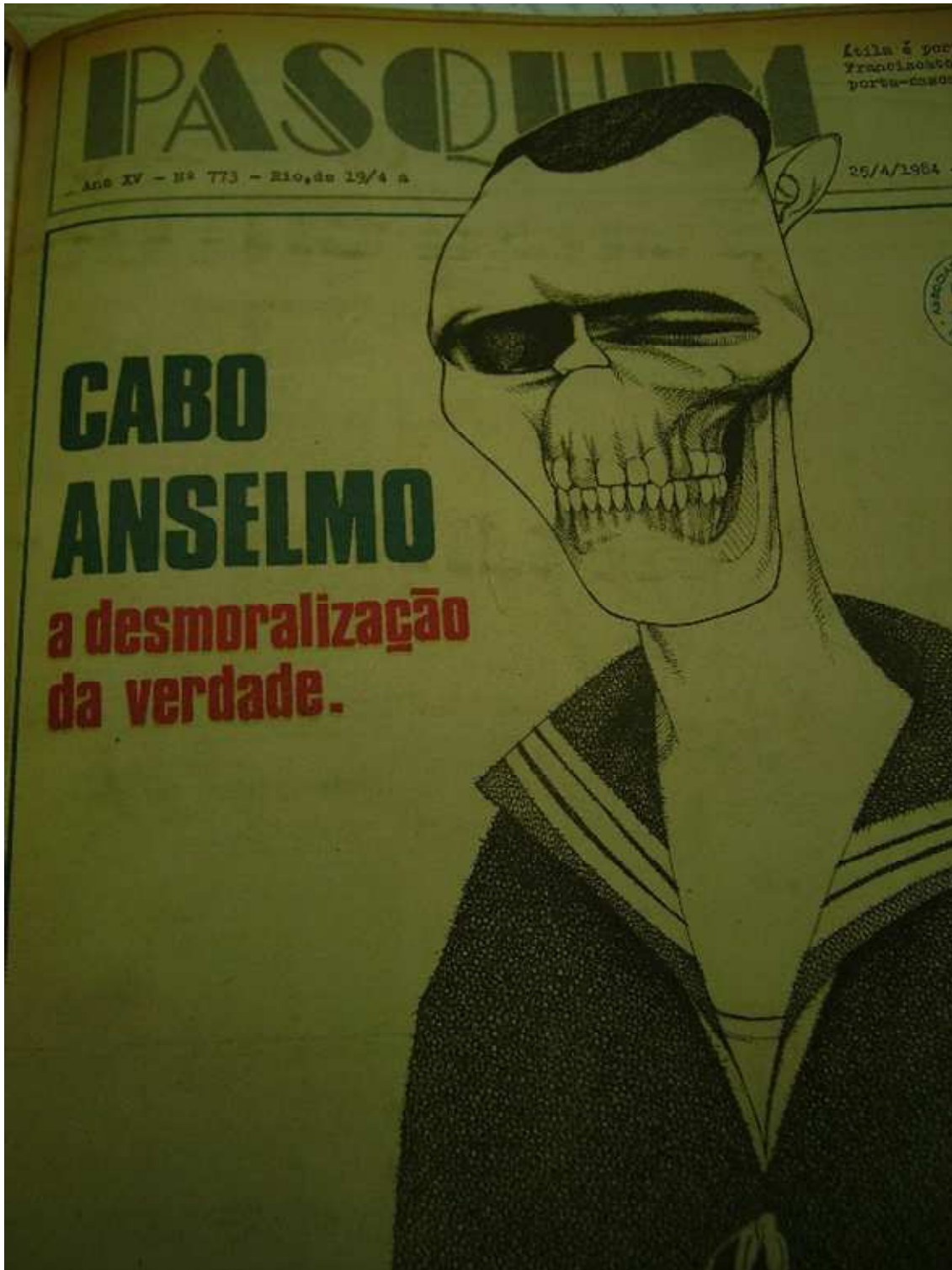
alguns parâmetros. Foram "as
... das de, sem abster o
... tanto la localizada em
... próximo das fronteiras
... (prime 2)". A estrutura
... concedida em São Paulo, por
... sobre as distâncias, o



Na mão que segura
o cigarro, nos
tempos de guerra,
os mesmos traços
da mão de herói

DOPS de São Paulo
camente demultu a
suação unora, a V
Popular Revoluçã
VPR. Não existe
uma contabilidade
suares mortos em
ca de ação de An-
próprio, porém, a
primeira vez no se
o repórter (Antônio
serviço de ISCOM

**REVISTA ISTO É, REPORTAGEM DE
MARÇO AURÉLIO BORBA EM 1984**



O Pasquim, 19 a 25 de abril de 1984. Fonte: Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Informativo da Comissão de Anistia divulga sessão temática ocorrida em agosto de 2007 envolvendo praças da Marinha que ainda buscavam suas reparações.

Comissão de ANISTIA

INFORMATIVO

Especial

Boletim da Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - Ano I - Nº 04 - outubro de 2007

Anistias recentes

Rose Marie Muraro - Escritora, foi militante feminista nos anos 70. Teve que deixar a Editora Vozes na década de 1980 por determinação do Vaticano. Atualmente edita o selo Rosa dos Tempos, da Editora Record.

Rogério Lustosa - Militante da Ação Popular (AP). Perseguido pela ditadura, teve que viver na clandestinidade boa parte de sua vida. A anistia foi concedida *post-mortem*.

Antonia Mara Vieira Loguercio - Militante, teve que deixar o país na década de 1970. Hoje é juíza em São Leopoldo (RS).

Sessão temática do Arsenal de Marinha

A primeira sessão temática, ocorrida em 09 de agosto, foi com os representantes do Arsenal da Marinha. Durante uma hora, os ex-marinheiros expuseram seus argumentos à Comissão de Anistia. Os representantes do grupo alegam que foram atingidos pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), de 1968, sendo que muitos praças foram banidos da Marinha por motivações políticas e impedidos de seguir a carreira militar. Afirmam, também, que a perseguição prosseguiu até mesmo após a expulsão dos quadros das Forças Armadas, com relatos de dificuldades para se conseguir emprego. Iniciou-se a discussão do tema entre os conselheiros, tendo sido analisada a possibilidade de julgamento em bloco.

Comissão inicia preservação da memória

A Comissão de Anistia criou e colocou em funcionamento, em setembro, o seu setor de Arquivo e Memória. O espaço é responsável pela organização de todos os arquivos e documentos da Comissão. O novo setor está em funcionamento em duas salas do Anexo II do Ministério da Justiça. Uma delas é exclusiva para o armazenamento de processos e documentos. A outra está com a equipe, composta por seis pessoas. A criação do setor de Arquivo e Memória é o primeiro passo para a implementação de um Centro de Documentação sobre a Anistia Política no Brasil. O centro fará parte do projeto Memorial da Anistia Política no Brasil, em fase de desenvolvimento pela Comissão.

O Memorial da Anistia pretende organizar e digitalizar todo o acervo da Comissão. O objetivo é permitir que o material seja acessado pelos cidadãos e sirva de subsídios para a realização de pesquisa científica sobre os anos de repressão política no Brasil. Para ampliar o acervo documental que estará à disposição no Memorial, a equipe de trabalho tem se reunido com representantes da sociedade civil e do mundo acadêmico.

No próximo ano, funcionários da Comissão devem iniciar o trabalho de coleta de memória oral com os anistiados políticos, além de percorrer o país para divulgar o trabalho da Comissão para fortalecer a reflexão sobre os períodos de repressão.

Comissão recebe visita de ministro

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, esteve na Comissão de Anistia no mês de setembro. Ele foi recebido pelo presidente Paulo Abrão e pelos conselheiros da Comissão, que estavam reunidos em sessão administrativa. Vannuchi entregou exemplares do livro *Direito à Memória e à Verdade*, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de agosto. A obra é fruto de 11 anos de atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A publicação narra a história de 479 militares políticos, vítimas da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

O livro especifica o que teria ocorrido com cada militante, após pesquisa realizada pelos funcionários da Comissão Especial.

A Comissão e a Secretaria têm trabalhado em conjunto pelo fortalecimento da democracia no país. Material colhido pela Comissão em viagem ao Araguaia, em setembro, pode servir de subsídio para a Secretaria na localização de restos mortais de desaparecidos políticos na região, palco da chamada *Guerrilha do Araguaia*, entre 1972 e 1975.



Jornal O Globo, 22 de julho de 2009, p.02. Retorno do marujo Antônio Geraldo Costa, importante militante da AMFNB, após quase 30 anos de exílio na Suécia.



CARREGADO POR amigos no saguão do Aeroporto Internacional, no Rio, o ex-marineiro Antônio Geraldo da Costa, de 75 anos, chega ao Brasil, depois de 39 anos de exílio. Mesmo após a Lei da Anistia, Costa, conhecido como Negulho ou Tigre,

temia voltar ao país e ser preso por suas ações durante o regime militar, quando participou da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Último exilado, ele foi preso e torturado naquela época. Fugiu para o Chile e morou na Suécia. **O PAÍS, página 8**